

Relatório & Contas 2022

Standard Bank *É POSSÍVEL*

A pandemia fez com que as nossas vidas dessem várias voltas. Girámos entre máscaras, luvas, álcool gel, vacinas e confinamentos. Entretanto as portas abriram e saímos para a rua para celebrar a vida.

2022 é o ano da luz depois do túnel, da apreciação a seguir aos receios e à ansiedade. Emergimos com vontade de partir e de fazer. Aprendemos que a provação tem fim e que somos mais resilientes do que pensámos. Redobrámos a coragem e acreditamos em nós para enfrentar os desafios e as oportunidades que temos pela frente. Percebemos que a vida é feita de voltas. As rodas continuam a girar. Cabe-nos a nós escolher as estradas por onde vamos passar.

Depois de dois anos, enfrentamos o desconhecido com confiança. O Standard Bank de Angola sabe que é tempo de viajar, de investir, de valorizar a família e os Colaboradores, de apreciar os detalhes e de nos sentirmos felizes e realizados.

Índice

01. Introdução

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão 07

1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA 11

1.3. Quem é o SBA 13

1.4. Marcos Históricos 23

02. A Visão da Liderança

2.1. A Mensagem do PCA e do PCE 27

03. Como criar Valor

3.1. O Contexto Macroeconómico 35

3.2. Os Número Alcançados 47

3.3. Proposta de Valor 49

3.4. A Estratégia do Standard Bank de Angola 53



04. A Operacionalização da Estratégia

4.1. Foco no Cliente **61**
- Banca Corporativa e de Investimento 63
- Clientes Comerciais e de Negócios 73
- Clientes de Consumo e de Elevado Património 83
- Ações realizadas para os Clientes SBA 89

4.2. Pessoas e Cultura **99**
- Pessoas e Cultura 100
- Ações realizadas para os Colaboradores SBA 113

4.3. Risco e Conduta **121**
- O Sistema de Controlo Interno 123
- O Modelo de Gestão de Risco 155

4.4. Excelência Operacional **187**
- Soluções para Clientes 188
- Inovação 195
- Engenharia 197

4.5. Indicadores Financeiros **201**
- Os Indicadores do SBA 202
- Proposta de Aplicação de Resultados 213

4.6. Impacto Relevante na Sociedade **215**
- Responsabilidade Social 216

05. Governação Corporativa

5.1. Modelo de Governação 233



06. Demonstrações Financeiras e Notas

6.1. Demonstrações Financeiras 257

6.2. Notas às Demonstrações Financeiras 264

6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal 385

A apreciação da família

O Standard Bank de Angola fundamenta-se em reuniões familiares e momentos com os mais próximos, os quais constituem seu pilar central.



01
Introdução

O SBA reconhece que a actividade e desafios vão além dos números, por isso busca transmitir uma mensagem clara e transparente aos *Stakeholders* em todas as áreas de actuação, não apenas no aspecto financeiro.

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão 07

1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA 11

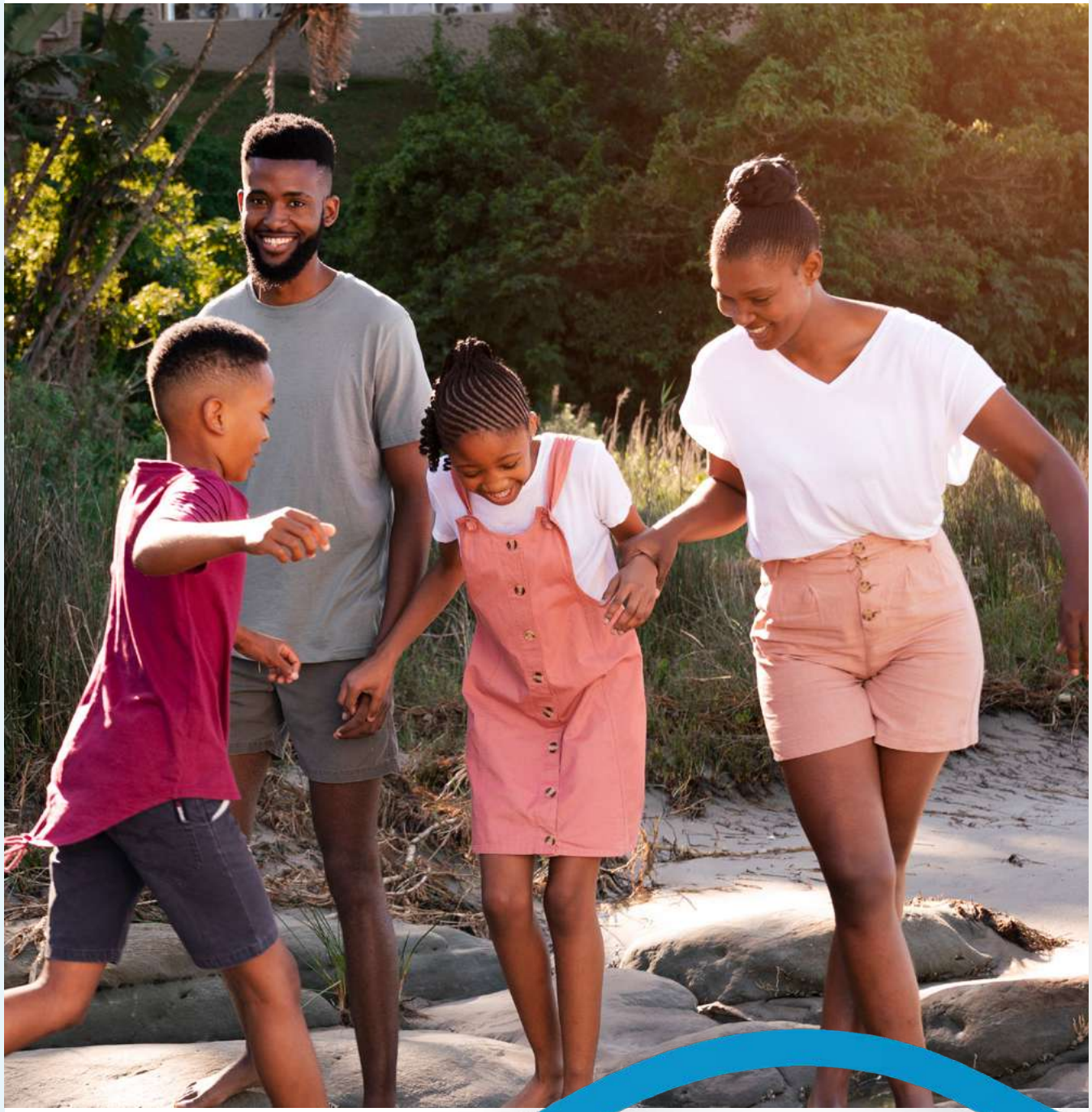
1.3. Quem é o SBA 13

1.4. Marcos Históricos 23

1.1 Objectivo do Relatório de Gestão

O presente documento tem o propósito de apresentar a evolução financeira do SBA, respondendo às exigências regulamentares e legais (Banco Nacional de Angola, Comissão do Mercado de Capitais e Lei das Sociedades Comerciais), mas acima de tudo pretende dar a conhecer o SBA a todos os Stakeholders e partilhar a sua visão de futuro!

Neste pressuposto, iremos também apresentar a caracterização do Grupo no qual se insere e fazer uma retrospectiva dos principais factos relevantes em 2022, dos quais destacamos a retiradas das principais restrições impostas para o combate à Covid-19, e o início da guerra na Ucrânia, bem como a recuperação da economia Angolana, assim como a valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras de referência em Angola (Euro e Dólar Americano).





Considerando a visão multidimensional do Relatório de Gestão, a sua construção teve em consideração informação de Estratégia, de Governação, Negócio, Financeira, Operacional e Social preparada por várias áreas do Banco, criando uma visão agregada e espelhando a importância de todos na prossecução dos objectivos do SBA!

Apresentam-se indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não se poderia deixar de parte algo de muito orgulho, e que cada vez mais tem sido uma prioridade: a actuação do SBA na Sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas com impacto social, económico e ambiental.

Sistematizando, o Relatório de Gestão do exercício de 2022 aborda diversas temáticas, tais como:

- A caracterização do Banco e do Grupo Standard Bank (SBG);
- O contexto macroeconómico em que o SBA opera, quer a nível nacional, quer internacional;
- Uma descrição dos principais *guidelines* da estratégia para o exercício de 2023.

A estratégia do SBA assenta nos seguintes pilares-chave:

Abordagem focada no Cliente

Apresentar a informação sobre as grandes linhas de negócio: **Banca Corporativa e de Investimento** (*Corporate and Investment Banking* ou CIB), **Pequenas e Médias Empresas** (*Business and Commercial Clients* ou BCC), **Cliente de Consumo e Elevado Património** (*Consumer High Net Worth* ou CHNW). Com o objectivo de apoiar estas linhas de negócio o Banco tem diferentes áreas de apoio, como: Soluções para Clientes, Inovação e Engenharia;

Pessoas enquanto principal activo

Abordar os factos mais relevantes das Pessoas e Cultura, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;



Risco e Conduta

Destacar a forma como o Banco identifica, gere e mitiga o risco, descrevendo as suas principais políticas e ambiente de controlo;



Solidez nos resultados financeiros

Demonstrar a performance e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da actividade do SBA;



Excelência Operacional

Oferecer aos Clientes serviços e produtos que correspondam às suas expectativas;



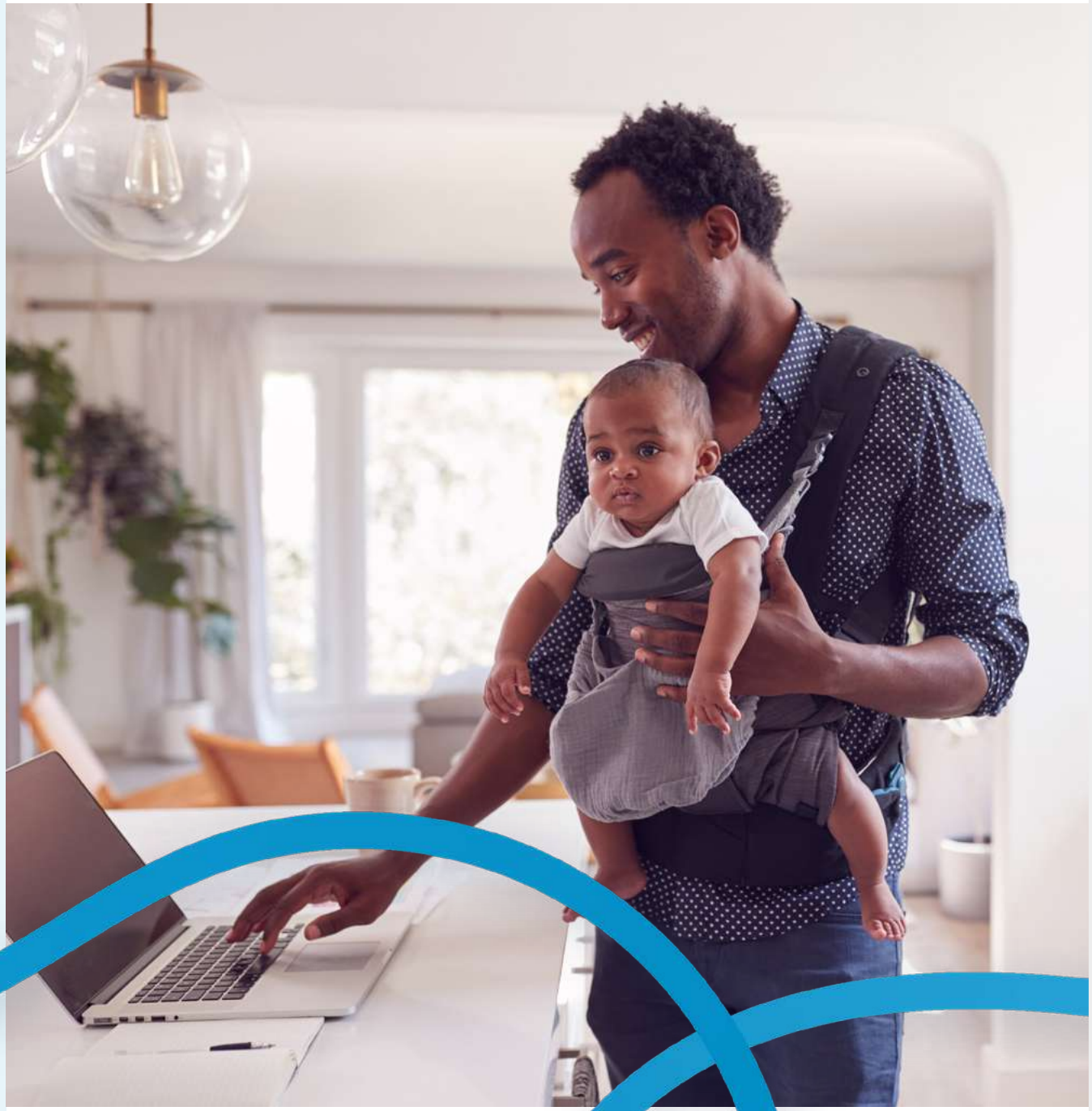
Responsabilidade social

Divulgar a actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da natureza do SBA e do Grupo onde está inserido.

O Relatório conta com o contributo da Equipa de Gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, o Banco desencadeou os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulga e recorreu, sempre que possível, a informação contida nas suas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela KPMG.

Concluindo, o mesmo pretende transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *Stakeholders*, não apenas numa vertente tradicionalmente financeira, mas incorporando uma visão abrangente da actividade do SBA.

1.2 A Missão, Visão e Valores do SBA



Visão Geral

O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

Cultura Organizacional

A cultura do SBA é determinada pela sua missão, visão, valores e propósito. A génese Africana e a cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a optimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, apresenta ao Banco.
O Código de Ética conduz o Banco a ser mais responsável e a respeitar os seus Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os seus Colaboradores.

Missão

Ser a Instituição Financeira líder em Angola, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciadora aos Clientes, enquanto cria valor para a Sociedade. Angola é a nossa casa e nós fazemo-la crescer. Queremos melhorar a vida das pessoas e ser mais que um Banco.

Visão

Ser líder nos serviços financeiros em Angola, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *Stakeholders* e a fazer ligação entre Angola e o resto do mundo.

Valores

Os valores apresentados orientam o comportamento e qualidades que definem o Banco e que guiam a nossa actuação:

- **Servir os Clientes**
- **Desenvolver os Colaboradores**
- **Criar valor para os Accionistas**
- **Promover o respeito mútuo**
- **Ser proactivo**
- **Elevar constantemente a fasquia**
- **Trabalhar em equipa**
- **Defender os mais altos níveis de integridade**

1.3 Quem é o SBA

O SBA destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura assenta na "forma como se faz", reconhecendo "o que se faz". A constante procura pela optimização do desempenho operacional, alavanca, não só a diversificação de produtos oferecidos, mas também a qualidade da oferta, posicionando o Banco com um serviço de excelência.



Sobre o Banco

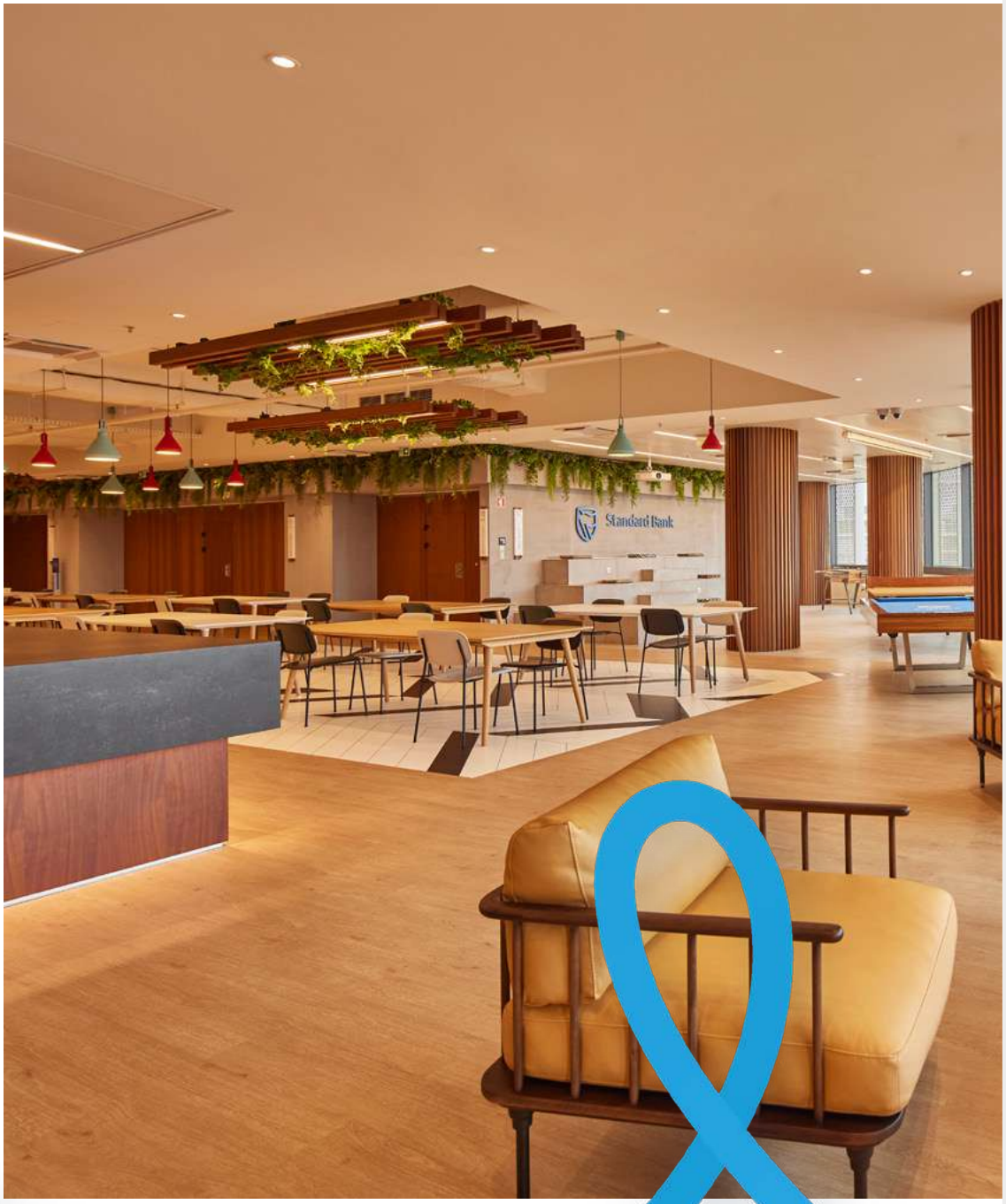
O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito Angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

Dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Pertence a um grupo financeiro Africano com mais de 160 anos de história e que tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, consequentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta a estrutura organizacional.

Centrando os esforços na satisfação dos Clientes, parceiros e na comunidade, desenvolve a sua actividade de forma rigorosa, avaliando constantemente os riscos, e mitigando-os através da:

- diversificação da oferta de produtos,
- diversificação dos seus investimentos,
- modernização dos seus processos e sistemas,
- constante aposta na formação em desenvolvimento das pessoas.



Composição do Conselho de Administração



Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

PRESIDENTE



António Coutinho

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Ana Josina Simas Fortunato

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



Manuel dos Passos

ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Djamila Pinto de Andrade

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



Raquel Kulivela Sole

ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



Luís Teles

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Yonne de Castro

ADMINISTRADORA
EXECUTIVA



Aronildo Neto

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Eduardo Clemente

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO

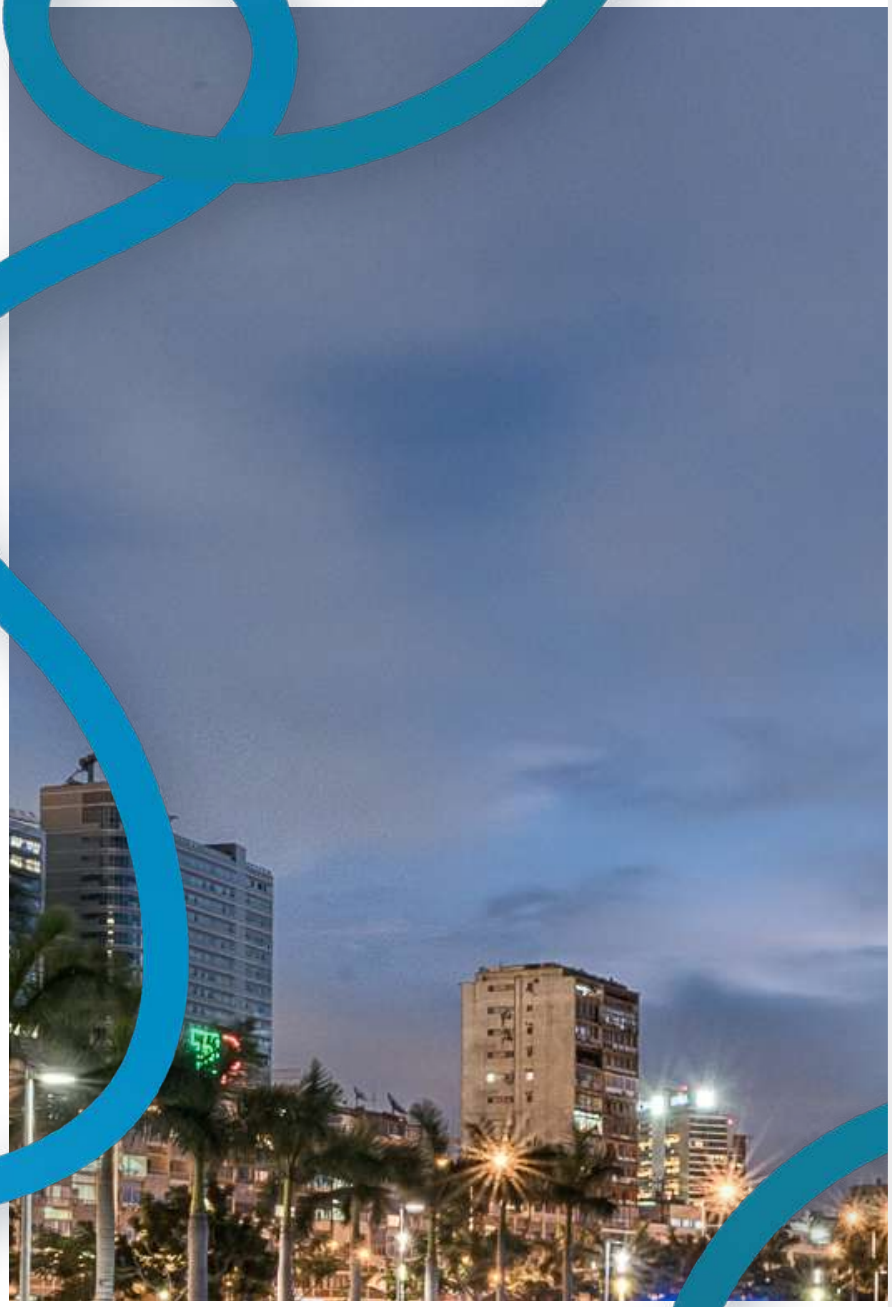


Ricardo Ferreira

ADMINISTRADOR
EXECUTIVO

De Angola para o resto do Mundo

O SBA tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de Angola, país que apresenta actualmente enormes oportunidades que potenciam a sua transformação, como potencial agrícola, crescimento populacional rápido, a juventude da população e o crescimento digital acelerado.





160 anos de história dedicados ao continente Africano

A Estratégia do Banco assenta em 6 *Drivers* de Valor:



Foco no Cliente

A principal prioridade é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais tecnológicas, considerando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.

Pessoas e Cultura

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a sua capacitação e o desempenho dos Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Continuando a apostar em desenvolver futuros líderes em Angola, proporcionando uma constante formação dos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.

Risco e Conduta

É essencial fazer os negócios certos da forma correcta. A Gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável, permitindo ganhar a confiança de todos os Stakeholders. A licença para operar tem por base esta confiança, pelo que o cumprimento com todas as leis e regulamentos não é negociável.

Excelência Operacional

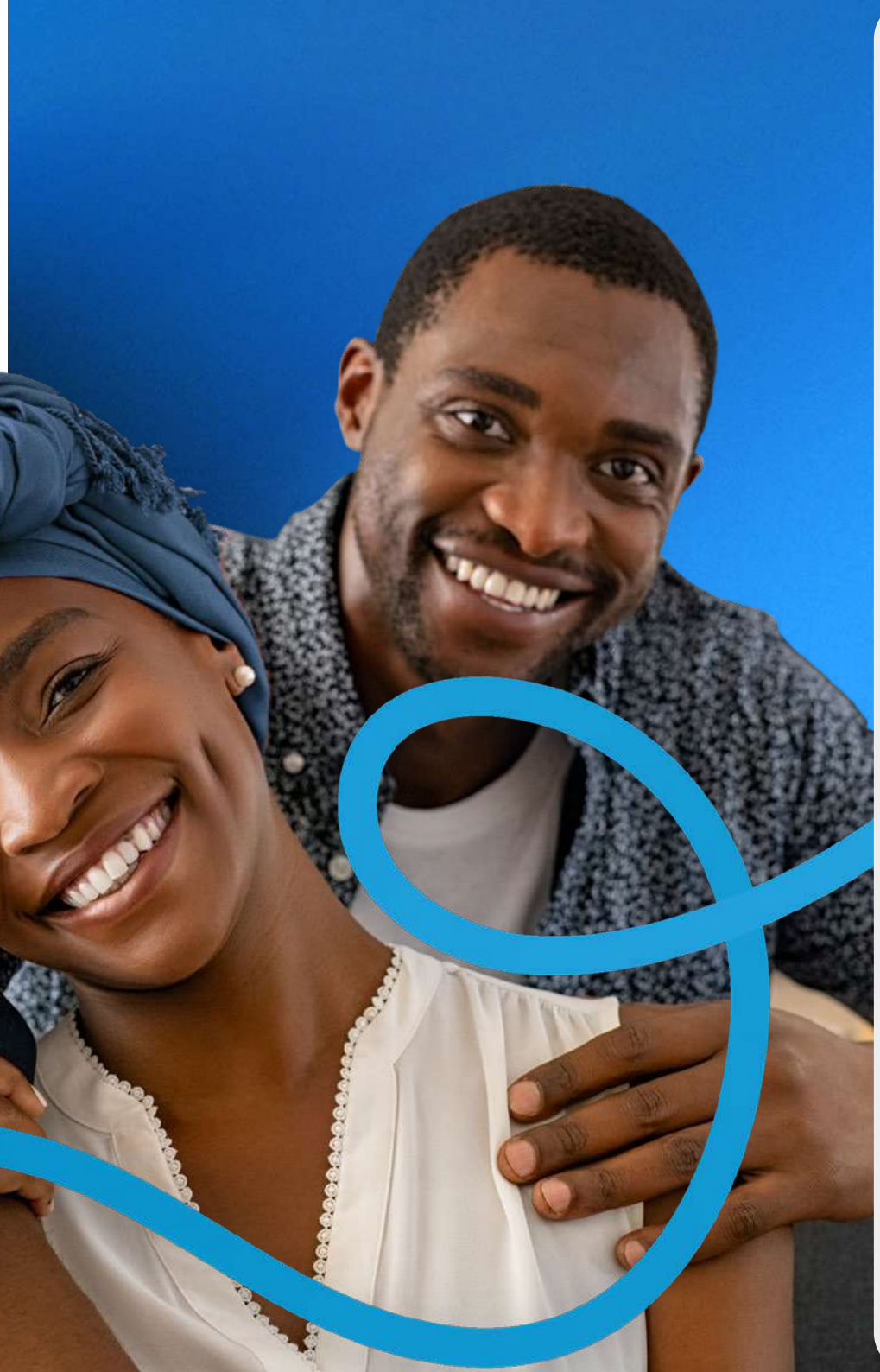
Através da integração e coordenação eficaz dos diversos sistemas de informação. Com o objectivo de entregar com eficiência os produtos/serviços aos Clientes.

Resultados Financeiros

A entrega de retornos sustentáveis aos Accionistas depende directamente da satisfação dos Clientes e Colaboradores e da Gestão efectiva e eficiente dos riscos da actividade e da conduta. Neste contexto, é preciso garantir o equilíbrio entre o capital alocado aos investimentos estratégicos e o respectivo retorno.

Impacto Ambiental, Económico e Social

O Banco continua empenhado em conduzir o negócio de forma sustentada e com crescimento económico em Angola. Para isso, tem que se garantir que através dos seus Clientes, projectos e parcerias, é criado impacto positivo na vida da comunidade. Essas considerações estão no centro das decisões de negócio.



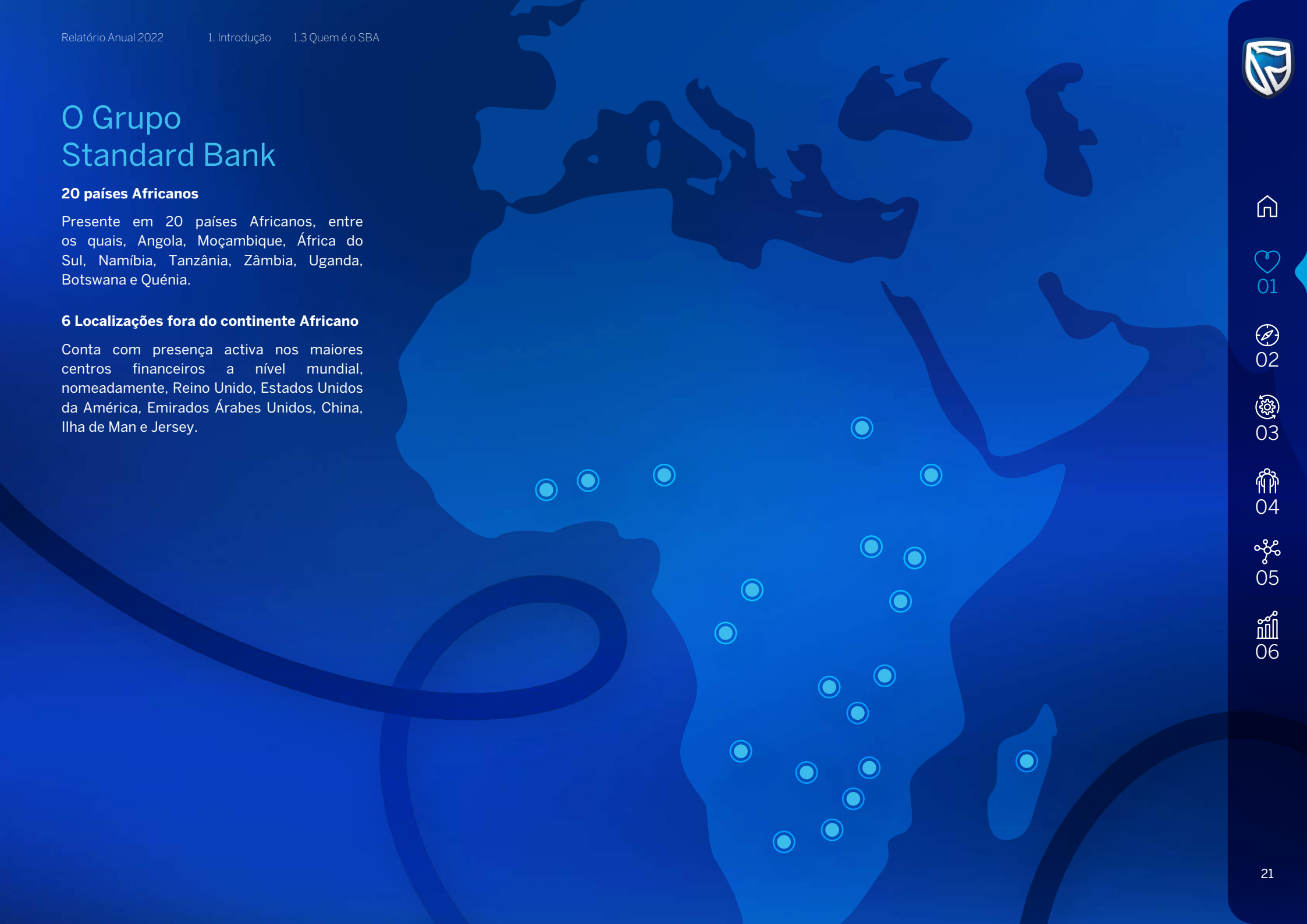
O Grupo Standard Bank

20 países Africanos

Presente em 20 países Africanos, entre os quais, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana e Quénia.

6 Localizações fora do continente Africano

Conta com presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, Reino Unido, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, China, Ilha de Man e Jersey.

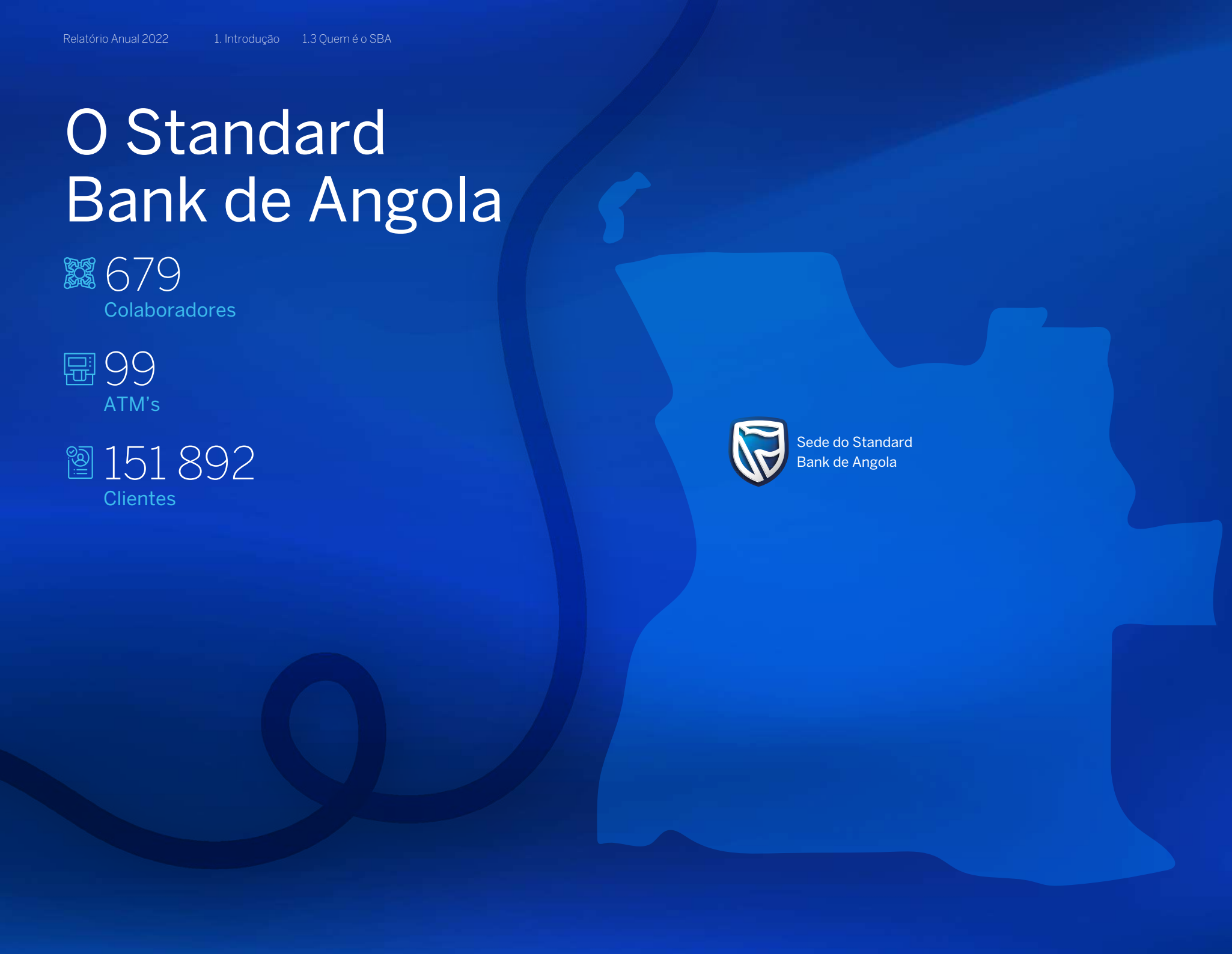


O Standard Bank de Angola

679
Colaboradores

99
ATM's

151 892
Clientes



1.4 Marcos Históricos

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

Tal traduz-se em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde particulares, pequenas e médias empresas a grandes organizações, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

Participamos nas áreas económicas de maior relevância e exercemos liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.

2010

- Constituição do Banco a 27 de Setembro 2010

2011

- 33 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- 3 Agências em Luanda
- Aumento de Capital 24.5 milhões de dólares americanos

2012

- 62 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Expansão para outras províncias
- Aumento de Capital 50 milhões de dólares americanos

2013

- 143 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- 32 pontos de contacto com o Cliente
- Carteira de depósitos de 135 mil milhões de kwanzas

2014

- 200 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Boom de Clientes
- Reforço do Modelo de Governação

2015

- 299 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Aumento de Colaboradores
- Melhor Banco de investimento em Angola pelo 4º ano consecutivo

2016

- 368 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Consolidação do Banco no sector em Angola
- +50% Resultado Líquido

2017

- 317 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Melhor Banco de investimento em Angola pelo 6º ano consecutivo

2018

- 443 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- +90% do Resultado Líquido
- Emissão de obrigações admitidas à cotação na BODIVA no valor de 4.7 mil milhões de kwanzas

2019

- 606 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Considerado o melhor Banco de Investimento e melhor provedor de Tesouraria de Gestão de Caixa em Angola

2020

- 880 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- Reconhecido pela ASSERTYS como o Banco com melhor qualidade de serviço em Angola
- *The Banker - Bank of the Year in Angola 2020 /* Banco do Ano em Angola 2020
- 1º Banco em Angola a obter a certificação do SWIFT *Global Payments Innovation* (GPI) e de Membro do GPI
- Aniversário dos 10 anos do Standard Bank de Angola

2021

- 968 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- 28 de Fevereiro 2021 – Transição para a nova sede Standard Bank de Angola
- A publicação internacional *Global Finance*, uma das mais relevantes do sector financeiro, atribuiu ao Standard Bank de Angola os seguintes prémios:
  - Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2021
  - Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2021
  - Melhor Banco de Investimento em Angola 2021

2022

- 1081 mil milhões de kwanzas de activos líquidos
- 1ª transacção de investidores internacionais em dívida pública Angolana
- 1ª transacção REPO no mercado interbancário.
- *Roadshow* de investidores internacionais em Angola

A apreciação das experiências

As que tomávamos por garantidas e as novas experiências que encaramos como aventuras.



02
A Visão da Liderança

Queremos ser mais que um Banco, e oferecer aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. Queremos ser relevantes nas suas vidas, respondendo às suas necessidades como parte integrante dos ecossistemas nos quais vivem e operam.

2.1. A Mensagem do PCA e do PCE 27

2.1 Mensagem do PCA e PCE

Angola é a nossa casa, e nós promovemos o seu crescimento. Este é o propósito que nos move e que serve de motor para garantir que melhoramos a vida dos nossos Clientes, as empresas e os consumidores, através da oferta de produtos e serviços de excelência.

2022 foi mais um ano desafiante para todos. O SBA centrou-se, mais uma vez, nos seus Clientes e nos seus Colaboradores, porque queremos melhorar a vida das pessoas e ser mais do que um Banco.

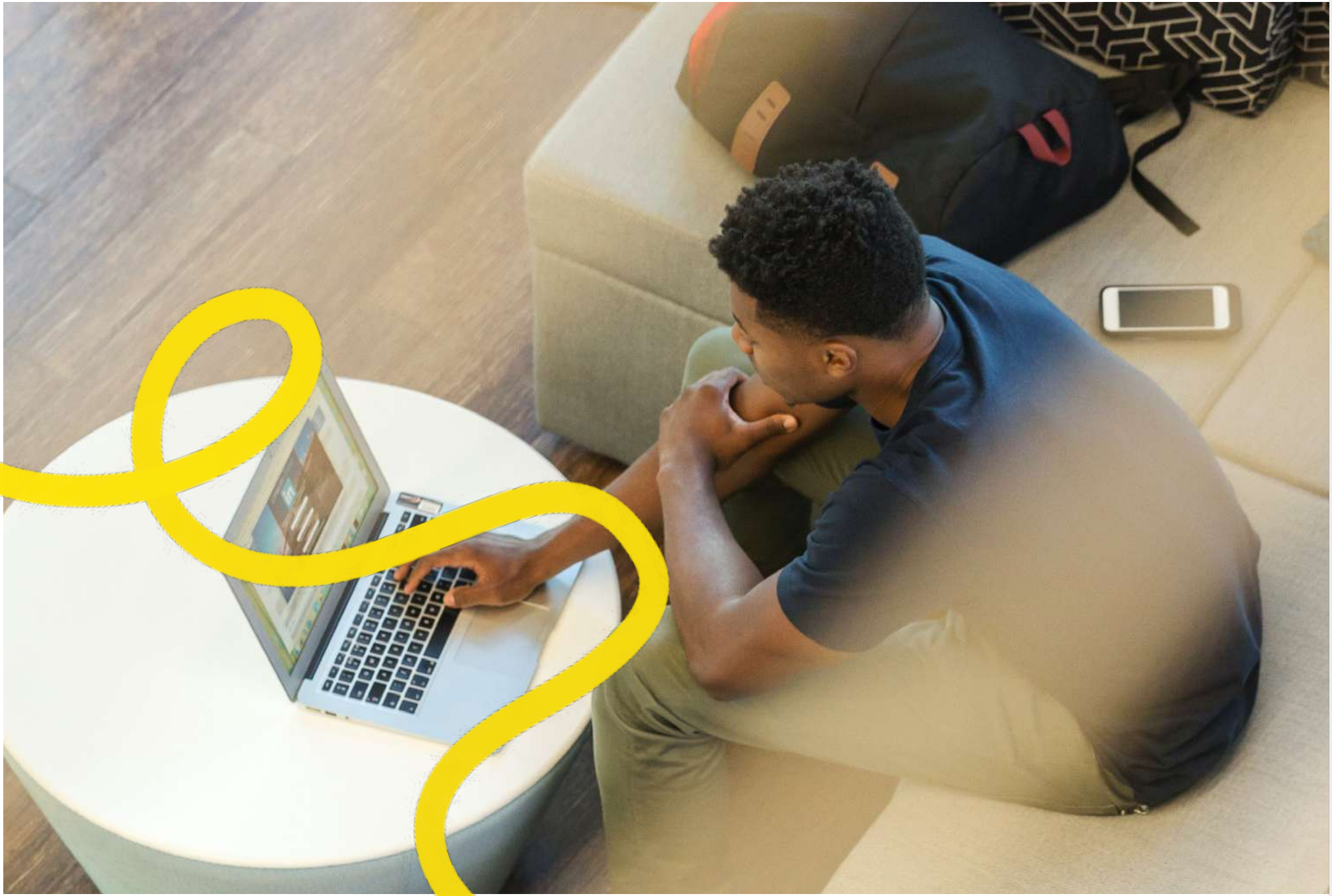


Octávio Castelo Paulo
PCA

Luís Teles
PCE

O foco no Cliente, no serviço que lhe é prestado e nos produtos que lhe são oferecidos, é algo que define o SBA desde a sua génese e que permanece até aos dias de hoje. Através da aposta na inovação de produtos, canais de distribuição e modelos de negócio, estamos em contacto permanente com os nossos Clientes, permitindo-lhes o acesso aos serviços e produtos de que necessitam, de uma forma simples e conveniente. A plataforma SB24, disponibilizada em web e em *mobile*, bem como os Pontos Azuis, agentes bancários presentes em localizações convenientes e próximas dos nossos Clientes, são disso bons exemplos. **O empenho dos nossos Colaboradores em manter os mais elevados padrões de excelência no serviço prestado é reconhecido pelos nossos Clientes, e materializa-se em excelentes resultados nos indicadores de satisfação de Clientes, nomeadamente, nos *Client Satisfaction Index* e do *Net Promoter Score*.** Também os especialistas reconhecem a qualidade do Banco e, como nos anos anteriores, atribuíram variados prémios ao SBA, entre eles, *Melhor Banco de Angola 2022* pela *Emeafinance*, *Melhor Banco de Investimento de Angola 2022* pela *Euromoney e World Economic Magazine, Aplicação Bancária Mais Inovadora em Angola 2022,* pela *Finance Derivative.*

Queremos ser a melhor organização para trabalhar. Para alcançar este objectivo, fazemos questão de ouvir os nossos Colaboradores, entendê-los e potenciar a sua performance, desenvolvimento e bem-estar. Neste contexto, e respondendo a um pedido claro dos nossos Colaboradores, foi implementado, no início de Maio, um modelo de trabalho híbrido, dando aos Colaboradores a flexibilidade para trabalhar parcialmente a partir de casa, se entenderem que desta forma a sua performance e bem-estar são beneficiados, mantendo sempre a possibilidade de trabalho totalmente presencial para quem assim o deseje. Não obstante, foram mantidos todos os apoios necessários para garantir a saúde física e mental dos nossos Colaboradores, como os *webinares* e *masterclasses* de saúde e bem-estar, e todas as medidas sanitárias aconselhadas pelas autoridades de saúde.



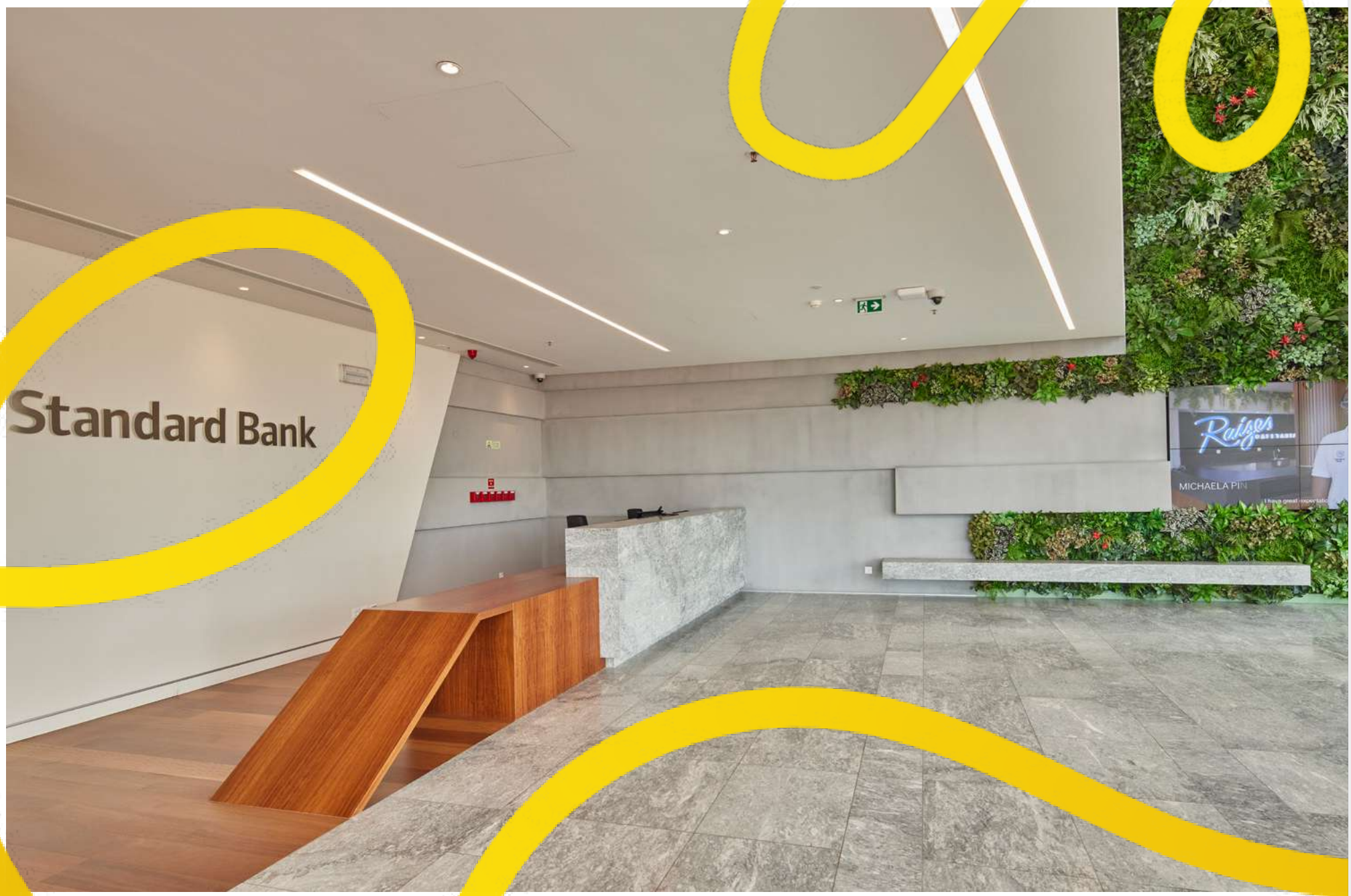
O eixo "Pessoas e Cultura" assumiu uma posição de destaque neste início de ano, não só através do investimento nos nossos Colaboradores, algo que se tem vindo a verificar consistentemente, mas também pelo programa de cultura que estamos a implementar como primeiro passo para atingir uma mudança cultural em toda a organização. Alguns dos passos a destacar no que toca à melhoria das condições de trabalho para os nossos Colaboradores, e como forma de garantir que têm espaço para inovar e moldar o futuro do SBA, foi a segunda edição do evento Ideias Brilhantes, momento em que os nossos Colaboradores apresentam ideias inovadoras. Assumimos o compromisso de apoiar os jovens Angolanos e, como tal, demos continuidade ao nosso programa de Graduados, contando com 12 recém-licenciados que integram os quadros do Banco num período previamente definido, seguido da oportunidade de integrar os quadros permanentes do SBA, e organizamos o primeiro *Hackathon* SBA, programa de dois dias que tem por objectivo tornar o SBA num Banco de referência de atracção e retenção de jovens talentos nas áreas tecnológicas e de inovação, no qual os jovens têm de resolver problemas e desafios da banca do Futuro.

Também os Angolanos mais necessitados merecem o melhor de nós em todos os momentos e os Heróis de Azul desempenham um papel fundamental no apoio a eles prestado. **Em 2022, os Heróis de Azul contaram com o apoio de 60 voluntários e impactaram 3150 vidas nas mais diversas áreas de actuação, com foco na saúde, educação e distribuição de donativos.**

A nível macroeconómico, não podemos deixar de referir aqueles que foram, em 2022, os acontecimentos com maior impacto no mundo e, particularmente, em Angola: o levantamento de várias medidas de combate à Covid-19 e o conflito Ucrânia-Rússia. O levantamento de medidas de combate à Covid-19 teve impactos muito benéficos para a economia e população, já que permitiu uma maior dinamização dos mercados, bem como circulação de pessoas e bens. Por outro lado, os impactos do conflito Ucrânia-Rússia vão desde a subida do preço do petróleo, que beneficia a economia Angolana, ao aumento da inflação mundial que, dada a dependência de importação, tem um impacto negativo nos preços praticados. O arrefecimento dos mercados internacionais, como consequência do conflito no Leste Europeu, reflectiu-se também, negativamente, na capacidade de países como Angola terem acesso a investimento estrangeiro. Ainda assim, é de notar que a inflação e as taxas de juro, em Angola, têm vindo a reduzir-se gradualmente, tendência que se deverá manter em 2023, e que a gestão rigorosa das finanças públicas tem permitido ao país evitar posições de stress.

Neste contexto, verificamos, com grande satisfação, que o país mantém a tendência de crescimento iniciada em 2021, e que o SBA contribui activamente para esse crescimento. Com efeito, o SBA tem-se revelado uma peça fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais Angolano e para a atracção do investimento estrangeiro para Angola. Os reguladores e parceiros reconhecem-no, contando com o apoio do Banco para os projectos mais inovadores e desafiantes. A título de exemplo, é de referir que, em Maio de 2022, depois de ter feito parte do grupo de trabalho, contribuindo activamente para a elaboração das regras do novo mercado de transacções interbancárias de recompra (Repos), o SBA foi um dos primeiros Bancos a registar uma transacção, atestando a efectividade do novo mercado. Também durante o mês de Maio, o SBA reforçou o seu posicionamento como plataforma de negócios e, após realizar a primeira operação de investimento em valores mobiliários com um investidor não residente, reuniu em Angola um conjunto de potenciais investidores interessados em compreender a dinâmica do mercado Angolano.

O crescimento do país é acompanhado pelo crescimento do Standard Bank que caminha, lado a lado, com os seus parceiros, Clientes, e com a sociedade Angolana.


Standard Bank
Raises
MICHAELA PIN

O ano 2022 ficou marcado por um grande investimento na banca de particulares e pequenas e médias empresas, garantindo que estes Clientes são servidos com os mais elevados níveis de excelência.

De facto, o Banco mantém um crescimento acelerado no número de Clientes, que tem como base estes mesmos segmentos, acompanhado por um aumento sustentável do crédito à economia. A aposta na concessão de crédito à economia real, com foco em projectos sustentáveis e que contribuem para o desenvolvimento económico do país, tem permitido ao Standard Bank o aumento do crédito concedido em 27% sem impacto na proporção de crédito em incumprimento, o qual se manteve, em 2022, muito baixo, fruto de uma política de adequada gestão do risco de crédito. Também outros indicadores chave como o volume de transacções ou de depósitos mantiveram a tendência de crescimento verificada no passado, com um aumento dos depósitos, garantindo que o Banco se mantém claramente rentável e com níveis de liquidez saudáveis.

Dado o elevado ritmo de crescimento do SBA, o foco em garantir um ambiente de controlo interno robusto torna-se ainda mais relevante.

O rigor relacionado com os temas de *Compliance*, Gestão de risco e cumprimento dos requisitos regulatórios são basilares na identidade do SBA.

Estes permitem-nos proteger os nossos Clientes e o nosso negócio, garantindo que fazemos o que está certo da forma correcta. Ainda neste quadro, concluímos a recomposição do nosso Conselho de Administração, com um aumento de 7 para 11 elementos, que iniciou funções já em 2023, garantindo uma supervisão da actividade do Banco e a segregação de pelouros entre os administradores-executivos adequada e exigida.

Em 2023, o Standard Bank de Angola continuará, de forma empenhada, a colaborar com os Reguladores e com a sociedade Angolana, de forma a contribuir positivamente para o desenvolvimento do sector financeiro e do país.

Aos nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas, Reguladores e demais *Stakeholders* deixamos o nosso agradecimento. O impacto que têm na nossa organização é incalculável e é essencial para que possamos continuar o nosso caminho com segurança, sustentabilidade e confiança no futuro.

A valorização dos negócios

Perante os constantes e crescentes desafios da actualidade, os empreendedores têm respondido com coragem e resiliência. Na sua jornada de deixarem um legado para a Humanidade, encontram no Standard Bank de Angola um parceiro que os apoia a tornarem possível no futuro, os impossíveis do presente.



03
Como criar Valor

Angola é a nossa casa e nós promovemos o seu crescimento.

3.1. O Contexto Macroeconómico 35

3.2. Os Número Alcançados 47

3.3. Proposta de Valor 49

3.4. A Estratégia do Standard Bank de Angola 53

3.1 O Contexto Macroecnómico



Economia Global

O ano de 2022 foi marcado pela invasão Russa da Ucrânia. O choque dos preços de energia, foi uma das principais consequências, causando assim uma crise a nível mundial, com aumento dos níveis da inflação, o que provocou um ajuste das políticas monetárias das principais economias a nível mundial e levando investidores a procurarem o Dólar Americano como refúgio da crise.

Para o ano de 2023 é expectável que a economia global possa abrandar, devido ao risco de recessão nas principais economias. Devido aos efeitos negativos do prolongar da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, é expectável o surgimento de politicas económicas restritivas, como fórmula de combate ao aumento da inflação. Devido a este cenário a maioria das previsões de crescimento económico para o ano de 2023 têm sido revistas em baixa.

Crescimento do PIB (variação %; y/y)

	2018	2019	2020	2021	2022e	2023f	2024f
Mundo	**3,6**	**2,8**	**-3,00**	**6,2**	**3,4**	**2,9**	**3,1**
Economias Avançadas	**2,3**	**1,7**	**-4,40**	**5,4**	**2,7**	**1,2**	**1,4**
EUA	2,9	2,3	-3,41	5,9	2,0	1,4	1,0
Zona Euro	1,8	1,6	-6,09	5,3	3,5	0,7	1,6
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**4,6**	**3,6**	**-1,89**	**6,7**	**3,9**	**4,0**	**4,2**
China	6,8	6,0	2,24	8,4	3,0	5,2	4,5
África Subsariana	**3,3**	**3,2**	**-1,65**	**4,7**	**3,8**	**3,8**	**4,1**

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO) Update Jan 2023

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na sua mais recente actualização do World Economic Outlook (WEO) de Janeiro, reviu em alta a previsão de crescimento da económia global para 2,9% y/y para 2023, e tem uma estimativa de crescimento de 3,4% y/y para o ano 2022.

As economias desenvolvidas deverão crescer cerca de 1,2% em 2023, o que representará uma diminuição face às prespectivas de crescimento para o ano de 2022, o qual situará-se nos 2,7%. Para economia dos Estados Unidos da América, o FMI estima um crescimento de 2% para 2022, contudo prespectiva-se uma redução de 0,6 p.p. em 2023 e o crescimento económico ficará nos 1,4%.

É esperado que os os mercados emergentes cresçam 4% em 2023, o que representa um aumento 0,1 p.p. face a 2022 que se estima que apresente um crescimento de 3,9%.

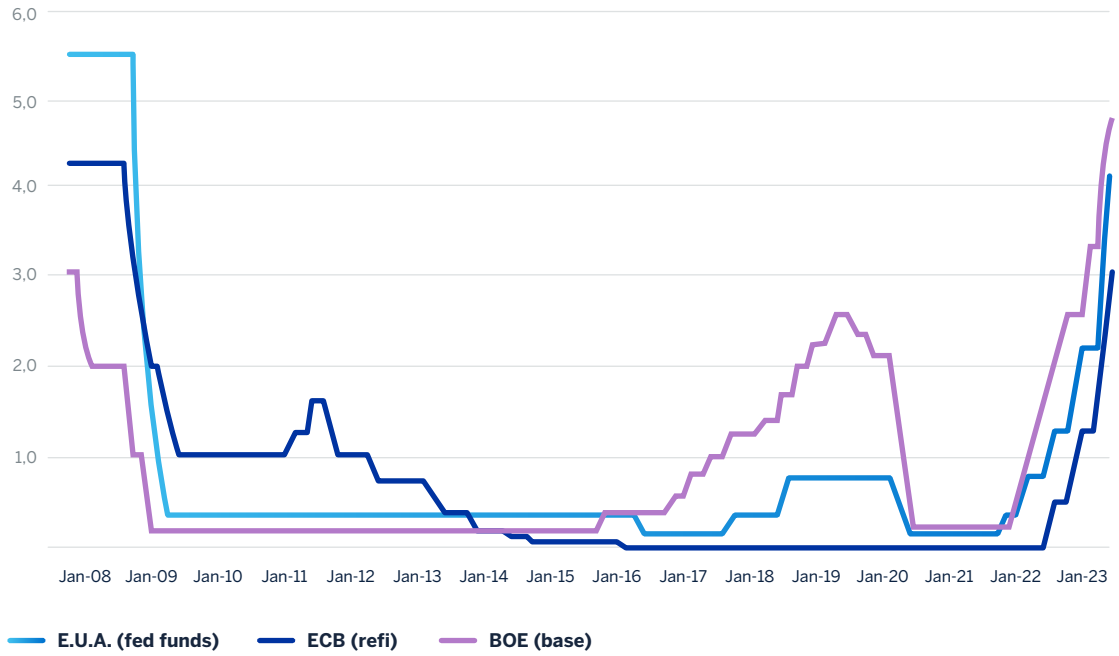
O crescimento económico projectado do PIB da China é agora de 5,2% para 2023, face a uma estimativa de 3,0% em 2022.

A previsão de crescimento económico da África Subsariana foi revista em alta para 3,8% em 2023 e 4,1% em 2024, após uma estimativa de 3,8% em 2022.

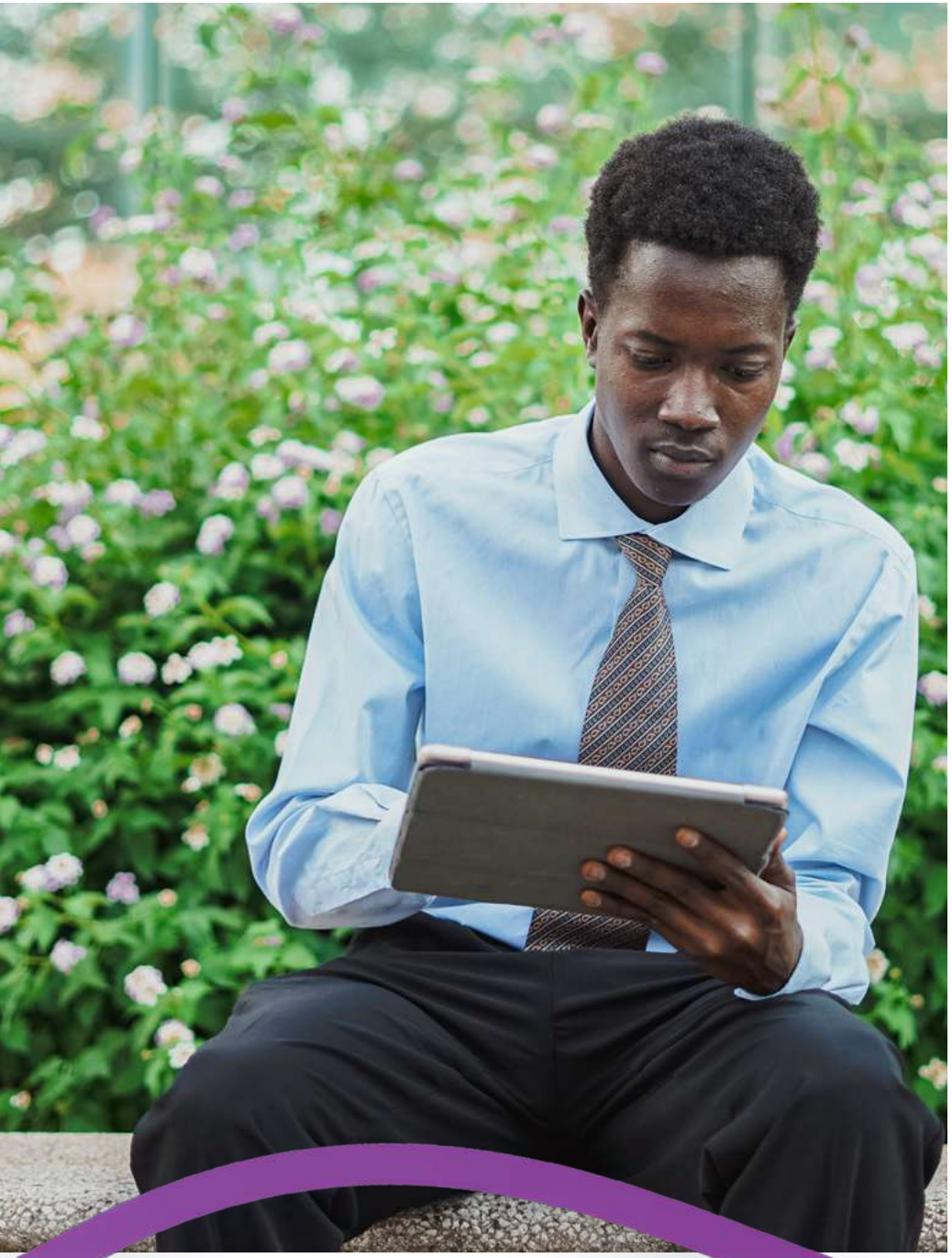
O FMI estima, contudo, que as taxas de juro e de inflação elevadas, bem como a guerra Rússia Ucrânia, continuarião a infuênciar a actividade económica global em 2023. Os riscos de recessão nas economias mais desenvolvidas continuam elevados. A elevada taxa de endividamento dos Governos não disponibiliza aos decisores políticos ferramentas para combater uma inflação elevada como não existia há décadas e promover um crescimento económico. Uma vez que uma política fiscal expansionista agressiva, a qual iria promover o crescimento económico, funcionaria contra a moderação da inflação, que os Bancos Centrais têm tentado controlar através de polítcas monetárias mais restritivas.

Durante 2022, a Reserva Federal dos EUA (Fed) subiu a taxa de juro de referência em 425 p.p. para um nível de fecho de 4,5%, o aumento mais acentuado em muitas décadas.

Taxa de Juro da Política Monetária (%)



Fonte: Official statistical agencies; Standard Bank Research



A Fed tem a sua taxa de juro actualmente, em março de 2023, ao nível de 4,75%, contudo é bastante provável que existam pelos menos mais três subidas de 25 p.p., segundo o FMI, atingindo assim um máximo de 5,25% antes do início de um ciclo de abrandamento. Foi constatada uma diminuição no ritmo de subida da taxa de 25 p.p., e depois de 50 p.p. até o fim do primeiro semestre. O Fed prevê uma descida da inflação até o fim de 2023.

A inflação americana fechou em 2022 a 6,5% y/y, após um pico de 9,1% y/y, comparado com 4,7% y/y em 2021, e 1,2% y/y em 2020.

A economia dos EUA manteve-se resistente e cresceu a um ritmo mais forte do que o esperado em 2022. O crescimento do PIB dos EUA diminuiu para 2,9% y/y no último trimestre de 2022, mantendo uma média anual estimada em 2,0% y/y.

A taxa de desemprego dos EUA diminuiu para 3,4% em Janeiro de 2023, um nível registado pela última vez em 1969, após fechar 2022 em 3,5% e uma média de 12 meses de 3,6%.

O PIB da Zona Euro superou as expectativas em 2022 e espera-se que cresça 3,5% face ao periodo homólogo. O PIB alemão e italiano contrairam-se no quatro trimestre de 2022, por outro lado Espanha e França registaram expansão económica. No entanto, os dados sugerem que a Zona Euro está no bom caminho para evitar uma recessão.

O desemprego na Zona Euro em 2022 situou-se nos 6,6%, e a inflação nos 9,2% y/y, estes indicadores fazem com que o Banco Central Europeu (BCE) continue a subir as taxas de juro de referência, mesmo considerando que em Janeiro de 2023 a inflação estabilizou mais do que o esperado nos 8,5% y/y, resultando em custos energéticos mais baixos.

Durante 2022, o BCE subiu as taxas de juros em 250 p.p. para um nível de 2,5% no final do ano de 2022. Contudo, outra subida de 50 p.p. foi anunciada em Fevereiro, o que aumenta os custos dos empréstimos para 3%. Esta taxa de referência da Zona Euro está agora no seu nível mais alto desde a crise financeira global de 2008/9.

Em relação ao Reino Unido é provável que exista uma recessão em 2023. Na mais recente decisão política do Banco de Inglaterra (BOE), em que a taxa de juro de referência subiu 50 p.p. para os 4%, foi observado que a maioria dos decisores políticos do Reino Unido é da opinião que o forte crescimento dos salários, e uma contínua escassez de trabalhadores qualificados estão a contribuir para as pressões sobre os preços na economia. O BOE espera que o Reino Unido esteja em recessão até 2025.

Com as expectativas de um abrandamento do crescimento económico global, existe naturalmente preocupações em torno do crescimento económico também na África Subsariana, um abrandamento da procura global poderá ser negativo para o Continente, uma vez que a maioria das suas economias está orientada para a exportação de mercadorias.

Na África do Sul, o PIB recuperou mais do que o expectável assim espera-se um crescimento superior a 2% em 2022, esperando-se um crescimento mais suave em 2023, dado o abrandamento do crescimento global. O PIB real está agora firmemente acima das tendências pré-pandémicas.

O Banco de Reserva da África do Sul (SARB) aumenta as taxas de juro de referência em 325 p.p. para 7% em 2022.

É expectável que o rand permaneça volátil este ano, uma vez que enfrenta vários desafios globais e locais. No entanto, permanece apoiado por termos de troca elevados em 2023. Espera-se que o rand termine 2023 em R16,25/$ e com uma média de R16,61/$.

Economia de Angola

Visão Geral

O ano de 2022, em termos politicos ficou marcado pelas eleições presidenciais, as quais elegeram o Presidente João Lourenço para o seu segundo mandato (2022-2027), o qual salientou que o seu mandato se centraria numa maior transparência e eficiência das instituições governamentais.

O seu programa económico centrar-se-á na diversificação económica, criação de emprego, reforço da educação, modernização da administração pública, descentralização do Estado e expansão da saúde e saneamento básico.

Em relação à economia, o ano 2022 foi marcado pela contribuição do preço do petróleo para o crescimento económico de Angola, pois foram atingidos valores recordes nos mercados internacionais, o que ajudou a reforçar ainda mais o Kwanza, reduzir a inflação e assegurar um excedente fiscal, tudo isto crucial para ajudar a restaurar a estabilidade macroeconómica. Como resultado existe uma estimativa de crescimento do PIB de 2,9% y/y para 2022.

As expectativas de abrandamento da economia global em 2023, assim como uma estabilização dos preços do petróleo e o investimento moderado podem contribuir para que o PIB Angolano diminua para 1,8% y/y em 2023.

O investimento no sector petrolífero continua a ser pouco significativo, o que pode não ajudar a reavivar a estagnação da produção petrolífera (que permaneceu mais ou menos estável em cerca de 1,1 m bpd em 2022). Devido a este cenário a maioria das previsões de crescimento económico para o ano de 2023 têm sido revistas em baixa.



Apesar dos progressos nas reformas estruturais desde 2018, destinadas a tornar as economias tanto petrolíferas como não petrolíferas mais atractivas para os investidores, tem havido pouca conversão do sector petrolífero, isto é, continua a haver uma grande dependência deste sector.

O Governo tem feito esforços, culminando numa notável reforma, na sua busca de diversificação da economia, longe do petróleo. Por exemplo, a luta para eliminar a corrupção tem sido notável, o que resultou na retirada de Angola da "lista cinzenta" no âmbito do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI).

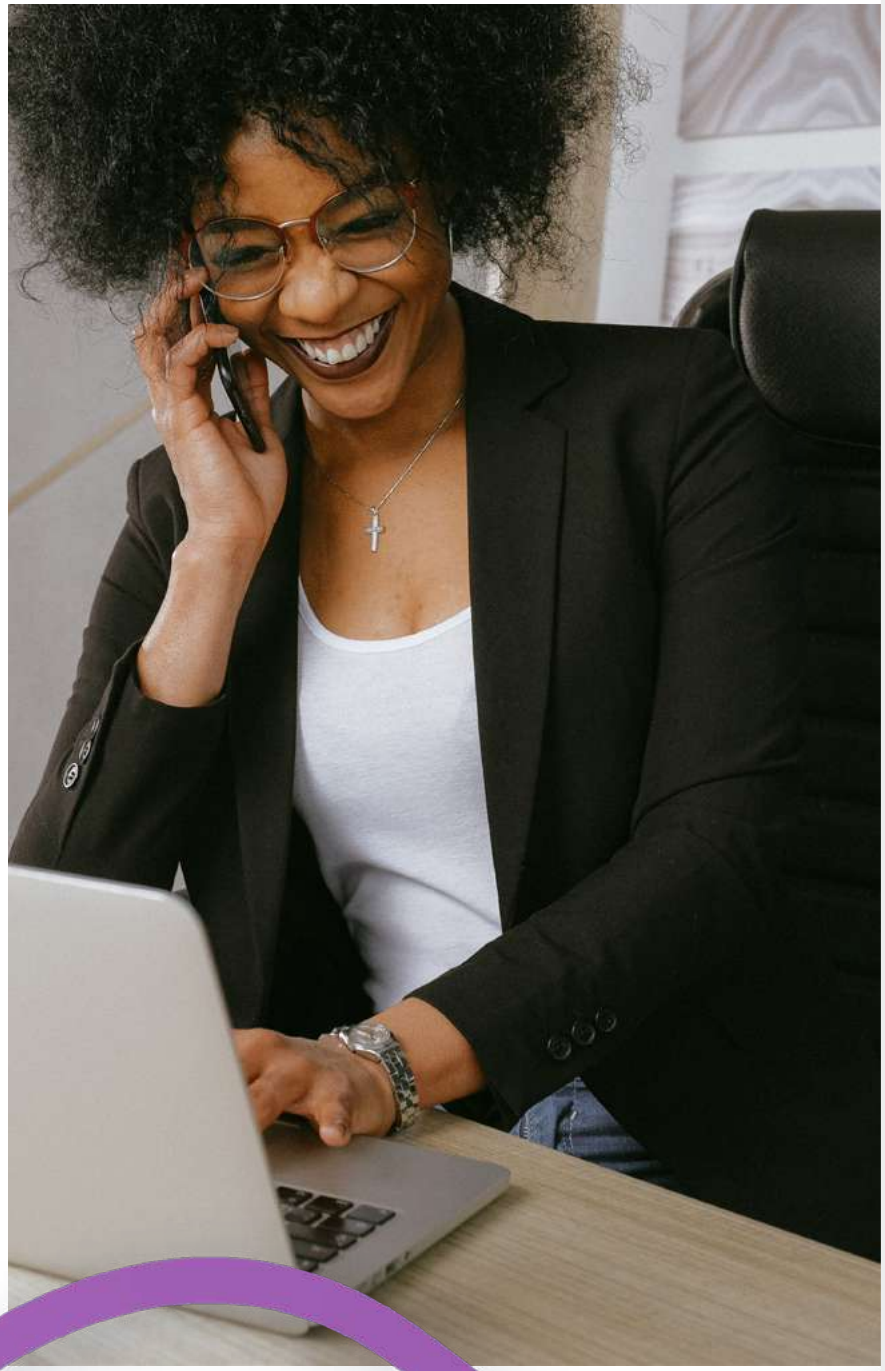
Além disso, os progressos na implementação do IVA para bens a 14% ajudam a diversificar as fontes de receitas governamentais, afastando-as da dependência do petróleo, sendo também perceptíveis os esforços de privatização.

O Governo está também a procurar criar um ambiente mais favorável para as companhias petrolíferas, na sequência da formação da Agência Angola de Gás Petrolífero e Biocombustíveis, que a separa da Sonangol.

De facto, isto deverá ajudar a fomentar um quadro regulamentar mais favorável e previsível para o sector petrolífero, o que poderá ajudar a sustentar o declínio do investimento nesse sector.

No orçamento governamental de 2023, para apoiar a economia não-petrolífera e criar empregos, o Governo irá concentrar-se em três programas para aumentar a produção de cereais, gado e pescas, aliviando assim tanto a inflação como as pressões sociais.

O BNA reduziu a principal taxa de política em 150 p.p., para 18% em Janeiro de 2023 devido à diminuição das pressões inflacionistas, bem como ao alinhamento das condições monetárias com o objectivo da inflação a médio e longo prazo. É provável que este ano se verifiquem mais cortes na taxa de política monetária. O BNA prevê que a inflação continue a trajectória de desaceleração em 2023, terminando o ano entre 9% y/y - 11%. A inflação diminuiu para 13,9% y/y no final de 2022, de 27% y/y no final de 2021.



Balança de Pagamentos

Preços do petróleo mais estáveis, durante 2023, podem moderar o excedente da balança corrente (C/A) para 6.2 mil milhões de dólares americanos, ou 5,5% do PIB, a partir de uma estimativa de 11.5 mil milhões de dólares americanos, ou 9,8% do PIB em 2022.

Isto reflectiria uma queda esperada de 15,7% y/y nas exportações para 41 mil milhões de dólares americanos, principalmente devido aos preços, uma vez que a produção de petróleo pode crescer 0,6% y/y em 2023, para 1,144m bpd, com a produção de gás a aumentar 10,1% y/y, para114k BOE/d.

As importações podem diminuir cerca de 9% y/y, não se prevê qualquer correcção material na taxa de câmbio este ano, mesmo durante bolsas de liquidez FX inadequada.

Angola continua altamente dependente do seu sector petrolífero, que representa mais de 95% das exportações, quase 50% das receitas fiscais, e perto de 30% do PIB. Isto, combinado com um elevado serviço da dívida externa.

O investimento directo estrangeiro líquido (IDE) permanecerá provavelmente negativo porque os fluxos de saída do sector petrolífero relacionados com investimentos passados ainda excedem o investimento interno.

Apesar do aumento das exportações em 2022 em 43% y/y, para 48.3 mil milhões de dólares americanos, à medida que os preços do petróleo aumentaram para USD 101/bbl, de USD 71/bbl, as reservas cambiais diminuíram 6,6% y/y, para 14.5 mil milhões de dólares americanos no final de 2022.

11 Perspetiva Cambial

O Kwanza parece estar prestes a desvalorizar-se este ano devido a receitas de exportação mais suaves. Contudo, como acontece com muitas outras moedas no continente, tal desvalorização do Kwanza não reflectirá totalmente as prováveis pressões de liquidez cambial.

Em 2022, um ano de força global do Dólar Americano, o Kwanza apreciou-se cerca de 10,2% em relação ao Dólar Americano, fechando o ano a uma taxa de câmbio oficial de 503,7, depois de ter ganho 18,4% em 2021, reflectindo tanto os preços favoráveis do petróleo como do financiamento externo.

O investimento directo estrangeiro líquido (IDE) permanecerá provávelmente negativo, porque os fluxos de saída do sector petrolífero relacionados com investimentos passados ainda excedem o investimento interno.

Apesar do aumento das exportações em 2022 em 43% y/y, para 48.3 mil milhões de dólares americanos, à medida que os preços do petróleo aumentaram para USD 101/bbl, de USD 71/bbl, as reservas cambiais diminuíram 6,6% y/y, para 14.5 mil milhões de dólares americanos no final de 2022.





Política Monetária

É expectativa do mercado que durante o 2023, as taxas de juro de referência sejam novamente reduzidas, tal como ocorreu em Janeiro com um corte de 150 p.p. para 18%. O BNA prevê uma inflação no final do ano de 2023, entre 9% y/y e 11% y/y.

O BNA tem permitido que as taxas de juro reais se tornem positivas desde Agosto, quando a inflação diminuiu abaixo do nível da taxa BNA de 20%. Após as eleições gerais, o BNA reduziu a taxa de política monetária em 50 p.p., para 19,5%.

A inflação ainda estava em declínio, mas permaneceu relativamente elevada, e o Kwanza estava prestes a iniciar uma correcção. A correcção do Kwanza tornou-se mais pronunciada em Outubro, quando a moeda perdeu mais de 4% para o Dólar Americano num único dia, à medida que a venda cambial do Tesouro terminava,

A inflação diminuiu (para 13,9% y/y Dezembro), a mais baixa desde algum tempo, uma vez que os subsídios aos combustíveis ajudaram a manter os preços estáveis, e a inflação dos alimentos, na sua maioria importados, desacelerou, e os efeitos de base favoráveis foram reproduzidos.

A volatilidade dos preços do petróleo, e a forte dependência de alimentos e combustíveis importados exigirão prudência na política monetária para subjugar a inflação. Afinal de contas, um kwanza mais fraco poderia alimentar a inflação importada.

O Governo prevê uma média de inflação de 11%, para o orçamento de 2023.

O Governo planeia reduzir a taxa de IVA para 5%, de 14%, sobre produtos de base, e implementar uma isenção de IVA sobre bens importados devidos por subvenções de assistência humanitária.

Política Fiscal

O orçamento governamental, para o ano 2023, visa um excedente de 0,9% do PIB, a partir de excedentes estimados de 2,7% do PIB em 2022 e 4% do PIB em 2021.

Algum espaço fiscal foi criado por uma despesa prudente, bem como por um forte desempenho das receitas do sector petrolífero devido ao dinamismo dos preços do petróleo. Isto pode reduzir ainda mais o stock da dívida pública este ano.

O orçamento do Governo assume um preço médio do petróleo de USD75/bbl para 2023, depois de um USD59/bbl conservador no orçamento original de 2022.

As receitas crescem 15,7% y/y, ou 22,1% do PIB, com um crescimento das despesas (excluindo reembolsos de empréstimos e outras transacções financeiras) de 10,9% y/y, 21,1% do PIB, permitindo um provável excedente de 2023.

Há um aumento material nos reembolsos de capital da dívida externa em 2023, porque parte da dívida à China (que beneficiou de uma moratória de 3 anos do capital desde 2020, quando a pandemia viu um colapso nos preços do petróleo) terá de ser reembolsada.

Está prevista para 2023 uma factura global de juros de Kz 2 440 8 mil milhões, o que representa um declínio de 19,2% face ao orçamento do ano passado de Kz 3 020 mil milhões, o que reduz o rácio juros/receitas para 18,1%, de 26%.

Cenário de crescimento económico a médio prazo

	Q1:23	Q2:23	Q3:23	Q4:23	Q1:24	Q2:24	Q3:24	Q4:24	Q1:25	Q2:25	Q3:25	Q4:25	Q1:26	Q2:26	Q3:26	Q4:26
Cenário Base																
GDP (% y/y) pa	1,8	2,1	1,5	1,8	2,5	1,5	2,1	2,1	1,8	1,7	1,5	1,7	1,4	1,2	1,1	1,2
CPI (% y/y) pe	10,9	11,4	12,8	14,4	15,4	15	15	14,1	13,6	14,3	13,6	14,5	15	14,7	15,4	14,7
Policy rate (%) pe	16	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5
3-m rate (%) pe	5,8	5,7	5,7	6,8	5,7	5,7	5,7	6,1	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7
6-m rate (%) pe	7,3	7,2	7,5	7,7	7,9	7,8	7,8	7,7	7,6	7,7	7,6	7,7	7,8	7,8	7,9	7,8
USD/Kz pe	519,4	535,2	551,4	568,1	583,6	599,5	615,8	632,6	647,9	663,5	679,6	696	710,8	725,8	741,1	756,8

Fonte: Banco Nacional de Angola; Bloomberg; Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

Notas: pa - period average; pe - period end

Indicadores Anuais

	2018	2019	2020	2021	2022e	2023f	2024f
Output							
Population (million)	29,3	30,2	31,4	32,1	33,1	34,1	35,2
Nominal GDP (Kz bn)	25 627.7	30 330.4	31 700.8	44 537.6	54 223.7	61 012.4	69 971.9
Nominal GDP (USD bn)	101,4	83,2	54,8	71,4	117,8	113,4	116,1
GDP / capita (USD)	3 466.3	2 756.7	1 743.1	2 223.2	3 560.7	3 323.6	3 302.5
Real GDP growth (%)	-1,3	-0,7	-5,7	1,1	2,9	1,8	2,1
Oil output ('000 bpd)	1 477.7	1 383.1	1 271.5	1 124.5	1 136.9	1 144.0	1 139.5
LNG output ('000 BOE/d)	115,3	140,7	146	120,5	104	114,5	128
Central Government Operations							
Budget balance / GDP (%)	2,1	0,6	-2	4	2,7	0,9	1,5
Domestic debt / GDP (%)	30,7	34,6	36,1	24,1	18,7	17	15,8
External debt / GDP (%)	46,3	59,5	91,4	71,8	39,8	40,9	38,1
Balance of Payments							
Exports (USD bn)	41,4	35,2	21	33,7	48,3	40,7	44,8
Imports (USD bn)	-25,9	-22,3	-15,1	-18,8	-27,2	-24,7	-22,4
Trade balance (USD bn)	15,5	12,9	5,9	14,8	21,1	15,9	22,4
Current account (USD bn)	7,4	5,1	0,9	8,4	11,5	6,2	12,5
- % of GDP	7,3	6,2	1,6	11,8	9,8	5,5	10,8
Financial account (USD bn)	-7,8	-3,2	-3,4	-7	-6,9	2,7	5,8
- FDI (USD bn)	-6,5	-1,7	-2	-3,3	-4,4	-4,1	-4,2
Basic balance / GDP (%)	-0,4	2,3	-4,5	1,9	3,9	7,8	15,8
FX reserves (USD bn) pe	16,2	17,2	14,9	15,5	14,5	13,4	13,7
- Import cover (months) pe	7,5	9,3	11,8	9,9	6,4	6,5	7,3
Sovereign Credit Rating							
S&P	B-	B-	CCC+	CCC+	B-	B-	B-
Moody's	B3	B3	Caa1	B3	B3	B3	B3
Fitch	B	B	CCC	CCC	B-	B-	B-
Monetary & Financial Indicators							
Headline inflation (%) pa	19,6	17,1	22,3	25,8	21,4	12,3	14,9
Headline inflation (%) pe	18,6	16,9	25,1	27	13,9	14,4	14,1
M2 LCY money supply (% y/y) pa	0,3	2,7	11,9	13,4	17,2	14,1	9
M2 LCY money supply (% y/y) pe	-6,2	14,1	20,7	1	15,3	16,2	8,7
Policy interest rate (%) pa	17,25	15,58	15,5	17,75	19,83	16	15,5
Policy interest rate (%) pe	16,5	15,5	15,5	20	19,5	15,5	15,5
3-m rate (%) pe	13,6	9,5	19	19,4	7,3	6,8	6,1
1-y rate (%) pe	19	14,7	20,8	17	11	10	9,3
USD/Kz pa	252,8	364,6	578,4	624,1	460,3	538,1	602,4
USD/Kz pe	308,6	482,2	656,2	555	503,7	568,1	632,6

Fonte: Banco Nacional de Angola; Bloomberg; Instituto Nacional de Estatística; Standard Bank Research

Notes: pa - period average; pe - period end; na - not available; nr – not rated

3.2 Números Alcançados

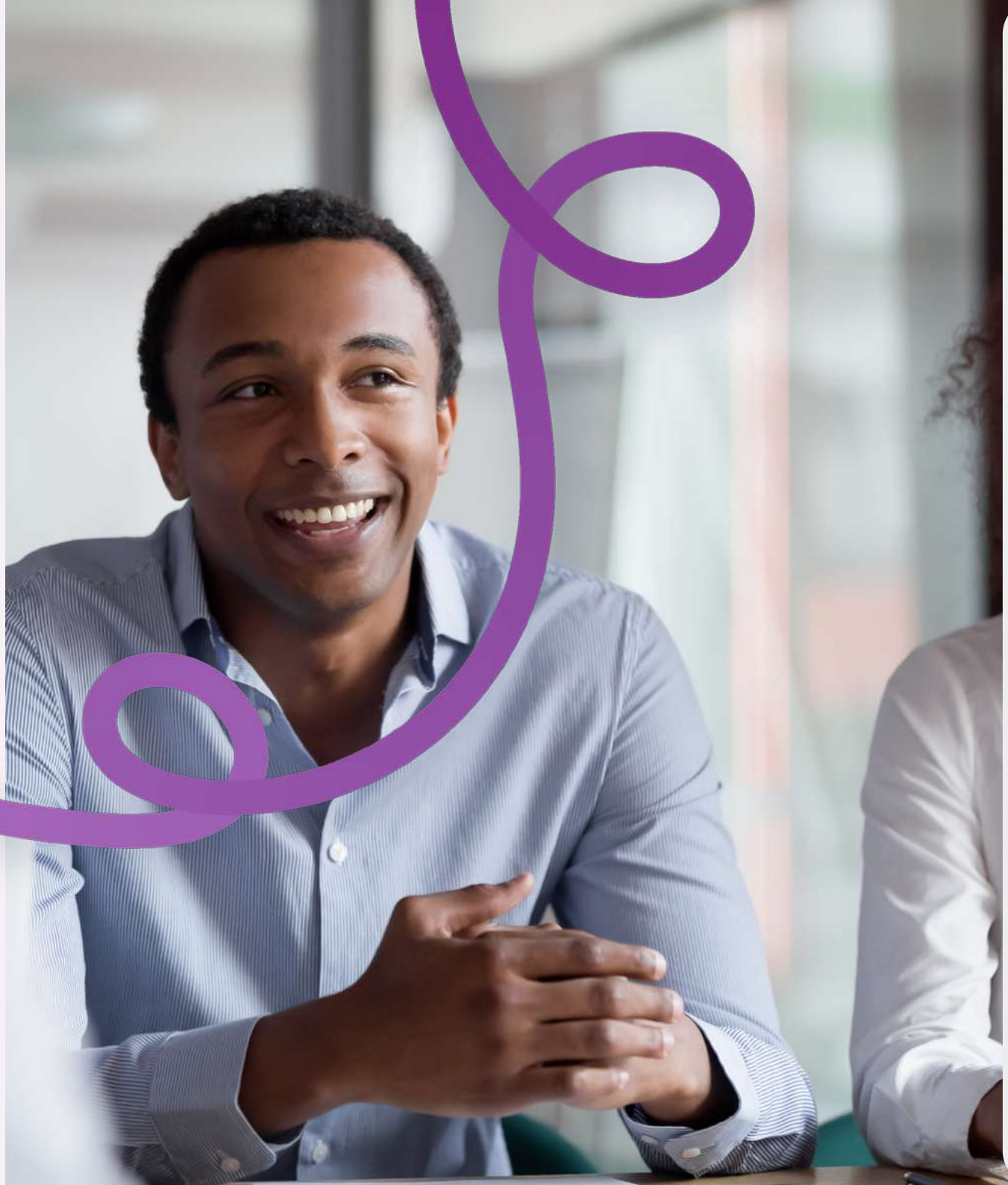


INDICADORES ACTIVIDADE (MILHÕES DE KWANZAS)	DEZEMBRO 2022	DEZEMBRO 2021	VARIAÇÃO
Margem Financeira	79 954	76 389	5%
Resultado Líquido	65 657	75 736	-13%
Rácio de Eficiência *(cost-to-income)*	38%	32%	6 p.p.
Activo Total	1 080 819	968 274	12%
Crédito Concedido	303 941	238 959	27%
Qualidade de Crédito –			
Cobertura de imparidade para crédito sobre crédito concedido	2%	2%	0 p.p.
Crédito em incumprimento (+90 dias) sobre crédito concedido	0,4%	0,3%	0 p.p.
Depósitos	743 388	678 258	10%
Rácio de Transformação	40%	35%	5 p.p.
Capital Próprio	198 876	169 486	-1%
Return On Equity	36%	53%	-17 p.p.
Rácio Solvabilidade	35%	45%	-10 p.p.
Clientes Activos	77 130	51 654	25 476
Colaboradores	679	652	27
Posto de Atendimento	59	35	24
ATM's	99	91	8

3.3 Proposta de Valor

Seguindo as directrizes do Grupo, o SBA destaca-se pelos seus valores, basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura do Banco reconhece que a forma "como faz" é tão importante quanto "o que faz".



A proposta de Valor

A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permite ao SBA oferecer aos Clientes uma diversificação de produtos, bem como o aumento da qualidade dos mesmos, posicionando assim o Banco num patamar de excelência na sua oferta e actuação.

A execução bem-sucedida da estratégia de negócio torna o Banco mais robusto e capaz de criar valor sustentável a longo prazo, para todos os *Stakeholders*.

Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal com o objectivo de definir os recursos a alocar para implementar projectos ou programas que visam alcançar os seus objectivos estratégicos.

Estratégia

1. O investimento ou oportunidade está alinhado com a estratégia do Banco?
2. Cria valor para os Clientes e suporta a capacidade de entregar uma oferta de serviços financeiros integrados?
3. Impulsiona o crescimento de Angola?

não >

sim

Capacidade

O investimento ou oportunidade está de acordo com o apetite de risco e recursos disponíveis, e pode ser entregue através da experiência do Banco , processos e plataformas digitais?

não >

sim

Valor

O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e / ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?

não >

sim

✓ **O investimento ou oportunidade será priorizado tendo em consideração os recursos disponíveis a cada momento.**

✕ **O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um *trade-off* de decisões ou mesmo a não ser aprovado.**

Valor Gerado

77 130
CLIENTES ACTIVOS

AUMENTO DA BASE DE CLIENTES

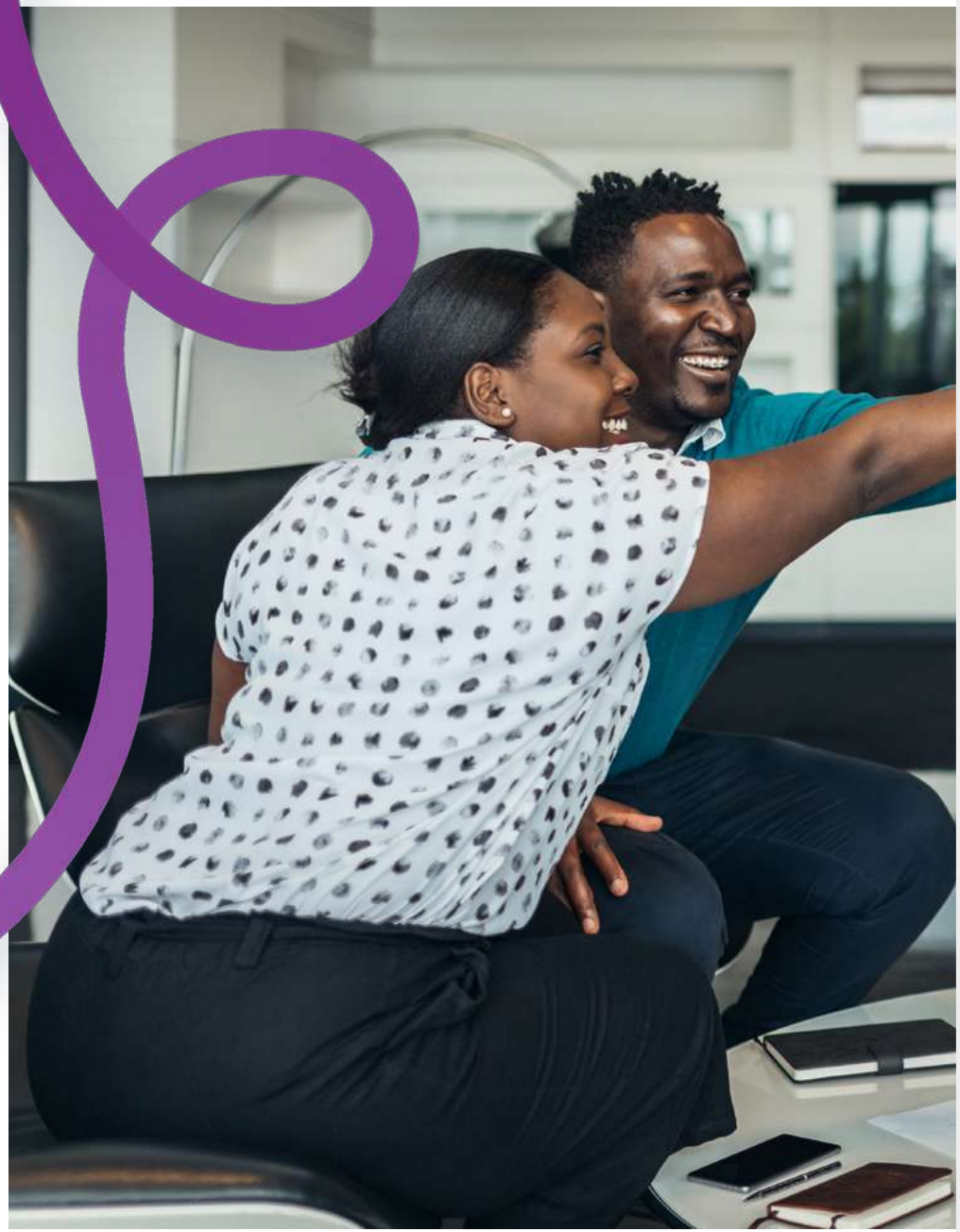
Crescimento da base de Clientes através de soluções digitais, fomentando a inclusão financeira.

+

113 063
HORAS DE FORMAÇÃO EM SALA

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

A aposta na formação e capacitação, através do desenvolvimento de competências para o Futuro, demonstra que os Colaboradores são o activo mais importante do SBA.





35%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE

CAPITAL E RÁCIOS DE LIQUIDEZ ROBUSTOS

Manter níveis de capital e liquidez robustos, de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza, mudanças, e potenciar o crescimento.

+

303 941
MILHÕES DE KWANZAS

APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E AO CRESCIMENTO DA ECONOMIA ANGOLANA

Através de financiamentos a Clientes, com objectivo de fomentar a diversificação e crescimento da economia Angolana.

3.4 A Estratégia do Standard Bank de Angola

A Estratégia do SBA é focada no Cliente, sustentada pelo propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que lhes tragam mais valias.

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, tendo uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, o que significa uma grande diversidade de Clientes e Colaboradores. Por isso, requer um foco claro para cumprir os objectivos estratégicos.

A Estratégia

Foram definidos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação e prazos de cumprimento, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua implementação.

O Propósito SBA

A razão pela qual o SBA se tornou uma referência em Angola

"Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento"

Os Valores SBA

Os valores do SBA servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

- Ser pró-activo
- Apostar no crescimento das nossas pessoas
- Elevar constantemente a fasquia
- Privilegiar o trabalho em equipa
- Promover o respeito entre todos
- Atender às necessidades dos Clientes
- Manter altos níveis de integridade

A Visão SBA

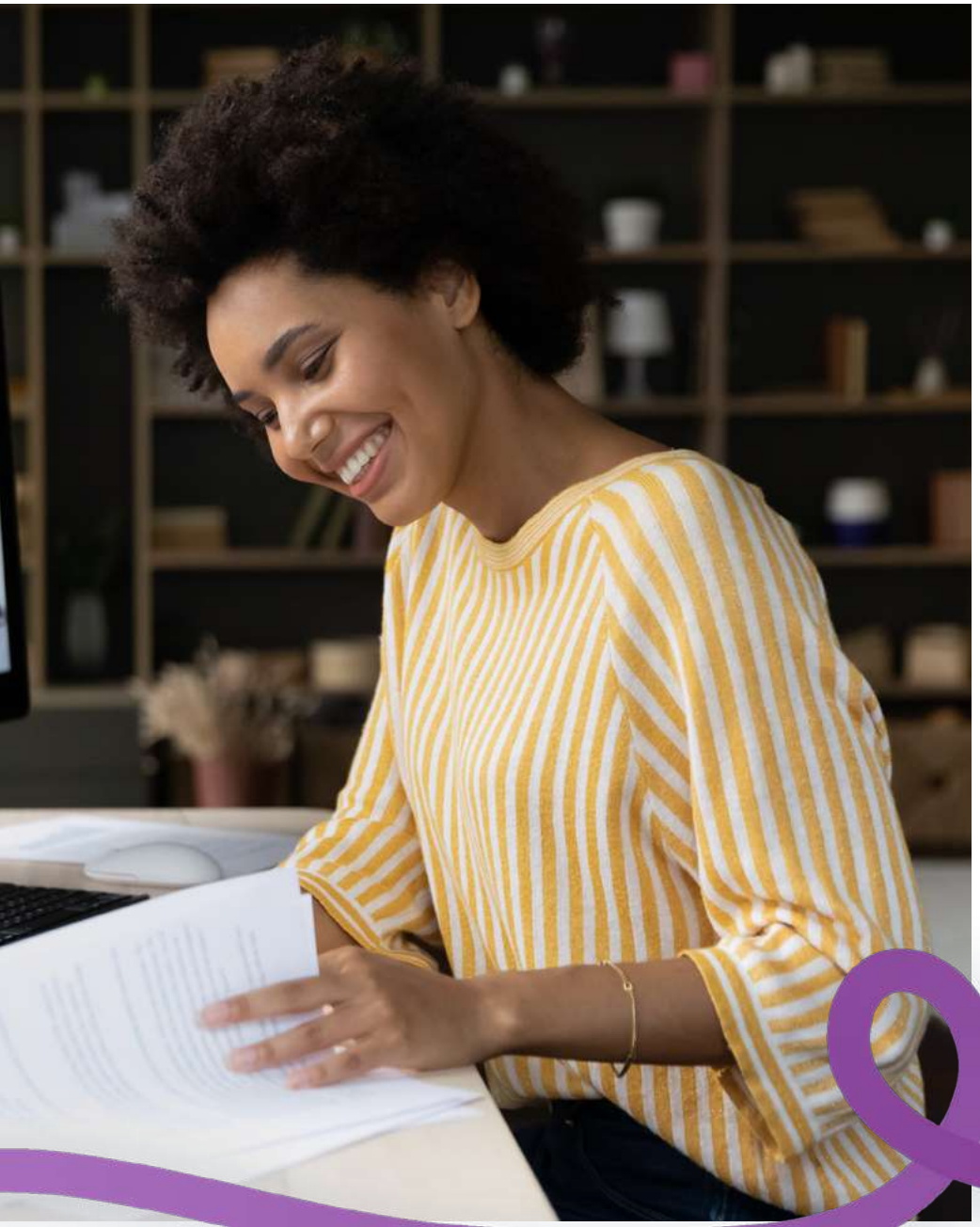
O que o Banco espera alcançar

Ser o líder em serviços financeiros em Angola, entregando experiências excepcionais e de valor acrescentado ao Cliente.

A Cultura SBA

O propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a cultura SBA.

A cultura do SBA compreende características necessárias para alcançar a estratégia definida, e é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.



Os Pilares Estratégicos

O que é preciso para executar a Estratégia
Permite direccionar os esforços, para a priorização e alocação dos recursos.

A Estrutura de Execução

Quando precisamos de executar
Permite a definição de expectativas para que as linhas de negócio possam planear e entregar as prioridades de curto prazo e aspirações de médio e longo prazo.

As Métricas

Como medimos a execução da nossa estratégia
Permite medir o progresso em relação ao prazo de execução das metas definidas.

FOCO NO CLIENTE

Clientes no centro de tudo o que fazemos.

Disponibilizar ao Cliente uma oferta de produtos que vão de encontro às suas expectativas e necessidades.

PESSOAS E CULTURA

Os Colaboradores são o principal activo do Banco.

O desempenho dos Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco.

O Banco investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

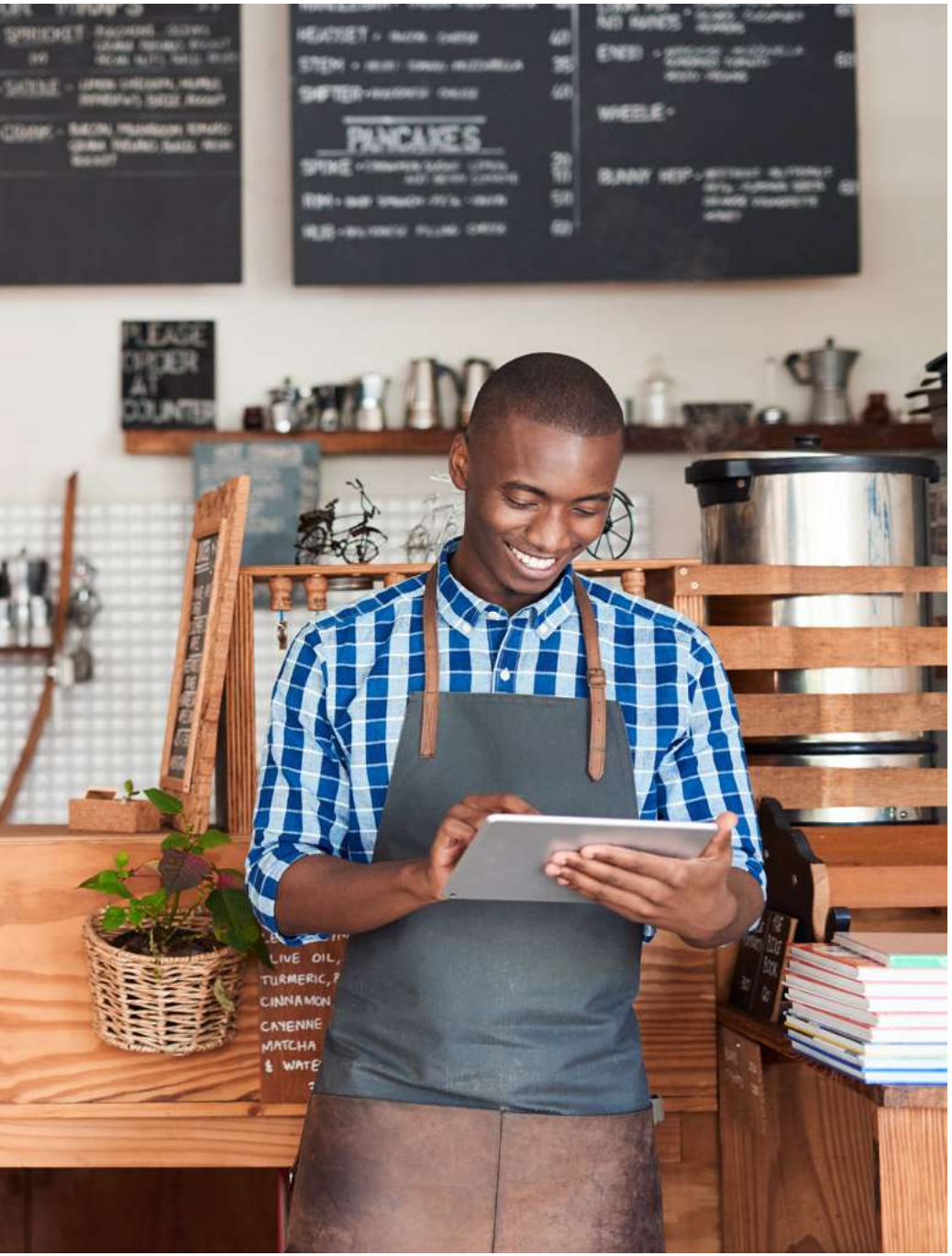
DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Uma maior e melhor experiência digital para Clientes e Colaboradores.

A digitalização dos produtos e processos melhora a forma como servimos os Clientes.

A digitalização permite criar, em tempo real, experiências personalizadas, seguras e relevantes para os Clientes e Colaboradores.





FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é oferecer ao Cliente uma **experiência única e personalizada**, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades, com os seguintes objectivos estratégicos:

- **Re-imaginar** a experiência do Cliente
- **Antecipar as necessidades** futuras dos Clientes
- Fomentar a **inclusão financeira**

PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como **o activo mais importante**, desta forma são um pilar essencial para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos mesmos está directamente associada ao grau de satisfação dos Clientes. Foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

- Desenvolver **futuros líderes de Angola**
- Ser uma **organização ágil** e em constante aprendizagem
- Ter uma **ADN** Digital

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A aposta na digitalização é **fundamental para o Banco adoptar as melhores práticas, e oferecer os melhores serviços e produtos**, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adopção de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente. Foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

- **Conduzir a Transformação Digital** através da digitalização do core para melhorar a eficiência operacional e a experiência do Cliente e dos Colaboradores.
- Diversificar os produtos do Banco, investindo em **novos serviços disruptivos, mais evoluídos** que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção de Clientes
- **Criar serviços de banca diferenciadores e disruptivos,** integrando diferentes *players* do mercado, para fornecer aos Clientes serviços *end-to-end*, num ecossistema único.

A Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2023

- **Oferecer uma experiência consistente e de excelência** aos Clientes;
- **Acelerar a digitalização** para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- **Suportar o crescimento dos Colaboradores** e prepará-los para as competências necessárias para o futuro;
- Continuar a **gerar retorno aos Accionistas**.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2024 - 2025

- Assegurar que o **Cliente está no centro de tudo** o que o Banco faz;
- Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para **oferecer serviços e produtos inovadores**;
- Remodelar as infra-estruturas para **continuar relevantes e competitivos na era digital**.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2026

- **Ser um Banco verdadeiramente digital** e com impacto positivo nas comunidades;
- **Verdadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que os Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- **Verdadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os Clientes



As Métricas do SBA



FOCO NO CLIENTE

- Aumentar a base de Clientes activos;
- Melhorar a satisfação do Cliente;
- Optimizar a notoriedade da Marca Standard Bank em Angola.

Proporcionar uma experiência excepcional aos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos.

PESSOAS E CULTURA

- Garantir a existência de planos de sucessão apropriados para todas as funções-chave;
- Melhorar a satisfação dos Colaboradores e aumentar a percentagem de retenção.

Manter o Standard Bank de Angola na âmbição dos profissionais que buscam um desenvolvimento de excelência.

RISCO & CONDUTA

- Garantir auditorias internas e externas satisfatórias e o cumprimento das datas de resolução das situações identificadas;
- Garantir o cumprimento das políticas e procedimentos internos.

Concretizar os negócios certos de forma correcta.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir a integração e coordenação dos diversos sistemas de informação;
- Garantir uma tomada de decisão mais eficiente.

Entregar os produtos/serviços ao Cliente de forma rápida e eficaz.

RESULTADO FINANCEIROS

- Aumentar a remuneração do Accionista e optimizar a Gestão de custos;
- Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Entregar Valor a todos os *Stakeholders*

AMBIENTE ECONÓMICO E SOCIAL

- Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- Fazer a diferença na comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciada.

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns.

A apreciação dos Colaboradores

Não existem empresas sem pessoas. A exigência e o apoio dos Colaboradores é fulcral para o sucesso do SBA. É sempre tempo e o momento de lhes agradecer o trabalho e de valorizar o empenho. É por causa deles que tudo é possível.



04
A Operacionalização de uma Estratégia

2022 foi um ano com muitos desafios internos e externos, mas o SBA manteve sua excelência. Acreditamos que, ao colocar o Cliente no centro de tudo o que fazemos, podemos superar obstáculos e alcançar resultados excepcionais.

4.1. Foco no Cliente **61**
- Banca Corporativa e de Investimento 63
- Clientes Comerciais e de Negócios 73
- Clientes de Consumo e de Elevado Património 83
- Ações realizadas para os Clientes SBA 89

4.2. Pessoas e Cultura **99**
- Pessoas e Cultura 100
- Ações realizadas para os Colaboradores SBA 113

4.3. Risco e Conduta **121**
- O Sistema de Controlo Interno 123
- O Modelo de Gestão de Risco 155

4.4. Excelência Operacional **187**
- Soluções para Clientes 188
- Inovação 195
- Engenharia 197

4.5. Indicadores Financeiros **201**
- Os Indicadores do SBA 202

4.6. Impacto Relevante na Sociedade **215**
- Responsabilidade Social 216

4.1 Foco no Cliente

O Banco oferece aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. A ambição do SBA é conhecer as necessidades e sonhos dos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos, seja física ou digital.





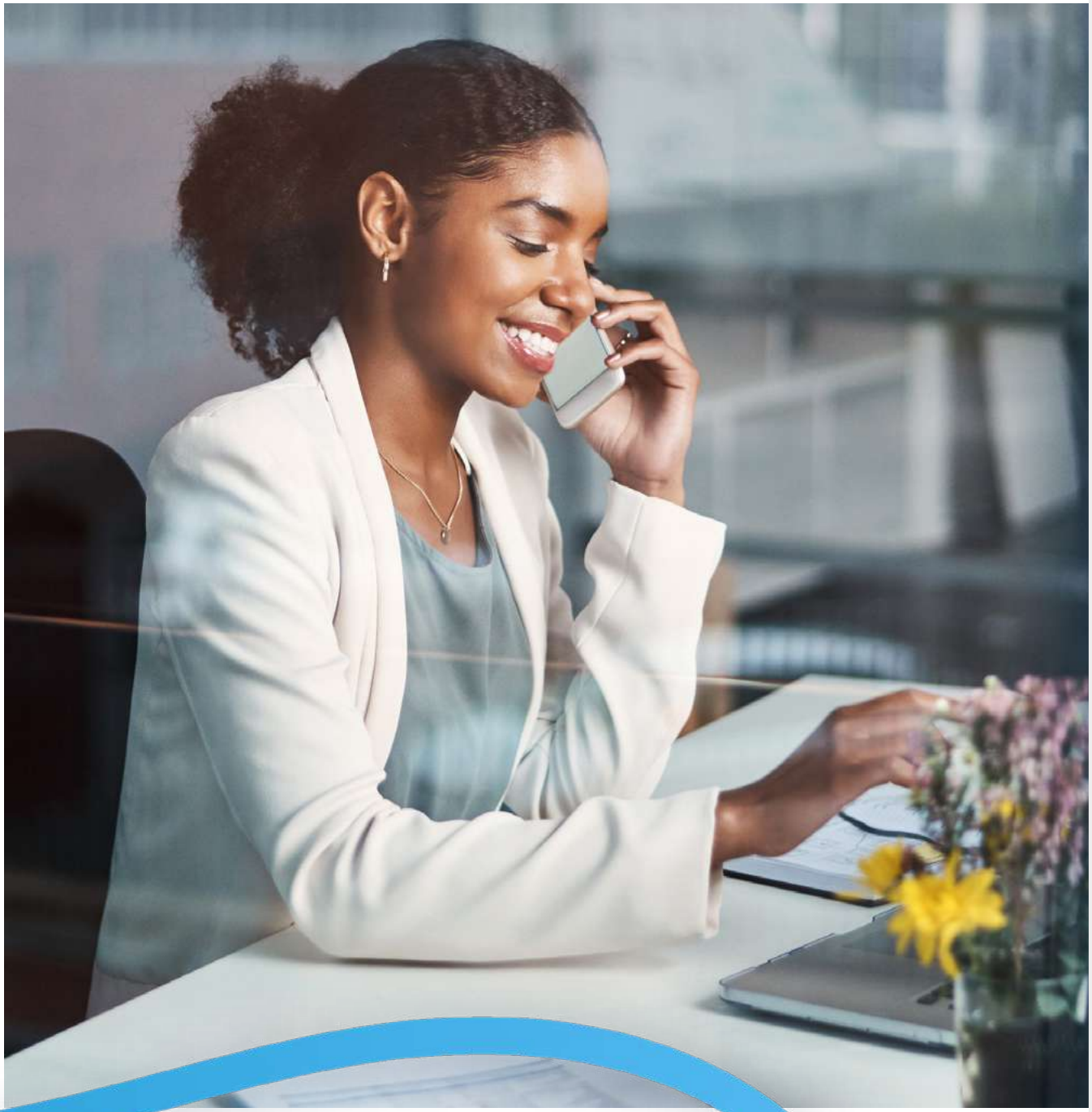
Tornamos possível os sonhos dos nossos Clientes

Banca Corporativa e de Investimento (CIB)

A abordagem do CIB é centrada no Cliente que é um dos principais pilares estratégicos do negócio, garantindo que a Banca Corporativa e de Investimento está em constante evolução para oferecer soluções que vão ao encontro das necessidades, em constante mudança, dos seus Clientes.

Com o objectivo de continuar a impulsionar a adopção e o compromisso com soluções digitais, o Banco oferece soluções holísticas no mercado em que opera, fornece experiências consistentemente excepcionais aos Clientes e cria uma rede de parceiros e dispositivos para atender às necessidades dos Clientes.

O SBA fornece às grandes empresas, instituições multinacionais e nacionais, consultoria especializada, soluções de suporte transaccional, comercial e financeiro.



Oferta da Banca Corporativa e de Investimentos

BANCA CORPORATIVA E DE INVESTIMENTO

Banca de Investimento

Financiamento

- Estruturação financeira
- Empréstimos MLP
- *Leveraged & Acquisition Finance*
- *Project Finance*
- Financiamento imobiliário

Advisory

- Avaliações de empresas
- Fusões e aquisições
- Dívida de Mercado de Capitais
- *Capital Raisings*
- Assessoria de *Rating*

Sala de Mercados

- Moedas estrangeiras à vista e a prazo
- Operações de *Swaps* cambiais e produtos derivados
- Opções cambiais
- Transacções de notas
- *Global Market Research*
- Instrumento de dívida pública
  - BT
  - OT indexados e não indexados
- Depósitos indexados

Banca Transaccional

- Soluções integradas e inovadoras de pagamentos e transferências
- Soluções para Gestão de Tesouraria
- Comércio Internacional (*Trade*)
  - Cartas de Crédito
  - Garantias Bancárias
  - Remessas documentárias
- Custódia de valores

Banca Corporativa

- Originação, acompanhamento e Gestão da relação com os Clientes de grandes empresas

Produtos

Serviços

Organograma da Banca Corporativa e de Investimento

A diversidade impulsiona a inovação e permite responder, de forma mais adequada, às necessidades dos Clientes. Assim, o CIB está comprometido em construir uma cultura inclusiva e envolvente, onde todos são valorizados pelas suas diferenças e são capacitados para trazer para o local de trabalho as suas diferentes perspectivas e ideias.




Serviço de
excelência
em todos os
momentos

Desempenho da Banca Corporativa e de Investimento

Mercado Cambial

O Standard Bank de Angola é um dos principais intervenientes, destacando-se entre os maiores *traders* no mercado cambial *spot* e a prazo. Com a contínua liberalização do mercado cambial, o Banco tem aumentado a sua participação no mercado. A abordagem de negociação baseada nos pilares de Gestão de volume e relacionamento ajudou a posicionar o SBA como o Banco preferencial das empresas operadoras, garantindo uma quota superior a 80% dos petrodólares provenientes do sector petrolífero e subsequentes vendas no interbancário, equivalente a 327 milhões de dólares americanos.

A qualidade do desempenho do SBA foi reconhecido pela Global Finance como "Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola em 2021" e "Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola em 2021".

Os bons resultados obtidos durante o ano de 2022 reflectem a força da marca Standard Bank, com mais de 160 anos de experiência, e assente em dois eixos estratégicos fundamentais: "o que fazemos e como o fazemos", num contexto em que a economia mundial está fortemente caracterizada pelo agravamento do conflito no Leste da Europa, tensões geopolíticas, desafios crescentes na cadeia logística de distribuição e interrupções no comércio internacional,

A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, apreciou desde o final do Dezembro de 2021 até Dezembro de 2022, aproximadamente 9,2%. No final de Dezembro de 2022 o Standard Bank de Angola comprou um total de 3.5 mil milhões de dólares americanos, fruto da melhoria dos termos de troca e aumento do preço do petróleo.

Os resultados das operações cambiais no ano de 2022 ascenderam a 64.47 milhões de dólares americanos, um aumento de 126% face ao mesmo período do ano anterior.

Mercado de Capitais

O ano de 2022 ficou marcado pela implementação do mercado Repo, tendo o Standard Bank de Angola realizado a primeira transacção de recompra (*Buy & Sell Back*) no mercado Angolano, em Maio 2022, mantendo assim um papel activo no desenvolvimento do mercado de capitais Angolano, em parceria com a BODIVA. O Standard Bank de Angola fez parte da iniciativa pioneira, lançada este ano pelo Ministério das Finanças, na identificação de Operadores Preferenciais para Títulos do Tesouro (OPTT) – na qual o SBA teve o privilégio de ser seleccionado entre três Bancos. Em Março 2022, o Standard Bank de Angola intermediou a execução da primeira transacção de obrigações para um Cliente Investidor Não-Residente – com um volume de 20 milhões de dólares americanos. Por outro, o Banco destaca a implementação do mercado de acções com a primeira Oferta Pública Inicial (IPO).

O Banco registou a quinta posição dos membros mais activos na Bolsa de Valores com base no volume transaccionado, no terceiro trimestre de 2022. Face ao período homólogo, o montante de transacções realizado na Bolsa de Valores pelo Standard Bank de Angola registou um aumento de mais de 200% face ao ano anterior, atingindo um total de 102.56 mil milhões de kwanzas. O aumento no valor de transacção foi verificado no mercado de forma geral, tendo a BODIVA registado um aumento no

montante transaccionado no mercado secundário de 121,78%. O Standard Bank de Angola tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do mercado Angolano através de vendas frequentes de divisas a outros Bancos comerciais e uma participação activa na BODIVA através da actividade diária no mercado secundário.

O SBA permanece bastante activo junto dos principais intervenientes do mercado de capitais, em temas relacionados com a regulamentação, implementação de novos produtos e questões operacionais, sempre no sentido de elevar o mercado aos níveis dos padrões internacionais.

O foco no Cliente continua a ser um dos pilares da estratégia do Standard Bank de Angola, e neste sentido, o Banco faz todo o esforço para estar cada vez mais próximo dos Clientes, oferecendo oportunidades de investimentos e soluções inovadoras.

O ano de 2022 foi mais desafiador para o mercado de capitais em Angola, sendo que a banca tem poucas alternativas de investimentos a curto prazo, num cenário em que se espera continuidade na adopção de políticas monetárias restritivas. Verifica-se um aumento da procura, uma redução significativa das taxas de remuneração dos instrumentos de dívida de curto e médio prazo.

O CIB permanece optimista em relação ao potencial do mercado, continua a zelar para a fomento de investimentos por não residentes, contribui para um maior desenvolvimento dos mercados financeiros Angolanos com vista a incluir instrumentos financeiros mais sofisticados, mantendo assim a presença e relevância do Standard Bank de Angola no mercado de capitais.

Canais de Distribuição

O foco estratégico nos canais de distribuição do Banco continua a apresentar resultados positivos. O SBA acredita que, com a estratégia em vigor, e à medida que a economia se reestabelece, se encontra bem posicionado para explorar mais oportunidades e aprimorar os seus compromissos a nível de canais de distribuição.

SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE VALORES

Regista-se um aumento no montante recolhido na ordem de 31% face ao ano de 2021, referente somente à Província de Luanda, como resultado de uma maior proximidade com os Clientes e recuperação no volume de vendas dos Clientes.

INTERNET BANKING

O número de transacções executadas pelo *Internet Banking* (*Business Online* - BOL) registou um acréscimo de 95%, comparativamente ao ano de 2021, e em termos monetários, registou-se um aumento a 61%, quando comparado ao ano de 2021.

Conquistas de 2022

- Aumento dos produtos oferecidos aos Clientes (*cross selling Products with GM and IB*).

- Aumento da penetração a nível dos TPA (33%) e recolha de valores (31%).

- Maior suporte e facilidade no crédito a curto prazo para empresas locais de grande porte.

- Sucesso na implementação dos Serviços de Débitos Diretos e certificação com a EMIS.

- Sucesso na melhoria da experiência do Cliente em canais electrónicos, para maior eficiência e satisfação dos Clientes, como por exemplo o envio de pagamentos ao estrangeiro pela plataforma de *Internet Banking*, pagamentos de impostos pela plataforma de *Internet Banking* e *Swift*, e oferta de soluções integradas com os sistemas ERP dos Clientes.

- Investimentos na estabilidade e segurança nos sistemas e meios electrónicos, e maior comodidade nos acessos.

- Programa de Privatizações de Angola: O Standard Bank desempenhou o papel de assessor financeiro na privatização do Banco de Comércio e Indústria, S.A. que foi concluída com sucesso, tendo sido o primeiro leilão em bolsa realizado em Angola.

- Alta participação de mercado para Dólar Americano comprando de empresas exportadoras (IOC e mineração).

- Participação activa no mercado interbancário de câmbio.

- Rápida execução de ordens de câmbio dos Clientes.

- O Standard Bank de Angola fez parte da iniciativa pioneira lançada este ano pelo Ministério das Finanças de identificar Operadores Preferenciais de Títulos do Tesouro – pois, o SBA detém um privilégio de elite que foi concedido apenas a três Bancos.

- O SBA possui uma carteira de investimentos robusta em termos de quantidade, retorno e duração média.

- Em Março de 2022, o Standard Bank de Angola intermediou na execução da primeira transacção de obrigações em nome de um investidor não residente - com um volume de 20 milhões de dólares americanos.

- A equipa de *Trading* do Standard Bank foi um participante activo no desenvolvimento do mercado de reporte Angolano em parceria com a BODIVA - executando a primeira transação de reporte no mercado Angolano, ocorrido em Maio.

- A equipa da Banca de Investimento foi mandatada como *Lead Arranger, Underwriter* e *Bookrunner* de um financiamento de *Pre-Export Finance* (“PXF”) no valor de 1.3 mil milhões de dólares americanos para ser utilizada para fins corporativos gerais e para financiar as necessidades de desenvolvimento da empresa. A transacção foi financiada por um sindicato de vários Bancos regionais e internacionais.

- A equipa da Banca de Investimento actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* para um financiamento de 2.5 mil milhões de dólares americanos tendo um compromisso de 250 milhões de dólares americanos a ser utilizado para fins corporativos gerais e para financiar as necessidades futuras da empresa. A transacção foi financiada por um sindicato de vários Bancos regionais e internacionais.

Principais Desafios de 2022

01 Política monetária restritiva, adoptada pelo BNA (taxa de Custódia)

02 Inconsistência na definição da taxa de câmbio do mercado

03 Inibição legislativa na promoção e diversificação de novos produtos

04 Longo tempo de resposta e burocracia na solicitação de aprovação de novas transacções feitas ao Regulador

05 *FX Forwards* ainda limitados para importação de bens e equipamentos.

06 Limite de posição cambial relativamente baixo e impactando a flexibilidade de comercialização e negociação de produtos bancários.

07 Aumento das taxas de juro que impactam negativamente os créditos e, consequentemente, o aumento do balanço.

08 Eleições em Agosto de 2022 geram um nível de incerteza no mercado.

09 Depreciação da moeda nacional verificada no período pós-eleitoral de Setembro a Outubro, fruto da escassez de divisas no mercado cambial, com impacto negativo na receita do Banco no referido período.

A Ambição do SBA para 2023

Manter a posição como #1 Banco para as empresas multinacionais

Aumentar o percentual das receitas das grandes empresa locais

Ser o Banco #1 no mercado para a Banca de Investimento, Sala de Mercados e Banca Transaccional.

Estratégia para 2023

A tecnologia mudou a forma como se vive e se trabalha, e os serviços financeiros não são diferentes. As expectativas que os Clientes têm do SBA estão a mudar radical e rapidamente, e a estratégia precisa de responder a essas expectativas. O SBA está a fortalecer as suas capacidades digitais e a integrar os negócios para transformar as experiências dos Clientes e impulsionar a eficiência operacional para um mundo radicalmente diferente. Assim, em 2023, irá dar-se continuidade ao investimento nos pilares da estratégia do SBA:

Foco no Cliente

2022 ficou ainda marcado por alguma incerteza relativamente à evolução da pandemia. Neste sentido, o Standard Bank manteve o compromisso de apoiar aos seus Clientes através dos diversos canais disponíveis, garantindo que todas as solicitações fossem atendidas de forma célere e eficaz. O SBA continua focado em simplificar e acrescentar valor aos negócios dos seus Clientes.

Em 2022 foi possivel retomar no formato presencial os "Foruns Económicos" organizados pela Banca Corporativa e de Investimento e apresentados pelo Economista do Grupo Standard Bank.

O objectivo de ser uma plataforma de negócio para os Clientes que queiram expandir em África está bem patente no ADN do Banco que continua a ter a missão de atrair investimentos estrangeiros para Angola e para os países onde o Grupo Standard Bank tem presença.



Eficiência Operacional

Os Clientes e o mercado procuram, cada vez mais, soluções inovadoras e de valor acrescentado. O Standard Bank está sempre a melhorar a experiência dos seus Clientes e, neste sentido, tem implementado um modelo de Cliente diferenciado, melhorado os canais online e as equipas estão a adaptar as suas competências para uma melhor parceria com os Clientes. Também tem procurado constantemente moldar os seus processos e defender algumas das principais iniciativas no mercado em todos os segmentos de Clientes.

Pessoas e Cultura

Gestão humanizada com foco no bem estar das pessoas, de forma a conseguir ser a melhor empresa para se trabalhar e a mais feliz.

As pessoas são o activo mais precioso e são essências para a transformação do Banco. Para tal, é essencial o investimento contínuo no desenvolvimento, sendo as *future skills* uma grande prioridade na atracção e retenção de talento.

O SBA irá continuar a recompensar o resultado do desempenho para a execução da estratégia de negócios, com objectivo de assegurar que os recursos são adequados aos propósitos, capacitá-los e impulsionar o seu crescimento.

Digitalização

A digitalização está a impulsionar a convergência de indústrias em todo o mundo, resultando em grupos tradicionais e serviços financeiros enfrentando uma série de novos concorrentes. Existem grandes oportunidades para organizações de serviços financeiros que são capazes de adaptar suas estratégias nestes tempos de mudança.

O SBA tem a ambição de ser uma instituição eficiente e moderna, que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI por meio da resiliência do sistema e prioriza a tecnologia e iniciativas digitais, garantindo assim, o foco nos investimentos.

Grande foco em alguns produtos e serviços, no próximo ano, tais como: débito directo, melhorias da plataforma de *Internet Banking*, *Mobile Money*, aplicativo para a Gestão de recolhas e outros.

Clientes Comerciais e de Negócios

Visão Geral

A Direcção de Pequenas e Médias Empresas (doravante denominada BCC) do Standard Bank de Angola, adopta um modelo organizativo muito específico, de forma a corresponder a todas as necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com a sua exigência.

O BCC proporciona uma nova visão estratégica dentro daquilo que são as prioridades dos Clientes do Banco, ou seja, apoia as suas necessidades de serviços financeiros tornando-se fundamental para o crescimento de um relacionamento sustentável e duradouro.

Esta Direcção disponibiliza um conjunto de produtos e serviços aos Clientes do Banco, como por exemplo crédito, produtos de seguro, recolha de valores, aconselhamento financeiro, sempre com o objectivo de captar novos Clientes, mas fundamentalmente de manter uma relação de parceria com os mesmos.





Construímos um relacionamento sustentável e duradouro

Estrutura Organizacional



A Direcção BCC está dividida em 7 novas áreas de modo a segmentar melhor os Clientes, garantindo maior atenção e acompanhamento face às suas necessidades. **Deste modo o Banco tem:**

01

Banca de Pequenas e Médias Empresas:

Deste segmento fazem parte os Clientes com facturação igual ou inferior a 3.5 milhões de dólares americanos. Os Clientes beneficiam de um *call centre* dedicado para garantir um serviço personalizado onde o maior foco é a banca transaccional e depósitos. Este segmento é também responsável pelos objectivos comerciais e de crescimento da unidade e por garantir que os Clientes recebem um serviço consistente e de alta qualidade.

De forma a complementar o *Customer Contact Center* (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Micro e Pequenas Empresas, o PME Online constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail. Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de

Este serviço caracteriza-se pela sua:

CONVENIÊNCIA

- Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
- Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

SIMPLICIDADE

- Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

Serviços disponíveis:

Extractos bancários através de e-mail	**Informação sobre saldos de conta**	**Activação de contas**	**Registo nas plataformas digitais de banca electrónica e *mobile Banking***	**Desbloqueio de *password* na banca electrónica**
Confirmação de dados bancários e carta de idoneidade	**Solicitação de cartão de débito multicaixa**	**Solicitação de cheques**	**Actualização de dados**	**Resolução de pedidos diversos**

02
Banca Comercial

Os Clientes deste segmento têm uma faturação igual ou superior a 3.5 milhões de dólares americanos e inferior a 100 milhões de dólares americanos. Os Clientes beneficiam de produtos e serviços alinhados às suas necessidades, com gestores dedicados. O foco está na oferta de serviços financeiros de qualidade apropriados às suas necessidades.

03
Banca Africa China

Este segmento lidera e executa uma proposta de valor para os Clientes ligados a diferentes sectores e identifica novas oportunidades de negócio com a China, envolvendo os Clientes conforme necessário para a prestação de serviços.

04
Agronegócio

Esta área é focada na aquisição de novos Clientes do segmento do agronegócio e na identificação de novas oportunidades e Gestão de portfolio. É uma área transversal ao Banco trabalhando com CIB, CHNW e BCC para assegurar que o Banco esteja a trabalhar com toda a cadeia de valor dos Clientes.

05
Sector público

Esta área implementa uma proposta de valor personalizada aos Clientes do sector público e desenvolve parceiros para a entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente.

06
Comércio digital

Esta área lidera e executa as plataformas Digitais, *Business to Business*, a proposta de valor *e-Commerce* e as suas caixas de ferramentas relacionadas, personalizando em conformidade. Implementa a proposta de valor do Cliente e conduz uma experiência consistente através de todas as plataformas. É parceira com *Client Solutions* na entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente. Mantém o alinhamento com outras áreas de forma a garantir a entrega de propostas de valor do Cliente e a redução de duplicação entre segmentos.

07
Ecossistema

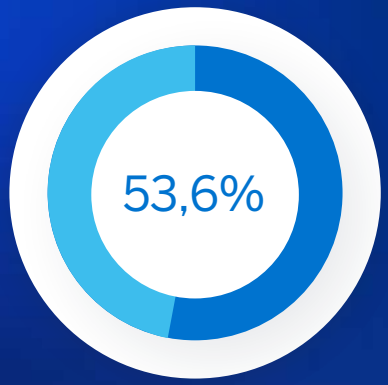
Esta área é focada na aquisição de novos ecossistemas – redes que agregam as interacções de vários intervenientes das cadeias de valor das organizações, maximizando assim a banca comercial e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla e diversificada.

Desempenho 2022

A Direcção BCC do Standard Bank de Angola mostrou-se resiliente, registando um crescimento do produto bancário de 53,6% face ao período homólogo, por conta do aumento da margem complementar em 5%, como resultado expressivo do aumento do volume das margens cambiais, o incremento das receitas de seguros e comissões das remessas documentárias.

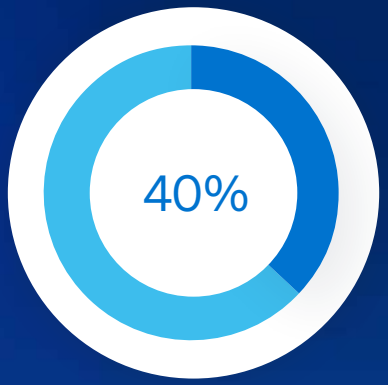
O BCC está comprometido em mudar o curso das pequenas e médias empresas (PMEs) em Angola e ter, cada vez mais, um papel inclusivo na vida destas empresas. Para isso, tem facilitado junto destes Clientes diversas operações relacionadas com transferências internacionais e a emissão de diversas remessas documentárias.

A Direcção do BCC registou um aumento da base de Clientes activos no último ano, passando de 1 939 Clientes em Dezembro de 2021 para 2 714 em Dezembro de 2022.



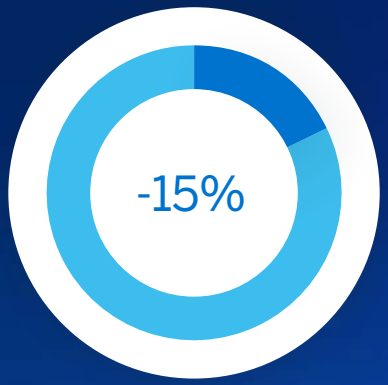
Crescimento do produto bancário

25 688 milhões de kwanzas



Aumento dos Clientes activos

2 714 Clientes activos

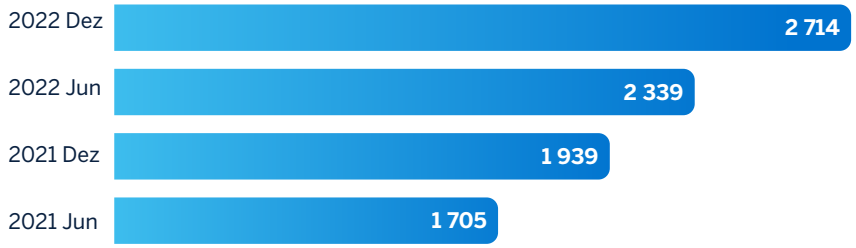


Crescimento nos recursos de Clientes

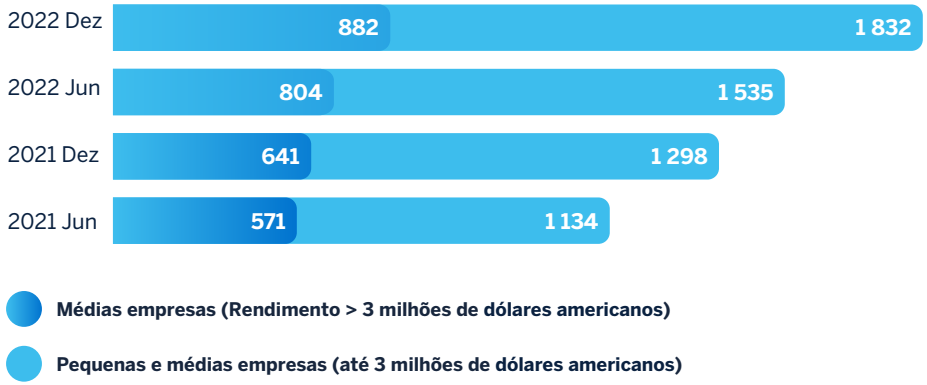
95 978 milhões de kwanzas

O incremento dos Clientes activos é a manifestação expressa da confiança que os Clientes têm na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos seus Colaboradores.

Número de Clientes da Banca de Empresas



Tipologia de Clientes



Crédito

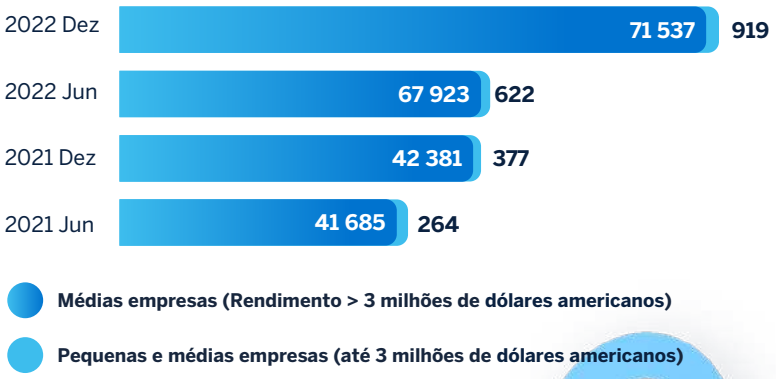
O BCC procura apoiar o fomento da Economia Nacional, visando a concessão de crédito às PMEs. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e a todas as empresas, com especial destaque nas PMEs dos sectores da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

Este segmento aumentou substancialmente, pelo terceiro ano concecutivo, o crédito líquido, na ordem dos 69,5% face ao período homólogo, evidenciando a continuada aposta no fomento da economia nacional, e fazendo jus ao normativo do Aviso n.º 10/20 do BNA.

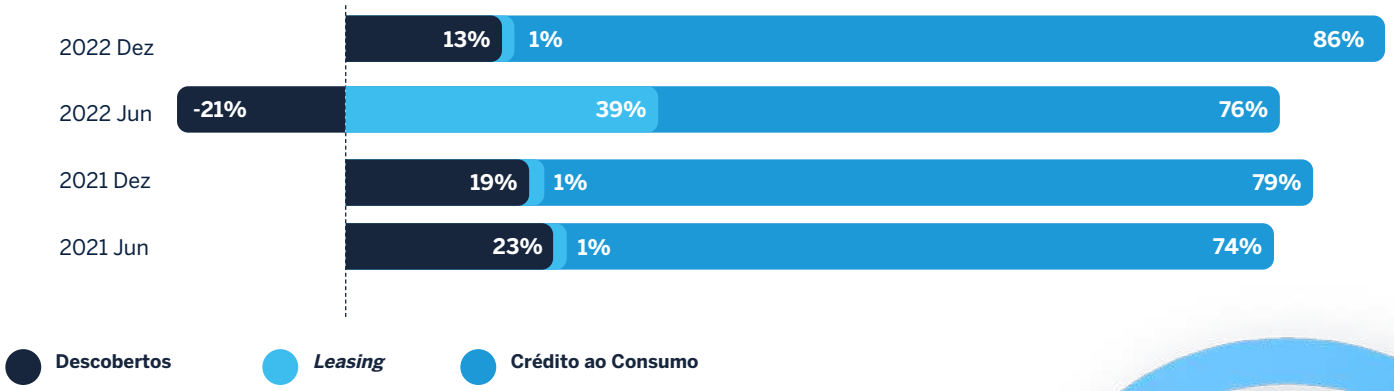
O Rácio de transformação sofreu um acréscimo em 22 p.p., essencialmente devido à redução da base de depósitos e aumento dos créditos aprovados e desembolsados, fazendo com que este rácio se cifrasse em 74,9%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 0,37%, muito abaixo do mercado que se encontra ainda em níveis médios de 22%, evidenciando, uma vez mais, o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

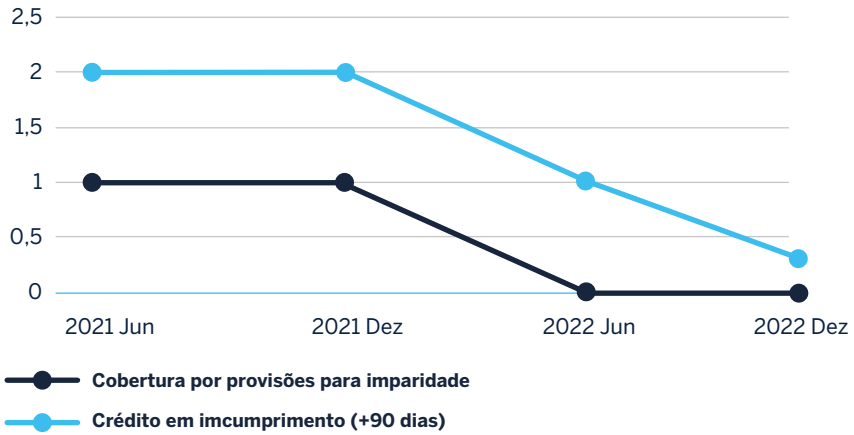
Crédito por segmento de Clientes (milhões de Kwanzas)



Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



Qualidade da Carteira de Crédito (em %)



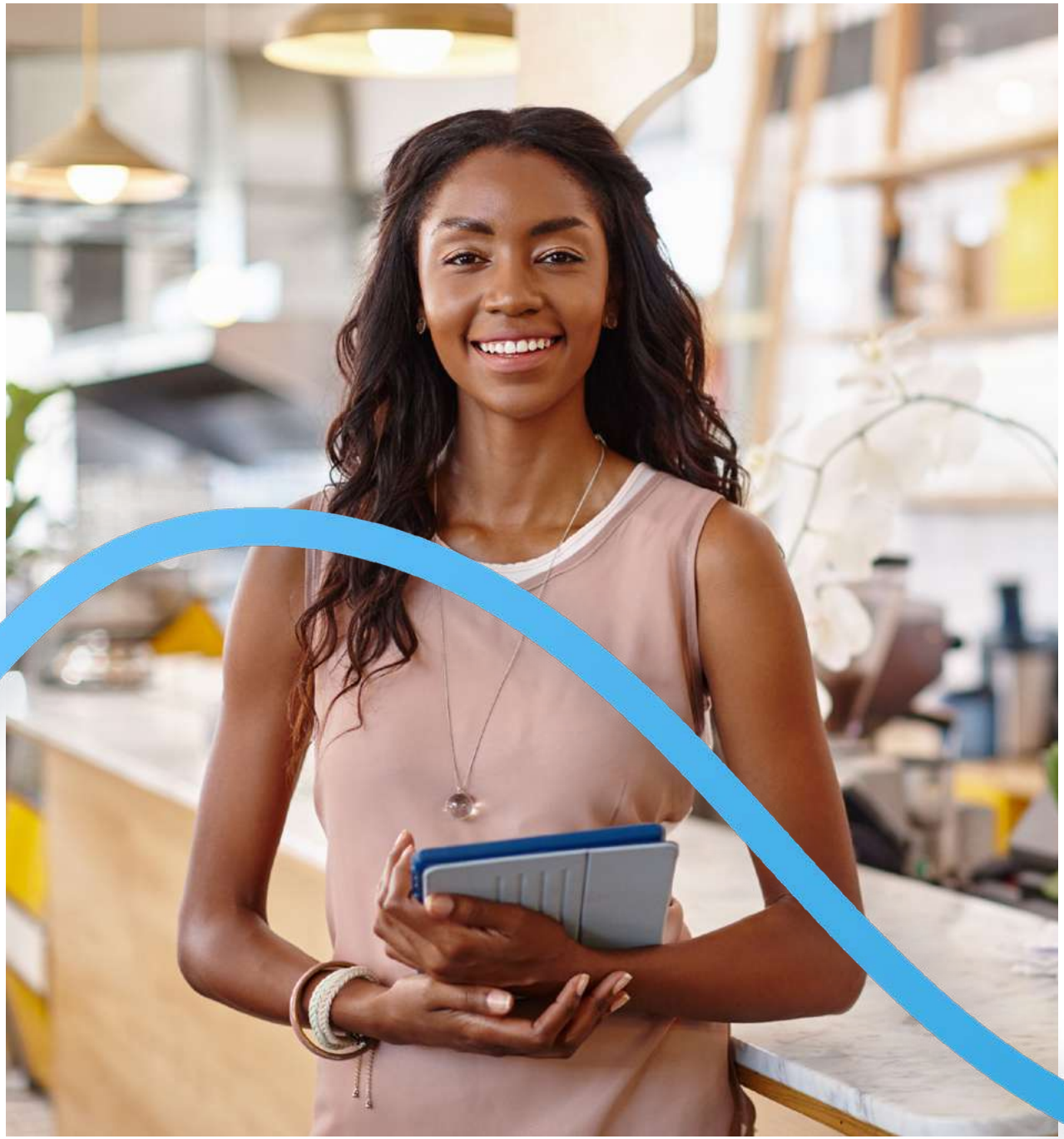
Depósitos

Os depósitos de Clientes totalizaram 743 387 714 milhões de kwanzas, um aumento de 10% face ao período homólogo.

Em relação ao BCC verificou-se uma diminuição na captação dos depósitos em 15% para um valor de 95 977 milhões de kwanzas, relectindo-se principalmente na contas depósito.

Depósitos por Produto (milhões de kwanzas)





A Estratégia do BCC

O BCC tem como principal modelo de negócio construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras para os seus Clientes desde a constituição ao crescimento dos seus negócios.

A estratégia passa também pela aquisição de novos ecossistemas, permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla. O BCC continuará a desenvolver a relação com os Clientes do Banco olhando para o horizonte dos seus ecossistemas a fim de ter maior entendimento de toda a cadeia de valor dos Clientes, para poder oferecer soluções efectivas e o aconselhamento financeiro adequado às necessidades dos Clientes.

O BCC quer-se destacar pela qualidade dos serviços prestados aos Clientes por isso, investe de forma consistente e contínua na capacitação das Equipas através de programas de formação, que englobam desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.

Clientes de Consumo e de Elevado Património

A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola tem como propósito ajudar os Clientes a prosperarem, privilegiando uma maior proximidade com o objectivo de alcançar uma maior inclusão financeira.

A visão da Direcção é materializada em duas iniciativas estratégicas, nomeadamente: 1) defender a posição de líder na Experiência do Cliente em todos os segmentos prioritários e 2) aumentar a base de Clientes activos.

Ciente da relevância deste processo para a sociedade e totalmente empenhado em criar um conceito disruptivo, durante o ano de 2022, foi registado um aumento de 44 872 Clientes face a Dezembro de 2021. De premissa simples, a estratégia aliada a esta iniciativa esteve focada em dois principais pilares:

Aumento dos pontos de representação em todas as províncias do país, de forma a criar uma marca reconhecida, disponível, conveniente e próxima dos Clientes, para que a ida ao Banco seja uma experiência célere e descomplicada.

Oferta adequada de produtos e serviços, pensada para servir os interesses e necessidades de um segmento que, na sua maioria, terá o primeiro contacto com o sistema bancário, pelo que se exigem produtos simples e de comissionamento adequado.

Totalmente comprometida com o propósito da Inclusão Financeira e determinada a apoiar o País na melhoraria de acesso ao sistema financeiro, a iniciativa do Ponto Azul afigura-se como um dos principais projectos em curso e, totalmente alinhado com a estratégia do Banco.

Ponto Azul: serviço de agentes bancários onde se pode fazer levantamentos, depósitos, consultas de



Visão Geral

Os resultados da actividade comercial do segmento de Clientes de Consumo e Elevado Património foram em linha com os objectivos do ano, com destaque para a diminuição da percentagem de Clientes inactivos para 34% e aumento da carteira total de 145 258 Clientes.

De forma a atingir este crescimento, a Direcção realizou, durante o ano, diversas iniciativas das quais se destaca a abertura de mais de 20 000 contas simplificadas com atribuição, no momento, de cartões de débito e de mais 400 terminais de pagamento automático associados a contas simplificadas com fins comerciais. De referir também a parceria estratégica do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) com o Ministério da Economia, tendo o Banco estado presente em mais de 6 mercados do país (por exemplo: Luanda, Cabinda, Namibe, Lubango, entre outros).

Do ponto de vista de expansão da rede bancária - ponto azul - foram estabelecidos 36 novos agentes bancários nas lojas Arreiou com o propósito de servir os Clientes de retalho.

Com o objectivo de estabelecer e defender a sua base de Clientes de maior valor para o Banco e tendo como objectivo continuar a prestar um serviço de excelência aos seus Clientes, este segmento, durante 2022, redimensionou a proposta de valor para os seus Clientes deste segmento, destacando-se a criação de uma estrutura de *backoffice* com objectivo de apoiar os gestores *Private*. Como resultado desta actuação, aumentou a eficiência e diminuiu o tempo de resposta aos Clientes.

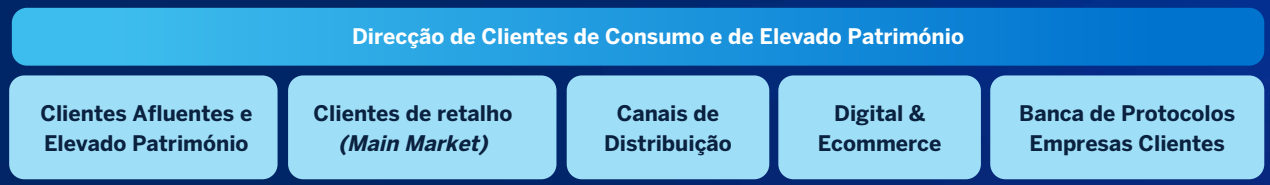
A aceleração digital é um aspecto importante para a retenção e fidelização dos Clientes, bem como para a optimização de custos - neste sentido, em Junho, a Direcção lançou uma plataforma de Gestão de Clientes que oferece uma visão única e compartilhada de cada Cliente.

Ainda durante este ano, foi adicionado na plataforma de mobile e *internet banking* a funcionalidade de transferências internacionais por motivo de salário.

A estabilização desta plataforma tem um peso relevante para garantir a adopção dos Clientes e permitiu aumentar para 51% o número de Clientes digitais na plataforma SB24.

Fruto da pandemia COVID-19, verifica-se que mais Clientes recorrem ao canal de Voz - *Voice Branch* e, para garantir um atendimento de excelência, este ano foi elaborada uma avaliação externa com vista a melhorar os rácios de eficiência. A implementação de algumas medidas resultou numa melhoria do rácio de eficiência de atendimento de 50 para 95%.

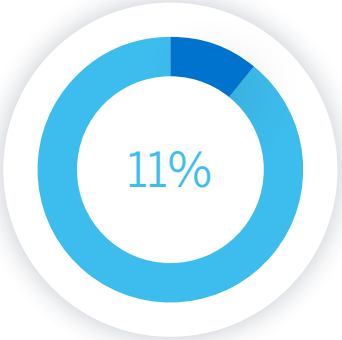
Estrutura Organizacional



Desempenho 2022

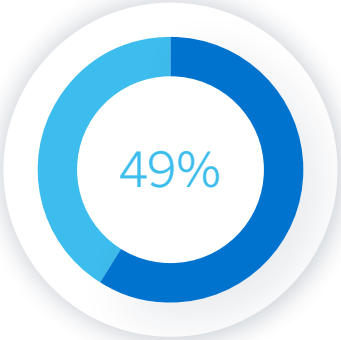
No decorrer do exercício de 2022, a Direcção CHNW registou um aumento do produto bancário de 11% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pelo aumento registado nos resultados cambiais, de 9 385 milhões de kwanzas, em Dezembro de 2022 face a Dezembro de 2021.

Durante o ano de 2022, a Direcção registou um aumento de 49% da base de Clientes, face a Dezembro de 2021, passando de 99 814 para 145 258 Clientes totais e 49 385 para 73 596 Clientes activos, respectivamente.



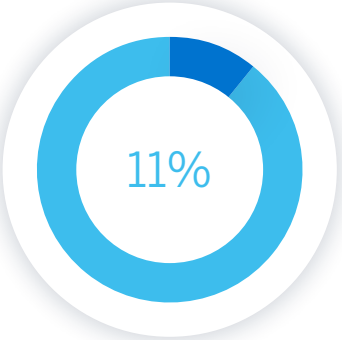
Crescimento do producto bancário

15 234 milhões de kwanzas



Aumento dos Clientes activos

73 596 Clientes activos

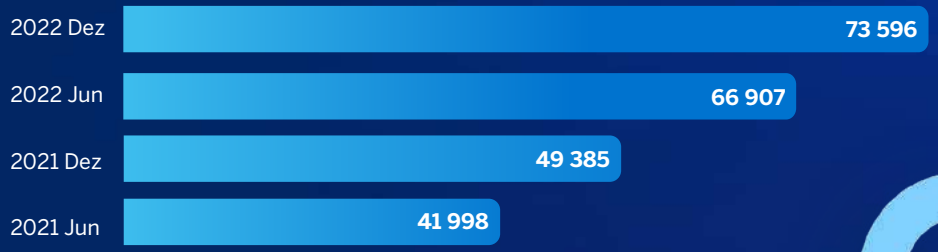


Crescimento nos recursos de Clientes

89 375 milhões de kwanzas

O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos Colaboradores.

O desempenho geral do Net Promoter Score (NPS) do SBA, a métrica que mede os níveis de satisfação dos Clientes em relação ao SBA, tem vindo a aumentar de forma contínua, ano após ano, como resultado da nossa estratégia no que diz respeito ao foco na experiência dos nossos Clientes.



SB24

Com a implementação da nova plataforma digital SB24, em Novembro de 2020, e condução do Processo de Garantia da Qualidade do Produto (PQA), durante o primeiro semestre de 2022, para a identificação da baixa aderência por parte dos Clientes, o CHNW registou um aumento de 31% de Clientes digitais em relação ao período homólogo. Actualmente 51% dos Clientes activos estão registados digitalmente, 31% destes usam o SB24, executando transacções digitais diárias.

Crédito

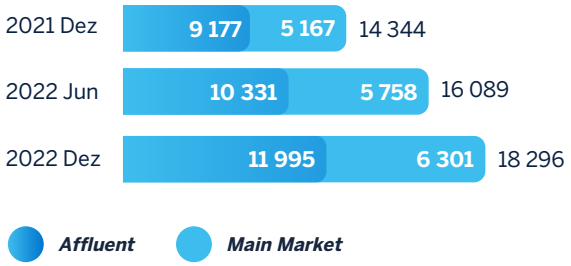
A Direcção procura apoiar e melhorar a vida das pessoas através da concessão de crédito.

O segmento CHNW aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem de 28%. No que concerne à oferta de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se um aumento de 40% no crédito ao consumo e um aumento de 21% no crédito à habitação comparativamente a Dezembro de 2021.

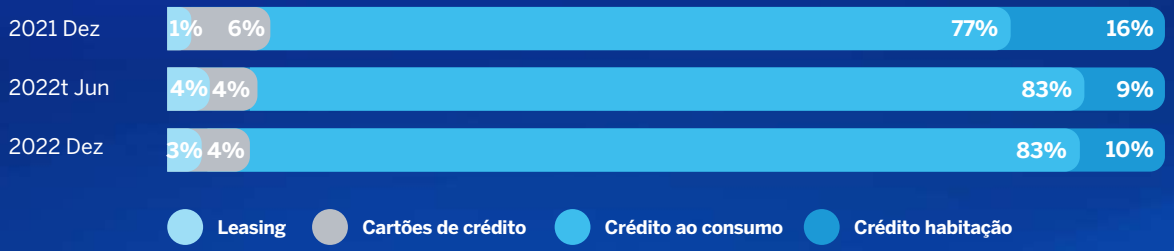
Neste contexto, é de destacar o excelente desempenho, quer ao nível dos depósitos, quer ao nível do crédito concedido, que permitiu a manutenção do rácio de transformação em 2,8 p.p.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 2,26%, muito abaixo do *benchmarking* do mercado, que se encontra acima dos 15%, e 1,34 p.p. abaixo do ano 2021, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

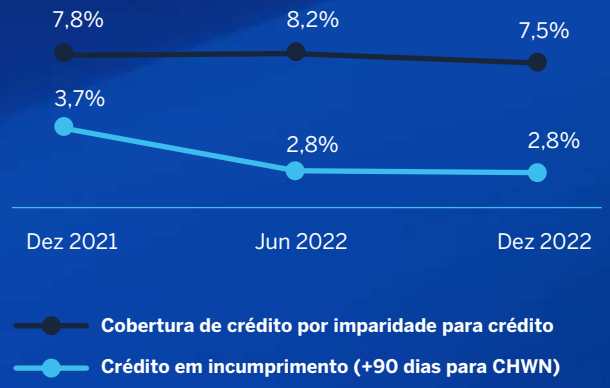
Crédito por segmento de Clientes (milhões de Kwanzas)



Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



Qualidade da Carteira de Crédito (em %)

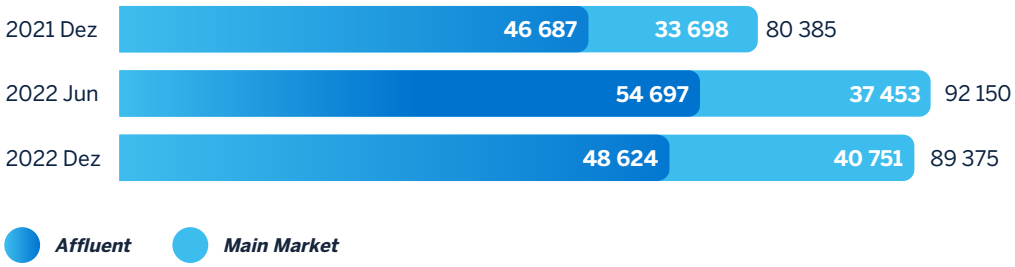


Depósitos

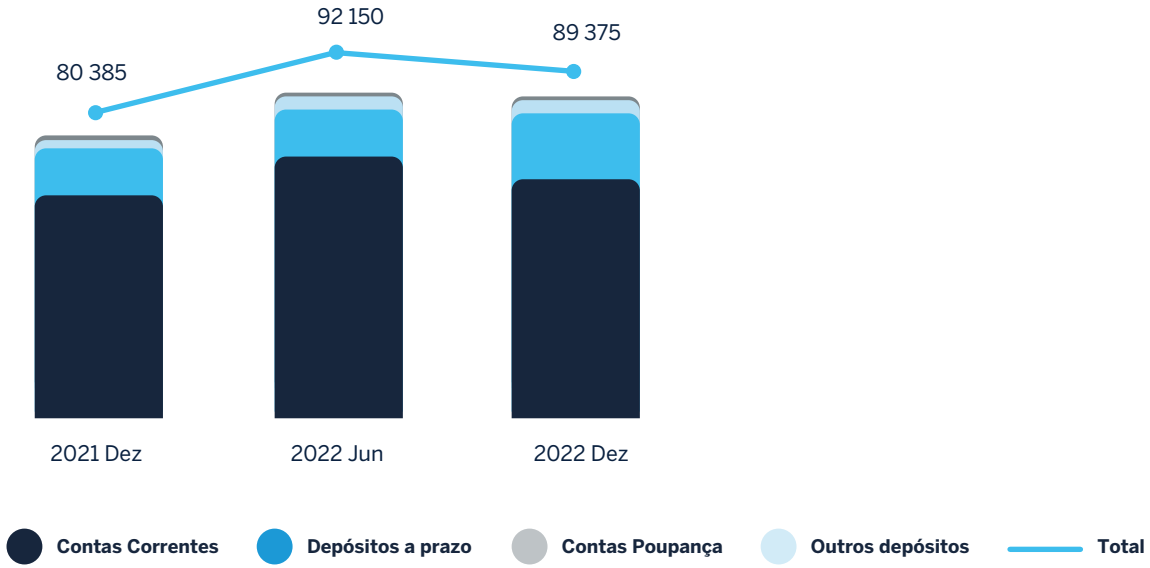
A Direcção de Clientes de Consumo e de Elevado Património mantém a política de diversificação da sua oferta de produtos e apresenta um preçário cada vez mais competitivo.

Os depósitos de Clientes de Consumo e de Elevado Património cifraram-se em 89 375 milhões de kwanzas, um incremento de 11% face a Dezembro de 2021, como resultado da grande aposta na digitalização, atendimento qualificado através dos diversos pontos de atendimento, oferta de produtos que aderem e entrosam com as necessidades dos Clientes, bem como a aposta, cada vez maior, na inclusão financeira. Observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 82% da carteira total, que se traduz num aumento de 4 p.p. em relação ao período homólogo. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se em 15 846 milhões de kwanzas, cerca de 10% abaixo do valor de Dezembro 2021. O Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

Depósitos por tipologia de Clientes (milhões de Kwanzas)



Depósitos por produto (milhões de Kwanzas)



Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola está presente em 8 províncias (Luanda, Bengo, Cabinda, Namibe, Huíla, Uíge, Benguela e Huambo), dispondo de uma rede comercial composta por 35 canais físicos:

18
Agências

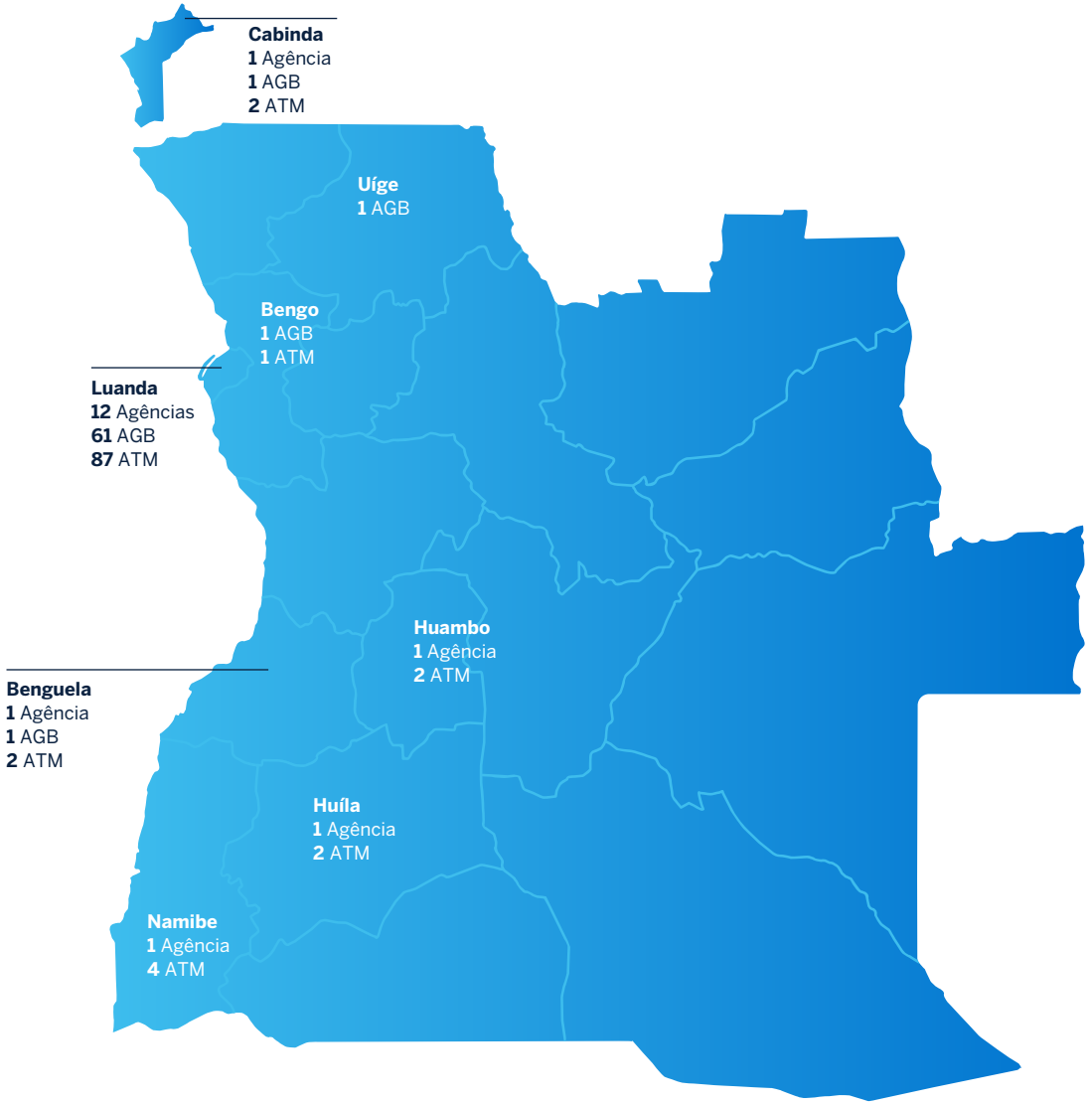
2
Centros de empresa (serve Clientes do segmento BCC)

1
Posto de atendimento

2
Suite private

36
Agentes bancários Ponto Azul

99
TPA



Acções realizadas para os Clientes do SBA



1ª Edição do Briefing Económico 2022

Com o tema "Recuperação do crescimento apoiada por reformas e valorização do preço do petróleo, num ano politicamente movimentado" o evento realizado em Fevereiro, contou com um total de 156 participantes, entre Reguladores, instituições públicas, e representantes de sectores chave que se juntaram a partir de Angola e de outras regiões do mundo.



2ª Edição do *Briefing* Económico 2022

O SBA realizou o *Briefing* Económico, o primeiro presencial pós-pandemia, onde foram apresentadas as perspectivas para a economia Angolana, seguindo-se de uma abordagem sobre o Agronegócio como fonte de diversificação da economia.

O evento realizado em Junho, contou com mais de 200 participantes, entre Reguladores, instituições públicas, e representantes de sectores chave.



Standard Bank patrocinou a 1ª Edição da Feira Universitária de Inovação

O Banco patrocinou da 1ª Edição da Feira Universitária de Inovação. A iniciativa ocorreu nos dias 15, 16 e 17 de Junho de 2022 e teve lugar no Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC).

O referido evento contou com a exposição de projectos de soluções inovadoras para resolução de problemas sociais e empresariais específicos. Toda envolvente da feira baseou-se na troca de conhecimentos e experiências entre o mundo académico e o empresarial.

Tendo em conta a importância que a Inovação tem no Standard Bank, a Feira Universitária dedicada ao tema, contou com a presença da nossa Responsável pela Aceleração da Direcção de Inovação Mara Santos no painel Boas Práticas de Inovação: a chave para o desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, o melhor projecto apresentado teve direito a 3 meses de mentoria gratuita (técnica e de negócios) oferecidos pelo Banco.



Standard Bank patrocina a 1ª Edição do Angola Digital Fórum

O referido evento visou estimular a criação, disseminação e aplicação de conhecimento da Área de Transformação Digital, na integração entre negócio e tecnologia, e entre a academia e prática.

O primeiro dia teve como tema "A Transformação Digital em Angola" e o segundo dia teve como área de foco "O Papel das *Startups* para a Diversificação da Economia."



Standard Bank de Angola promoveu um webinar com o ICBC - Industrial and Commercial Bank of China

Realizado em Junho, teve como objectivo partilhar a situação macroeconómica e financeira, o mercado e políticas cambiais, assim como produtos e serviços relacionados com actividade especial entre Angola e a China.



SBA promove *Roadshow* com Investidores não Residentes

O Banco, após realizar a primeira operação de investimento em valores mobiliários com um investidor não residente, em Março de 2022, volta a reforçar o seu posicionamento enquanto plataforma de negócios, ao ter convidado e reunido em Angola um conjunto de potenciais investidores com interesse em compreender a dinâmica do mercado Angolano.

O *roadshow* teve lugar em Maio, tendo sido concretizado um conjunto de reuniões com distintas instituições, nomeadamente, o BNA, a BODIVA, o Ministério das Finanças, a AIPEX, o IGAPE, a Sonangol, a Universidade Católica e o FMI.

O objectivo desta iniciativa passou por conquistar a confiança destes investidores no mercado local em função das reformas que têm sido feitas ao nível da economia e do sistema financeiro em Angola.

Desenvolvimentos *Onboarding*

Com o objectivo de melhorar a experiência dos Clientes do Banco, foram efectuados desenvolvimentos no sistema de *Workflow* e T24, para o processo de Abertura de Conta **Particulares** e de **Empresas**.

SBA foi responsável por 26% de todo o crédito concedido ao mercado ao abrigo do Aviso 10/20 do BNA

Representando um apoio directo à criação de 6 144 postos de trabalho. O Aviso aplica-se à concessão de crédito pelas Instituições Financeiras Bancárias, para a produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional, a matéria-prima e o investimento necessário à sua produção, incluindo-se o investimento na aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos.

No que respeita ao crédito concedido ao mercado pelo SBA ao abrigo do Aviso 10, foram aprovados mais de 189 milhões de kwanzas e desembolsados mais de 158 milhões de kwanzas.

Dos 6 144 empregos criados graças ao apoio do SBA, 2 655 são no sector da indústria alimentar, 2 527 na indústria transformadora, 822 na pesca e aquacultura e 140 na agricultura.

Modelo Diferenciador de Cliente

Com o objectivo de prestar um melhor serviço aos Clientes *Corporate & Investiment Banking* (CIB), respondendo de forma customizada às suas necessidades, foi implementado em Janeiro o modelo de *Client Differentiator Model* na Área de *Client Services*. Com este novo modelo de Serviço os Clientes CIB foram agrupados em 3 categorias (*Tiers*) :

Premium – Tier reservado aos 115 Clientes CIB com a maior receita local e internacional;

High Touch – Tier composto pelos 235 Clientes com maior receita a seguir aos "*Premium*";

Standard – Tier composto pelos demais Clientes CIB.

O novo modelo visa atingir a excelência no atendimento dos Clientes CIB com agentes dedicados aos Clientes do *Tier Premium* e *High Touch*, através de uma relação mais próxima e tempo de resposta reduzidos com o apoio da equipa especializada e dedicada, reforçando o pilar estratégico do SBA de "Foco no Cliente".

Correcto Preenchimento na Pesquisa de Clientes PPE's

No âmbito da Lei n.º 5/2020 de 27 de Janeiro (Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa) estabelece que Pessoas Politicamente Expostas (PPE's) foi solicitado aos Colaboradores para o acto de pesquisa dos Clientes, para a correcta classificação do risco associado com o intuito de executar correctamente a diligência exigida no processo de abertura de contas e revisão de Clientes.



SISTEMA FINANCEIRO - Sistema de Atendimento de Clientes

Actualização das regras e procedimentos para os serviços de atendimento de Clientes de produtos e serviços financeiros, conforme o estabelecido no Aviso n.º 12/2016, de 05 de Setembro do BNA, sobre Protecção dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros. E considerando o disposto no Decreto Presidencial n.º 72/22, de 31 de Março, que veio implementar medidas excepcionais e temporárias a vigorar durante a situação de calamidade pública, declarada por força da COVID-19, e da Directiva n.º 09/DSP/DCF/2021, sobre os serviços de atendimento, visando a redução das aglomerações ainda registadas nas agências bancárias, bem como a mitigação do número de reclamações registadas sobre a morosidade no atendimento dos Clientes;

II Edição do Briefing Económico

O SBA realizou a 2ª Edição do Briefing Económico, onde foram apresentadas as perspectivas a médio e longo prazo para a economia Angolana.

O evento contou com mais de 200 participantes, entre Reguladores, instituições públicas, como também representantes de sectores chave.

Restruturação do Segmento Private

Com o objectivo de servir cada vez melhor os nossos Clientes Internos e Externos, o Banco está a trabalhar na restruturação do actual Segmento Private.

PRODESI - Standard Bank Premiado na Categoria de Melhor Performance no Atendimento ao Cliente

O Banco foi premiado na categoria de Melhor Performance no Atendimento ao Cliente no âmbito do PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações.

O PRODESI tem na sua génese a aceleração do processo de diversificação da economia nacional. Para isso, prioriza o fomento da produção e da exportação nos sectores não petrolíferos.

Standard Bank patrocinou o XII Fórum da Banca - O impacto da avaliação do GAFI no sector bancário, transformações na estrutura e desafios futuros

O Fórum realizou-se no dia 22 de Julho no Hotel Intercontinental (Miramar) e pretendeu promover um amplo debate sobre as mudanças que o sector bancário irá sofrer a curto e médio prazo, que podem passar também pela alteração das estruturas Accionistas de algumas instituições, através da abertura de capital em bolsa, não apenas para as participações do Estado, mas também com a possibilidade de compras ou fusões.



Café com o CEO

O CEO do Standard Bank foi convidado para participar da mais recente sessão do "**Café com o CEO**" iniciativa que tem como objectivo promover a excelência profissional, nos vários sectores da **CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, reconhecendo os valiosos contributos de indivíduos que operam ao mais alto nível das suas profissões, e procurando, por meio de entrevistas, dialogar, apreciar e apreender com o potencial do capital humano Lusófono, no sistema financeiro, na academia, sistema judiciário, a administração pública, cultura, biodiversidade, diplomacia, cinema, desporto, classe empresarial e política.

O referido evento teve lugar no dia 30 de Setembro de 2022 no Hotel Intercontinental.



Standard Bank Promove Conferência de Investimento Angola – Moçambique

O Banco promoveu uma Conferência em Portugal (Lisboa) com o objectivo de fortalecer a nossa relação com empresas portuguesas, como também partilhar informação sobre as economias de Angola e Moçambique.

Com dois painéis moderados pelos responsáveis do BCC e CIB do Standard Bank de Angola e do Standard Bank de Moçambique, os Clientes também partilharam as suas experiências, desafios e oportunidades que têm tido e que perspectivam vir a ter nos referidos países.



Standard Bank Patrocina 1º Torneio de *Padel*

O Banco patrocinou o *Reumon Padel Week* 2022 o primeiro evento em Angola, da modalidade desportiva que mais cresce em todo o mundo, com jogos diários e muita visibilidade.

O *Padel* é uma modalidade que promove a sociabilização e sem a exigência de um grande conhecimento ou desenvolvimento técnico.

Este evento desportivo teve lugar entre 24 de Setembro e 2 de Outubro de 2022 no *Padel Park* do Talatona *Shopping*.

Durante o período do torneio o Banco teve um espaço lounge onde os nossos Gestores interagiram com os participantes do evento com o objectivo de apresentar os nossos produtos e serviços.



Campanha de Consciencialização do Processo de Avaliação de Desempenho de Fornecedores

A Gestão de performance de fornecedores permite gerir o desempenho destes, relativamente ao nível de serviço acordado.

Anualmente e com base no volume de aquisições do ano anterior é definido o TOP 80 dos fornecedores do Banco para definir aqueles que terão de ser avaliados.

Os fornecedores do TOP 80 são analisados através de um *template* de segmentação e são divididos em: estratégicos, operacionais e *commodity*. A segmentação é realizada pelo *supplier relationship manager* (BU) e validado pelo *Procurement*.



Desenvolvimentos Onboarding

Com o objectivo de melhorar a experiência dos nossos Clientes, foram efectuados desenvolvimentos no sistema *Workflow*, para o processo de **Abertura de Conta Particulares e Empresas** no que concerne a Auto – declaração PEP.

Standard Bank patrocina a 5ª Edição do EurAfrican Fórum

O Banco patrocinou a 5ª Edição do *EurAfrican* Fórum, evento promovido e organizado pelo Conselho da Diáspora Portuguesa.

Esta iniciativa realizou-se nos dias 28 e 29 de Julho de 2022 em Portugal, sob o tema "*Empowering UE-Africa Alliance in times of disruption*", tendo como principal objectivo promover um debate eficaz, moderno e inclusivo apoiado em ideias, realidades e projectos no interesse mútuo dos dois continentes.

A 5ª edição do *EurAfrican* Forum 2022 colocou o foco em quatro grandes temas da actualidade que constituem, sem dúvida, a prioridade e o centro de atenção das instituições políticas e do "*governance* mundial", dos sectores empresariais, científicos e académicos, dos jovens e da sociedade em geral:

- O novo mapa geopolítico e geoestratégico mundial e o seu impacto na Europa e em África;
- Saúde, Educação e Ciência num mundo Pós-Covid-19:
- Os grandes desafios na Economia e no Emprego;
- As metas da Transição Energética e Digital.





Standard Bank patrocina a V Conferência sobre Transformação Digital

O Banco patrocinou da V Conferência sobre Transformação Digital subordinada ao tema "Telecomunicações como factor de Inclusão Digital e Financeira".

O objectivo deste evento serviu para analisar os avanços e os desafios da digitalização, desde os serviços administrativos às soluções de banca electrónica e digital, bem como os factores que condicionam o acesso aos serviços de comunicação no país, enquanto elemento determinante para a inclusão digital, financeira e social, incluindo a cobertura, o preço e a qualidade de serviço.

Houve também um debate que analisou a caracterização do mercado das comunicações em Angola, sem deixar de analisar as questões do "Serviço Universal" e da "Tarifa Social da Internet", já em uso em alguns mercados e que visa, essencialmente, permitir às famílias com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais o acesso a serviços de Internet em banda larga, fixa ou móvel, medida que segundo os especialistas, poderá determinar no país um processo de inclusão digital mais célere.


Standard Bank

Standard Bank patrocina evento no Museu da Moeda

O Banco patrocinou um evento que se realizou no Museu da Moeda, localizado na Marginal de Luanda.

O referido evento, foi organizado pela AMCHAM – Câmara de Comércio EUA – Angola, juntamente com Ministério da Cultura e Turismo através do Instituto de Fomento Turístico de Angola (INFOTUR) e pelo Ministério das Relações Exteriores e teve como objectivo trazer ao país, uma comitiva composta por 20 cidadãos afro-americanos descendentes de escravos Angolanos a chegarem aos Estados Unidos da América, em 1619.

A referida visita, está enquadrada no roteiro "Angola *Heritage Tour*" promovida pela família Tucker e amigos, que pretendem estabelecer contactos com as raízes Angolanas que têm influenciado várias áreas da cultura americana, bem como dar a conhecer aspectos relevantes da História, do Turismo, da Economia e o modo de vida destas comunidades, bem como poder proporcionar oportunidades de negócios e investimentos.

Os Tucker visitaram pela primeira vez o nosso país em 2019 na sequência de um encontro em *Washington DC*, com Sua Excelência Presidente da República de Angola, João Lourenço.

A família é detentora da *William Tucker* 1624 *Society*, que realiza pesquisas sobre a vida de *William Tucker* e seus descendentes escravos saídos de Angola.

O evento contou com a presença da nossa Administradora Executiva, Yonne de Castro, com o Vice-Presidente da República de Angola cessante, Bornito de Sousa e com o Governador do Banco Nacional de Angola, José Massano.



4.2. Pessoas e Cultura





Capital Humano

Pessoas e Cultura

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez, através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Com um contexto económico desafiante, os resultados alcançados durante o ano de 2022 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores. Para tal, a Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem com o propósito de melhorar os níveis de satisfação e motivação dos seus Colaboradores.

A Direcção de Pessoas e Cultura mantém a visão "ser a melhor organização para trabalhar" e assenta em 3 pilares estratégicos: desenvolver os líderes do Futuro de Angola, ser uma Organização de aprendizagem constante e ágil, e ainda ter um ADN digital.

Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção, crescimento e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos Clientes, tanto internos como externos. O Banco tem, nos seus Colaboradores, o activo mais importante, e só assim consegue assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão de Colaboradores, bem como pela Gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação desta Direcção. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

01 **Gerir o processo de recrutamento do SBA**, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, Gestão de mobilidades internas e Gestão da saída de Colaboradores;

02 **Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco**, através da Gestão da formação de Colaboradores, da Gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores;

03 **Gerir o processo de remuneração e benefícios**, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores;

04 **Monitorizar o processo de avaliação** de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores.

Pilares de Actuação 2022

A estratégia para 2022 foi assente em 3 pilares de actuação que visam: acelerar a liderança eficaz, capacitar a força de trabalho do Futuro (através da aquisição e retenção de talentos críticos e do desenvolvimento de habilidades e capacidades críticas) e ainda sustentar o impulso na execução da estratégia.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se pelos seguintes princípios:

Ajudar na melhoria da organização do negócio, de forma a facilitar o trabalho dos Colaboradores no serviço ao Cliente

- Garantir o foco nos pilares do "*Future Ready Transformation*", através do alinhamento da estrutura e das respectivas Unidades de Negócio;
- Recrutar especialistas na área de *Talent Aquisition*;

Orientar os Colaboradores para o melhor desempenho e ao reconhecimento dos seus sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos Colaboradores;
- Desenvolver modelos de compensação, associados à *performance* dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho, com a ferramenta *My Performance*;
- Melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores através do programa de bem-estar.

Considerar o poder dos dados para tomada de decisões

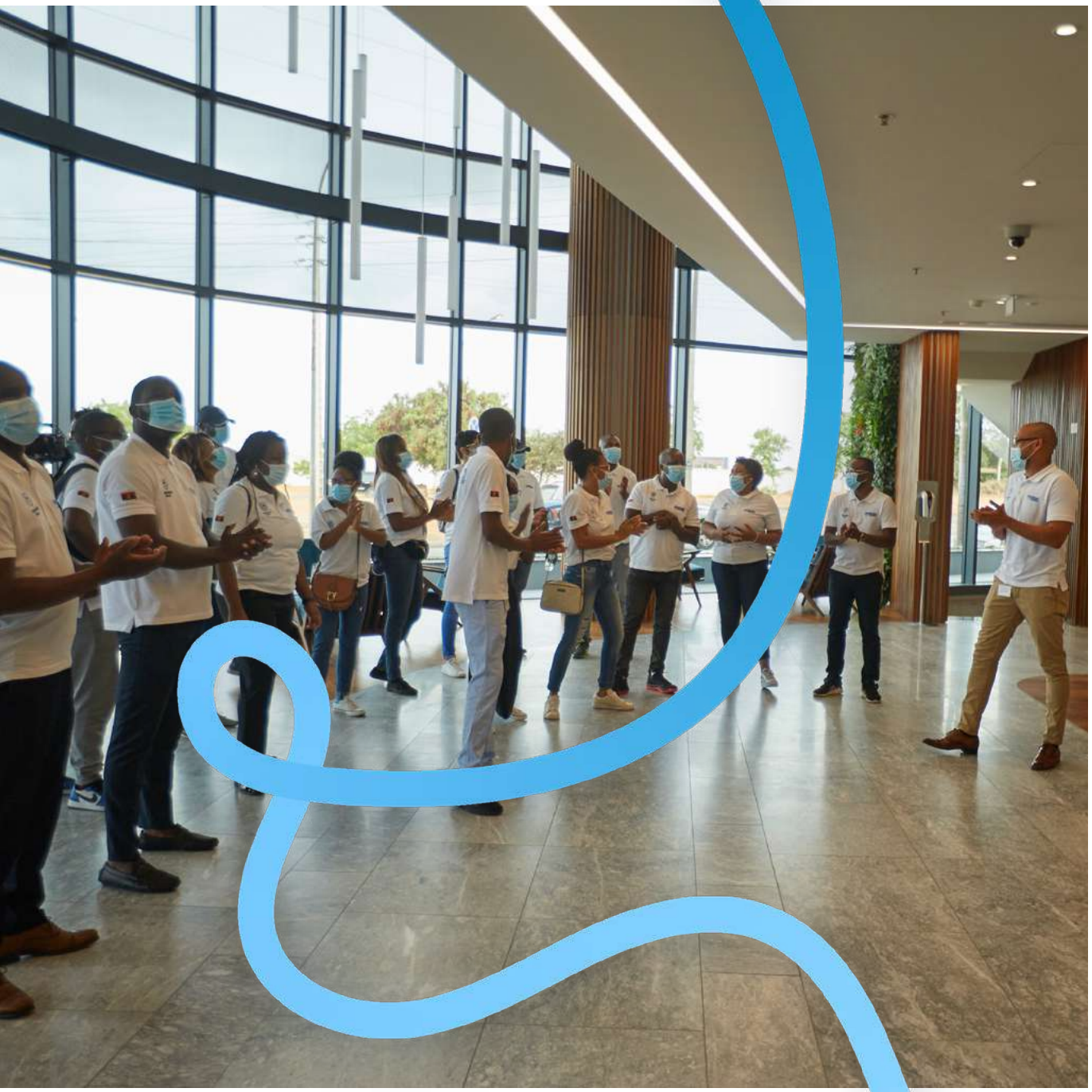
- Adoptar ferramentas de trabalho viradas para o *Cloud*, adaptando o SBA ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez. Com isso promovendo uma cultura mais ágil e digital;
- Adoptar a ferramenta "*Visier - Meaningful Workforce Insights*" e reforço da sua utilização durante 2022;
- Focar no desenvolvimento de competências designadas "*Future Skills*";
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas, com foco no desenvolvimento de plataformas de aprendizagem *online*;
- Implementar *Masterclasses* sob temáticas de *Salesforce / Trailhead*.

Apoiar os Colaboradores na construção de longas e relevantes carreiras, alinhadas com as suas aspirações futuras

- Capacitar os Colaboradores com as ferramentas do futuro, melhorando as suas competências, tanto na utilização de ferramentas mais digitais, como nas competências humanas;
- Melhorar os programas de Indução e *Onboarding*, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os novos e actuais Colaboradores;
- Continuar o *Accelerate Program - Phase IV* garantindo melhor desenvolvimento das pessoas do SBA nas áreas comerciais;
- Reforçar a familiarização dos Colaboradores com a utilização da plataforma "*Degreed*" – que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento.

Reforçar parcerias com os líderes para acelerar o crescimento da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na Gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, que possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Definir as prioridades a nível de competências para desenvolver os Colaboradores;
- Reforçar a importância e alinhamento da cultura corporativa, assim como das suas lideranças, mantendo o Cliente no centro da Cultura do Banco;
- Continuar o Programa de Graduados;
- Desenhar o Programa Liderança no Feminino que irá contribuir para um ambiente de trabalho mais igualitário e preparado para o futuro;
- Continuar os Seminários trimestrais de Pessoas para Pessoas, criando uma maior proximidade com a Direcção do Pessoas e Cultura e trazendo temas transversais e de interesse relevante para todos;
- Desenhar o Leadership *Efectiveness Program*.



Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente dos que se encontram em posições-chave. Como tal, o SBA tem um foco no investimento na formação e desenvolvimento dos quadros para 2022, com o seguinte enquadramento:

Propagação da cultura organizacional com o objectivo de uniformizar comportamentos ajustados à Cultura SBA, e ainda promover a excelência pessoal e interpessoal dos Colaboradores no desempenho das suas funções;

Formação de líderes com competências de Gestão de equipas e de negócio, motivando-as a atingir os objectivos propostos e ainda uniformizar boas práticas de Gestão e de negócio transparente, mobilizadoras e rigorosas;

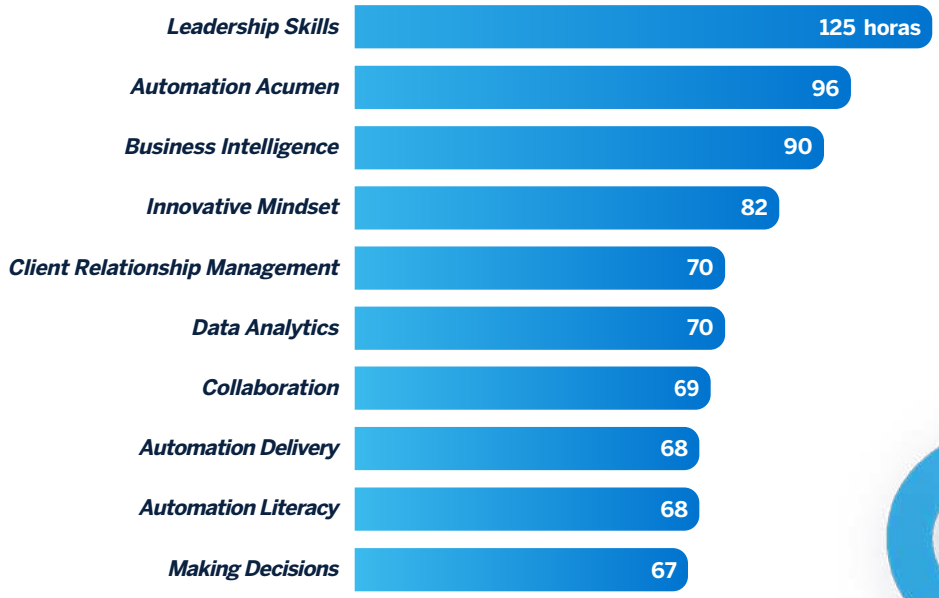
Promoção de uma visão holística sobre as tendências do futuro das organizações, e da preparação dos Colaboradores para essa transformação, e ainda a capacitação em competências tecnológicas / inovadoras / digitais.

Sempre com visão para o que o futuro do SBA espera, o Banco está centrado em preparar as suas pessoas para expandir suas competências, impulsionar a Gestão dos talentos e promover o sentido de pertença ao Grupo. No decorrer de 2022 destaca-se:

01

TOP 10 FORMAÇÕES MAIS REALIZADAS

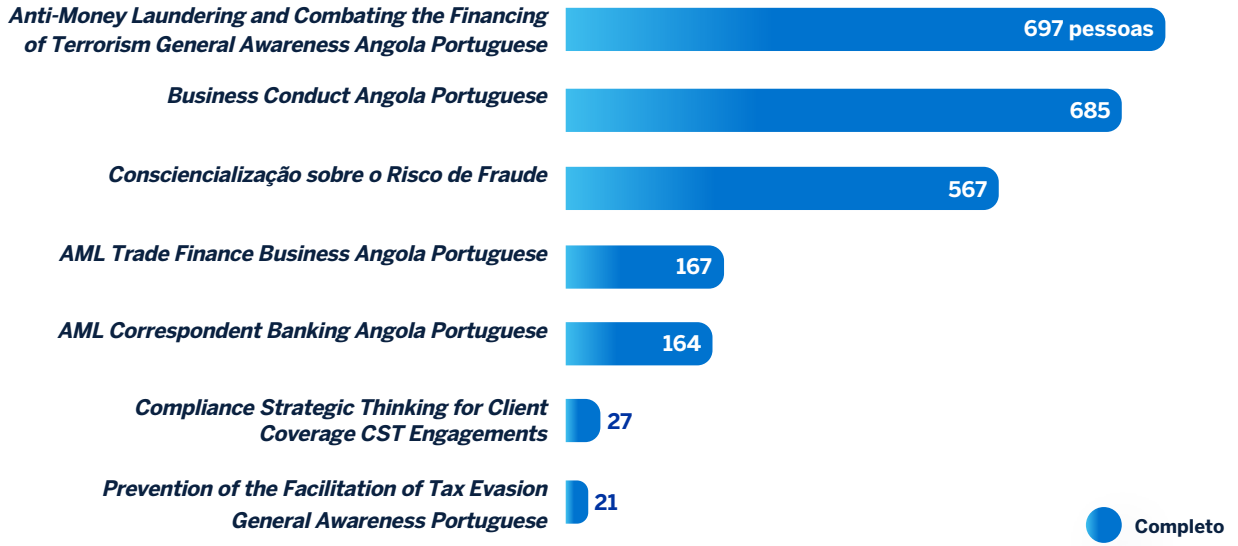
Na procura pela aprendizagem e a consciencialização pelo crescimento contínuo, observa-se que tanto *soft skills* como *hard skills* são importantes na organização.



02

FORMAÇÕES *COMPLIANCE*

Foco na importância de formar todos os Colaboradores em temas de *Compliance*, sempre com as mais recentes actualizações ao nível Nacional e Internacional.



03

TOP 4 PLATAFORMAS DE FORMAÇÃO MAIS USADAS

O Standard Bank de Angola disponibiliza a todos os seus Colaboradores plataformas digitais de formação, permitindo o acesso à aprendizagem e ao conhecimento.



RESUMO DO ANO



4 693

ACÇÕES DE FORMAÇÃO EM SALA



10 931

ACÇÕES DE FORMAÇÃO ONLINE



7 850

HORAS DE FORMAÇÃO ONLINE

(Média de 57 horas de formação por Colaborador)



681

COLABORADORES FORMADOS

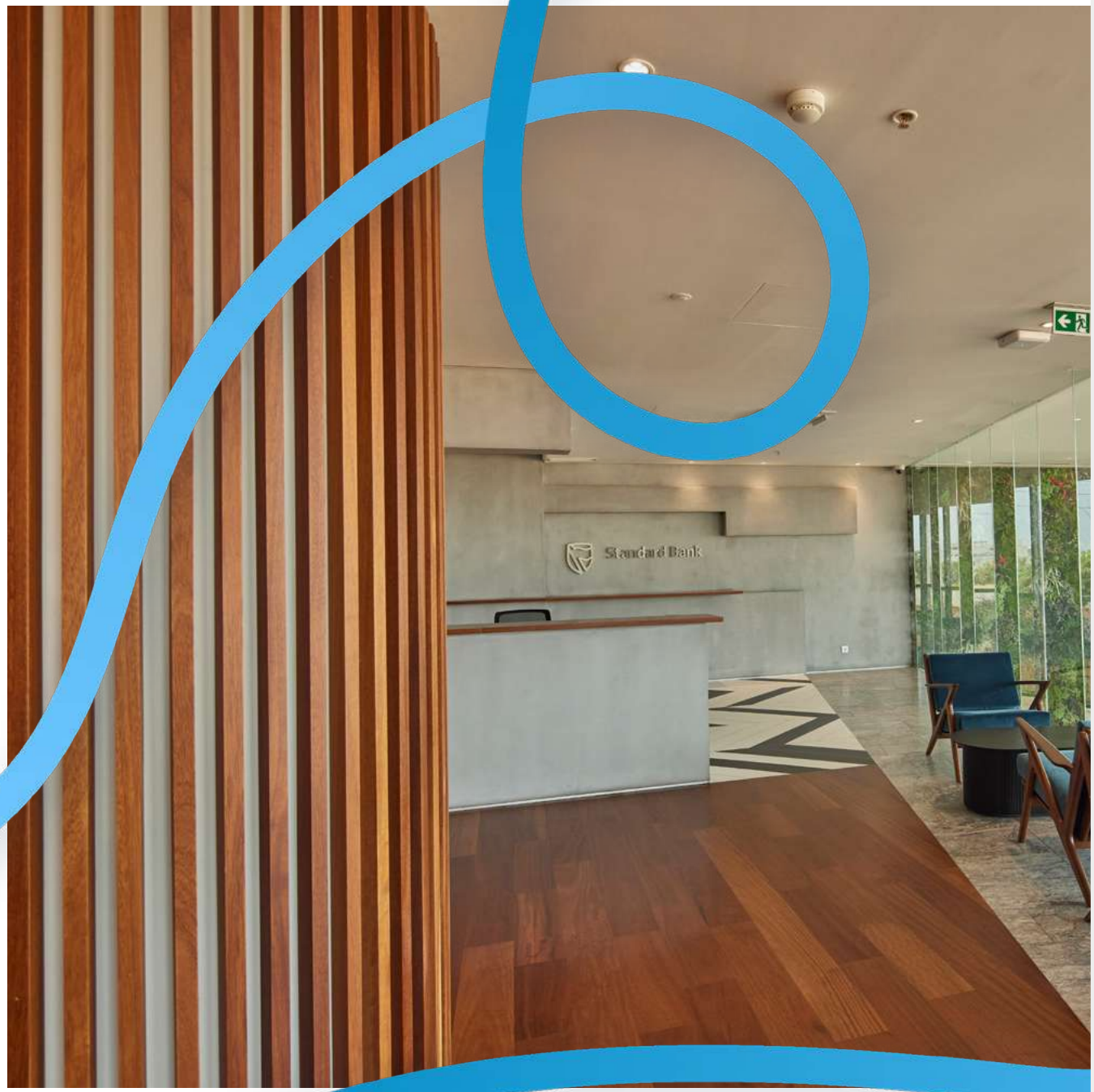
AOA 267 **MILHÕES**

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

Estratégia de Bem Estar

De modo que o Banco alcance o seu *People Promise* e seja o melhor lugar para trabalhar, a estratégia do Banco está assente em 4 pilares de Bem-Estar: emocional e mental, social, financeiro e físico.

Para 2022 o Banco continua a ter como principal objectivo dar suporte aos Colaboradores através de **programas e iniciativas que visam o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis, pelo que as seguintes áreas continuam a ser priorizadas.**





Abordagem holística com foco no bem-estar emocional e mental, social, financeiro e físico:

01

No decorrer de 2022, reforçou-se a importância do bem-estar emocional junto dos Colaboradores através de comunicação via e-mail: iniciou-se as partilhas de bem-estar (com mensagens que visem a reflecção e o incentivo a práticas saudáveis); reforçou-se a continuação do Programa de Apoio ao Colaborador - ICAS com o intuito de criar maior envolvimento, conexão e desmistificar questões relacionadas com o foro psicológico e de modo a incentivar a participação, sempre que necessário (comunicação via e-mail, teasers e junto dos responsáveis de áreas e Colaboradores); estabeleceu-se protocolos com ginásios e escolas e continuou-se a trabalhar no sentido de estabelecer outras parcerias;

02

Iniciou-se workshops com o tema: "Seja um Embaixador de Bem-Estar". Esta formação destina-se a capacitar os Colaboradores, ajudando-os a desenvolver um conjunto de competências específicas que lhes permitirá compreender a importância do bem-estar e apoiar outros Colaboradores no local de trabalho;

03

Implementou-se um Modelo de Trabalho Híbrido (Experimental): Todo o processo de regresso ao trabalho foi cautelosamente debatido nos diferentes fóruns a nível da liderança do SBA. O objectivo era o de garantir um regresso faseado e seguro para todos os Colaboradores.

De modo a esclarecer possíveis dúvidas e apresentar as opções de trabalho híbrido aos Colaboradores, o Banco realizou uma *Masterclass* sobre o tema para maior esclarecimento de todos.

04

Durante o ano de 2022, iniciou-se as sessões "Mulheres que Inspiram" com o objectivo de elevar o papel da Mulher na Organização. Com estas sessões, e através do recurso ao *storytelling,* pretende-se dar voz a mulheres líderes que possam inspirar e motivar as pessoas em termos de liderança e crescimento profissional partilhando a sua história de vida (percurso pessoal e profissional).





Prioridades para o Ano de 2023

Alinhados com a estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adaptação aos três pilares estratégicos do Banco:

- Foco no Cliente
- Pessoas e Cultura
- Digitalização e Inovação

Pessoas e Cultura em 2022

TOTAL DE COLABORADORES

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro foram admitidos 71 Colaboradores para todas as áreas do Banco

A nível de membros da Comissão Executiva, no âmbito da iniciativa para equidade do género, até à data de 31 de Dezembro, o Banco contou com uma representatividade de 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

TOTAL DE COLABORADORES

635 EM 2020

652 EM 2021

679 EM 2022

41% **MULHERES** (2021: 41%)

59% **HOMENS** (2021: 59%)

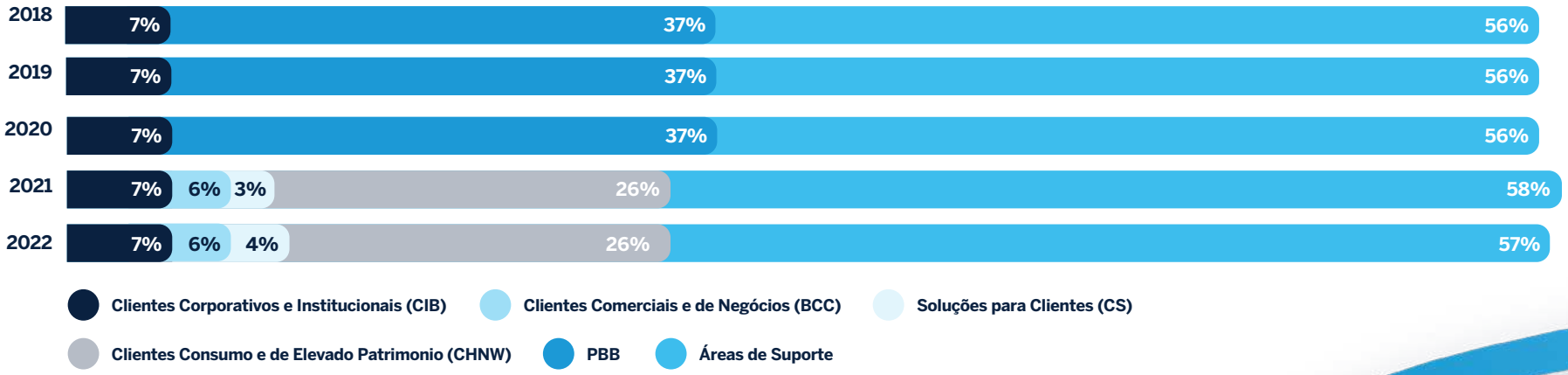
COMITÊ DE GESTÃO

50% **MULHERES**

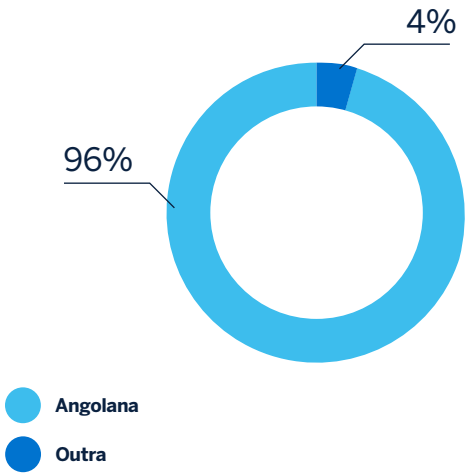
50% **HOMENS**

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES, POR UNIDADE DE NEGÓCIO

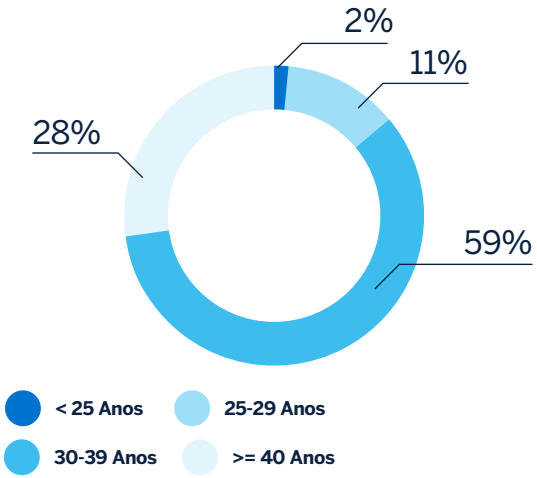
No âmbito do processo de reestruturação a área de Negócio PBB é subdividida nas áreas independentes de BCC e CHNW.



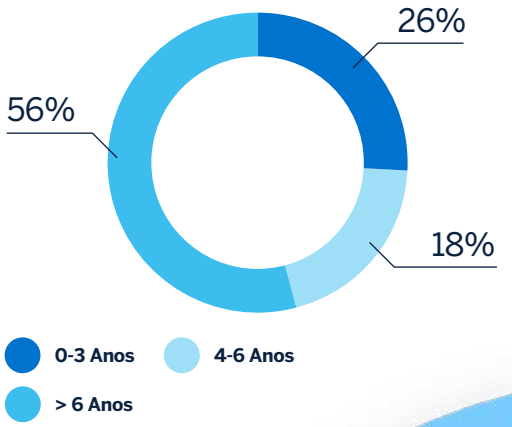
NACIONALIDADE



FAIXA ETÁRIA



ANTIGUIDADE



NÍVEL DE ENSINO DOS COLABORADORES



Acções realizadas para os Colaboradores do SBA



Página de Inovação na Intranet

É conhecido o objectivo do Banco de se tornar um Negócio de Plataformas focado na **colaboração** com os nossos parceiros, exploração de novas indústrias e modelos de negócio. Transformar o Banco e Inovar irá requerer a participação de todos.

De modo a inovar, estarão disponíveis na Página de Inovação, **notícias sobre inovação e tecnologias emergentes, provas de conceito** e iniciativas associadas aos ecossistemas, assim como a divulgação de **eventos sobre empreendedorismo**, **ciência e tecnologia**, entre outros.



Os desafios do SBA

Mensagem do CEO com o inuito de inspirar os Colaboradores a fazer algo pela primeira vez. São reflexões em formato de vídeo relacionadas com a nossa estratégia, apelando à consistência no serviço ao Cliente, foco na execução dos projectos, e mais inovação na forma de pensar para atingir as metas ambiciosas.



Mulheres que inspiram

Iniciativa mensal denominada de "Mulheres que Inspiram", acção que pretende dar voz a Mulheres Líderes que, com a sua partilha de percursos de vida, inspiram e motivam.



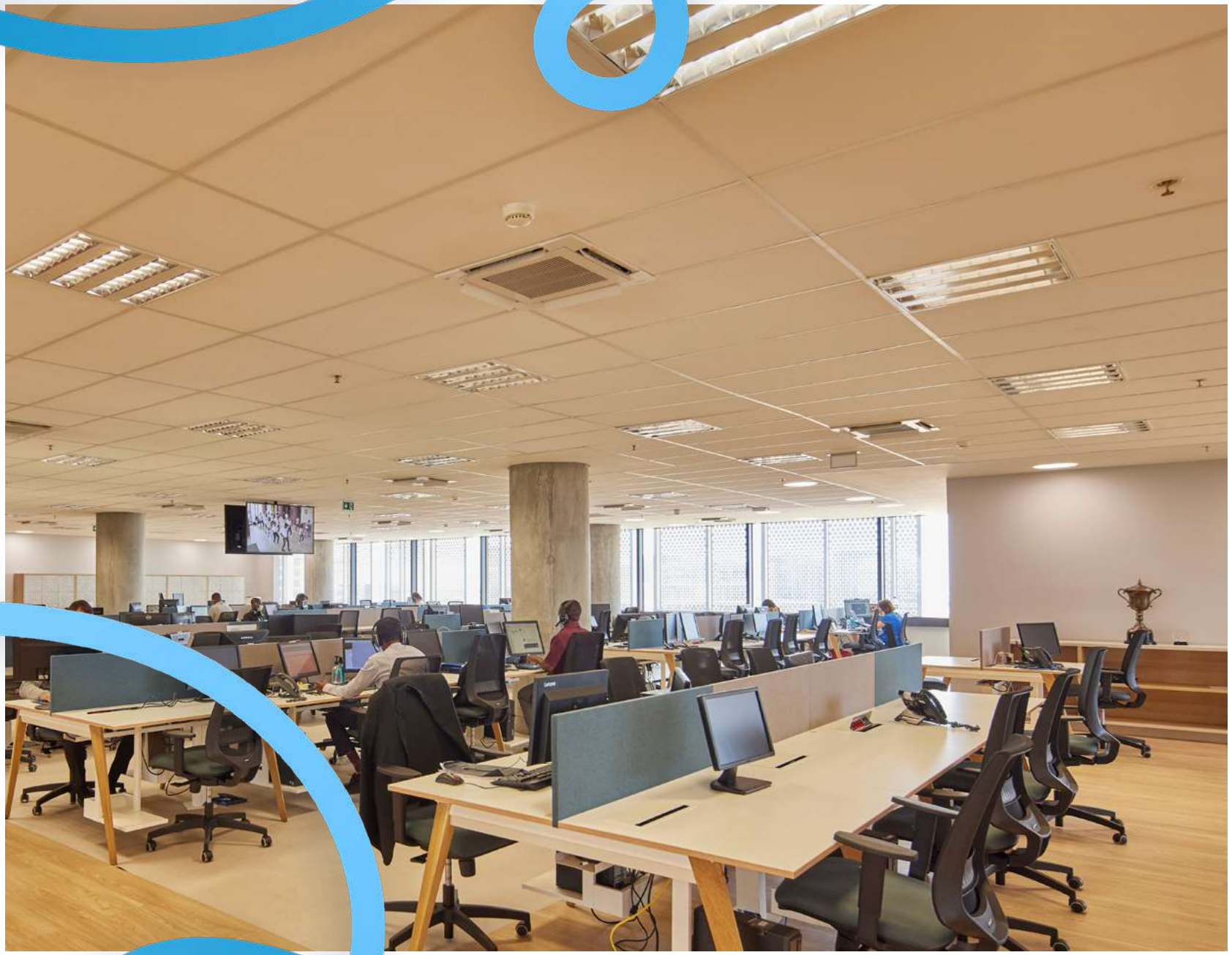
Resultados financeiros 2021 - Mensagem do CEO

Foi com uma grande satisfação que foi comunicado o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras aprovados pela nossa Assembleia Geral de Accionistas no dia 29 de Abril de 2022.

Projectos como o SB24, o *Salesforce*, os Agentes Bancários ("Ponto Azul"), a nossa migração para a Cloud, a nossa estratégia de Dados, entre outros igualmente relevantes, são essenciais para atingir o nosso propósito, já que nos permitem acompanhar os Clientes em todos os momentos da sua vida, e compreender profundamente as suas necessidades.

Temos acelerado o nosso investimento nas nossas Pessoas, em infra-estruturas e plataformas digitais para que possamos ainda mais entregar uma experiência de excelência aos nossos Clientes. O enorme trabalho de transformação da cultura e do negócio que temos vindo a fazer no Banco reflecte-se no crescimento do número e envolvimento dos Clientes e também nos nossos resultados. Numa época em que o sector bancário apresenta os resultados auditados de 2021, é com enorme orgulho que testemunhamos a consolidação do Standard Bank de Angola como um dos Bancos mais rentáveis e mais sólidos do mercado.

Luis Teles, Presidente da Comissão Executiva





Mudamos Juntos

Programa de cultura que tem como objectivo inspirar, motivar e desenvolver os Colaboradores para entregar a visão e estratégia SBA. O Banco inspira os Angolanos a alcançarem os seus sonhos.

A liderança do SBA está focada no desenvolvimento do *Staff* com o propósito de oferecer uma óptima experiência aos Clientes e agregar valor às comunidades, a fim de expandir o negócio de forma sustentável.



Standard Bank promove a 1ª Edição do Fórum de Segurança e Saúde Trabalho

O objectivo desta iniciativa foi chamar a atenção das empresas e dos Colaboradores para a importância de adoptar medidas preventivas que garantam a segurança e saúde no trabalho e insere-se no âmbito da efeméride do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho que se realiza no dia 28 de Abril.



Ideias Brilhantes

Programa que tem como objectivo contribuir para o SBA se tornar um Negócio de Plataformas, através da exploração de novas indústrias, novos modelos de negócios e o desenvolvimento de ecossistemas alavancados em tecnologia. Para tal, é fundamental a correcta preparação do Banco, através do fomento da eficiência e colaboração interna.

No âmbito dessa preparação para transformação do negócio, será solicitado o contributo dos Colaboradores por intermédio da "Campanha de Ideias Brilhantes".

Entender o Universo de Risco

As palavras "universo de risco", "taxonomia de risco", "biblioteca de risco", "tipo de risco" e "risco" são frequentemente usadas e podem ser confusas. É de vital importância que os Colaboradores do Banco compreendam as diferenças e tenham um entendimento comum.

Na primeira série de duas partes, o Banco providenciou clareza sobre a relação entre os riscos, tipos de risco e categorias de risco. Na segunda parte, foi detalhado as diferentes bases de dados em uso.

O nosso **Universo de Risco** é composto por centenas de **riscos**. Estes foram registados na **Base de Dados de Risco Global**, localizada no *Risk Market Place* (RMP). Qualquer pessoa do Grupo (não apenas profissionais de risco) pode capturar um risco no RMP para consideração na base de dados de riscos.

Essas centenas de riscos são classificados numa hierarquia por origem e é assim que chega-se a um número menor de **tipos de risco** e um número ainda menor de **categorias de risco**.

Procedimentos de Evacuação na Sede e Agência Sede

O Procedimento de evacuação é o documento que define as directrizes que possibilitam desenvolver acções de preparação e prevenção tendo em conta uma eventual situação de emergência.

O principal objectivo é providenciar instruções de evacuação aos ocupantes do edifício para que o façam sem pânico e de forma ordeira, seguindo itinerários seguros previamente definidos e divulgados, levando as pessoas para um local seguro pré-determinado (ponto de encontro), onde todas as pessoas evacuadas deverão permanecer juntas até se declarar o fim da emergência.

No entanto, é necessário que todos conheçam perfeitamente o procedimento de Preparação e Resposta a Emergências, para que em situação de emergência não haja lugar a hesitações, atropelos ou descontrolos emocionais.

Entender um negócio de plataforma

A importância de existir um bom entendimento conjunto em termos muito simples, com a abordagem oportuna relativamente ao negócio de plataforma e a mudança de mentalidade que é necessário fazer.

Esta compreensão dos vários temas da nossa transformação é fundamental para que o SBA seja "Mais que um Banco".

És um fã / Gostaríamos muito de ouvir a tua opinião

Tanta coisa mudou desde o ano passado. O Banco cresceu como equipa e esclareceu as ambições futuras. "Sobrevivemos ao Covid-19. Estamos mais fortes e resilientes e acreditamos no futuro".

Nesse sentido o Banco convidou os seus Colaboradores a partilhar as suas opiniões, visando compreender os pensamentos e sentimentos sobre o que significa trabalharem para o Grupo Standard Bank. Os contributos recolhidos irão ajudar a informar como o Banco pode, junto, criar o local ideal de trabalho em Angola, pois o SBA quer ser a Melhor Empresa para trabalhar em Angola.



ADOBE *E-Signature*

Com o intuito de aprimorar e simplificar o processo de recolha de assinaturas para documentos internos nas unidades do Banco, foi implementada a solução de assinatura digital.

O Adobe *E-signature* é uma solução digital que automatiza, formaliza e autoriza processos, permitindo ter total controlo do fluxo de assinaturas, desde a criação do documento, assinaturas, arquivo e auditoria.



Desafios do Procurement - Breach à Política de Procurement

Quando não se segue a Política de Procurement pode-se estar a comprometer a aquisição eficiente e rentável de bens e/ou serviços que se baseiam nos princípios de optimização de valor, ética, concorrência justa e eficaz, responsabilidade, sustentabilidade e Gestão de risco.

Pode-se também incorrer em riscos reequacionais, nomeadamente com adjudicações a fornecedores que não tenham passado por um processo de *Know your Supplier*, ou adjudicações que impossibilitem o pagamento ao fornecedor, de acordo com o esperado, porque a despesa não foi aprovada ou contratualizada inicialmente seguindo o Governance do Banco.

Em algumas situações, nomeadamente com fornecedores não residentes em Angola pode-se ter riscos regulatórios com adjudicações que não estejam de acordo com a legislação, nomeadamente de acordo com a carta circular 2/2020.



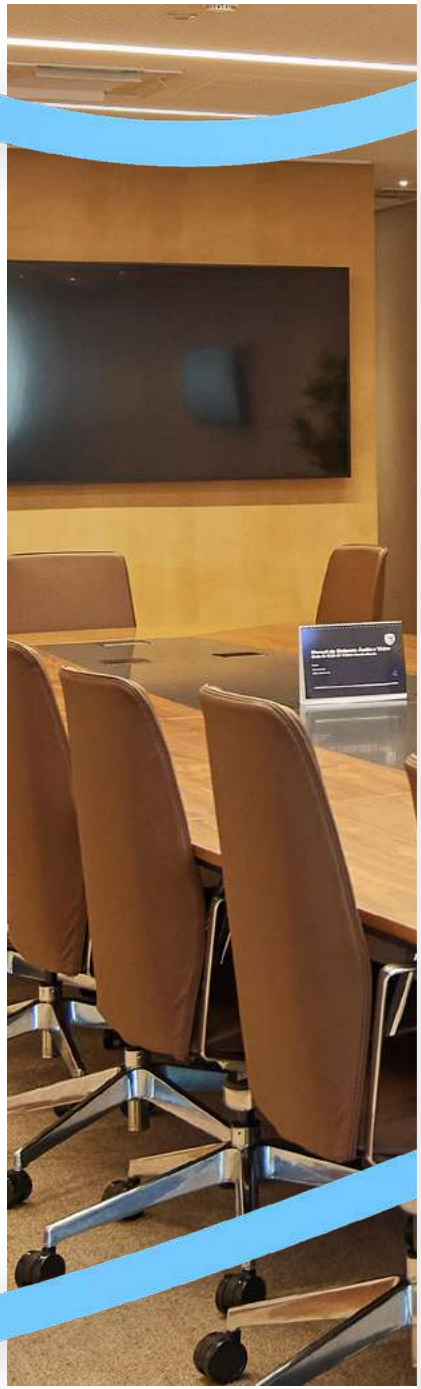
Inquérito de Satisfação da Direcção de Operações

Com o objectivo de avaliar a performance da Área de Produção e também medir alguns ***KPI's*** **– Indicadores Chave de Desempenho**, foi realizado um inquérito para obter a opinião dos colegas para melhorar a qualidade dos nossos serviços e assim corresponder mais facilmente às necessidades, expectativas e interesses dos nossos Clientes.



Adquire Conhecimento Digital Agora

O CEO do Grupo, Yinka Sanni, enviou uma nota encorajando os Colaboradores a obter Conhecimento Digital, indicando que priorizássem o Módulo 5: Conhecimento Digital do Currículo de Habilidades Preparadas para o Futuro.





4.3. Risco e Conduta





A transparência do SBA reflecte-se na confiança dos seus Clientes

O Sistema de Controlo Interno

Mais que um Banco, uma Relação de Confiança.

A solidez e sustentabilidade do SBA são garantidas pelo alinhamento das melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de controlo interno, que sinergicamente agregam um leque alargado de políticas, procedimentos e processos de controlo. A transparência no modo de actuação do Banco reflecte-se no sentimento de confiança dos seus Clientes.



Visão Geral

O sistema de controlo interno do SBA continua forte, porque o Banco tem vindo a ser alvo de um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente, que lhe permita assegurar a execução das suas operações e acrescentar efectivamente valor para os Clientes. Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira, aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno e oferendo um melhor serviço ao Cliente. Isto envolveu a adopção da *IA/Machine Learning and Robotics* para apoiar a transformação do Banco.

O Banco tem feito um investimento significativo na digitalização e automatização dos seus processos, no sentido de promover uma maior eficiência operacional.

A título de exemplo, no âmbito do processo de auditoria interna, estão a ser feitos investimentos na formação de todos os Colaboradores da área de auditoria em matérias sobre análise de dados e realização de auditorias através de processos automatizados e sistemas avançados de análise de dados. A génese desta evolução está na base de um dos pilares estratégicos do Banco, a "Digitalização e Inovação".

Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 10/2021 do BNA, bem como alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governação Corporativa.

O Sistema de Controlo Interno do SBA é composto pelas funções que definem 3 linhas de defesa:

01 **Unidade de Negócios e Gestão de Entidades Jurídicas;** conceber e implementar um programa eficaz de Gestão de risco em todo o Banco;

02 **Risco, funções de Gestão de *Compliance* e Conselho de Administração;** Acompanhar as áreas de negócio e implementar mecanismos de Gestão de risco que garantam a execução da actividade do Banco em linha com o apetite ao risco estabelecido pela administração, garantindo a cada momento que o Banco não apresenta exposições excessivas a determinados riscos da sua actividade;

03 **Auditoria Interna;** Fornecer garantias sobre a adequação e eficácia do ambiente de controlo e do programa de Gestão de riscos e garantir a definição de planos de mitigação/remediação pelas áreas auditadas, permitindo a redução do risco na instituição para níveis aceitáveis, de acordo com o respectivo apetite ao risco.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.

AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO

Estrutura Organizacional | Cultura Organizacional | Planeamento Estratégico

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO

Controlo de Riscos

Identificação de Riscos | Cultura Organizacional | Acompanhamento de Riscos

AMBIENTE DE CONTROLO INTERNO

Sistemas de Informação de Gestão

MONITORIZAÇÃO

Auto-avaliação | Auditoria Interna

RELATÓRIOS

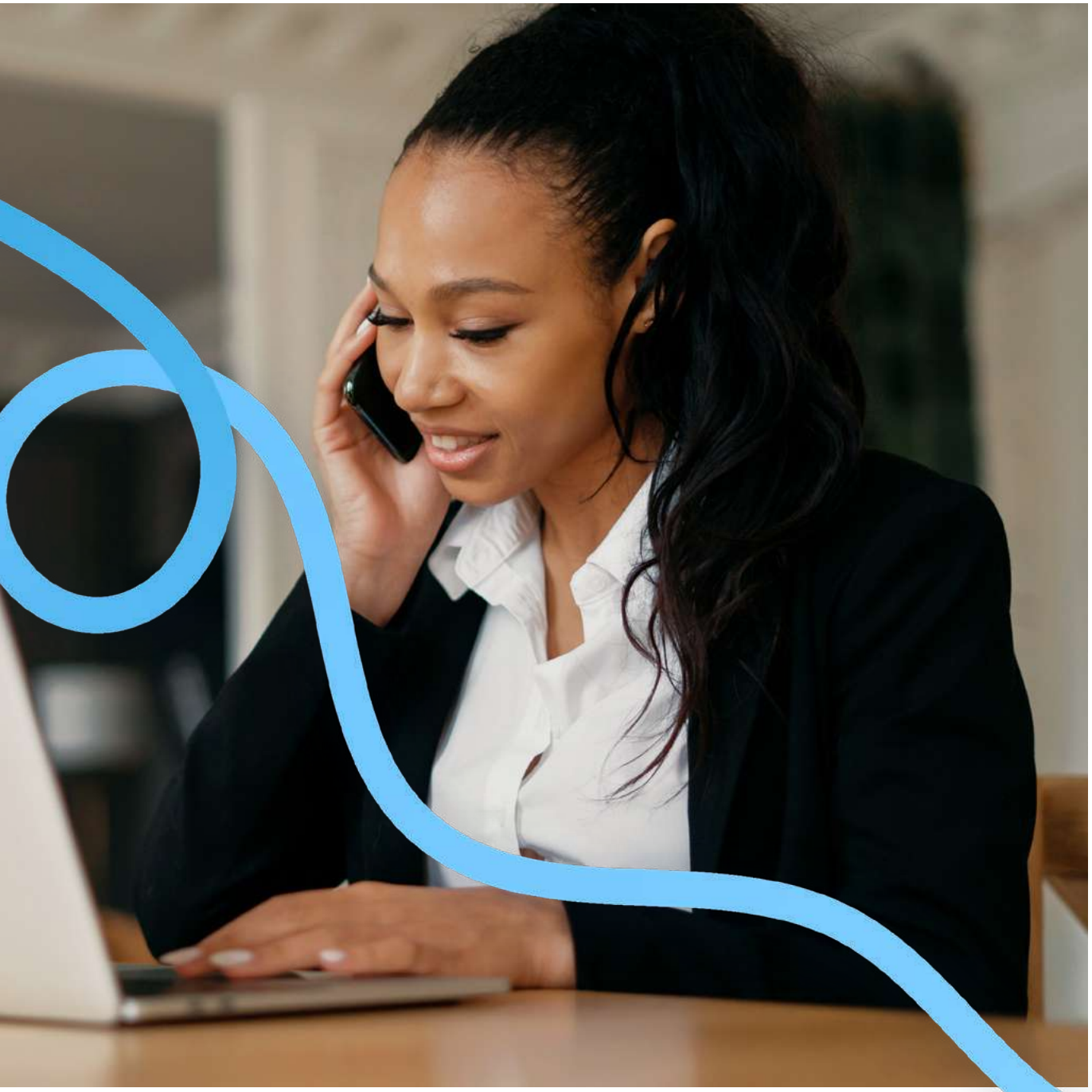
Relatóriodo *Compliance*

Relatório da Gestão de Risco

Relatório da Auditoria Interna

Relatório do *Combined Assurance*

Opinião Global da Administração

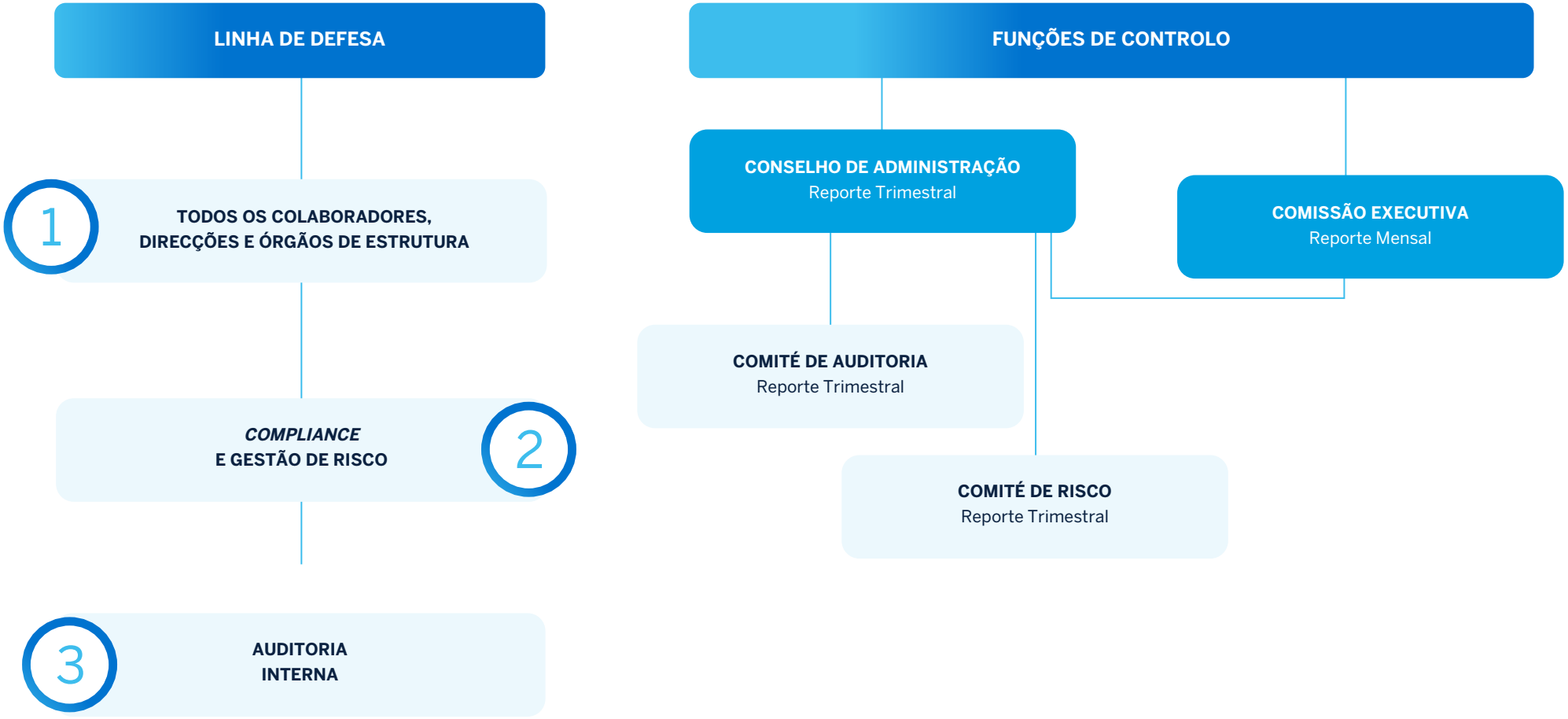


No decorrer do exercício de 2022, o SBA deu continuidade à implementação e melhoria dos seus processos, políticas e procedimentos, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

PROCESSOS, PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS

Os processos, procedimentos e políticas implementados complementam a estratégia e Sistemas de Controlo Interno do SBA que, em conjunto:

- **Garantem** o cumprimento das normas e regulamentos;
- **Protegem** os activos do Banco;
- **Protegem** os Clientes;
- **Previnem** e detectam fraudes e erros;
- **Criam** um sistema de reporte cada vez mais robusto e transparente;
- **Asseguram** o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.



As funções e respectivos reportes **asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua** das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, **aumentando a eficácia** do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de Gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em **fornecer uma garantia independente e objectiva** sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a Gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de "consultoria" internos, com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte funcional ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigido por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte ao presidente da Comissão Executiva, apenas para assuntos de natureza administrativa do Banco. Adicionalmente, a função de Auditoria Interna reporta igualmente à Auditoria Interna do Grupo Standard Bank, o qual tem a sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

OBJECTIVO DA AUDITORIA INTERNA

Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização

Responsabilidades da Função da Auditoria Interna

- Executar uma avaliação objectiva da efectividade da Gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.
- Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de Gestão do risco.
- Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo.

PLANOS DE ACÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

01 **Foco nos principais riscos** resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank;

02 Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria semestral/anual, **assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco são avaliados com uma periodicidade mínima trianual**;

03 **Garantia de que o plano de auditoria do Banco está coordenado com o plano semestral/anual** de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de governação, Gestão de risco e controlo interno associados são efectivos;

04 Garantir que o plano semestral/anual de auditoria segue um **processo dinâmico e flexível** de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou "consultoria" relativamente à **robustez e adequação** de processos ou procedimentos.

05 Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas, quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o **acompanhamento regular das acções acordadas** para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.

06 **Foram registadas uma melhoria na proporção de auditórias satisfatórias ao ano de 2021.**

07 De realçar que até 09 de Agosto de 2022, **o Banco encerrou 100 acções de melhoria acordadas**, contra 103 acções que foram encerradas até 05 de Dezembro de 2021.



ACTIVIDADES DE COORDENAÇÃO DAS ÁREAS DE CONTROLO INTERNO (*COMBINED ASSURANCE*)

O *Combined Assurance* é um fórum mensal em que participam as áreas de controlo e tem como objectivo alavancar todas as linhas de defesa do Banco, de modo a evitar sobreposições e lacunas, garantindo uma linha de defesa eficiente de ponta a ponta, assegurando uma visão holística e uma abordagem coordenada na Gestão dos principais riscos do Banco.

Os principais temas discutidos nas reuniões são os seguintes:

- Análise do ambiente do controlo interno do Banco;
- Mapeamento e avaliação dos principais riscos do Banco;
- Partilha de planos de atividades anuais;
- *Findings* em aberto da auditoria interna e externa;
- Controlo e Gestão de incidentes pendentes;
- Revisão de questões-chave de Auditoria / Controlo / Monitorização de Riscos;
- Relatório de tendência de fraudes;
- Partilha de melhores práticas (melhores formas de trabalhar);
- Partilha de recursos, formações e *feedbacks* sobre a interacção com os *Stakeholders*;
- Análise de pedidos de extensão de *issues* levantados pelas áreas de risco, *monitoring* e *Compliance*.

As reuniões do *Combined Assurance* têm sido realizadas mensalmente com a participação e envolvimento de todas as áreas de controlo do Banco (Auditoria Interna, *Compliance*, Risco, Controlo Interno, Controlo Cambial, Tecnologia de Informação e Segurança Cibernética e Auditores Externos).

Como resultado da implementação das sessões de *Combine Assurance,* foram obtidos os seguintes resultados em 2022:

- **Elaboração e partilha,** em Comissão Executiva e Comité de Auditoria, do plano consolidado, de modo a identificar os riscos e a áreas a serem cobertas em 2022;
- **Consolidação dos resultados** de todas as áreas de controlo de risco (*Dashboard*), eliminando a duplicação de acções;
- **Realização de sessões de sensibilização da cultura de risco para várias unidades de negócio**, tendo sido efectivamente realizadas 10 sessões de cultura e risco para áreas de abertura de contas, manutenção de contas, CVU, cartões, IT infraestrutura, Clientes consumo e elevado património, recuperação de crédito, controlo interno, licenciamento e segurança de IT.
- **Elaboração, desde Abril de 2022, do Relatório com um *dashboard* com os principais riscos** e indicadores de controlo que é partilhado e apresentado, todos os meses, no Comité de Gestão de Riscos (RMC).

DIGITALIZAÇÃO - ABORDAGEM DE AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA

De acordo com a estratégia de digitalização do Standard Bank, a Auditoria Interna do Grupo (GIA) embarcou na jornada para digitalizar a abordagem de auditoria para melhorar a eficiência e eficácia na emissão de opiniões e na Gestão de risco do Banco. Em conjunto com a equipa de Serviços de Dados do Grupo, os Colaboradores da área têm efectuado um conjunto de formações no sentido de cada vez capacitar a área a digitalizar os seus serviços.

Os benefícios do processo de digitalização são:

01 O motor robótico permitiu a passagem da auditoria convencional para auditorias robóticas e orientadas por dados;

02 A equipa da TI reforçou a integridade do processo de auditoria através de testes 100% populacionais e gerou novos *insights* através da análise de dados, sempre que aplicável;

03 A abordagem robótica assegurou uma auditoria contínua, uma vez que os Relatórios do motor robótico são concomitantemente disponíveis para vários intervenientes nas três linhas de defesa;

04 O perfil de risco bancário é controlado de forma proactiva e contínua devido à detecção precoce de riscos e atempada tomada de decisões, devido a auditorias e Relatórios contínuos;

05 A auditoria robótica resulta numa redução de custos e tempo, uma vez que há uma redução significativa nas viagens e tempos para a realização de cada uma das auditorias;

06 Facilitar a requalificação do pessoal em tecnologias novas e emergentes;

07 Melhoria da colaboração entre as 3 linhas de defesa através da garantia digital integrada, que leva à eficiente Gestão do risco empresarial;

08 Auditorias baseadas na população auditada e não em amostras. Contudo é importante salientar que este benefício também representa um desafio para as unidades de negócio na medida em que estas têm de garantir a digitalização dos seus processos.

O processo de digitalização e automação, apesar de ser benéfico para o Banco, também trouxe desafios à área de auditoria tais como:

- Reforçar a equipa com elementos com conhecimentos em tecnologias de informação;
- Elaborar um plano de formação dos Colaboradores que esteja alinhado ao projecto de digitalização do Banco.



ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

67%

Das auditorias realizadas no ano de 2022 foram satisfatórias, contra 56% de auditorias satisfatórias realizadas no ano anterior.

8

Auditorias realizadas em 2022, contra 9 realizadas em 2021.

176

Acções de melhorias a processos implementadas.

12

Sessões de Cultura de Risco realizadas até 31 de Dezembro 2022.

Desafios para 2023:

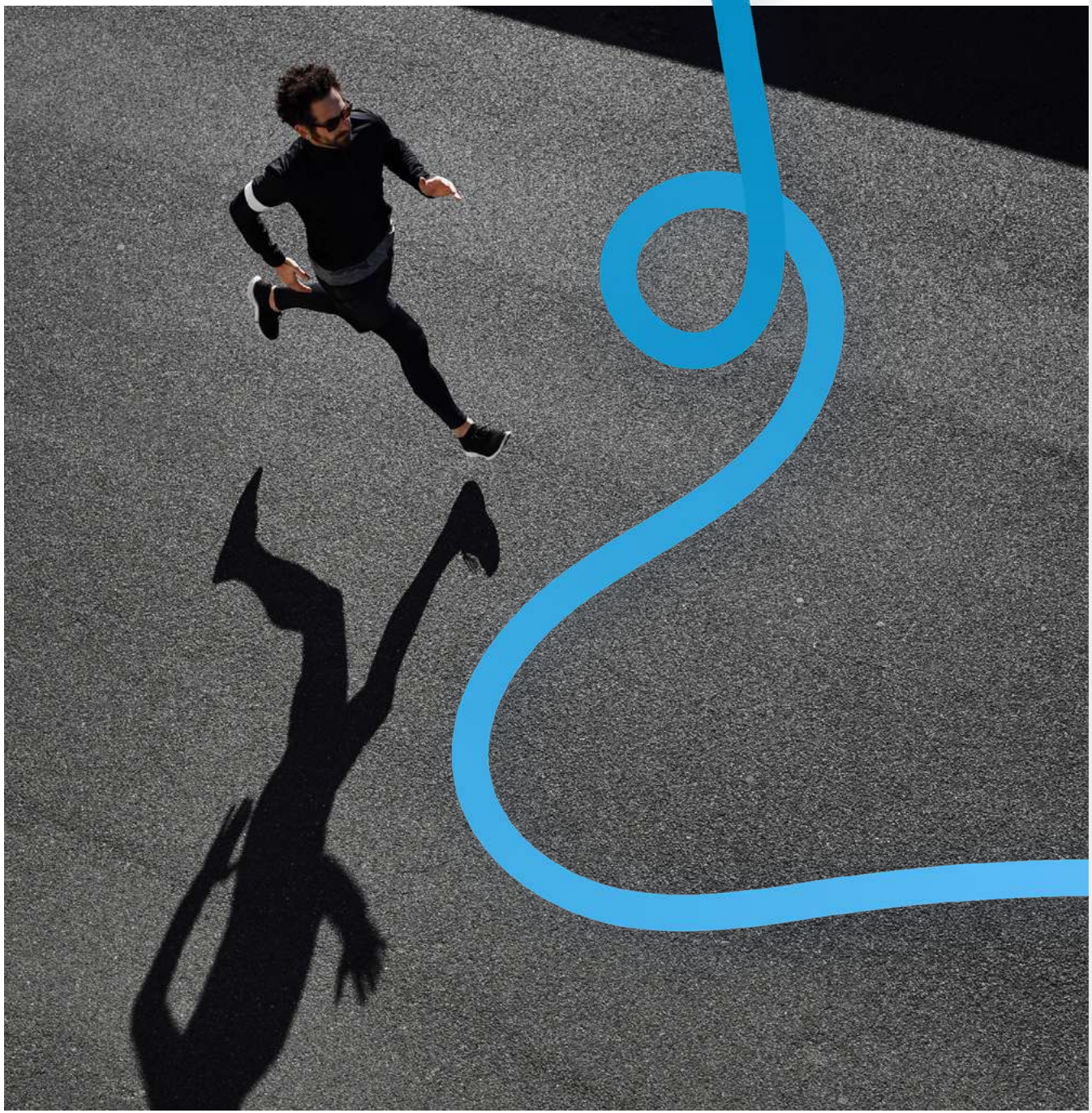
- Continuar com o processo de implementação da estratégia de digitalização dos processos de auditoria, que incluirão a substituição da actual plataforma de auditoria (GIANT) por uma outra mais moderna, digital e localizada em *cloud*;
- Continuar o processo de capacitação da equipa em conhecimentos alinhados com a transformação digital em curso no Banco.
- Redimensionamento da função de auditoria interna aumentando a sua capacidade instalada em termos de recursos humanos e tecnológicos para fazer face ao universo de riscos emergentes e ao crescimento registado pelo Banco em termos de volume de negócio e complexidade das suas operações.

Função de Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa, tem como objectivo garantir uma Gestão transversal e integrada dos vários riscos que existem no Banco. O principal propósito é minimizar o impacto dos vários eventos, quer de natureza interna, quer externa. O SBA monitoriza os riscos correntes da sua actividade e também outros que possam surgir. A função de Gestão de Risco também é responsável pela definição do apetite pelo risco, assim como garantir que o *framework* de Gestão, as suas políticas e standards estão a ser cumpridos.

De acordo com a sua estrutura actual, **a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa os Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional (incluindo Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas – Garantias e Seguros; Risco de *Compliance* e Risco de Fraude).** O Risco de Conduta tem vindo a crescer de importância e o SBA encontra-se a implementar processos e procedimentos para gerir este tipo de risco, de forma mais eficiente. A função de Gestão de Risco é apoiada por um conjunto de Comités, os quais supervisionam os riscos a que o Banco se encontra exposto, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos, Comité de Gestão de Risco de Crédito e o Comité de Gestão de Risco.

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Gestão de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comités que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



RESPONSABILIDADES

A função de Gestão de Risco define a estrutura de Gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da Gestão de risco à primeira linha de defesa.

As principais responsabilidades da função são:

01 Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;

02 Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de Gestão de risco a adoptar;

03 Definir indicadores chave e limites prudenciais para cada tipo de risco;

04 Realizar medições periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;

05 Realizar testes de *stress* de forma a determinar a resiliência do Banco;

06 Identificar debilidades no modelo de Gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;

07 Documentar os processos associados à sua intervenção;

08 Monitorizar o cumprimento dos limites definidos para os diversos riscos, bem como o excecução do modelo de Gestão de risco;

09 Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;

10 Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de Gestão de risco.

Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* é independente e autónoma e emite Relatórios sobre o estado de Gestão de Riscos de *Compliance* para os vários Comités. Esta função reporta a quatro níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de Relatórios mensais de actividade; (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de Relatórios mensais; (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do Relatório trimestral de actividades, destinados aos (iv) Comités de Auditoria e Risco, ambos subcomités do Conselho de Administração; e ao *Compliance* do Grupo Standard Bank.

A Função de *Compliance* do SBA é organizada de acordo com as disposições e requisitos legais espelhados nos Avisos n. 01/2022[1] de 28 de Janeiro e Aviso n.º 14/20[2] de 22 de Junho, ambos emitidos pelo BNA. Dentro do seu Mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer operação/ projecto onde exista razão para acreditar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para o efeito, a Função de *Compliance* tem acesso ilimitado a todos os Colaboradores do Banco e aos registos razoavelmente necessários para suportarem a sua função.

RESPONSABILIDADES

01 **Estabelecer** e manter um registo permanente e actualizado dos normativos internos e externos a que o Banco esteja sujeito, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento com as leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria e Conselho de Administração;

02 **Exigir** que os requisitos regulatórios relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;

03 **Garantir**, na medida do possível, que não existe qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;

04 **Ser responsável** por estabelecer uma cultura de *compliance* no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de Gestão prudente de riscos do Banco;

05 **Avaliar** os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira ("UIF");

06 **Garantir** que é adoptada uma abordagem baseada na avaliação do perfil de riscos de *compliance* do Banco;

[1] Sobre o Código do Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias;

[2] Que estabelece as Regras sobre as Condições de Implementação Efectiva das Obrigações Previstas na Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

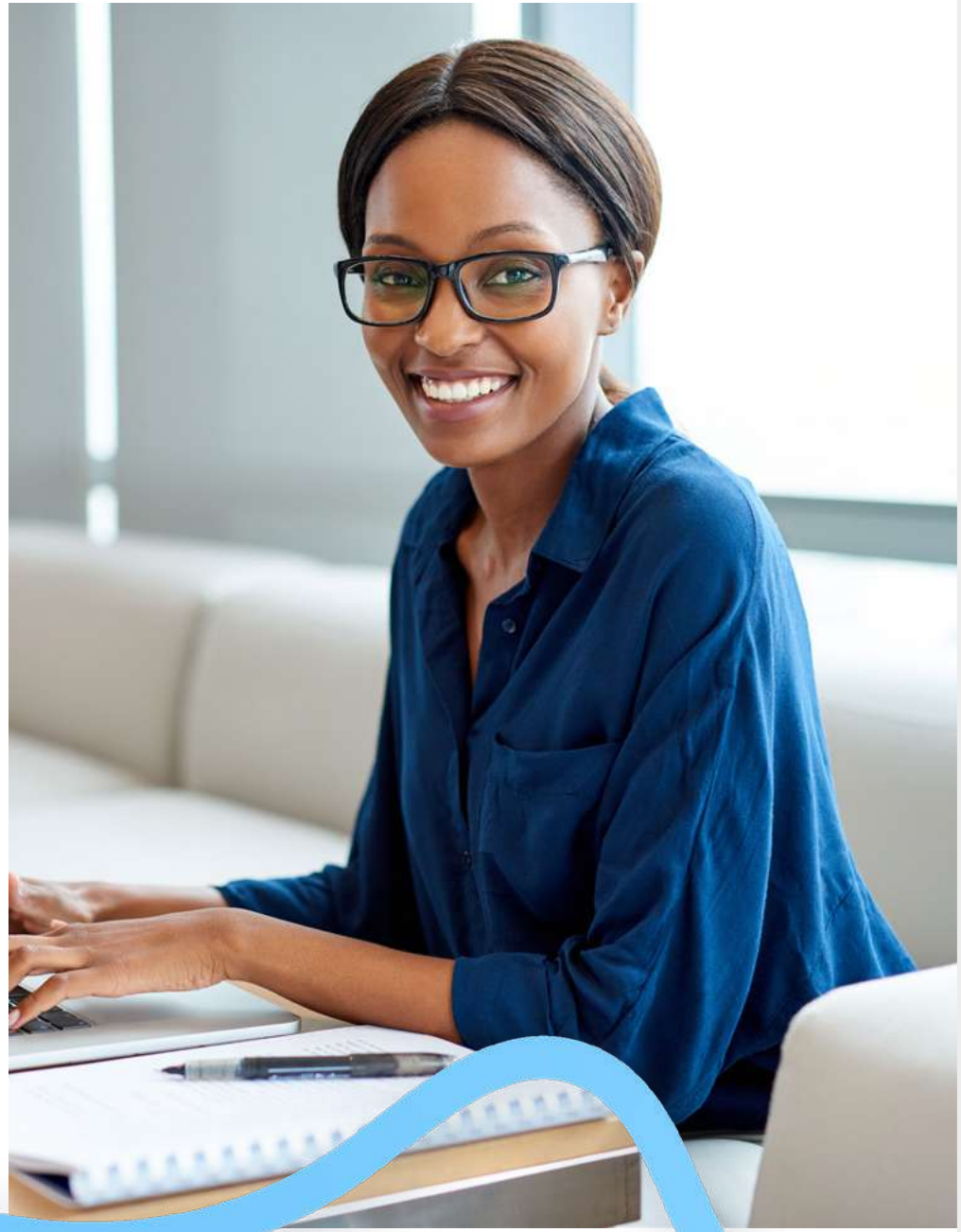
07

Garantir que os Colaboradores do Departamento de *Compliance* e do Banco recebem formação contínua, a fim de garantir que possuem conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:

- Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
- Conduta de Mercado;
- Gestão de Conflito de Interesses;
- Privacidade de Dados;
- Protecção dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros;
- Monitorização Regular;
- Prevenção e Risco de Fraude.

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades Reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *Compliance*, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, por um lado, à não adesão a formações obrigatórias de *Compliance* e por outro, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de *Compliance* e a sua implementação e Gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos.



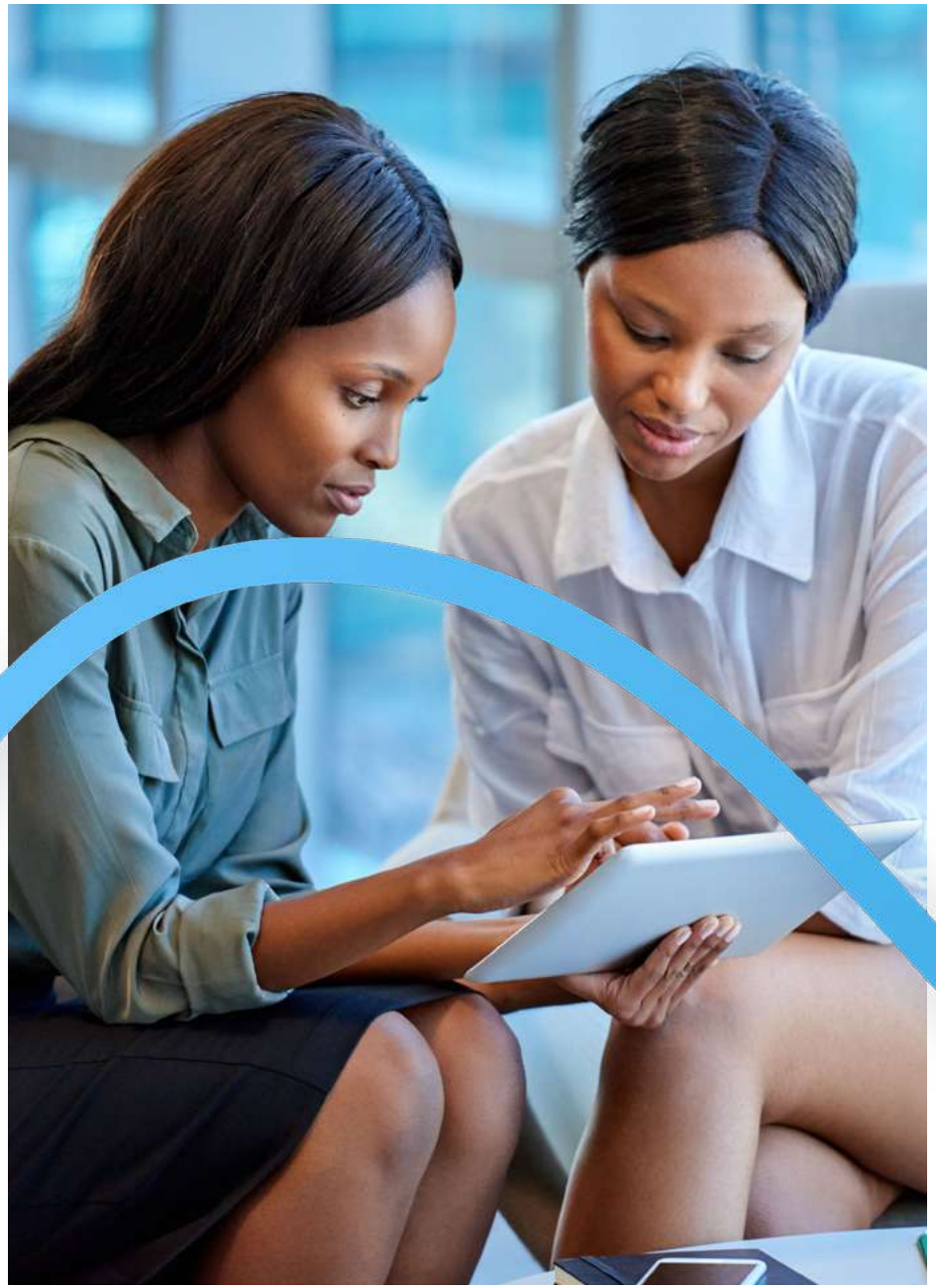
ESTRATÉGIA

A Função *Compliance* tem contribuído para a estratégia do Banco pelo suporte dado ao Conselho de Administração na manutenção de uma cultura de *compliance*, dando continuidade a um programa transversal de sensibilização e formação dos valores sobre o cumprimento das regras e legislação aplicável em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa - CBC/FT/PADM.

Constitui estratégia da Função de *Compliance*:

- Apoiar a Administração na manutenção de uma Cultura de *Compliance* para que o negócio seja feito da maneira certa;
- Apoiar o Órgão de Gestão no cumprimento das suas responsabilidades relativamente a requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Apoiar na materialização de uma matriz de risco e controlos operacionais;
- Aconselhamento às Unidades de Negócio e ao Órgão de Gestão em matérias legais relacionadas com o *compliance* e com o Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
- Apoiar no relacionamento efectivo entre o Banco e as entidades Reguladoras

Proteger a Reputação do Banco → **Evitar acções judiciais contra o Banco** → **Promover um bom relacionamento com as entidades Reguladoras** → **Demonstrar que o Banco está apto para a realização da sua actividade.**



FUNÇÃO REGULATÓRIA E DE ACONSELHAMENTO

A Função Regulatória e de Aconselhamento (doravante abreviadamente designada por "RAF") tem como principais responsabilidades:

- Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades Reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Autoridade Reguladora da Concorrência e Agência de Protecção de Dados;
- Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;
- Gerir o universo regulatório (e o respectivo *compliance*) e o plano de Gestão de risco de *compliance* das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;
- Garantir o cumprimento das regras sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) interesses comerciais externos, (iv) transacções pessoais, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de *Compliance*, aprovadas e publicadas;
- Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;
- Garantir os direitos de defesa do consumidor;
- Ministrar formações internas em relação às políticas de *Compliance* consideradas de alto risco;
- Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;
- Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor;
- Proceder à Análise de Impacto de Privacidade e Protecção de Dados.

Suporte consultivo/Aconselhamento: Novos produtos e serviços / Alterações feitas em produtos e serviços / Procedimentos internos do Banco

A RAF assegurou, durante o ano de 2022, que o desenvolvimento dos produtos das unidades de negócio fosse efectuado de acordo com a legislação em vigor, bem como, apoiou e aconselhou as diversas áreas do Banco nas questões que as mesmas levantaram e, quando necessário, incluindo produtos que foram submetidos ao Comité de Novos Produtos (NPC) e outros fóruns relevantes.

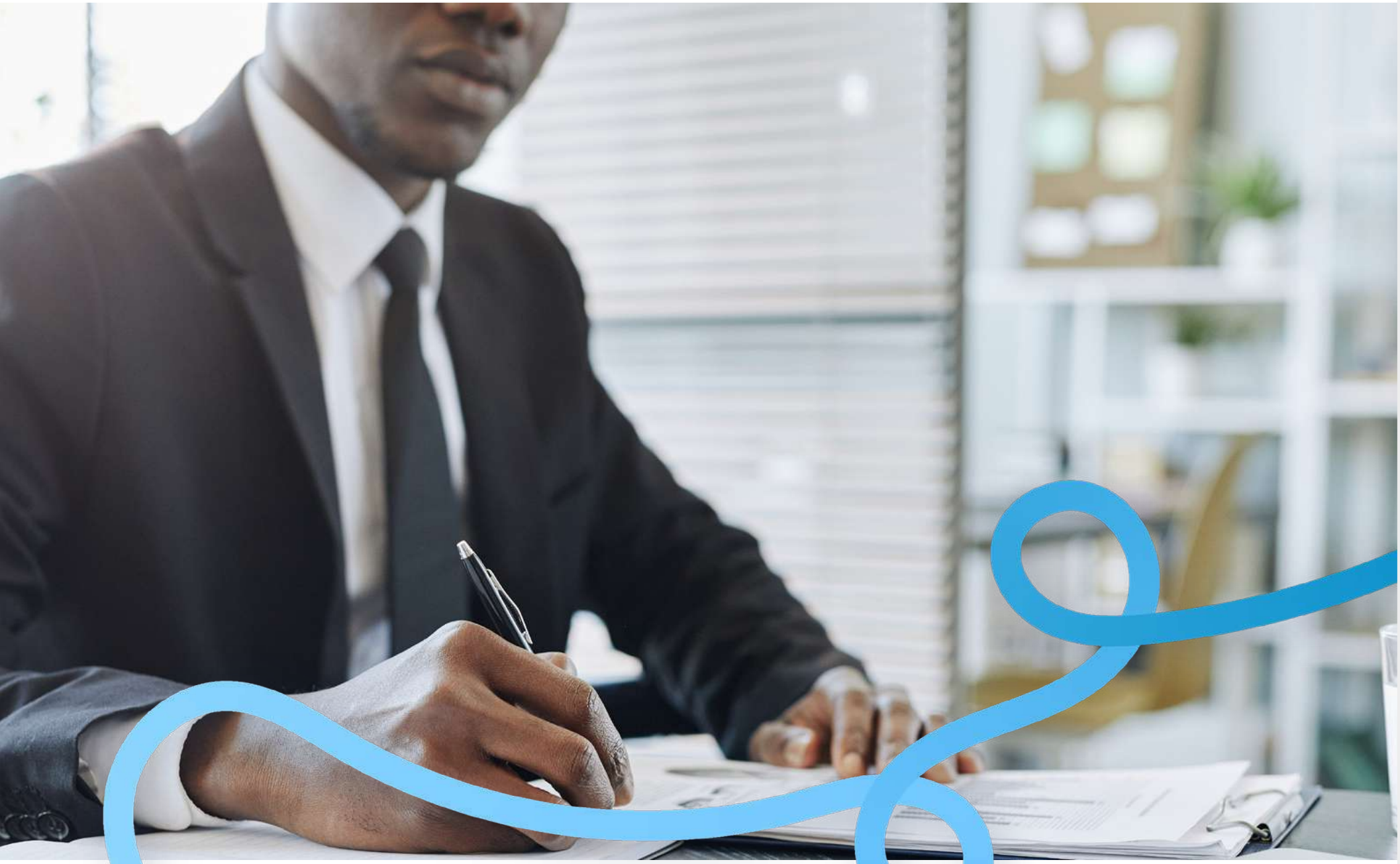
A Direcção de *Compliance* procedeu, durante o ano de 2022, à revisão e análise de 88 procedimentos e processos internos do Banco que foram submetidos pelo *Business Process and Improvement* (BPI) , garantindo que esses procedimentos e processos estão de acordo com a legislação em vigor aplicável aos respectivos procedimentos e processos, bem como, validou diversos produtos submetidos pelas unidades de negócio e assegurou que as Fichas Técnicas Informativas e seus respectivos termos e condições estivessem em conformidade com o disposto no Aviso 13/16, Aviso 14/16 e Carta Circular nº 001 / DCF / 2020, de acordo com as Directrizes do seminário de licenciamento de produtos e serviços e demais legislação em vigor.

Principais actividades desenvolvidas em matéria de protecção e privacidade de dados

Com o aumento das exigências da Agência de Protecção de Dados (doravante abreviadamente designada por "APD") , em termos de regulamentação e de supervisão, bem como, com o aumento da utilização de soluções e mecanismos digitais, torna-se imperioso assegurar o cumprimento das normas de protecção e privacidade de dados, razão pela qual, durante o ano de 2022, a RAF orientou e assegurou o cumprimento da legislação em vigor, através de:

- **Avaliação do Impacto da Privacidade de Dados:** foram analisados diversos formulários de avaliação de protecção de dados submetidos pelas unidades de negócio para averiguar o risco de incumprimento dos requisitos de protecção de dados;
- **Aconselhamento e pareceres para outras áreas do Banco:** foram emitidos diversos pareceres às solicitações feitas pelas unidades de negócio, bem como, sempre que identificada qualquer questão que exigisse a identificação dos riscos a que o Banco estava exposto em caso de incumprimento dos requisitos emitidos;
- **Interacção com a APD:** foram submetidos 9 processos para análise, avaliação e aprovação da APD;
- **Sensibilização:** foram enviadas Comunicações de *Awareness* ao Banco, com a identificação dos requisitos da Lei da Protecção de Dados e requisitos mínimos de protecção de dados, bem como, identificação das regras e cuidados a serem observados durante a prestação de trabalho remoto.





FORMAÇÕES E SENSIBILIZAÇÃO

Por forma a ser garantido o entendimento sobre as regras adstritas à Função e às políticas de *Compliance*, existe um conjunto de formações obrigatórias que devem ser efectuadas por todos os Colaboradores do Banco. Abaixo encontra-se detalhado o estado de conclusão das referidas formações à data 31 de Dezembro de 2022.

TÍTULO DA FORMAÇÃO	COLABORADORES ELEGÍVEIS	Nº FORMAÇÕES CONCLUÍDAS	% CONCLUÍDA	% NÃO CONCLUÍDA
CBC Organizações Sem Fins Lucrativos	162	159	98%	2%
CBC *Trade Finance*	162	159	98%	2%
CBC Transferências Electrônicas	548	541	99%	1%
Combate ao Branqueamento de Capitais	668	663	99%	1%
Sensibilização Geral sobre Anti-Suborno e Corrupção	668	662	99%	1%
Conduta de Negócio	668	663	99%	1%
Conduta com Clientes	668	648	97%	3%
Pensamento Estartégico de *COmpliance* para Gestão de Clientes	28	28	100%	0
Política de Comunicação da Sala de Negociação	9	9	100%	0
Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo	162	161	99%	1%
Abuso de Mercado para a Direcção de Mercados Globais	18	18	100%	0
Conduta Pessoal	668	662	99%	1%
Total	**4591**	**4532**	**99%**	**1%**

Devido ao aumento do número de provedores de serviços individuais independentes (ISP) e o consequente aumento do risco de não conformidade com as políticas de *compliance* e requisitos regulatórios, foi decidido que todos os ISP devem também concluir as formações obrigatórias de *Compliance*. Estas formações começaram a ser realizadas em Agosto de 2022 através de uma plataforma do Grupo, diferente daquela onde os Colaboradores realizam a sua formação.

Abaixo o estado de conclusão destas formações para esse grupo específico a 31 de Dezembro de 2022

FORMAÇÃO	Nº PESSOAS ELEGÍVEIS	% CONCLUÍDA
Combate ao Branqueamento de Capitais	101	80%
Conduta de Negócio	101	87%
Conduta com Clientes	101	74%
Conduta Pessoal	101	75%
Sensibilização Geral sobre Anti-Suborno e Corrupção	101	80%
Total	**505**	**79%**

FUNÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

Em cumprimento ao estabelecido nas alíneas a) e d) do ponto 4 do artigo 33º do Aviso 1/2022 (Código de Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias), a Direcção de *Compliance* possui uma área de Monitorização de *Compliance*, cujas principais responsabilidades são:

- **Monitorar** o cumprimento das leis e regulamentos por parte da organização, a fim de facilitar o estabelecimento de uma cultura de *Compliance* que contribua para uma Gestão de risco prudente;
- **Contribuir** para o aumento do nível de conscientização das obrigações regulatórias por meio da execução de análises de monitoramento de qualidade que forneçam soluções inovadoras, relevantes e pragmáticas, com foco em atender às necessidades dos *Stakeholders* e Clientes.
- **Monitorizar** a adequação e eficácia do Plano de Gestão do Risco de *Compliance* ;
- **Aferir** a implementação de controlos e cumprimento de normas internas e toda a legislação vigente com impacto no Banco;
- **Monitorar** o cumprimento das normas de conduta estabelecidas nas políticas de *compliance*, incluindo o cumprimento das formações obrigatórias de *compliance*;

Interesses comerciais externos

Conforme propósito da Política de Interesses Comerciais Externos, o Banco, com o apoio do Grupo, possui um sistema de Gestão de declarações de interesses comerciais externos de Colaboradores. A plataforma tem um fluxo de declaração, para aprovação ou rejeição, de forma a garantir a transparência e Gestão adequada de eventuais conflitos de interesse que possam acontecer entre Banco e Cliente, Banco e Colaborador, e Colaborador e Cliente. Em 2022, deu-se início ao processo de declarações de interesses comerciais externos de prestadores de serviço individuais em função de ter sido identificada a necessidade de um controlo mais eficaz, por forma a prevenir potenciais situações de Conflito de Interesse em virtude da actividade que estes prestam ao Banco.

Abaixo o estado das declarações a 31 de Dezembro de 2022:

	Estado	# Colaboradores
1	Sem nada a declarar	637
2	Declarações Declinadas	5
3	Declarações Aprovadas	221
4	Por Aprovar	4
5	Por Declarar	19

Presentes e Entretenimento

O Banco gere o conflito de interesses através da Gestão de troca de presentes que, até certo ponto, pode influenciar o relacionamento entre intervenientes, e pode estar susceptível a potencial suborno e/ou corrupção. Desta forma, existe um processo de Gestão de presentes e entretenimento, bem como controlos para evitar potenciais conflitos de interesses. Em 2022, a política de Presentes e Entretenimento sofreu uma alteração, sendo que passando a determinar que todos os presentes, independentemente do valor, devem ser recusados.

Nª de Presentes e Entretenimento	Valor Kz	Destino
73	3 295 860	Leilões internos e doações. Nota: Os valores arrecadados nos leilões internos são igualmente doados.

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO AO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DISTRIBUIÇÃO EM MASSA

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo o combate ao branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em particular a Unidade de Informação Financeira ("UIF").

A Direcção do *Compliance* tem uma área funcional específica, que trata dos assuntos ligados à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM), cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam a:

- **Controlo, cumprimento e adesão** às políticas de Anti *Money Laundering* ou AML;
- ***Surveillance*** – Gestão de Alertas;
- **Alertas de sanções**/preparação de reporte à UIF;
- **Alertas de operações** suspeitas/preparação de reporte à UIF;
- **Alertas PEPs**/registo de PEPs;
- **Reporte de operações** em numerário acima de USD 15 000 e controlo de declarações de origem e destino;
- **Investigação;**
- **Monitorização de KYC** para contas existentes;
- **Formação interna** de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e matérias conexas;
- **Sensibilização** sobre matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- **Análise de transacções** transfronteiriças;
- **Monitorar transacções transfronteiriças** e velar pelo controlo de Branqueamento de Capitais afecto às mesmas (i) *Safewatch*, (ii) Alertas enviados de Bancos Correspondentes;
- **Gestão da matriz de risco** de *Compliance*;



GESTÃO DO RISCO DE BC/FT/PADM

a) *Know Your Customer* (KYC)

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT/PADM, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

b) Clientes de Alto Risco submetidos ao Comité durante o ano de 2022

A fim de gerir o risco de BC/FT/PADM, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco "A (Risco Alto) e P (Risco PEP)", à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa não só de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, mas também, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao Comité de Alto Risco para aprovação:

SECTOR	CLIENTE NOVO	MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO	APROVADOS	PENDENTE DE AVALIAÇÃO ADICIONAL
BANCA CHNW	67	77	139	05
BANCA BCC	47	100	133	14
BANCA CIB	21	99	107	13

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Ao longo dos anos, o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte ao BC/FT/PADM, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos Clientes do Banco. Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT/PADM.

É de notar que o Banco iniciou, no ano de 2020, um projecto que visa à actualização da ferramenta existente (*Nice Actimize*) para que esta possa desenvolver as suas funcionalidades em tempo real. O referido projecto divide-se em três fases, sendo que a primeira consiste na implementação da solução para a monitorização de actividades suspeitas em lote, a segunda consiste na afinação e implementação das regras do AML SAM (Monitorização de Actividades suspeitas) e, a terceira consiste na implementação da solução de diligência a Clientes em tempo real. A primeira e a segunda fase do projecto foram concluídas. Neste momento, está em curso a implementação da solução de diligência em tempo real, cujo prazo de conclusão é no primeiro trimestre de 2023.

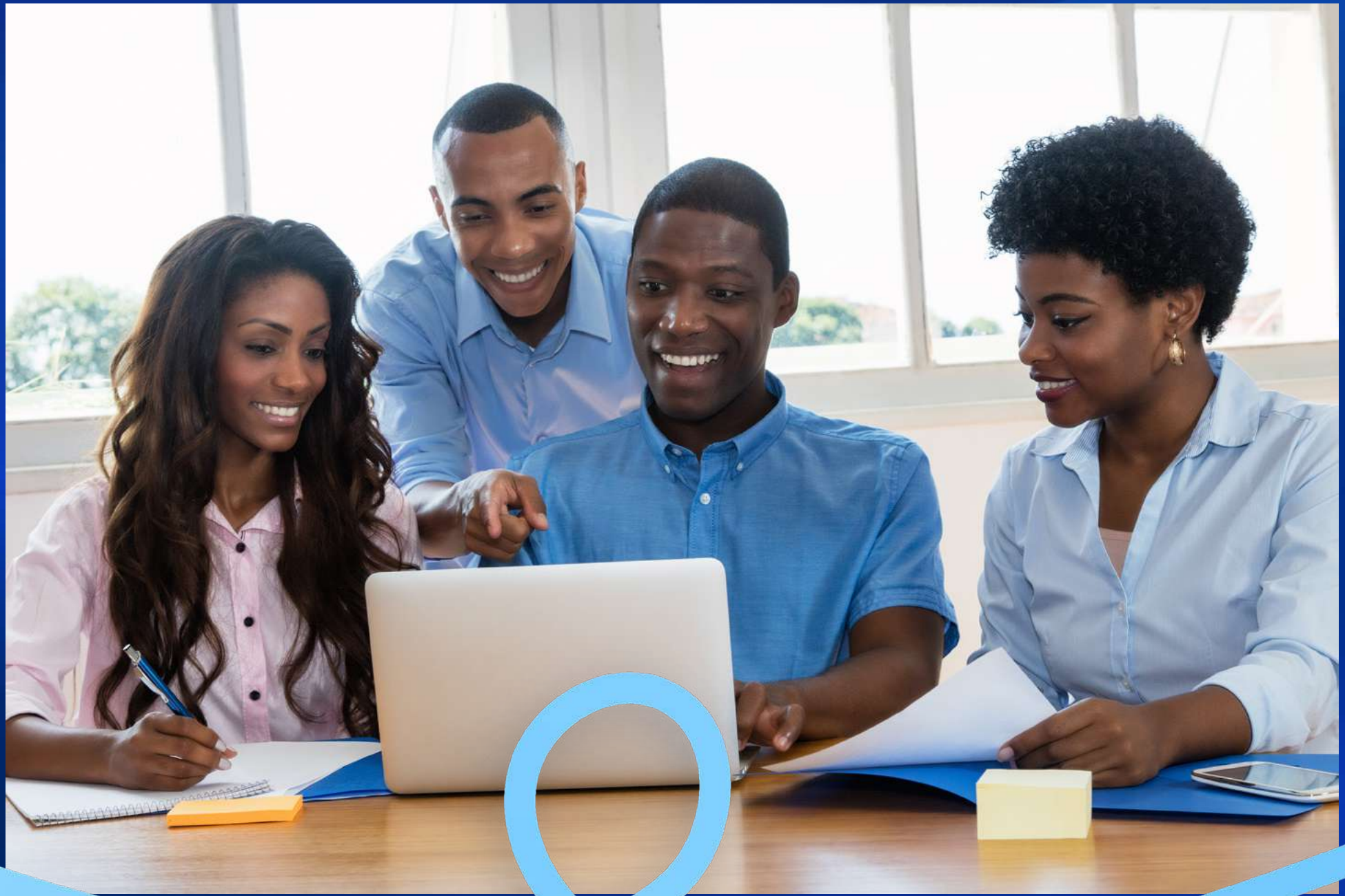
Após a conclusão, a ferramenta poderá desenvolver as seguintes funcionalidades:

1. Realizar a filtragem diária contra as listas de sanções e pessoas politicamente expostas de Clientes, fornecedores e Colaboradores;

2. Proceder à classificação do risco associado aos Clientes de forma automática;

3. Realizar a revisão da avaliação de risco, conforme o disposto nos pontos n.º 1 e 2 do Artigo n.º 4 do Aviso n.º 14/2020 de 22 de Junho;

4. Realizar a monitorização diária de todas as transacções dos Clientes, com base nas regras definidas, tendo em consideração as tipologias de risco globais e locais, ajustadas de acordo com os limites de apetite de risco definidos pelo Banco.



Listas Internacionais de Sanções e PEP

O SBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

• Escritório de Implementação de Sanções Financeiras do Reino Unido (OFSI);

UE: União Europeia

OFAC: Gabinete de Controlo de Activos Estrangeiros (EUA)

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

MINEFI: Ministério francês da Economia, das Finanças e da Indústria

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

POLÍTICAS E MANUAIS – DIRECÇÃO DE *COMPLIANCE*

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de *Compliance* possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a Gestão e mitigação do risco de *Compliance*.

- Matriz de Risco de *Compliance* para CBC/FT
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Normas Operacionais de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa CBC/FT/PADM
- Manual de Diligência Reforçada de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Política de Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de *Compliance*
- Normas de Governação de Gestão de Risco de *Compliance*
- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Política de Negociação de Conta Pessoal
- Política de Presentes e Entretenimentos
- Política Barreiras de Informação e Informação Estritamente Necessária
- Política de Controlo de Sanções Financeiras e de Financiamento contra o Terrorismo
- Política de Abuso de Mercado
- Processo *Safewatch*
- Política de Prevenção à Facilitação da Evasão Fiscal
- Política Anti-Suborno e Corrupção
- Procedimento de Análise de Processos de KYC e Diligência de Clientes
- Procedimento de Gestão de Questionários de Bancos Correspondentes e RMA
- Procedimento de Gestão Administrativa do *Human Resource Comitee* ou HRC
- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Normas Mínimas para Estabelecimento de Relação com Bancos Correspondentes
- Processos e Procedimentos do *Surveillance*
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Procedimento de submissão de informação à Agência de Protecção de Dados
- Procedimento do Comité de Alto Risco
- Mandato do HRC
- Estrutura de Abordagem Baseada no Risco de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Normas de Monitorização de Transacções Suspeitas
- Procedimento para tratamento de solicitação de informação de Bancos Correspondentes "*Refinement for Information* – RFI"
- Manual da Metodologia do Universo do Risco de *Compliance* Regulatório e Plano de Gestão de Risco de *Compliance*
- Normas Operacionais de Privacidade de Dados
- Política Lista de Observação e Lista Restrita
- Política de Comunicação da Sala de Negociações
- Política do Risco de Conduta
- Política de Negociação de Conta Pessoal
- Política de Anti-Concorrência
- Manual de Concorrência
- Normas de Governação da Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de Interacção com Entidades de Supervisão
- Directrizes de Interacção com Reguladores
- Directrizes de *Compliance* para Equipa Multidisciplinar de Serviço ao Cliente
- Mandato da Unidade de Investigação e Risco de Fraude
- Política de Denúncia
- Política Anti-fraude
- Procedimento de submissão de informação à Agência de Protecção de Dados

INVESTIGAÇÃO E RISCO DE FRAUDE

Investigações

Em termos de incidentes de fraude, o ano de 2022 apresentou uma tendência consistente com o período homólogo em 2021, no qual a maioria das reclamações esteve relacionada com fraudes em cartões de débito, mais concretamente com transações realizadas no produto EMIS Multicaixa *Express*. Até Dezembro de 2022, foram reportados à equipa de Investigação e Risco de Fraude incidentes no valor de Kz 57.1 milhões, comparando com Kz 50 milhões no mesmo período do ano anterior. As reclamações recebidas foram principalmente relacionadas com fraudes com cartões de débito, onde as transações não foram reconhecidas pelos Clientes. No período em análise, o Banco incorreu em perdas operacionais totais de Kz 2 milhões, sendo 70% relacionadas com reclamações de fraude em cartões de débito e 30% relacionadas com reclamações de fraude em cartões de crédito.

Prevenção

No ano de 2022, a equipa de Investigação e Risco de Fraude realizou dois exercícios de investigação preventiva com o objetivo de rever o comportamento transacional dos funcionários, bem como realizar análises sobre transações realizadas em contas inactivas ou dormentes, pertencentes à Clientes externos.

Revisão do comportamento transaccional

No mês de Abril de 2022, a IFR compilou dados referentes ao período compreendido entre Dezembro de 2021 e Março de 2022, e por amostragem, selecionou-se 30 funcionários para avaliar os seguintes aspectos:

- **Existência de fonte alternativa de rendimento.**
- **Justificação legítima da fonte alternativa de rendimento.**
- **Em caso de existência de actividade comercial externa, verificamos se a justificação está de acordo com a declaração de Interesses Comerciais Externos (OBI).**

Do teste realizado, foi identificado 1 Colaborador que não respondeu ao pedido de informação por ter saído da organização durante o período em análise. Em termos de respostas recebidas, não foram identificadas irregularidades. O IFR verificou que a maioria das justificações para os recursos recebidos, para além do salário, envolveram apoio familiar, venda de bens e OBI declarado, representando 89% da amostra testada.

Análise transaccional de contas inactivas e dormentes

No mês de Maio, o IFR compilou dados referentes ao período compreendido entre Janeiro de 2022 e Maio de 2022, e com suporte de Relatórios gerados pela tecnologia de automação existente no Standard Bank de Angola, selecionamos 15 contas bancárias em estado inativo/adormecido, por amostragem, para avaliar os seguintes aspectos:

- **Existência de alterações não autorizadas realizadas na conta bancária inactiva/dormente.**
- **Transacção realizada durante o período de dormência/inactividade foi confirmada pelo Cliente.**
- **Período de dormência/inactividade comparado com Extrato Bancário das contas seleccionadas.**

Do teste realizado, não foi identificado nenhuma irregularidade, tendo em consideração que todas as transacções realizadas nas contas inactivas e dormentes incluídas na amostra foram confirmadas pelos Clientes, proprietários das mesmas.

SUMÁRIO DAS INICIATIVAS E PROJECTOS DO *COMPLIANCE*

INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
Automatização das Declarações de Operações Suspeita (DOS) - Preenchimento automático, por um robô, dos dados de identificação dos Clientes na Declaração de Operação Suspeita, bem como do volume de transacções para o período em análise.	Em Curso	Optimização e Digitalização	O Objectivo é o de melhorar o tempo de preparação das declarações de operações suspeitas enviadas à Unidade de Informação Financeira.
Automatização da Avaliação de Impacto de Privacidade de Dados.	Em Curso	Optimização e Digitalização	Garantir que o risco de privacidade e protecção dos dados pessoais sejam geridos automaticamente.
Rastreador de Correspondência.	Concluído	Optimização e Digitalização	Foi concluída a automatização do processo de acompanhamento das interacções com entidades de supervisão, permitindo uma Gestão mais eficiente das correspondências e solicitações enviadas pelos Reguladores, assim como garantir que as solicitações são respondidos dentro dos prazos estipulados.
Automatização dos alertas legislativos.	Concluído	Optimização e Digitalização	Concluída a automatização da pesquisa e notificação de diplomas emitidos pelos Reguladores, BNA, CMC, BODIVA e ARSEG. Sempre que seja publicado um diploma na página da internet das entidades Reguladoras supra mencionadas, o robot emite um alerta a informa que foi emitido um diploma e identifica a entidade que o emitiu.
Disponibilizar na intranet do Banco a legislação e os regulamentos chave, bem como os alertas legislativos.	Em Curso	Centralização do Cliente	Foi criado um repositório de legislação chave e resumos de alertas legislativos para permitir uma consulta fácil pelos intervenientes internos relevantes (BUs e CFs). Deverão paulatinamente ser incluídos os alertas legislativos no referido repositório.

INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
Ferramenta de Gestão de Partes Relacionadas.	Em Curso	Optimização e Digitalização	Desenvolvimento de uma aplicação de apoio à Gestão da informação dos membros dos órgãos sociais e suas partes relacionadas, incluindo funcionalidades para elaboração de Relatórios regulamentares e recolha de dados de outros sistemas bancários, de forma a apoiar a execução de transacções relevantes.
Inquérito de opinião para compreender o que os funcionários entendem ser as responsabilidades da equipa, como avaliam o trabalho realizado pela mesma numa escala de 0 a 5 (sendo 0, muito mau e 5, muito bom) e receber críticas ou sugestões que possam existir.	Concluído	Melhorar processos e qualidade do serviço prestado	Das respostas obtidas, o Banco verificou que 81% dos participantes do inquérito demonstraram entendimento sobre as responsabilidades da equipa de investigação e Risco de Fraude, mas o SBA está ciente de que é necessária uma divulgação mais profunda do mandato e respectivas políticas. Em relação à qualidade do trabalho realizado, foi dada nota positiva "BOM" pelos participantes do inquérito.

FORMAÇÕES

No decorrer do ano de 2022, foram realizadas as seguintes sessões de formação ministradas através do Microsoft Teams, organizadas pela Direcção de *Compliance*:

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Janeiro	Política de Presentes e Entretenimento	Formação direcionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Janeiro	*Workshop* sobre o Manual da Metodologia do Universo Regulatório e Plano de Gestão de Risco de *Compliance*	Membros do Comité do *Combined Assurance*
Fevereiro	*Workshop* - Directiva No. 002/DSP/DRO/2019 (Prazo de Validade de Cartões de Pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Março	*Workshop* sobre o Instrutivo 24/2021 (Limites de Valor em Operações Realizadas nos Sistemas de Pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Março	*Workshop* sobre o Aviso 06/2020 (Concessão de Crédito aos Detentores de Participações Qualificadas)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	*Workshop* sobre o Instrutivo nº 10/2021 (Processo Interno da Avaliação da Adequação do Capital - ICAAP)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	*Workshop* sobre Instrutivo n.º 181/2021 (Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez – ILAAP).	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	No segundo trimestre de 2022, a equipa de investigação e Risco de Fraude deu início as sessões de consciencialização sobre fraudes, nas quais, aproximadamente 200 funcionários foram expostos ao mandato e às políticas de investigação e Risco de Fraude, bem como a conceitos gerais de fraude.	Formação direcionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola

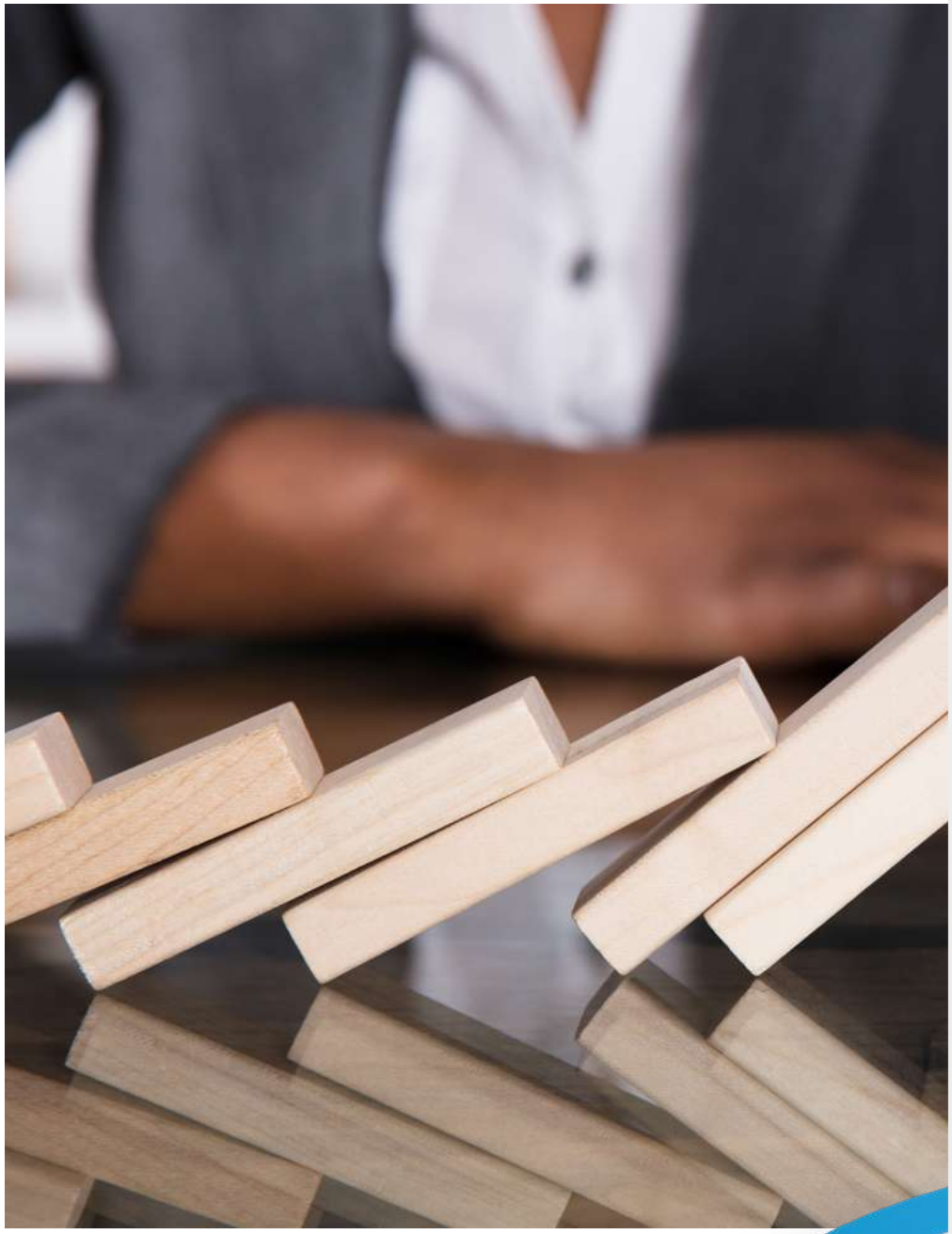
DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Julho	Formação de Combate ao Branqueamento de Capitais	Membros da Administração
Agosto	*Workshop* sobre o Aviso n.º 01/22 (Código Governo Societário)	*Company Secretary,* Auditoria Interna, *Compliance,* Risco, Direcção Financeira, Direcção de Pessoas e Cultura, Direcção de *Marketing* e Direcção de Engenharia.
Outubro	Formação de Anti Suborno e Corrupção	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Novembro	Formação de Programa de KYC	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Novembro	Formação de Reporte de Operações Suspeitas	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Novembro	Formação de Origem de Fundos e Documentos Suporte	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Dezembro	Formação de Pedido de Informação dos Bancos Correspondentes	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola

O Modelo de Gestão de Risco

Visão Geral

O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem consciente, holística e transversal à Gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, bem como, os riscos emergentes, adoptando assim uma postura de rigor e transparência. O apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional e do mercado em que opera.

Os principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos Clientes e Accionistas e criar valor partilhado para os diversos *Stakeholders*. De salientar que a Gestão de Risco é crucial na execução da estratégia do Banco.





As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional, dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comités de Gestão e Governação, permitindo agir de modo a mitigar o seu impacto, tanto a nível financeiro, como reputacional. Com efeito, o SBA dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. O processo de identificação dos riscos emergentes continua a sofrer uma melhoria contínua conduzindo assim a um reforço da cultura de risco em todo o Banco.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, consequentemente, são produzidos Relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes Relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de Gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta o Aviso n.º 10/21.

O universo de risco do SBA é representado por aqueles que se apresentam como inerentes ao próprio negócio do Banco. Estes riscos encontram-se organizados em categorias; i) riscos financeiros; ii) riscos estratégicos; e iii) riscos não financeiros. Existe uma supervisão continua do ambiente dos riscos a que o Banco se encontra exposto com objectivo de assegurar contínua e eficaz Gestão de risco.

Governação e Estrutura de Gestão de Risco

O SBA dispõe de uma estrutura orgânica que assenta numa Gestão de riscos avançada, preservando a independência da função e mantendo a proximidade necessária às áreas de negócio, onde o risco é originado.

De acordo com a estrutura do Grupo, o Presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta o Aviso n.º 10/21 do BNA que entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2021. O Administrador, com o Pelouro da Direcção de Risco, apoia o Presidente da Comissão Executiva (PCE) a desempenhar a sua responsabilidade e faz parte de um órgão independente, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, tendo como principais objectivos a supervisão e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

ASSEMBLEIA GERAL

Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comité de Auditoria	Comité de Risco	Comité de Governação de Crédito	Comité de Gestão de Capital Humano	Comité de Engenharia	Comité de Nomeações e Remunerações

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Gestão de Risco	Comité de Activos e Passivos	Comité de Risco de Crédito	Comité de Análise de Cliente de Alto Risco	Comité de Experiência do Cliente	Comité de Capital Humano	Comité de Risco de Conduta
Comité de *Pricing*	Comité de Novos Produtos	Comité de Projectos	Comité de *Procurement*	Comité de Controlo Financeiro	Comité de Governação de Dados e Informação	

MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de Gestão de riscos do SBA assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência da Gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, Compliance, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

UNIVERSO DO RISCO

O universo de risco de um Banco representa os riscos que são inerentes ao negócio e podem ser classificados da seguinte forma:

1

Riscos financeiros

Alterações inesperadas nos mercados externos, preços, taxas e oferta e procura por liquidez. Os riscos financeiros incluem os riscos de crédito, de mercado e de liquidez, riscos de país e de seguro.

2

Riscos estratégicos

O risco de que o plano de negócio e estratégia futuros possam ser inadequados para evitar perdas financeiras ou proteger a posição competitiva e o valor para os accionistas. Inclui os riscos estratégico, de negócio e de reputação.

3

Riscos não financeiros

São considerados inerentes às operações de uma empresa. Geralmente, não tem uma vantagem financeira e nem sempre pode ser medido em termos financeiros, o que pode levar a graves danos reputacionais. Os riscos não financeiros normalmente excluem aqueles riscos que podem ser quantificáveis e mensuráveis, como os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Este tipo de riscos têm uma natureza complexa e por vezes apresentam uma sobreposição entre eles, como é o caso dos riscos de conduta, contraparte, cibernético, entre outros.

CICLO DE VIDA DO RISCO

Os vários riscos que um Banco se encontra exposto são geridos ao longo do ciclo de vida do risco, da identificação até ao reporte. A avaliação de risco por parte do Banco inclui uma rigorosa quantificação dos riscos em condições normais e cenários de stress. O modelo de Gestão de riscos do SBA baseia-se na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos actuais e potenciais numa base contínua.

1

Identificação

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do SBA.

2

Avaliação

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente, a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de *stress*.

3

Acompanhamento

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do modelo de Gestão de risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas de forma a garantir a sua robustez e eficiência. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de Relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

4

Mitigação

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

APETITE AO RISCO

O apetite de risco é o nível de tolerância ou tipo de risco que o Banco está disposto a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos, reflectindo a sua capacidade de suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações, tanto num cenário normal, como em condições adversas.

De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco, encontrando assim um equilíbrio adequado entre risco que o Banco está disposto a correr para atingir determinado retorno.

Para 2022 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:

Nível I: Dimensões de apetite de risco

- Capital regulamentar
- Capital económico
- *Stressed earnings*
- Liquidez

Nível II: Dimensões de apetite de risco, por tipo de risco

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

Nível III: Limites de portfolio por tipo de risco

- Risco de crédito (rácio de perdas de crédito, crédito vencido, concentrações)
- Risco operacional (perdas de risco operacional (em %) para o total de rendimentos)
- Risco de mercado: (limites *Value at Risk* (VaR) e *Shareholder Value at Risk* (SVaR))
- Risco de taxa de juro (sensibilidade da taxa de juro)
- Risco de liquidez (rácio de financiamento estável líquido, rácio de cobertura das necessidades de liquidez)
- Risco do Negócio (relação custo-benefício)

STRESS TEST

O Banco está exposto a vários riscos decorrentes do ambiente em que opera. Os *stress tests* são um exercício importante na Gestão do risco e são utilizados para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação a diferentes níveis de exposição ao risco.

Os *stress tests* são utilizados num conjunto de processos de tomada de decisão do Banco, incluindo:

- Planeamento estratégico e orçamentação financeira;
- O Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), incluindo planeamento e Gestão de capital, e o estabelecimento de *buffers* de capital;
- O planeamento e Gestão de liquidez;
- Informação sobre o apetite pelo risco do Banco;
- Identificação e mitigação proactiva dos riscos através de acções como a revisão e alteração de limites, limitação de exposições e cobertura;
- Facilitar o desenvolvimento de planos de mitigação do risco ou de contingência, incluindo planos de recuperação, através de uma série de condições de stress;
- Apoiar a comunicação com as partes interessadas internas e externas.

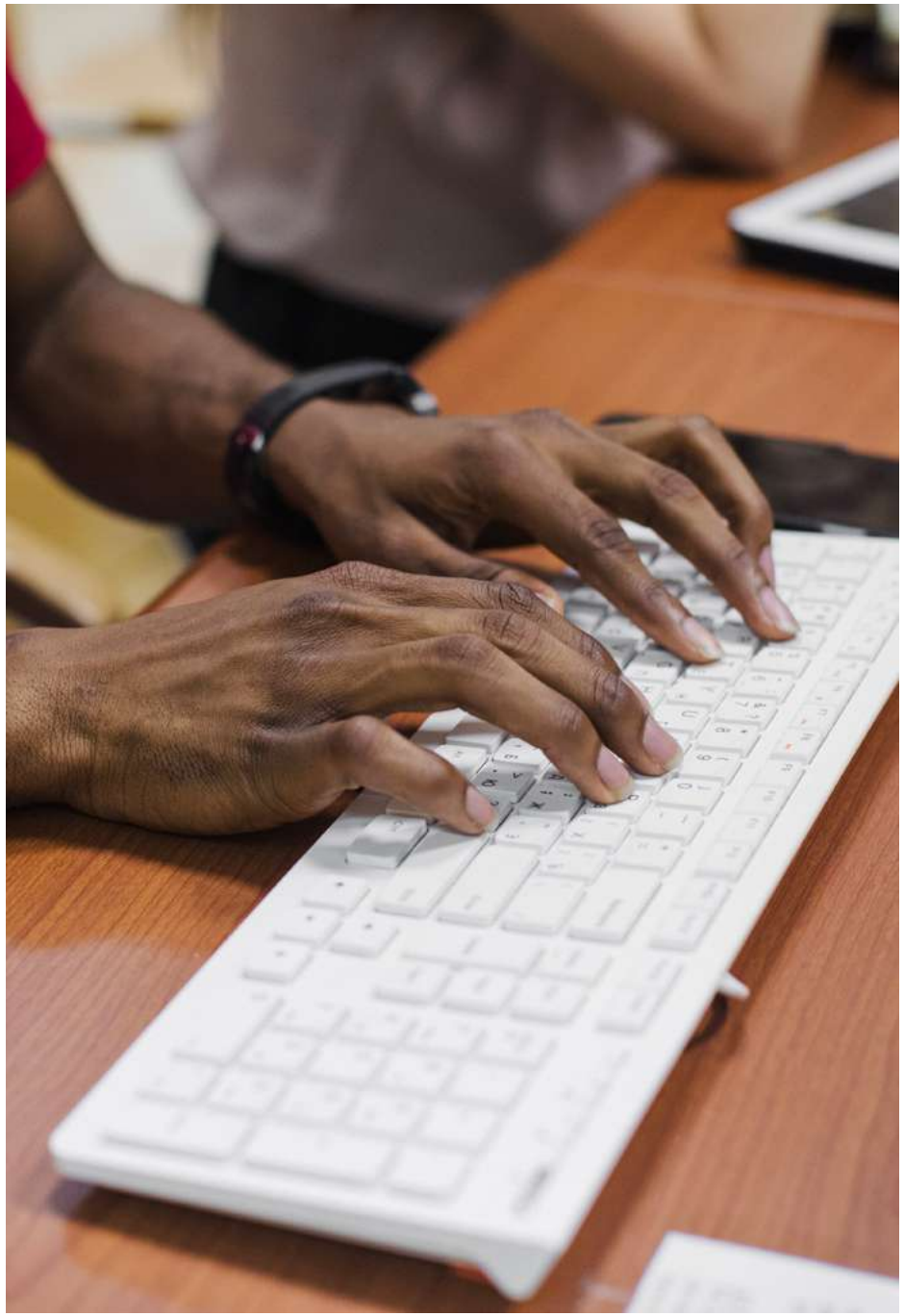
O programa do Banco *stress test* abrange vários níveis, desde o *business as usual* até à análise de vários cenários, desde o moderado ao extremo.

O programa de testes de esforço do Banco utiliza uma combinação de técnicas, incluindo análise de cenários, análise de sensibilidade e testes de esforço inverso para abordar diferentes realidades.

Os testes de esforço realizados no primeiro semestre de 2022, alinhados com os requisitos políticos e regulamentares, confirmaram que o impacto dos *stress tests* após consideração das acções de mitigação na demonstração de resultados, balanço e no capital do Banco está em linha com o apetite do Banco para o risco.

O SBA geriu as métricas do seu apetite de risco dentro dos limites definidos, contudo nos casos em que não o é possível, as situações foram geridas pelos respectivos comités de acompanhamento, de forma que voltassem a estar dentro dos limites de tolerância.

Há uma revisão contínua para garantir que os planos estratégicos, de capital e financeiros de curto e longo prazo do Banco estejam alinhados à propensão de risco. O apetite de risco também foi integrado no programa de testes de esforço do Banco, no sentido de garantir que os resultados dos testes obtidos se encontram em linha com o apetite de risco definido.



Tipologia de Riscos

Como mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

O SBA faz, anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma a identificar aqueles que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos. O Banco analisa os principais factores de geração de risco e aplica controlos, de forma a minimizar os seus impactos, caso ocorra um evento desfavorável.

Os principais riscos identificados no primeiro semestre do exercício de 2022 foram: Crédito; Regulatório; Tecnologia; Cibernético e de Informação; Risco estratégico; Perturbações do Negócio; Conduta; Crime Financeiro e Pessoas.

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. Considerando o risco iminente e a necessidade de proteger a informação, a Direcção de Sistemas de Informação implementou, proactivamente, em 2021, várias soluções de segurança tais como:

- **Actualizações de Vulnerabilidades Remota**: a solução permite a actualização de *patches* de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.
- **Campanhas de *Phishing*:** Foi introduzida uma ferramenta que permite aferir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de *phishing*. A solução permite o envio de *targeted* emails para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.
- **Fraude:** o Banco já disponibiliza uma solução de Fraude interna, que foi desenvolvida via robótica, e que permite identificar transacções fraudulentas por parte dos Colaboradores.
- **Testes de Penetração:** testes de penetração ao novo canal digital, SB24, foram efectuados com um resultado positivo. Os mesmos validaram a capacidade do Banco em operar a partir do seu site secundário, por um período de uma semana.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste numa alteração do justo valor, nos ganhos reais ou efectivos ou nos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, causados por movimentos adversos nas variáveis de mercado, tais como acções, preços de obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e de juros, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis.

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:

Risco de mercado na carteira de negociação:

Este risco surge em actividades de negociação em que o Banco actua como agente principal, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações de CIB.

Risco Cambial:

Tem a sua génese na alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.

Risco de investimento em acções na carteira bancária:

Este risco resulta de alterações de preços em investimentos em acções cotadas e não cotadas.

Risco de taxa de juro na carteira bancária:

Este risco refere-se ao risco actual e/ou futuro para os ganhos e capital do Banco resultante de movimentos adversos nas taxas de juro que afectam as posições bancárias do Banco.

GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado.

O ALCO define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de Relatórios, monitorização e Gestão do risco de mercado associado às operações do Banco seguem uma estrutura de governação holística. O ALCO é responsável por assegurar que o apetite de risco está em linha com o capital disponível, assim como as receitas orçamentadas/projectadas, as estimativas de negócios e a diversificação da carteira.

O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A Gestão de risco de mercado em Angola é efectuada com o apoio do Grupo Standard Bank para assegurar que os padrões do Grupo são respeitados e que os requisitos mínimos sejam alcançados.

A Unidade de Gestão de Risco, reporta directamente ao ALCO, é independente da actividade de negociação e controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta Unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

POLÍTICAS DE RISCO DE MERCADO

A Política de Risco de Mercado pretende cobrir todo o risco de mercado incluído nas carteiras de justo valor através de resultados (FVTPL ou negociação), justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI) e custo amortizado do Banco.

Norma de Gestão de Risco de Mercado

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo, assim, que a mensuração, o reporte, a monitorização e a Gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo e em cumprimento com a regulamentação Angolana.

Procedimento de *Backtesting*

O Banco tem definidos procedimentos de *Backtesting* e estes devem ser efectuados em conjugação com a Política de Risco do Mercado, à qual está subordinado.

Princípios de VaR

O SBA tem princípios centrais que devem ser utilizados no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

Procedimento de Testes de *Stress*

Existem procedimentos de testes de *stress* que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco de acordo a legislação em vigor, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.

TÉCNICAS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

Posição cambial diária

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições *overnight* de forma agregada. Estes limites estão alinhados com os limites especificados pelo BNA que correspondem a uma percentagem do capital do Banco.

Value-at-Risk (VaR) diário

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o SBA utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla dados históricos observáveis no mercado e, implicitamente a correlação de dados. Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem.

A utilização do VaR histórico, no entanto, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.

Backtesting do VAR

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de *backtesting*, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do *backtesting* baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A Unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.

Testes de *Stress*

Os testes de *stress* permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de *stress* praticado pelo SBA, para além de ser uma ferramenta crucial à Gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N.º 03/22 do BNA, que tem como objectivo uma Gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

Point value 01 (Pv01)

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

Outras medidas de risco de mercado

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as Unidades de Negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de *pricing* e as métricas de Gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo SBA ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de Risco de Mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de Risco de Mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos *inputs* utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.

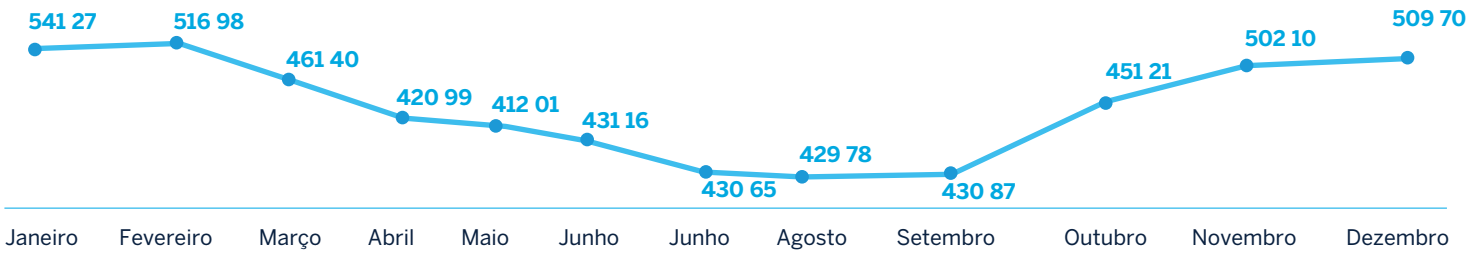
Monitorização e reporte

O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado, diariamente pelas Unidades de Negócio, mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

RISCO CAMBIAL

As posições de câmbio do Banco surgem principalmente de actividades de negociação de câmbio, que são regidas por limites de posição aprovados pelo ALCO de acordo com a política de risco de mercado do Grupo Standard Bank e normas regulamentares. Esses limites de posição estão sujeitos a revisão, pelo menos anualmente, e as exposições cambiais são monitorizadas diariamente pela função de risco de mercado e revistas mensalmente para garantir vão ao encontro do apetite de risco aprovado pelo Comité. O gráfico abaixo apresenta o comportamento da taxa de câmbio Kz/USD durante o ano de 2022.

TAXA DE CÂMBIO MÉDIO MENSAL (Kz/ USD)



Fonte: Bloomberg (BGM mid).

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

O acontecimento dos últimos anos a nível global levou que houvesse uma análise constante da carteira de crédito do SBA, tendo sido efectuadas revisões frequentes do risco assumido, por forma a garantir que o impacto da pandemia fosse gerido de forma adequada.

Para o SBA, a Gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de Gestão, entre elas i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, iv) Recuperação. Esta Gestão difere entre Clientes "particulares" e "empresas", sendo por isso efectuada a segmentação dos Clientes tendo por base:

- Recurso a sistemas internos de *rating* e *scoring* apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de *portfolio* de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;
- Dedicação exclusiva de unidades estruturais para a reabilitação e recuperação de crédito em situações de incumprimento;
- Acompanhamento regular da evolução da carteira.

A exposição ao risco que o SBA se encontra exposto tem em consideração o seu apetite ao risco, a sua estratégia e as técnicas de mitigação existentes. Gerimos e alocamos capital de forma eficiente para acrescentar valor ao accionista, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e Gestão da carteira de crédito.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada Gestão do risco, o modelo definido de Gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola, envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco, mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O sistema de Gestão de risco é regido por comités de governação e documentos de governação. Os comités de governação estão em funcionamento tanto no nível do Conselho de Administração quanto na Gestão. Esses comités têm mandatos e autoridades delegadas que são revistos regularmente. Os membros têm as habilidades e conhecimentos necessários para gerir riscos.

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O SBA rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de Gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as Unidades de Negócio e funções de apoio com actividades relacionadas com a Gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- Delegação de autoridade e poderes na Gestão de risco de crédito
- Definição das principais responsabilidades
- Estrutura de reporte a utilizar

FACTORES DE RISCO DE CRÉDITO

01

Avaliação do risco de crédito

O SBA usa uma escala de classificação principal de 25 pontos para quantificar o risco de crédito para cada mutuário (classes de activos corporativos) ou facilidade de crédito (empréstimos especializados e classes de activos de varejo). As classificações são mapeadas para PD's (Probabilidade de *Default*) por meio de fórmulas de calibração que usam taxas de incumprimento históricas e outros dados do portfólio aplicável.

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados, tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, o SBA definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa, tendo em consideração a opinião especializada do Analista de Crédito e alinhada às políticas e procedimentos internos.

02

Avaliação de garantias hipotecárias

O SBA tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias, em cumprimento com as orientações do BNA, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados. As garantias hipotecárias são de acordo com as regras do BNA reavaliadas com uma periodicidade de dois anos.

As suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

03

Aprovação de crédito

De forma a garantir que as Pessoas e Comités com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, Gestão de contas e função de cobrança dos departamentos de crédito é optimizada.

Enquanto vigorar a nomeação de cada Pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente.

A política esclarece ainda que de 2 em 2 anos devem-se realizar testes regulares para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.

04

Imparidades para crédito

O SBA calcula as imparidades para crédito através de um modelo interno em conformidade com a IFRS9.

Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (PD ou *Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (LGD ou *Loss Given Default*).

Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados.

05

Risco de concentração

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o SBA avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco.

06

Monitorização e reporte do Risco de Crédito

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o SBA adopta um conjunto de iniciativas:

- **Testes de *stress*:** é uma ferramenta chave de Gestão dentro do Standard Bank de Angola e é usado para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação aos diferentes níveis de apetite de risco.

  Estes testes são uma ferramenta chave de apoio para processos de negócio: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de Gestão de capital; (iii) planeamento e Gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.

- **Análise/ impacto do risco de país à carteira:** prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.

- **Gestão de contratos:** monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.

- **Avaliação de garantias:** actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.



07

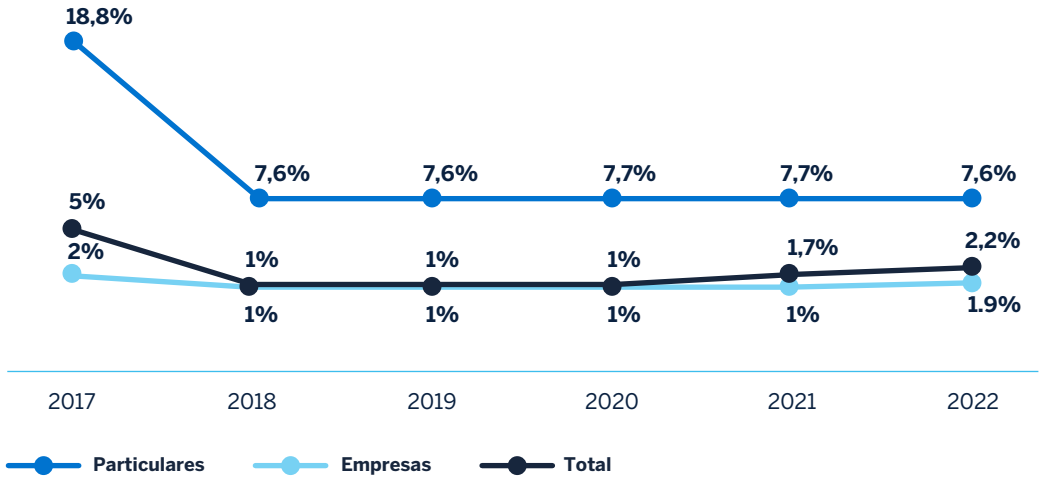
Qualidade de Crédito

O nível de provisionamento da carteira de crédito do SBA fixou-se em 2,3% registando um ligeiro aumento face ao nível registado no exercício de 2021. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetite de risco de crédito do Banco para combater o contexto macroeconómico adverso vivido no ano de 2022.

De realçar que a carteira de crédito de particulares tem um risco associado relativamente maior do que o segmento de empresas, no exercício de 2022 o rácio de cobertura da carteira continuou a deteriorar em 0,6 p.p., atingindo os 2,3% em 2022, face aos 1,7% de 2021.

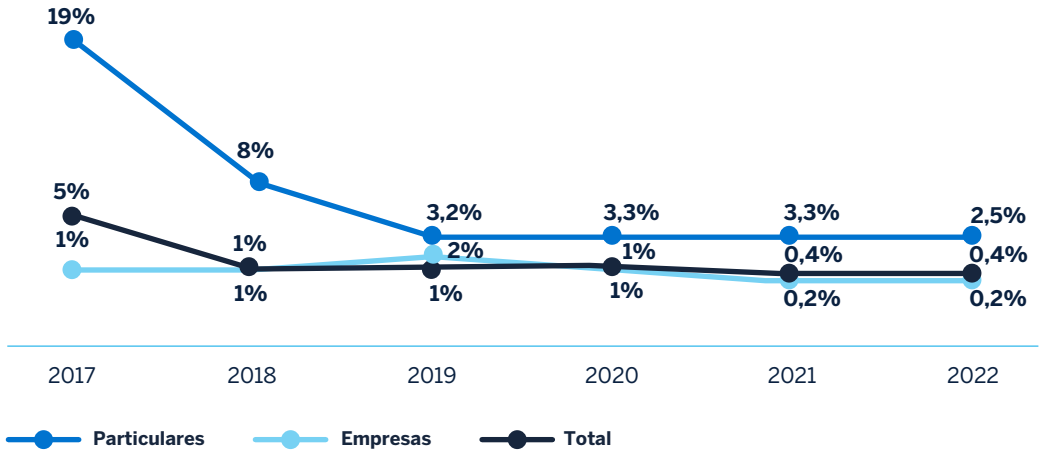
Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito do SBA, manteve-se nos 0,4% para o ano de 2022. Contudo, observou-se um ligeiro melhoramento do segmento de particulares no rácio de incumprimento acima de 90 dias, de 2,7% em 2022, face a 3,3% registado em 2021. Estes valores resultaram de uma avaliação contínua e de uma adequada Gestão do risco por parte do Banco de forma proactiva face a dinâmica do mercado.

COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



Fonte: Demonstrações financeiras 2022
Nota: Cobertura da carteira de crédito = Imparidade de Crédito /Crédito Total Bruto

INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



Fonte: Demonstrações financeiras 2022
Nota: Incumprimento superior a 90 dias = Crédito em Incumprimento com mais de 90 dias/Crédito Total Bruto

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Com base na qualidade de crédito, os contratos são categorizados de acordo com dois conceitos:

Crédito vincendo (PL ou *Performing Loans*)

- Crédito ainda não vencido, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto que os que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25, aplicável à carteira do CIB;
- Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. É esperado que o valor facial seja recuperado. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.

Crédito em incumprimento (NPL ou *Non-Performing Loans*)

- Créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.

A tabela abaixo define a escala de scoring do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

Incumprimento

A definição de incumprimento, que desencadeia a classificação de imparidade de crédito (estágio 3), é baseada na abordagem e nas definições internas de Gestão do risco de crédito. Embora a determinação específica de incumprimento varie de acordo com a natureza do produto, ela está em conformidade com a definição de incumprimento da *Basel* aquando dos seguintes eventos:

- Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
- Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	*MOODY'S INVESTOR SERVICES*	*STANDARD & POOR'S*	*FITCH*
1-4	Investimento	Monitorização normal	AAA, AA1, AA2, AA3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5-7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8-12			BAA1, BAA2, BAA3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13-21	Sub- investimento		BA1, BA2, BA3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22-25		Monitorização próxima	CAA1, CAA2, CAA3, CA	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
INCUMPRIMENTO	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como o risco de perda resultante de inadequação/falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Estão incluídos neste risco, o risco reputacional, legal, de informação, de mudança, de continuidade de negócio, de fraudes, de *Compliance* e cibernético. À área de Risco Operacional do Banco compete a identificação, análise, mensuração, Gestão, monitorização e reporte de riscos operacionais através da aplicação de medidas quantitativas e qualitativas que permitam determinar o nível de risco (probabilidade vs. severidade), que ajudarão a determinar o custo da mitigação versus o benefício, bem como o tipo de controlos necessários para o fazer.

De uma perspectiva de análise quantitativa, a área faz uso dos seguintes mecanismos: Gestão de Incidentes; indicadores-chave de risco; informação externa (auditoria/ Regulador); análise de cenários.

De uma perspectiva de análise qualitativa, a área faz uso de Auto-avaliações de Controlos de Risco feitas pelas áreas de negócio e suporte.

Através destas análises a área, através do Comité de Gestão de Risco, monitora e reporta mensalmente o impacto financeiro que o risco operacional tem nos Lucros mensais de cada Unidade de Negócio, através do uso de um Modelo de Capital de acordo com directrizes estabelecidas em Basileia II**.**

GOVERNAÇÃO

O modelo de Gestão do Banco testa a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade da actividade do Banco, e prepara respostas em casos de emergência.

O Banco dispõe de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente mecanismos de segurança física e electrónica eficazes;
- Plano de continuidade de negócio, saúde e segurança no trabalho, com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos;
- Registo de activos de informação do Banco, com as suas devidas classificações;
- Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais.

A função da Gestão de riscos não-financeiros é independente da função de Gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa do sistema de controlo interno, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como as áreas de especialização (ou seja, Gestão de resiliência de negócio, Gestão de risco de informação e Gestão de risco de terceiros) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

O Departamento de Riscos Não-Financeiros monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Gestão de continuidade de negócio e risco de informação (BCM & IR)
- Comité de Garantia Combinada (Combined Assurance Committee)
- Comité de Gestão de Risco da Comissão Executiva (RMC)
- Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração (BRC)

DEPARTAMENTO DE RISCOS NÃO-FINANCEIROS

RISCO DE ACTIVOS FÍSICOS DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO	RISCO DE DISRUPÇÃO DE NEGÓCIO	RISCO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNAÇÃO	RISCO DE PROCESSAMENTO DE TRANSACÇÕES
Risco Legal	Risco Cibernético	Risco de Informação	Risco de Conformidade
Risco de Modelo	Risco de Tecnologia	Risco Tributário	Risco de Conduta
Risco Fiscal	Risco de Pessoas	Risco de Terceiros	Risco de Crimes Financeiros

POLÍTICAS DE RISCO NÃO-FINANCEIROS (INCLUÍNDO OPERACIONAL)

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação/transposição das melhores práticas internacionais para a sua realidade. A Gestão dos riscos não-financeiros no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta, essencialmente, em pilares como:

- **Apetite de Risco**
- **Gestão de incidentes**
- **Avaliação de Controlos de Risco**
- **Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI ou *Key Risk Indicator*)**
- **Análise de cenários de riscos e teste de esforço**

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

O risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma Gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de Gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o SBA recorre a 4 instrumentos de Gestão de risco:

01 **Procedimento de Gestão de incidentes:** procedimento que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua Gestão centralizada.

02 ***Key risk indicators*** **(KRI):** implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

03 **Avaliação de Controlos de Risco:** metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

04 **Analise de cenários de risco:** ferramenta de abordagem de Gestão avançado (AMA) para gerir o risco operacional. AMA é uma abordagem oficial do Grupo Standard Bank para o cálculo e alocação de capital de risco operacional.

EXERCÍCIO DE 2022 EM ANÁLISE

No exercício de 2022, os tópicos a seguir moldaram a função, considerando um espectro mais amplo de riscos. A função de risco operacional passou por uma mudança estrutural com um foco mais directo em todos os riscos não financeiros:

- Avaliação de riscos mais voltado a cada categoria de riscos não financeiros, garantido assim uma cobertura mais ampla da Gestão de riscos emergentes.

- A implementação de uma nova estrutura de integração de novos fornecedores e a realização de uma análise e avaliação dos fornecedores considerados críticos. Isso permite que o Banco avalie sua capacidade de resposta em termos de Gestão da continuidade do negócio, tratamento da informação, bem como os seus controlos ao nível da segurança física e electrónica.

- Integração e melhoria contínua de todos os processos de riscos não financeiros na plataforma de Gestão de riscos (RMP) como: Avaliação de risco e controlos (RCSA), reportes de Incidentes, Indicadores Chaves de risco (KRI), Cenário Análise de riscos, Planos de continuidade de negócio (BCP), análise de impacto de negócio (BIA), registo dos activos de informação (IAR).

- O aprimoramento contínuo do sistema de Gestão de Riscos (RMP), como a automação do processo de resiliência do negócio, Gestão de informação e Gestão de risco de terceiros, ainda em curso.

- Revisão de políticas de risco não financeiro, planos de recuperação e Gestão de informação e análise de dados para se alinhar com as novas mudanças estruturais e lições aprendidas com a pandemia para garantir que o Banco se mantenha resiliente para continuar a servir os seus Clientes.

- Melhorias na análise da raiz de causa de incidentes materiais e apresentação do Relatório dos comités relevantes, para garantir que soluções robustas sejam implementadas no sentido de prevenir a ocorrência dos mesmos.

- Revisão de Normas de seguro para garantir que o Banco e seus Colaboradores tenham uma maior cobertura de riscos a qual o Banco possa estar exposto.

- Realização de simulação de crise para testar a preparação dos membros executivos e seus alternativos na Gestão de continuidade de negócio do Banco, assim como testes de recuperação de desastre para garantir que o Banco está capacitado para recuperar os seus sistemas críticos de forma atempada.

Risco de Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

GOVERNAÇÃO

É da responsabilidade do ALCO definir as orientações de Gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book* – IRRBB), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

1

Risco de refixação

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

2

Risco da curva de rendimentos

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos (taxa de juro) que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico do Banco. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo, por isso, um refinamento de abordagem face ao anterior.

3

Risco de indexação

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

4

Risco de opção

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatrimoniais, que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Análise de Sensibilidade do Valor Económico

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.

Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do SBA é de 20% sobre os fundos próprios regulamentares do Banco.

Análise de estatística de *gaps*

Esta análise quantifica o impacto na margem financeira de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtracção dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros.

Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro.

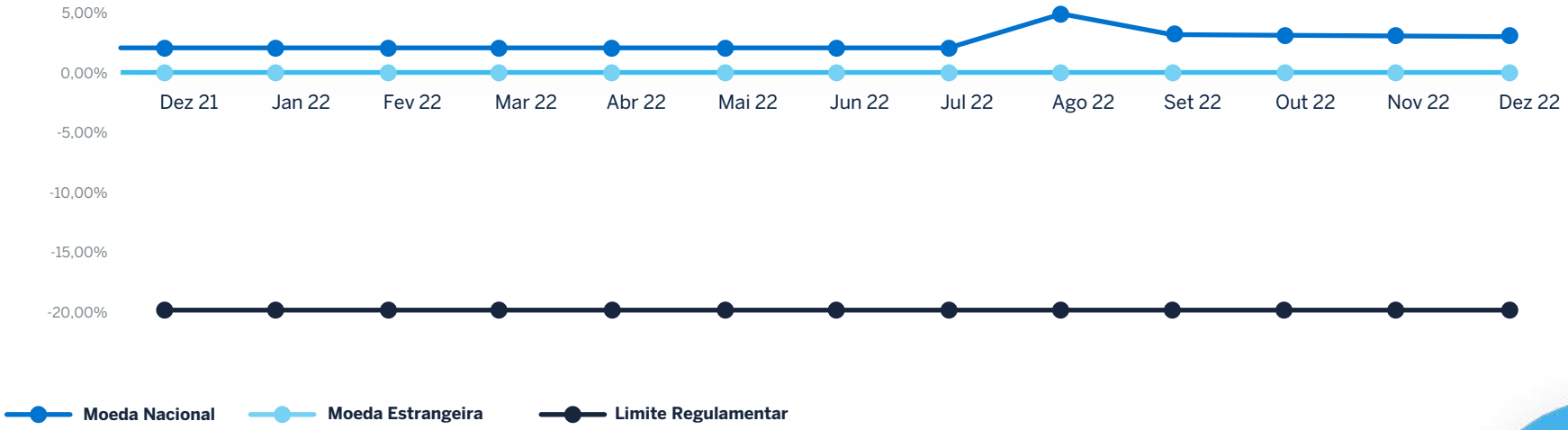
Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

- **Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições Normais de Mercado:** A exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira, e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo que poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo BNA e/ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.

- **Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária para Efeitos de Teste de Stress Macroeconómico:** Considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de stress do SBA, os testes de esforço macroeconómicos devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.

- **Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições de Mercado Adversas:** Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

IMPACTOS DA TAXA DE JURO



Segundo as tabelas acima, é possível constatar que em 2022, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira, neste caso o Dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira, cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do Regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do Regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de que o Banco, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações totais de pagamento na maturidade, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.

Risco de liquidez de financiamento

Representa o risco dos financiadores do Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento.

Risco de liquidez de mercado

Associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

01

Gestão táctica de liquidez (curto prazo)

- Gestão diária de liquidez
- Gestão de fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de caixa

02

Gestão estrutural de liquidez (longo prazo)

- Garantia de estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

03

Gestão contingente do risco de liquidez

- Monitorização e Gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de esforço de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A Gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma Gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).

Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

GOVERNAÇÃO

Como anteriormente referido, no SBA é responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de Gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a Gestão dos recebimentos e pagamentos adequada e atempada. Para tal, o TCM responsabiliza-se pela Gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

Principios de Gestão de Risco de Liquidez

- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- Rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de Esforço e análises de cenário;
- Planos de contingência de liquidez;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intra-diária;
- Gestão de garantias (colaterais);
- Gestão do fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento

POLÍTICA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os princípios em que o SBA assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, Gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de Gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez

Para a análise de risco de liquidez, tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos.

Gestão do desfasamento estrutural de liquidez

Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estas são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.

Plano de contingência de liquidez

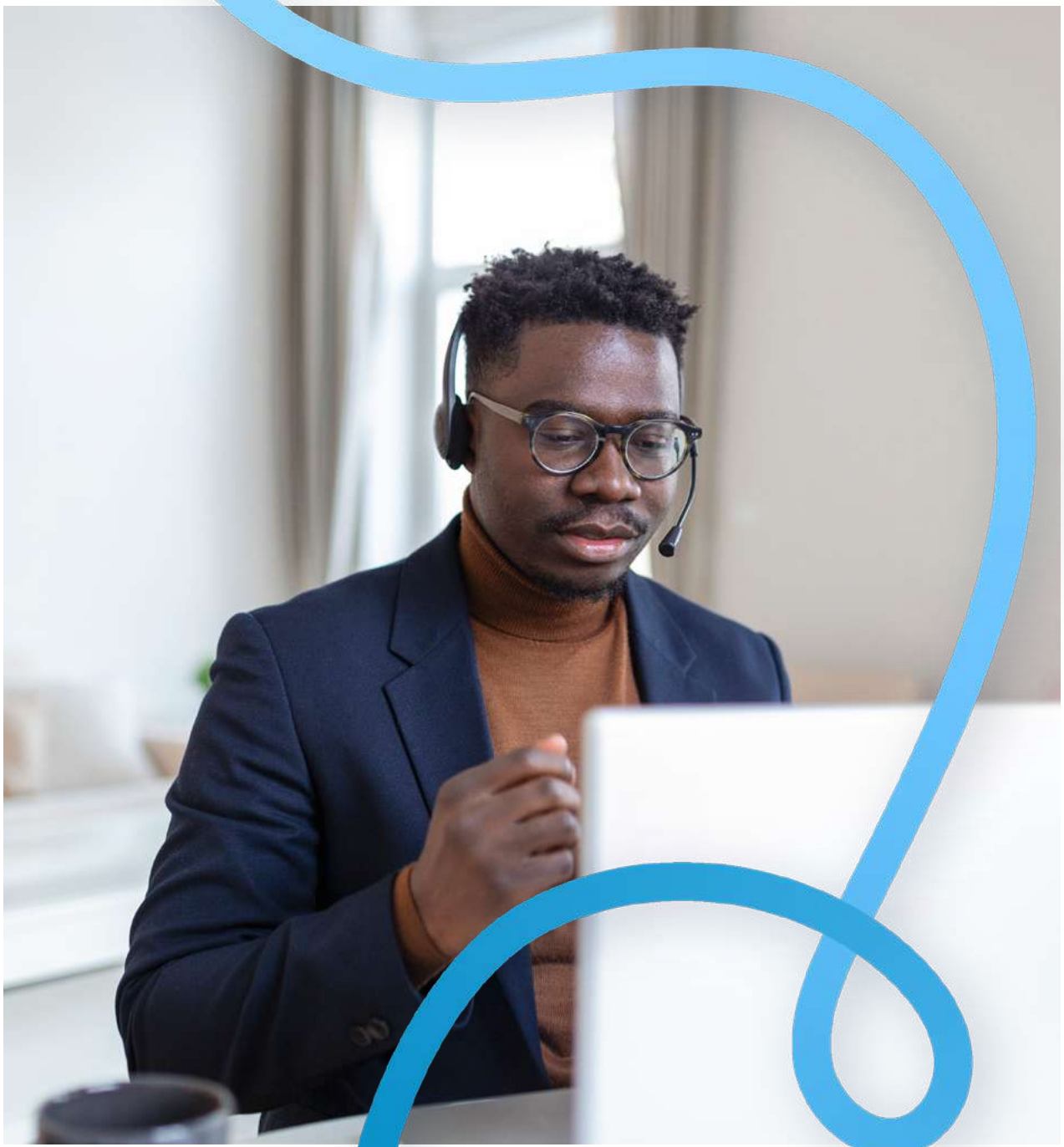
Pretende garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas e proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado para Gestão das eventualidades temporárias e de longo prazo.

Adicionalmente, tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de Gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

Assim que revisto pela TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Processo de Avaliação da Adequação Interna de Liquidez (ILAAP)

O processo de avaliação da adequação interna de liquidez (ILAAP) segundo o Instrutivo Nº 11/2021, visa assegurar uma Gestão prudente do risco de liquidez



através da identificação, quantificação e controlo do risco de liquidez em diferentes horizontes temporais garantindo, desta forma, níveis adequados de liquidez. Adicionalmente, é mantida uma carteira de activos líquidos de alta qualidade e livre de encargos, por forma a resistir a uma série de eventos de esforço, incluindo os que envolvem a perda ou deterioração de fontes de financiamento seguras e não seguras. Assim, para além da monitorização frequente da liquidez (diária/semanal) através da ferramenta EWIS e dos indicadores de liquidez definidos no RAS, existe uma monitorização mais conservadora de indicadores específicos no âmbito do exercício ILAAP.

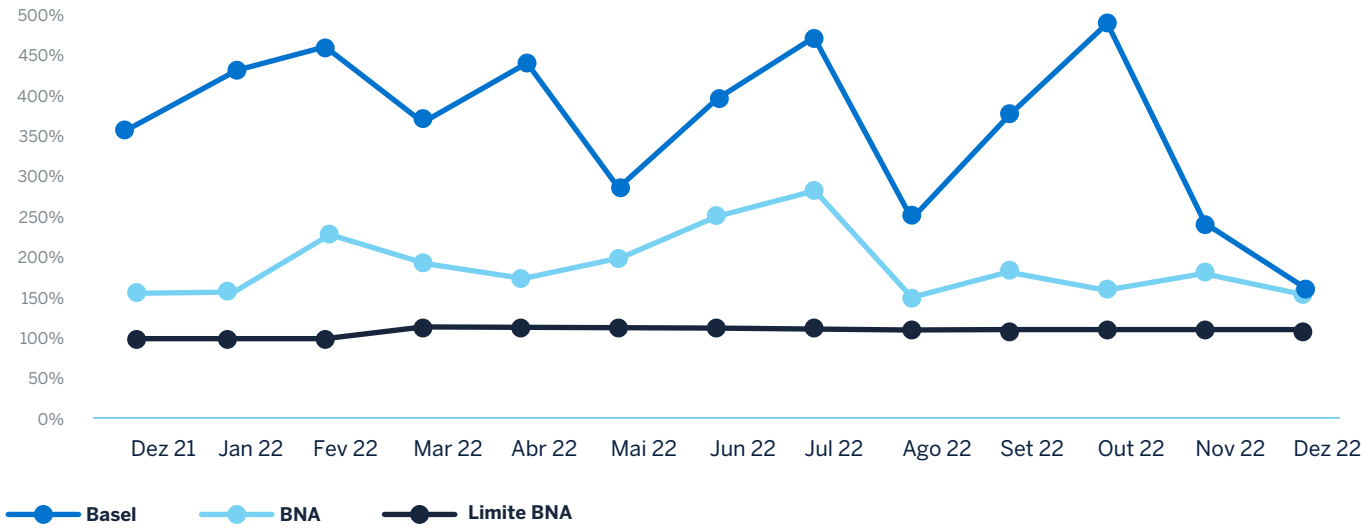
O ILAAP é conduzido pelo Conselho de Administração do SBA, directa ou indirectamente através de Comité especializados.

Monitorização do rácio de liquidez BNA e Basileia III

O reporte dos rácios de liquidez deve ser feito ao BNA, de acordo com a legislação local, Instrutivo Nº14/2021 de 27 de Dezembro, e ao Regulador de África do Sul (SARB ou South African Reserve Bank), de acordo com Basileia III.

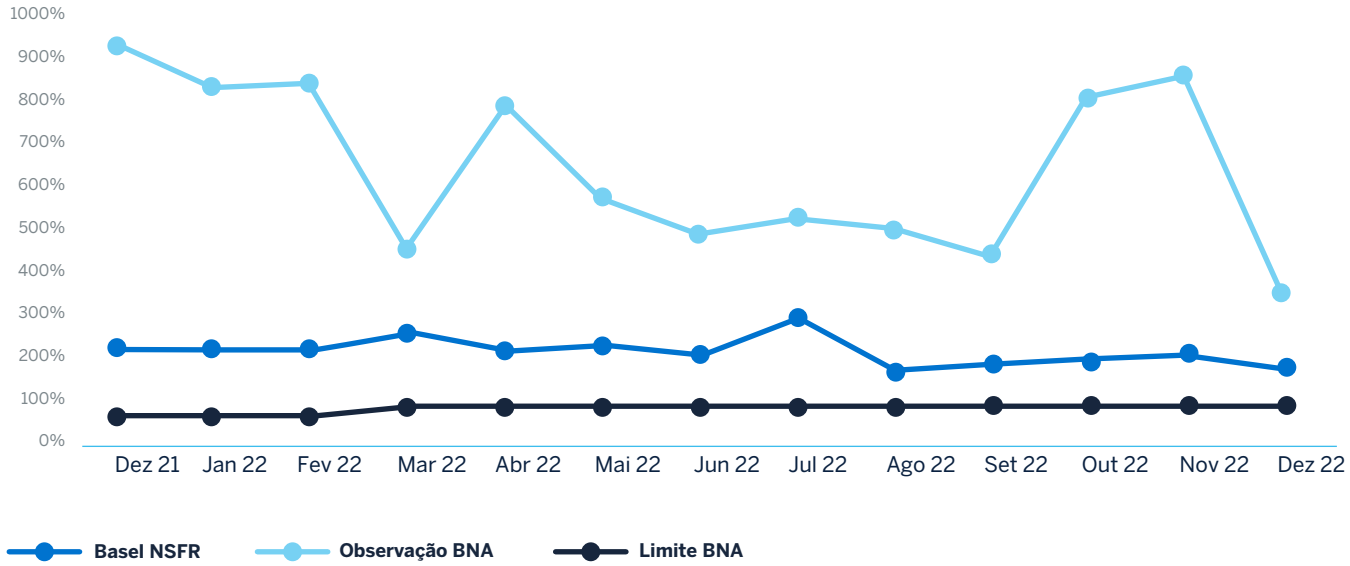
Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na integra no seu método de cálculo. Por outro lado, a legislação Angolana tem como objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo, através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

RISCO DE LIQUIDEZ: BNA E BASILEIA III



O Banco reporta o rácio de observação em conformidade com o Instrutivo n.º 14/2021 do BNA. Adicionalmente, calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para estrangeira, para reporte ao Grupo. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do SBA, ao longo do ano de 2022.

RÁCIO DE OBSERVAÇÃO: BNA E BASILEIA NSFR



Risco Reputacional

O risco reputacional é o dano real ou potencial para a imagem do Banco, que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade dos seus negócios. Esses danos podem resultar numa quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou Reguladores, bem como partes sociais interessadas mais amplas que podem afectar negativamente a capacidade do Banco de manter relacionamentos existentes ou gerar novos relacionamentos e acesso continuado a fontes de financiamento. O SBA tem valores e um código de ética definidos, os quais fornecem orientações sobre os comportamentos e tomada de decisão que auxiliam a Gestão do risco reputacional. Está a ser implementada uma estrutura de risco de conduta para apoiar este processo.

O principal objectivo do SBA é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associadas.

Deste modo, o SBA consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando a percepção negativa dos *Stakeholders*. De entre os diversos métodos de Gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.

GOVERNAÇÃO

Existe uma área específica responsável pela Gestão do risco de reputação seria em linha com a preocupação do Banco com a sua reputação junto de Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada Gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a Gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, é feita pela área do Service que pertence ao *Experience – Client Solutions* garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando, assim, a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados, em 2019, diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

OS PRINCIPAIS PILARES DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL

Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.

Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca SBA, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.

Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à Gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/16 do BNA. Esta Gestão é feita pela área de Qualidade de Serviços.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

A área de Qualidade de Serviços do SBA tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos seus Clientes, sempre que estes interajam connosco, conseguindo ultrapassar positivamente as expectativas do Cliente e garantir um atendimento de excelência, dentro de um SLA de até 5 dias uteis.

A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência é necessário ouvirmos a Voz do Cliente. O SBA possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente. Esta avaliação é feita anualmente usando várias ferramentas internas e externas, desde estudos como o NPS, CSI, ABT, eNPS, Cliente Mistério, *Focus Group* e inquéritos de satisfação, permitindo-nos conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma do *Sales Force,* o *Service Cloud*, que permite fazer a Gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direccionados a cada situação de forma a assegurar a não existência de recorrências e, consequentemente, reduzir exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.

Métodos e sistemas de transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- Automatização de processos;
- Redefinição de SLAs, prioritizando as necessidades dos Clientes;
- Métricas de *Turn Around Time* (TAT);
- Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os pilares estratégicos do Banco.

Reclamações, pedidos de serviço e de esclarecimento

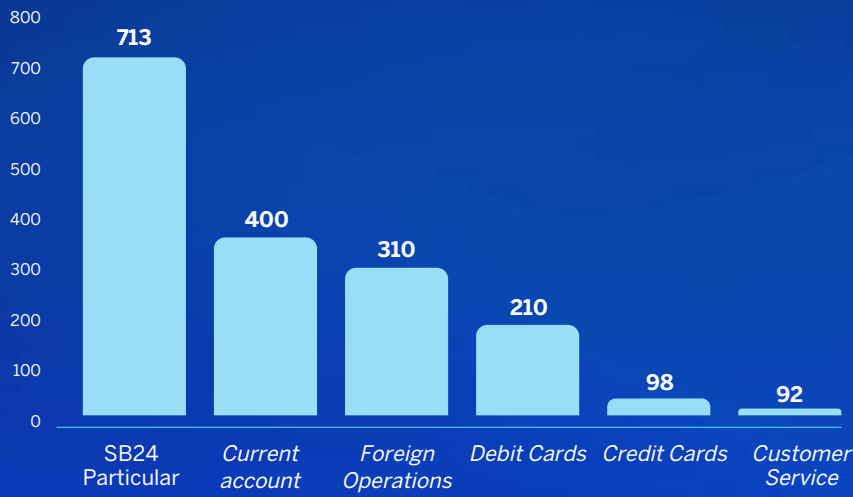
Através das reclamações e ou pedidos de serviço, identificam-se falhas humanas, processuais e tecnológicas, o que permite identificar oportunidades de melhoria. Através desta identificação de oportunidades de melhoria, é possível implementar alternativas em colaboração com todas as partes envolvidas.

Eficiência dos sistemas

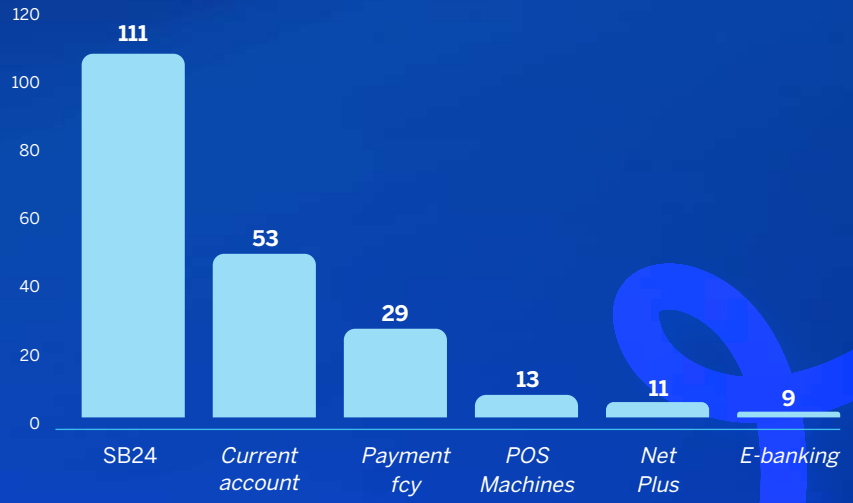
- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime* e *downtime*);
- Análise do funcionamento de ATMs;
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema *Service Cloud* / QRM;

2022 EM ANÁLISE

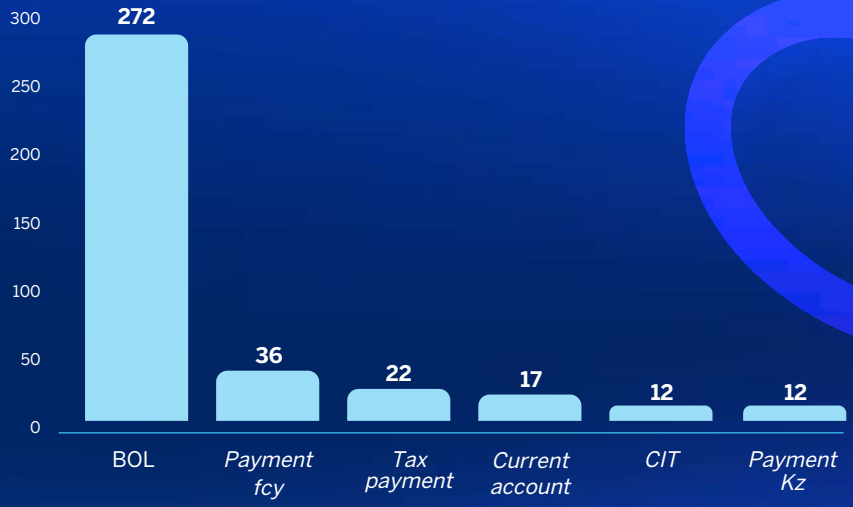
Top 6 Reclamações por Segmento 2022



BCB Top 6



CIB Top 6



Os números apresentados abaixo fornecem a clara perspectiva da qualidade do serviço prestado pelo SBA, onde o total de reclamações de Janeiro a Dezembro de 2022 foi de 2 613, correspondendo à um peso de 3,7% de reclamantes, no universo total de Clientes Activos. No ano de 2022 a área de Qualidade de Serviços lançou uma campanha de sensibilização aos Colaboradores, Clientes e parceiros sobre a importância da reclamação e do registo da mesma, a campanha foi um sucesso.

Clientes Activos
70 926

Total Reclamações
2 613

Peso
3,7%

Risco de *Compliance*

O Risco de *Compliance* compreende a ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na Gestão do risco de *Compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de *Compliance* é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos Reguladores, é uma mais-valia na Gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

Realizado de forma contínua, este trabalho envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, legislação aplicável, políticas, normas e padrões. O *scope* de tais actividades de monitorização e teste garante que o Banco cumpra, continuamente, com os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- Conclusão da formação de *Compliance* para todos os Colaboradores;
- Declaração de contas de negociação e contas de funcionários para garantir que seja limitada a negociação e os conflitos de interesse;
- Cadastro e processos de "presentes" e "entretenimento";
- Declaração de interesses comerciais externos.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE *COMPLIANCE*

A avaliação de risco de *Compliance* no SBA, inicia-se com a identificação dos riscos associada a cada actividade. Neste processo, é determinado o âmbito do risco de *Compliance* aplicável às respectivas actividades, por forma a auxiliar as unidades de negócio a priorizar as estratégias de Gestão do risco de forma adequada.

É efectuada a quantificação do risco de *Compliance,* através da determinação do impacto, que descreve a gravidade ou significância do requisito de *Compliance* e da probabilidade de ocorrência, tendo como referência o ambiente de controlo actual do Banco.

Desta forma, o processo de avaliação de risco de *Compliance*, identifica o nível risco de *Compliance* a que o Banco se encontra exposto e estabelece o que pode levar ao não cumprimento do requisito. Possibilita ainda a indicação da medida em que os requisitos de *Compliance* estão a ser geridos no Banco e é uma fonte de referência para os planos e testes de monitorização deste risco a serem realizados.

Foco para 2023

O SBA destaca um conjunto de dimensões a serem endereçadas em 2023 no âmbito da função de risco:

01 Implementação de ferramenta online de prevenção de fraudes para monitorizar contas e canais digitais. Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas.

02 Implementação de ferramenta de avaliação de risco de fiscal com capacidade em tempo real de revisão da base de Clientes.

03 Implementação de um sistema de classificação automática da informação produzida, de forma a garantir que a informação sensível não seja partilhada com pessoas indevidas ou fora do Banco.

04 Implementação de uma estrutura de risco de conduta e formação de um comité de conduta de defesa.

05 Implementação e incorporação de sistema de Gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores para avaliar sua resiliência cibernética por forma a rever e avaliar consistentemente os fornecedores considerados críticos.

A Cibersegurança é um tópico de extrema importância no mundo digital de hoje. O crime cibernético tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, especialmente no sector financeiro, que continua como o mais atacado. O investimento em cibersegurança irá continuar sob a forma de um programa que contempla campanhas de *awareness*, formações para Colaboradores e a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

4.4. Excelência Operacional





Soluções para Clientes

Visão Geral

A Direcção de Soluções para Clientes tem como intuito desenhar e implementar novos produtos, serviços e soluções que sirvam, não só para consumo interno, pelas unidades de negócio, mas também para atender às necessidades dos Clientes e parceiros dentro dos seus respectivos ecossistemas e plataformas, permitindo uma simbiose que aumenta exponencialmente a geração de valor para os envolvidos no processo.

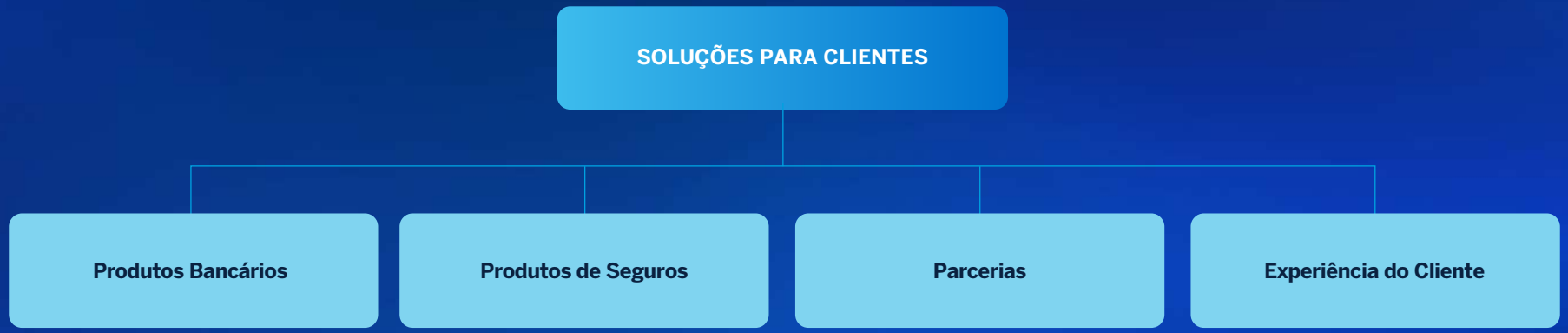
A Direcção de Soluções para Clientes trabalha em parceria com as unidades de negócio de forma a criar soluções inovadoras e disruptivas, que complementem a proposta de valor do Banco para os Clientes, e em parceria com as Direcções de Engenharia e Inovação para garantir a entrega dessas mesmas soluções, de acordo com as melhores práticas de Gestão de projectos e de metodologias *agile*.

O SBA pretende ser mais que um Banco para os seus Clientes e Parceiros, por isso quer oferecer produtos e serviços não financeiros, caracterizados por:

- Parcerias em que a oferta dos parceiros é usada para aumentar a proposta de valor dos produtos e serviços financeiros que o SBA presta aos seus Clientes, dando origem a um produto final que reúne as características das duas entidades;
- Parcerias em que a oferta dos parceiros é integralmente distribuída para os Clientes do SBA, através dos canais de distribuição e pontos de representação do SBA;
- Parcerias em que os produtos e serviços financeiros do SBA são distribuídos pelos seus Parceiros, nas suas plataformas e com o potencial de alcançar todos os integrantes do ecossistema em que os parceiros do SBA actuam.

Estrutura Organizacional

A Direcção de Soluções para Clientes é constituída por 4 direcções que visam agregar valor e ajudar o Banco na execução da sua estratégia: ***Produtos bancários***; ***Produtos de Seguros***; ***Parcerias*** e ***Experiência do Cliente***.





PRODUTOS BANCÁRIOS

Esta direcção é responsável pelo desenho, criação e manutenção de soluções que permitam aos Clientes do Banco a utilização de produtos e serviços financeiros. Esta oferta inclui produtos transaccionais, de poupança e de crédito, incluindo o acesso a meios de pagamentos, tais como cartões de débito, crédito e outras soluções digitais.

Em 2022 o foco da direcção tem sido em incorporar a voz do Cliente – as suas necessidades, desejos e sugestões – nos processos de desenho e manutenção de produtos e serviços, de forma a adequar, cada vez mais, a oferta do Banco às reais necessidades e exigências dos Clientes.



PRODUTOS DE SEGUROS

O âmbito da actuação da direcção Produtos de Seguros incide sobre produtos e serviços ligados à área de seguros.

Mais do que um canal de distribuição de uma ampla variedade de produtos de elevada qualidade oferecidos pelos parceiros do Banco, esta Direcção exerce um papel colaborativo com os parceiros para alinhar a oferta às exigências dos Clientes do SBA.

Um dos principais focos da direcção, em 2022, tem sido no sentido de digitalizar a cadeia de distribuição, criando as bases para que, cada vez mais, os beneficiários destas soluções possam aderir às mesmas em canais totalmente digitais e de forma autónoma.



PARCERIAS

A Direcção de Parcerias nasce fruto do processo de mudança estratégica do Banco, que tem como **propósito de se transformar numa organização virada para o futuro e que não esteja limitada à oferta tradicional de produtos e serviços financeiros.**

Assim, consciente da mudança de paradigma exigida por este processo, esta direcção é responsável pela constituição de parcerias que visem a oferta de produtos e serviços não financeiros, além daquilo que é a banca convencional, de forma a transformar o Banco no destino preferencial dos Clientes SBA e parceiros para tudo aquilo que sejam as suas necessidades do dia a dia, sejam elas financeiras ou não.

Com um foco inicial na identificação de potenciais parcerias no mercado, é intenção que este primeiro passo evolua no sentido de disponibilizar novos produtos e serviços que possam ser completamente disruptivos e que alavanquem os objectivos estratégicos do Banco.



EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

A criação da Direcção de Experiência do Cliente reflecte uma aposta cada vez maior do Banco, no sentido de ser verdadeiramente focado no Cliente.

Responsável pela definição do modelo de relacionamento e qualidade de serviço do Banco para com os seus Clientes, de forma a **garantir a melhor experiência possível em todas as interacções que os Clientes têm com o SBA**, a direcção assume assim um papel fundamental em ouvir o Cliente e garantir que a voz do Cliente é activamente utilizada em todos os processos de desenho, criação e evolução dos produtos e serviços que o Banco oferece no seu catálogo.

Soluções para Clientes

MEIOS DE PAGAMENTO

Emissão de cartões de débito e crédito, assim como uma oferta de Terminais de Pagamento Automático (TPA), pagamentos via Débito Directo e pagamentos online através da *Gateway* de Pagamentos *Online*.

SEGUROS

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, multirriscos, protecção salarial, funeral e acidentes pessoais) e empresas (seguro de saúde grupo, mercadoria transportada, multirriscos, acidentes de trabalho, interrupção de negócio, quebra de máquinas, frota automóvel, responsabilidade civil e vida grupo, BBB, seguro de riscos cibernéticos, construção).

PRODUTOS DE CRÉDITO

Ao longo de 2022, o Standard Bank de Angola continuou a apresentar uma variada oferta de soluções de financiamento – crédito habitação, VAF, produtos estruturados e soluções distintas de curto, médio e longo prazo para particulares e empresas.

Em termos de novos produtos de crédito, 2022 foi dedicado ao processo de criação e desenvolvimento de novas soluções digitais, que serão apresentadas aos Clientes de forma a facilitar o processo de adesão e subscrição, garantindo que o processo de adessão seja imediato.

POUPANÇA E INVESTIMENTO

O Banco manteve a sua oferta de depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Promoveu ainda a actualização da taxa de juro para estes produtos, tornando-os mais competitivos e apelativos aos Clientes, assim como o lançou campanhas de incentivo a poupança, oferecendo taxas remunerativas promocionais para os aderentes.

O Banco procedeu também ao *rebrand* do “Swaip and Poupa” para “Risca e Poupa”, com a intenção de tornar o produto mais familiar, com a linguagem do mercado local, para uma melhor compreensão do produto por parte dos Clientes.

PRODUTOS TRANSACCIONAIS

O Banco focou-se na monitorização da utilização dos seus produtos e serviços transaccionais, colhendo junto aos seus Clientes e utilizadores internos reclamações e sugestões de melhoria. Neste sentido, e respondendo de forma directa a essas preocupações, as seguintes iniciativas foram priorizadas:

- **Pagamento de Impostos ao Estado (RUPE)** – Como resultado do processo de melhoria continua, o processo de RUPE foi melhorado, possibilitando uma experiência superior ao Cliente, permitindo que a partir dos canais digitais como SB24, SWIFT, *Workflow* de Pagamentos, seja possível o pagamento de impostos acima dos 100M de kwanzas. Esta funcionalidade encontra-se disponível no BOL para os Clientes CIB.
- **Avaliação da capacidade de pagamento** – Revisão da infra-estrutura de pagamentos em preparação para adopção digital, através de identificação de *gaps*, novas necessidade de Clientes e alinhamento com a estratégia do Banco.
- **Integração SINOC** – Transferência internacional é um processo extenso e com muitas intervenções manuais, uma das quais o registo das operações no sistema SINOC, do Banco Central. Está em curso a implementação da integração com o recurso ao consumo de API, disponibilizadas pelo BNA, que permitirão a automatização desta parte especifica do processo que se traduzirá em ganhos de desempenho, eficiência da equipa e satisfação do Cliente.
- **Débitos Directos** – Finalização da certificação dos processos de débitos directo junto da EMIS. Este serviço de pagamento permitirá ao Cliente bancário (devedor) efectuar os seus pagamentos periódicos através de uma autorização de débito na sua conta bancária, previamente entregue ao credor. Os débitos directos permitem ao Cliente bancário efectuar todo o tipo de pagamentos que resultem de contratos duradouros e/ou tenham carácter periódico, ou até mesmo os pontuais. Para os credores, os débitos directos representam um meio eficiente para efectuar as suas cobranças.

PRODUÇÃO DE SOLUÇÃO MODULAR - FACILITADOR DE *WALLET*

Os serviços financeiros móveis (MFS) estão a ganhar popularidade. À medida que as tecnologias digitais e a conectividade móvel evoluem, a capacidade limitada dos Bancos de melhorar a inclusão financeira tem deixado de ser um problema. O SBA posiciona-se como entidade de suporte para implementação de *wallets* de parceiros, oferendo a conta fiduciária e os mecanismos de *cash in*, *cash out, wallet to account* e *account to wallet* de forma modular.

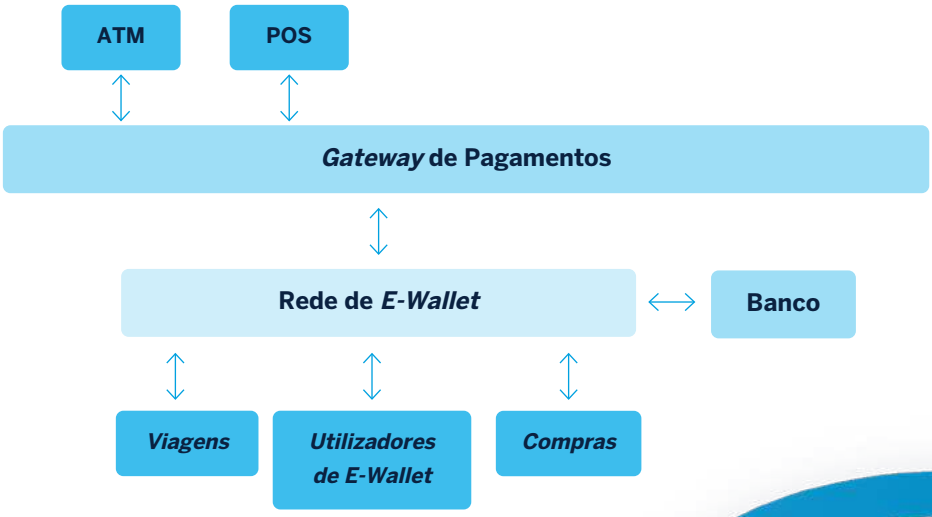


Fig.1 *Wallet* como oferta modular

CARTÕES, ATMS E TPAS

O ano 2022 demonstrou um crescimento estável da base de Clientes assente na estratégia de aquisição definida pelo negócio, expressão clara da aposta dos Clientes na marca Standard Bank de Angola. Este cenário factual garantiu, quer o aumento do número de cartões, como também de ATMs e TPAs.

Para o período em referência, constatou-se um crescimento na ordem de 14% no número de cartões (débito e crédito) em comparação com o período homólogo, tendo sido atingido um total de 118 863 cartões activos.

Os cartões de débito registaram um crescimento na ordem de 14%, encerrando Dezembro de 2022 com cerca de 115 875 cartões activos. A nível de cartões de crédito, registou-se um crescimento na ordem de 5% em termos de cartões activos.

Por outro lado, o número total de TPAs aumentou 53% em relação aos números registados em 2021.

Até o final de 2022, 99 ATMs foram registados.

Relatório ANUAL 2022

118 863
Cartões activos

115 875
Cartões de débito activos

5 200
TPAs

2 988
Cartões de crédito activos

99
ATMs

97%
Taxa de penetração de cartões de débito em 2022

A Estratégia do SBA

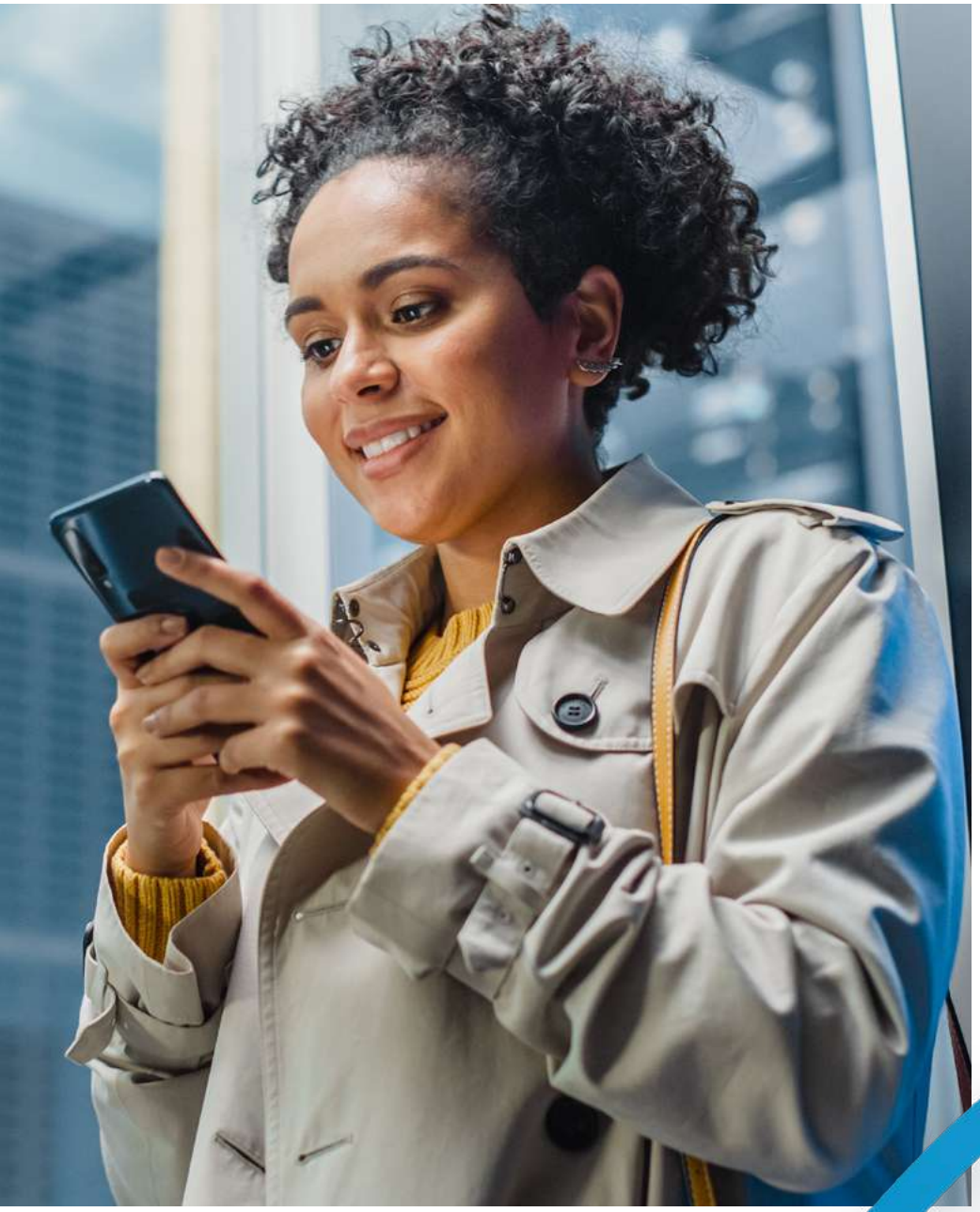
O objectivo do SBA é dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos de acordo com os 4 principais pilares definidos no plano estratégico de 2022.

01 **Optimização, Digitalização e Automatização**: : O SBA reconhece a necessidade de melhorar os processos actuais, que consomem tempo e recursos dos seus Colaboradores. O foco neste processo interactivo de optimização terá como benefício adicional permitir que a Organização se dedique cada vez mais aos processos "*change the bank*" ao garantir que as actividades "*run the bank*" sejam executadas de forma eficiente. No âmbito do processo de automatização e optimização de processos implementamos melhorias ao nível da Plataforma de Gestão e Atribuição de TPAs, dos quais a implementação de pedidos múltiplos de TPAs que permite optimizar o tempo do preenchimento de formulários e assim melhorar os prazos de entrega de TPAs para os nossos Clientes e um melhor monitoramento do processo de atribuição.

02 **Produção de módulos**: O Banco reconhece que o conceito estratégico de produtor modular que irá permitir uma optimização das tarefas, já que poderá reutilizar, tanto para consumo interno como externo, as soluções desenvolvidas internamente. Desta forma, os processos de optimização interactivos desenvolvidos sobre os módulos trarão benefícios imediatos a todos os seus utilizadores.

03 **Parcerias**: No contexto da mudança reconhece-se a importância da aposta nas parcerias. O objectivo é reunir as pessoas e tecnologias certas, para criar novas oportunidades. Esta expansão pela criação de novas soluções, que ao longo do tempo, vão além dos serviços financeiros e impulsionarão o aumento de valor incremental para os nossos parceiros e Clientes. Soluções que possam ser dimensionadas interna e externamente. Entregues por meio de plataformas e ecossistemas do Banco e parceiros, de modo, a gerar novas fontes de receitas. Acima de tudo, pretendemos ser cada vez mais reconhecidos, como o Banco de eleição no espaço das parcerias no país.

04 **Experiência**: O Banco reconhece a importância de colocar o Cliente no centro de tudo o que faz e de o ouvir activamente, de forma a responder às suas necessidades e ambições, assim como dos seus Parceiros e Colaboradores. O objectivo é ligar e integrar todas as áreas do Banco, contribuindo para a construção de uma cultura virada para as pessoas, com métricas definidas para garantir a melhor experiência em todos os pontos de contacto. A informação obtida nas interações com os Clientes, auxilia na criação de um conjunto de produtos e soluções ajustados às necessidades dos mesmos, assim como à identificação de novas oportunidades, novos mercados e/ ou aumento dos lucros, potenciando uma experiência personalizada e consciente que as necessidades dos Clientes são mutáveis ao longo da sua vida e influenciadas pelos seus principais eventos.



Inovação

Digitais, Inovadores e Disruptivos

O futuro é indissociável da tecnologia e, para o SBA, o presente também. Neste sentido, o Standard Bank de Angola tem vindo a promover a digitalização dos seus processos e procedimentos e a modernização dos seus sistemas.

A inovação e transformação digital do Banco é uma das maiores preocupações, tendo sempre como propósito tornar o SBA mais eficiente, ágil, seguro e mais capaz de disponibilizar um serviço de excelência aos Clientes.

Visão Geral

Com o surgimento de novos modelos de negócio, constantes mudanças nas expectativas dos Clientes e rápida adopção de tecnologias emergentes, é essencial estar preparado para os desafios resultantes desta nova dinâmica. O negócio bancário será muito diferente do que é hoje, por isso, é necessário o SBA reinventar-se e procurar fazer diferente.

A mais recente transformação tem como objectivo tornar o Banco numa Plataforma que irá alargar a oferta de serviços e soluções disponibilizadas aos seus Clientes. A Direção de Inovação enquadra-se neste contexto, e tem como missão alavancar a estratégia de parcerias, exploração dos ecossistemas e introdução de inovação disruptiva no mercado.

RESUMO DE 2022

O primeiro semestre serviu para alavancar a estratégia de parcerias com diversos players do ecossistema de *startups*, especialmente *Fintech*, com objectivo de melhorar a oferta de serviço a Clientes. Foi esta mentalidade que fez com que o SBA participasse em diversos eventos como o Angola Digital Forum (ADF) e contribuisse para a realização da 1ª Edição da Feira de Inovação (FUI) do ISPTEC (Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências).

O SBA foi o impulsionador de um estudo aprofundado sobre o Ecossistema de Agricultura Familiar, com o objectivo de perceber as reais dificuldades do sector, de forma a possibilitar o desenho de soluções adequadas às necessidades deste importante segmento da economia.

Neste período implementou-se mecanismos que irão permitir a simplificação significativa dos processos de abertura e manutenção de conta, por via da aposta em arquiteturas de *Application Programming Interface* (APIs) e intreligação com entidades do Estado.

Foi também conduzido o primeiro *Hackathon* de 2022, uma maratona de programação que, teve como objectivo central a captação de talentos através de um programa de dois dias, durante os quais os candidatos tiveram que resolver vários desafios apresentados pelo Banco.

A 2ª Edição da Campanha de Ideias Brilhantes (evento interno do Banco para a captação e incubação de ideias) foi pela primeira vez realizada em formato híbrido, permitindo a todos os Colaboradores participarem do evento.

O segundo semestre serviu para consolidar iniciativas alinhadas com a estratégia de parcerias e exploração de ecossistemas, dentre as quais o desenvolvimento de uma solução de micro-crédito e a integração com plataformas de pagamentos digitais de *startups* locais.

No âmbito da parceria com a Confederação das Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA), o Banco iniciou o desenvolvimento de uma solução para a atribuição de micro-crédito, permitindo aos agricultores familiares o recebimento de insumos localmente.

Adicionalmente, foi estabelecido uma parceria com a *startup* Angolana *PayPay*. A inovação resultou da integração directa via APIs e validação de modelos de *Open Banking*.

O SBA continuou a colaborar com os diversos *players* do mercado no sentido de perceber as suas necessidades, para posterior criação de soluções e novas propostas de valor que resultem na melhoria do serviço ao Cliente.

Deste exercício surgiu a oportunidade de desenvolver uma solução de pagamentos a prestações, que irá permitir aos estabelecimentos comerciais aumentarem os seus volumes de vendas e aos Clientes particulares fortalecerem o seu poder de compra, tendo acesso à uma maior variedade de serviços e produtos.

PERSPECTIVAS PARA 2023

O Standard Bank de Angola continuará a privilegiar iniciativas de fortalecimento de parcerias e exploração de ecossistemas.

Soluções inovadoras de pagamentos e de micro-crédito serão anunciadas no decorrer do ano.

Por último, em 2023 o SBA irá igualmente continuar focado na procura incessante para a melhoria das Ideias Brilhantes, com o objectivo de continuar a melhor a excelência no serviço ao Cliente.

Engenharia

Visão Geral

A Direcção de Engenharia tem a responsabilidade de suportar todas as linhas de negócio e funções de suporte, garantindo a operacionalização alinhada com as prioridades delineadas pela Comissão Executiva. Esta equipa multidisciplinar e com características dominantemente de funções de Engenharia é composta pelas áreas de Tecnologia & Operações, Dados e Analítica, Segurança de Informação e Gestão de Património.



Tecnologia & Operações

As áreas de tecnologias e operações fornecem serviços ao negócio que têm que responder de forma sincronizada às necessidades do Cliente e do mercado, por este motivo **a Direcção de Engenharia tem a responsabilidade pela implementação, optimização e execução de grande parte dos processos de negócio.**

A equipa de Operações tem antecipado todas as necessidades de crescimento do negócio em todas as jornadas de Cliente que participa sendo as principais, Abertura e Manutenção de Conta, Pagamentos e Crédito. O cumprimento dos níveis de serviços de operações adoptando quando possível a política de *straight-through processing* (STP) alavanca o negócio no cumprimento dos resultados financeiros e atracção de novos Clientes, o volume de pagamentos que a área processa aumentou em 27% mantendo os níveis de serviço. O *Cash Center* continua a implementar o seu plano de optimização e suporte à aquisição de Clientes e parcerias na praça bancária, o volume de negócios aumento em 58% no ano de 2022.

A equipa de *Client Services* tem continuamente suportado o segmento de Grandes Empresas e ao longo de 2022 aumentou o seu portfólio de serviços a oferecer a outros segmentos, nomeadamente Pequenas e Médias Empresas.

A equipa de Tecnologia tem-se focado bastante em garantir que implementa e opera todas as soluções com a maior eficiência possível nas suas mais diversas capacidades e competências, através do programa *Always-On*, utilizando metodologias utilizadas pelas *BigTech* como a função de *Site Reliability Engineer* (SRE) garantindo melhor performance, monitorização e recuperação de serviços aumentando o SLA destes para os Clientes (Internos ou Externos).

As integrações customizadas com empresas são também foco desta equipa, aumentando e garantindo a satisfação dos Clientes através da eficiência da implementação de *straight-through processing* (STP).

O canal digital SB24 tem sido das iniciativas com mais crescimento e performance do Banco com um crescimento em particulares acima de 100% com lançamentos trimestrais atraindo Clientes e aumentando a receita, a partir do último trimestre abrangeu o segmento de pequenas e médias empresas, com uma adopção muito positiva, esta iniciativa aplica tecnologias e metodologias recentes o que cria a base sustentada para criação de competências e equipas de alto rendimento, alguns exemplos de metodologias e tecnologias são, *DevSecOps*, incluindo CI/CD e Operações em *Cloud* (*Kubernetes* e *Micro-Services*).

Segurança de Informação

Angola e o sector financeiro em particular continuam a ser alvo de investidas de *cyber* ataques de forma deliberada por grupos internacionais e pequenos actores nacionais devido à sua boa conectividade de internet e falta de maturidade das instituições. Para além destes existem um conjunto de políticas de segurança que devem ser cumpridas bem como regulação local emitida pelos diversos Reguladores.

Com a regularidade definida são feitos testes de resiliência como simulações de desastre e *cyber* ataque, **os resultados têm sido positivos e preparam as equipas para eventos reais.**

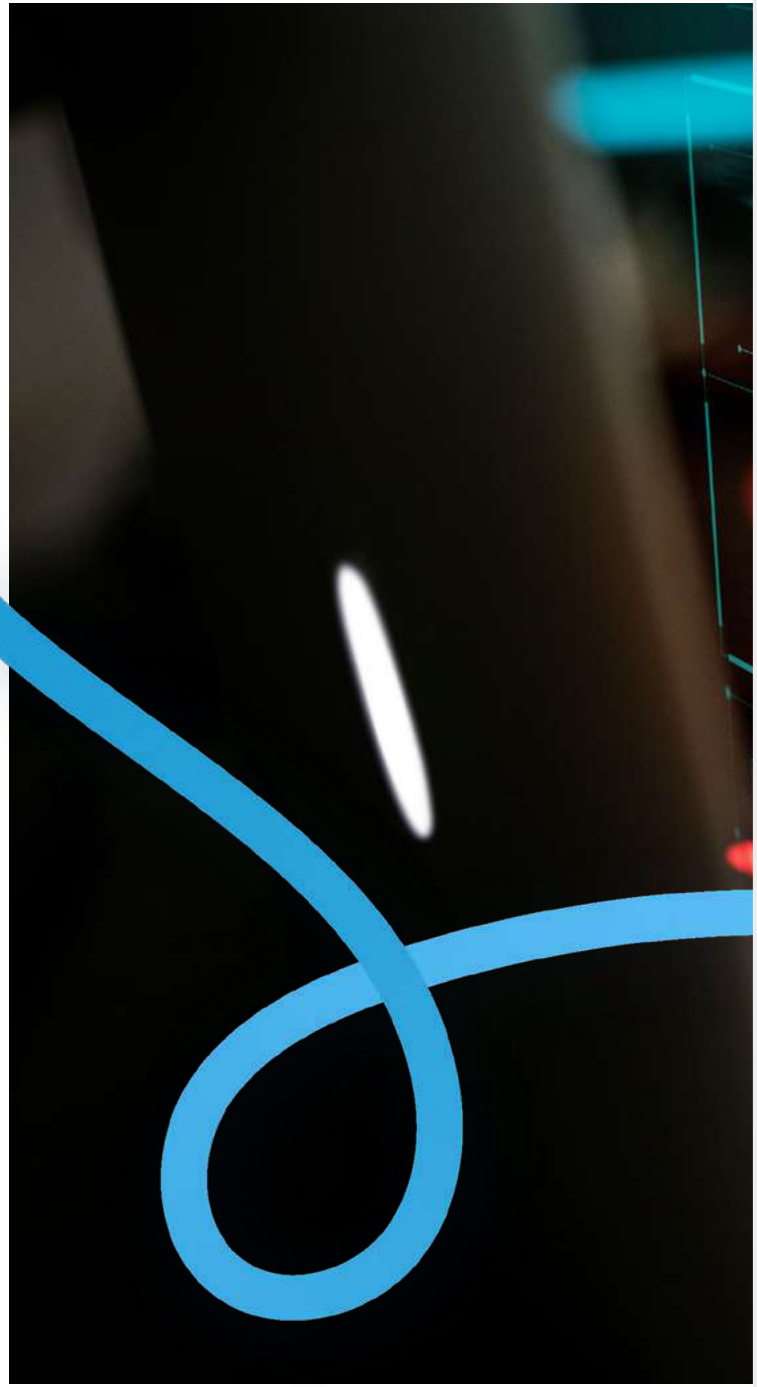
Dados e Analítica

Uma das áreas com um potencial e responsabilidade muito relevante para a assertiva tomada de decisão das áreas de negócio e corporate *functions*, tem um foco em criar a base informacional do Banco no Reservoir (*Enterprise Data Ware House*).

A analítica avançada deu os primeiros passos na experimentação de modelos de análise de dados em várias dimensões, em particular *Customer Behavior Analitics* que analisa *feedback* de redes sociais, *Churn Model, Cross Sale e Global Markets FX*.

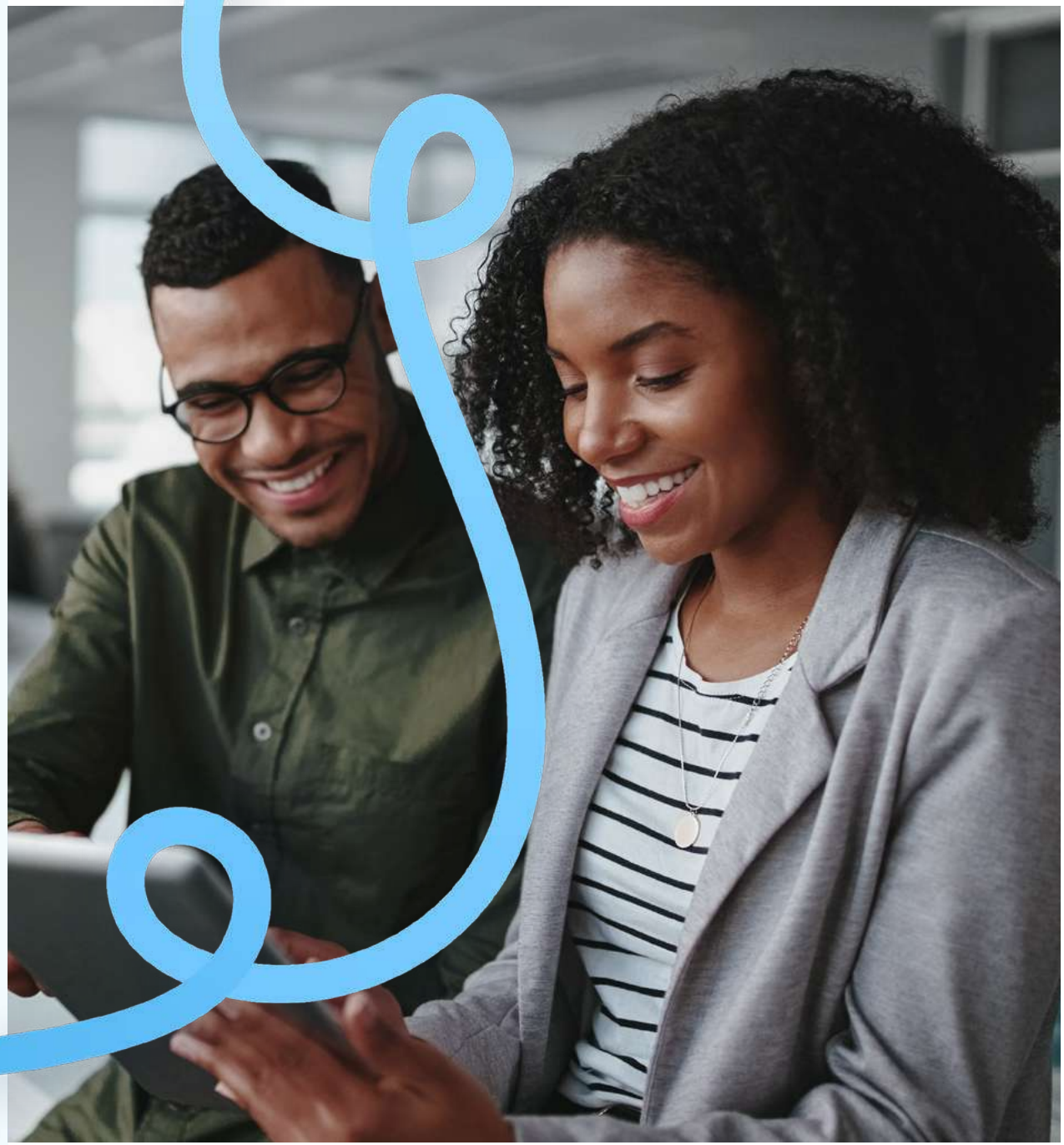
Património

A implementação e adopção da plataforma de Gestão de *Assets* (*NextBitt*) foi uma das evoluções em 2022, melhorando a Gestão dos activos físicos sob sua Gestão. Têm também sido feitos melhorias efectivas em todas as áreas, nomeadamente Manutenção, Segurança, Obras e Logística que garantem uma eficiência financeira apurada ao Banco.




Secure

4.5. Indicadores Financeiros



ANÁLISE DE BALANÇO

No exercício de 2022 o Standard Bank de Angola verificou um aumento de 12% no valor do seu activo total o qual se suportou essencialmente na retenção do valor gerado pela sua actividade operacional e no contínuo reinvestimento em activos de reduzido risco e de elevada rentabilidade, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do seu crescimento a longo prazo.

BALANÇO

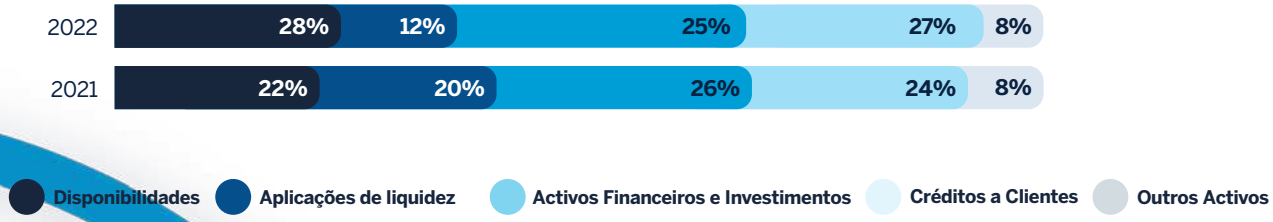
BALANÇO	Milhares de Kz			Milhares de USD		
	31.12.2022	31.12.2021	Variação	31.12.2022	31.12.2021	Variação
Activo						
Disponibilidades	301 890 505	212 206 046	42%	599 357	382 366	57%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	132 120 422	186 984 054	-29%	262 305	336 920	-22%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 394 206	181 656	3420%	12 695	327	3778%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	168 436 476	162 789 363	3%	334 404	293 324	14%
Investimentos ao custo amortizado	93 348 877	91 706 497	2%	185 330	165 243	12%
Crédito a clientes	297 184 635	234 174 153	27%	590 014	421 950	40%
Imobilizado	50 610 061	51 874 501	-2%	100 478	93 471	7%
Outros activos	30 834 019	28 357 630	9%	61 216	51 097	20%
Total de Activo	**1 080 819 201**	**968 273 900**	**12%**	**2 145 798**	**1 744 697**	**23%**
Passivo e capital próprio						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	42 539 372	26 524 169	60%	84 455	47 793	77%
Recursos de clientes e outros empréstimos	743 387 714	678 257 533	10%	1 475 880	1 222 127	21%
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	0%	0	0	0%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	-	-	0	-	-
Provisões	4 148 379	3 287 749	26%	8 236	5 924	39%
Passivos por impostos correntes	1 734 317	17 518 310	-90%	3 443	31 566	-89%
Passivos subordinados	15 386 552	16 704 348	-8%	30 548	30 099	1%
Outros passivos	74 746 985	56 496 129	32%	148 398	101 798	46%
Total do Passivo	**881 943 329**	**798 788 238**	**10%**	**1 750 961**	**1 439 307**	**22%**
Capital próprio						
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	18 920	17 172	10%
Reservas e resultados transitados	123 688 910	84 219 343	47%	245 565	151 752	62%
Resultado líquido	65 656 955	75 736 312	-13%	130 352	136 466	-4%
Total do Capital Próprio	**198 875 872**	**169 485 662**	**17%**	**394 837**	**305 390**	**29%**
Total do Passivo e do Capital Próprio	**1 080 819 201**	**968 273 900**	**12%**	**2 145 798**	**1 744 697**	**23%**

ACTIVO:

A 31 de Dezembro de 2022 o SBA registou um activo no montante de 1 080 819 milhões de kwanzas, representando um aumento de 12% face ao exercício de 2021. Esta evolução resultou essencialmente do aumento das rubricas de disponibilidades (+42%) e crédito a Clientes líquido de imparidade (+27%), que compensaram a diminuição verificada nas aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito (-29%) e em imobilizado (-2%).

Este incremento do activo, decorre da política de investimento seguida pelo Banco, privilegiando activos de risco reduzido com níveis de rentabilidade elevados, nomeadamente em Disponibilidades e em crédito a Clientes.

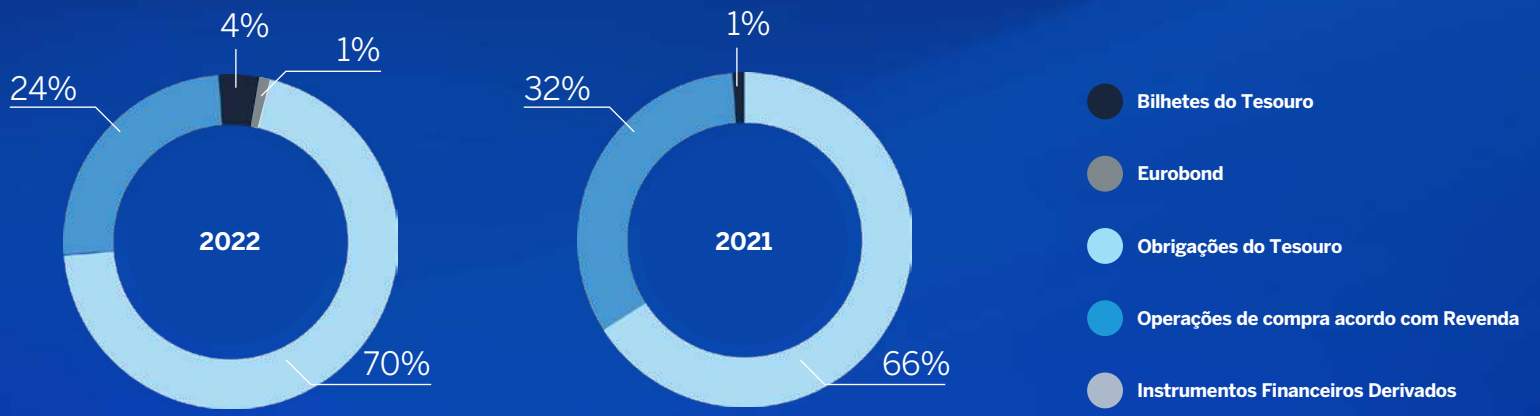
Apesar deste investimento efectuado na concessão de crédito, o Banco manteve uma política de Gestão de risco rigorosa, tendo verificado uma diminuição da proporção do crédito vencido no total de crédito bruto para apenas 0,37%, mantendo os níveis de cobertura por imparidade em cerca de 2% do total de crédito. Verifica-se que o Banco tem cerca de 90% das suas exposições classificadas em *stage* 1 (sem indícios de dificuldades financeiras) (2021: 84%), as quais são maioritariamente (61%) concedidas a grandes empresas. Face ao exposto anteriormente, a estrutura de balanço sofreu ligeiras alterações, contudo o modelo de negócio do Banco mantém-se inalterado, estando na sua base uma política de Gestão de risco conservadora com um consistente foco na rentabilidade sustentável.



CARTEIRA DE TÍTULOS

	Taxa média		Milhares de Kwanzas			Milhares de Dólares Americanos		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**Var**	**2022**	**2021**	**Var**
Operações de compra acordo com Revenda	n.a.	n.a.	85 581 018	119 006 349	-28%	169 908	214 433	-21%
Juros corridos	n.a.	n.a.	1 270 484	1 389 521	-9%	2 522	2 504	1%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Obrigações do Tesouro	n.a.	n.a.	6 203 288	0	0%	12 316	0	-
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a.	n.a.	1 181	-8 071	-115%	2	-15	-116%
Participação EMIS	n.a.	n.a.	189 727	189 727	0%	377	342	10%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	15 819 731	5 550 255	185%	31 408	10 001	214%
Obrigações do Tesouro	17,08%	15,88%	152 616 745	157 239 108	-3%	302 997	283 323	7%
Investimentos ao custo amortizado								
EUROBOND	9,50%	n.a.	2 824 701	0	-	5 608	0	-
Obrigações do Tesouro - USD	n.a.	5,00%	0	34 723 025	-100%	0	62 566	-100%
Obrigações do Tesouro - AOA	17,19%	11,57%	90 524 176	56 983 472	59%	179 722	102 676	75%
Total			**355 031 051**	**375 073 386**	**-5%**	**704 859**	**675 831**	**4%**
Operações com acordo de revenda	-	-	86 851 502	120 395 870	-28%	172 430	216 937	-21%
Bilhetes do Tesouro	-	-	15 819 731	5 550 255	185%	31 408	10 001	214%
Obrigações do Tesouro	-	-	249 344 209	248 945 605	0%	495 034	448 566	10%
EUROBOND	-	-	2 824 701	0	-	5 608	0	-
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	1 181	-8 071	-115%	2	-15	-116%
Partcipação EMIS	-	-	189 727	189 727	0%	377	342	10%

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

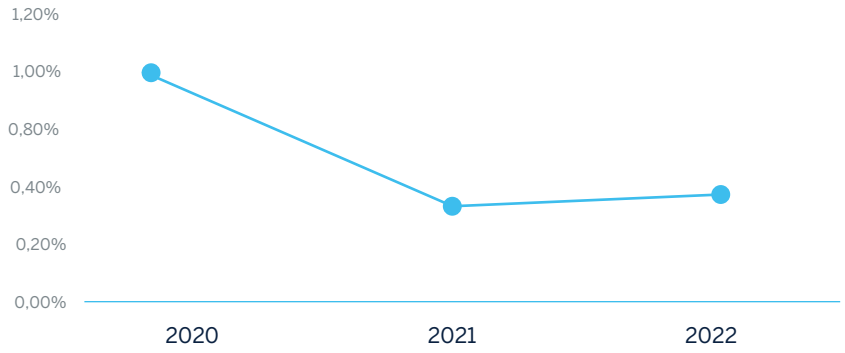


CRÉDITO

	Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
	2022	2021	Variação	2022	2021	Variação
Operações de crédito	302 822 509	238 167 618	27%	601 207	429 146	40%
Operações de crédito em incumprimento	1 118 823	791 254	41%	2 221	1 426	56%
CRÉDITO TOTAL	**303 941 332**	**238 958 872**	**27%**	**603 428**	**430 571**	**40%**
Perdas por Imparidade	-6 756 697	-4 784 719	41%	-13 414	-4 215	218%
CRÉDITO LÍQUIDO	**297 184 635**	**234 174 153**	**27%**	**590 014**	**426 357**	**38%**
Garantias prestadas	32 762 676	21 474 004	53%	65 045	37 237	75%
Cartas de crédito	8 224 263	5 437 928	51%	16 328	21 597	-24%
Limites de crédito não utilizados	40 511 588	48 495 977	-16%	80 429	117 909	-32%
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	**81 498 527**	**75 407 909**	**8%**	**161 803**	**176 743**	**-8%**
PROVISÕES PARA GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	**-245 781**	**-219 404**	**12%**	**-488**	**-395**	**23%**
Qualidade de Crédito						
Crédito em incumprimento/ Crédito total	0,37%	0,33%	0,04%	0,37%	1,00%	-0,63%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	16,56%	16,54%	0,02%	34,00%	47,00%	-13%

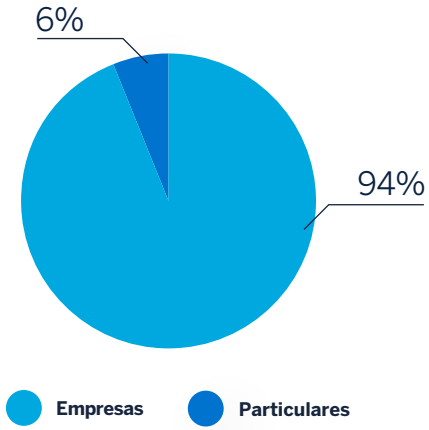
Crédito Concedido

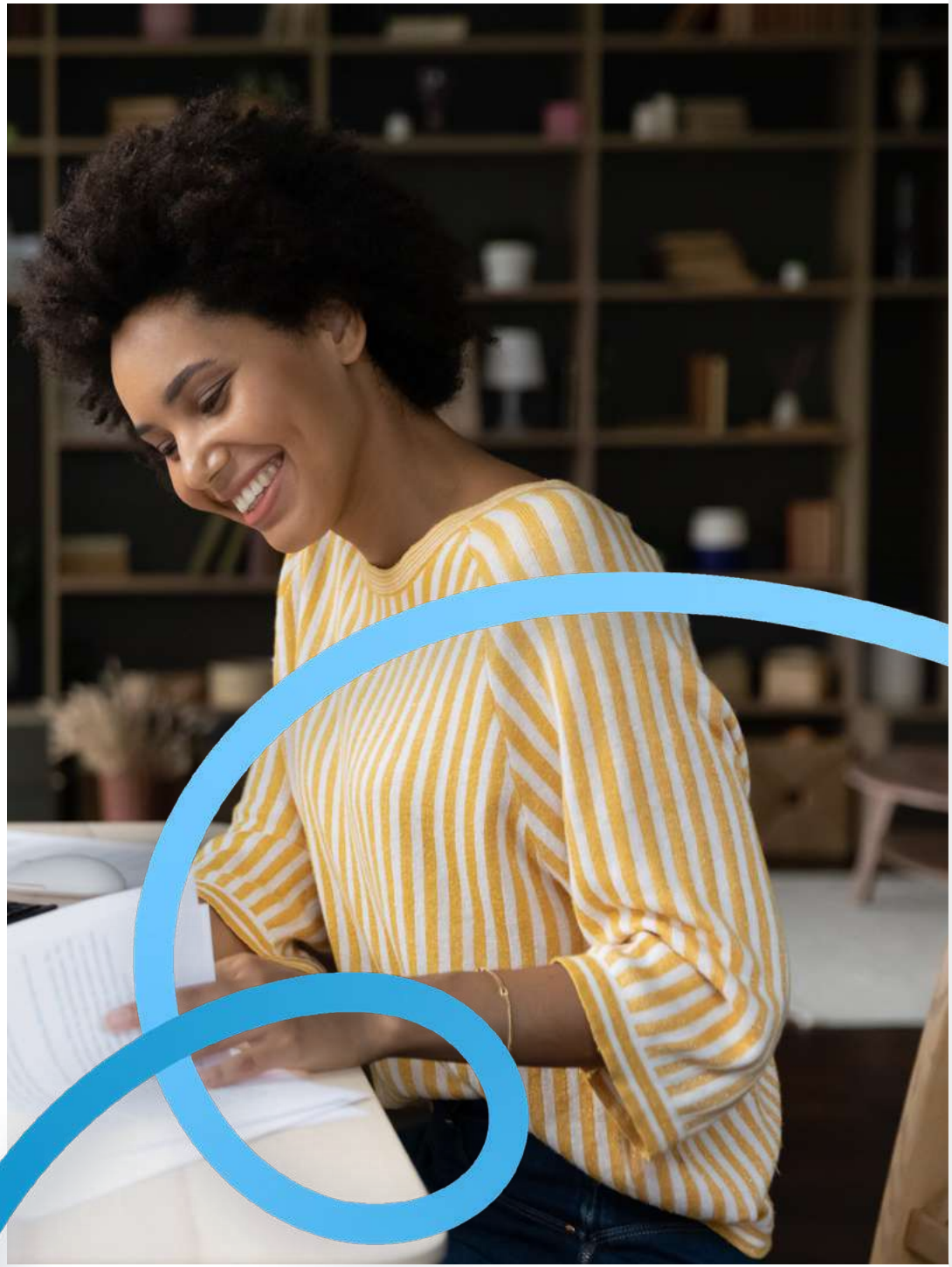
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO[1]



[1] Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto

CRÉDITO CONCEDIDO POR TIPO DE CLIENTE





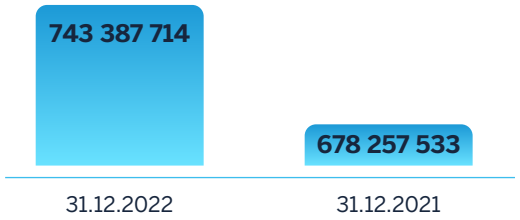
PASSIVO:

Conforme referido anteriormente, o activo do Banco aumentou sobretudo em resultado do reinvestimento dos ganhos obtidos nos investimentos efectuados, não obstante o Banco incrementou os seus passivos em cerca de 10% para um total de 881 943 milhões de kwanzas.

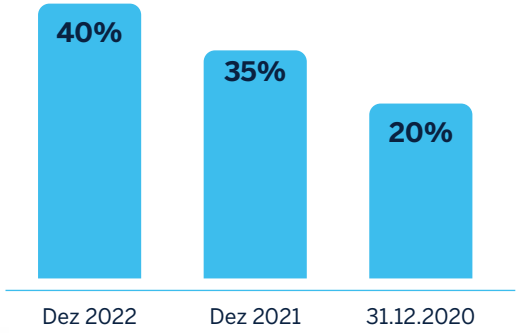
Este incremento resultou essencialmente do aumento verificado na rubrica de recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito (+60%), recursos de Clientes e outros empréstimos (+10%) e nos outros passivos (+32%).

O aumento verificado na rubrica de outros passivos é essencialmente justificado pelo aumento da rubrica de passivos por impostos diferidos que incorpora o montante de 8 337 milhões de kwanzas relativo às variações cambiais potenciais favoráveis em conformidade com a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial – e 1 387 milhões de kwanzas sobre as reservas de justo valor. Adicionalmente, esta rubrica registou em 2022, 50 268 milhões de kwanzas de dividendos a pagar face aos 12 401 milhões de kwanzas registados em 2021. A rubrica de passivos por impostos correntes apresentou uma redução de 15 783 milhões de kwanzas (-90%) face a 31 de Dezembro de 2021. Esta diminuição é essencialmente justificada pelo facto do Banco a 31 de Dezembro de 2022 não ter registado ainda o montante referente ao imposto industrial a pagar.

RECURSOS A CLIENTES



RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES

O total de capitais próprios a 31 de Dezembro de 2022 atingiu 198 876 milhões de kwanzas, que representa um aumento de 17% face a Dezembro de 2021. Este registo deve-se essencialmente à robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 189 364 milhões de kwanzas em Dezembro de 2021 para 194 399 milhões de kwanzas em Dezembro de 2022. O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 19/2021, correspondeu a 35% a 31 de Dezembro de 2022. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola.

Durante o ano de 2021, o Banco Nacional de Angola emitiu um conjunto de nova regulamentação com vista à criação de equivalência no seu processo de supervisão à verificada na Europa. O ano de 2022 foi marcado pela entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre Requisitos Prudenciais, definidos pelo Aviso Nº 8/2021, de 18 de Junho, alterando a metodologia de cálculo do Rácio de Fundos Próprios. Deste modo, o requisito mínimo regulamentar é de 8%, menos 2 p.p. em relação ao limite definido na legislação revogada. Apesar do Banco manter os seus esforços de melhoria dos processos internos de Gestão de risco e outros de contributo relevante para esta avaliação, o SBA encontra-se a cumprir com as novas exigências apresentando Fundos próprios de nível I de 179 013 milhões de kwanzas e de nível II de 15 387 milhões de kwanzas.

Análise dos resultados

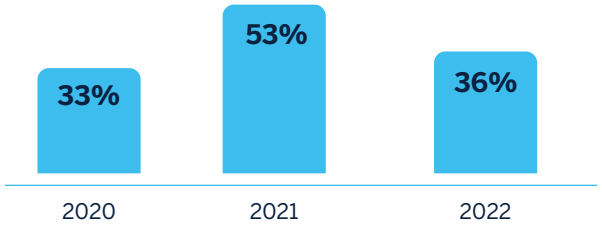
O resultado líquido de 65 657 milhões de kwanzas foi o reflexo dos elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, reflectindo a solidez, experiência e inovação do Banco, ainda que num contexto macroeconómico adverso.

	Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**VARIAÇÃO**	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**VARIAÇÃO**
Juros e rendimentos similares	105 255 411	89 642 125	17%	208 968	161 523	29%
Juros e encargos similares	(25 301 884)	(13 252 708)	91%	-50 233	-23 880	110%
Margem financeira	**79 953 527**	**76 389 417**	**5%**	**158 735**	**137 643**	**0**
Resultados de prestação de serviços financeiros	11 486 221	13 939 879	-18%	22 804	25 118	-9%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	502 045	(9 239)	-5534%	997	-17	-6087%
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	1 090 515	26 186	4064%	2 165	47	4489%
Resultados cambiais	35 944 782	35 860 207	0%	71 363	64 615	10%
Outros resultados de exploração	(3 198 419)	(4 023 230)	-21%	-6 350	-7 249	-12%
Produto da actividade bancária	**125 778 671**	**122 183 220**	**3%**	**249 714**	**220 157**	**13%**
Custos com pessoal	(26 687 626)	(21 700 744)	23%	-52 984	-39 102	36%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(15 262 884)	(13 041 451)	17%	-30 302	-23 499	29%
Depreciações e amortizações do exercício	(6 248 902)	(4 345 248)	44%	-12 406	-7 830	58%
Provisões e imparidade	(2 105 475)	8 528 545	-125%	-4 180	15 367	-127%
Resultado antes de impostos	**75 473 784**	**91 624 322**	**-18%**	**149 841**	**165 095**	**-9%**
Impostos sobre os resultados	(9 816 829)	(15 888 010)	-38%	-19 490	-28 628	-32%
Resultado líquido	**65 656 955**	**75 736 312**	**-13%**	**130 352**	**136 466**	**-4%**
Número médio de acções ordinárias emitidas	1 000 000	1 000 000				
Resultados por acção básico (em kwanzas)	65,657	75,736				
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	65,657	75,736				

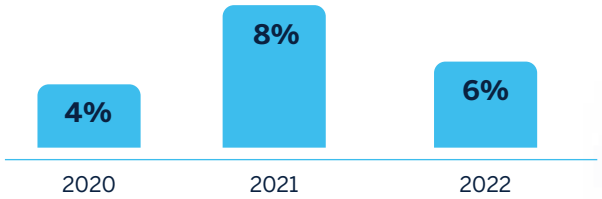
Em 2021 o SBA registou os melhores resultados da sua história, ascendendo a 75 736 milhões de kwanzas o que representou um crescimento de 110% face ao período homólogo. Este resultado permitiu que o SBA registasse um *Return-on-Equity* de 53% e um *Return-on-Asssets* de 8% naquele exercício económico.

Em Dezembro de 2022 o Banco apresentou 65 657 milhões de kwanzas de resultados líquidos o que representa um decréscimo face ao período homólogo de (-13%). Consequentemente, o *Return-on-Equity* diminuiu para os 36% e o *Return-on-Asssets* de 6%. Para o desempenho financeiro contribuíram os seguintes factores relevantes, i) o juros e rendimentos similares de cerca de 17% atingindo os 105 255 milhões de kwanzas.

EVOLUÇÃO DO ROE



EVOLUÇÃO DO ROA



MARGEM FINANCEIRA

	Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
	31.12.2022	**31.12.2021**	Var	**31.12.2022**	**31.12.2021**	Var
Proveitos de titulos e valores mobiliários	52 937 194	55 755 819	-5%	105 099	100 464	5%
Proveitos de créditos	34 671 256	26 109 323	33%	68 834	47 045	46%
Outros juros e proveitos similares	17 646 961	7 776 983	127%	35 035	14 013	150%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	**105 255 411**	**89 642 125**	**17%**	**208 968**	**161 523**	**29%**
Custos de depósitos	24 239 449	11 515 738	110%	48 124	20 750	132%
Outros custos e encargos similares	1 062 435	1 736 970	-39%	2 109	3 130	-33%
Custos de instrumentos financeiros passivos	**25 301 884**	**13 252 708**	91%	**50 233**	**23 880**	110%
Margem financeira	**79 953 527**	**76 389 417**	**5%**	**158 735**	**137 643**	**15%**

O crescimento verificado na margem financeira durante o ano de 2022 resultou do incremento verificado nos rendimentos provenientes de créditos e outros juros e proveitos similares (ascendendo a 52 318 milhões de kwanzas), face ao período homólogo o total de ambas rubricas cresceu 54%. O crescimento da margem financeira foi amortecido pela diminuição verificada nos rendimentos provenientes de títulos e valores mobiliários (ascendendo a 52 937 milhões de kwanzas) em cerca de 5% face ao período homólogo. Por outro lado, os custos com juros de depósitos sofreram um incremento de cerca de 110% ascendendo a 24 239 milhões de kwanzas, o qual é justificado pela nova política de captação de depósitos seguida pelo Banco com o objectivo de aumentar o seu volume de Clientes.

Por sua vez, o aumento apresentado na margem complementar é ainda influenciado pela evolução positiva verificada nos resultados das operações cambiais em 0,24% representando um aumento total de 84.6 milhões de kwanzas face ao período homólogo. Este aumento resulta do facto do Banco se apresentar como um dos Bancos preferenciais para a realização de operações de transferência, nomeadamente para o estrangeiro. Esta preferência pelo Banco para a realização de transferência para o estrangeiro justifica também os elevados resultados cambiais obtidos com as operações de compra e venda de moeda que antecedem as referidas transferências, as quais totalizam um aumento em cerca de 4% em 2022 face ao período homólogo, ascendendo um total de 34 064 milhões de kwanzas.

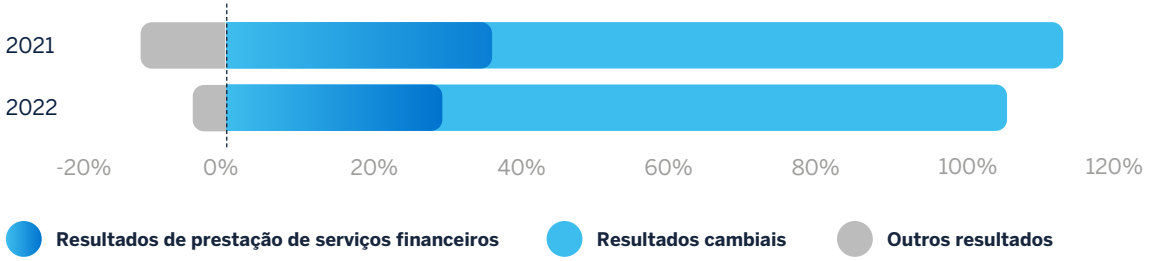
MARGEM COMPLEMENTAR

	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Resultados de prestação de serviços financeiros	11 486 221	13 939 878	-18%	22 804	25 118	-9%
Resultados cambiais	35 944 782	35 860 207	0,24%	71 363	64 615	10%
Outros resultados	-1 605 859	-4 006 283	-60%	-3 188	-7 219	-56%
Margem Complementar	**45 825 144**	**45 793 803**	**0,07%**	**90 979**	**82 514**	**10%**

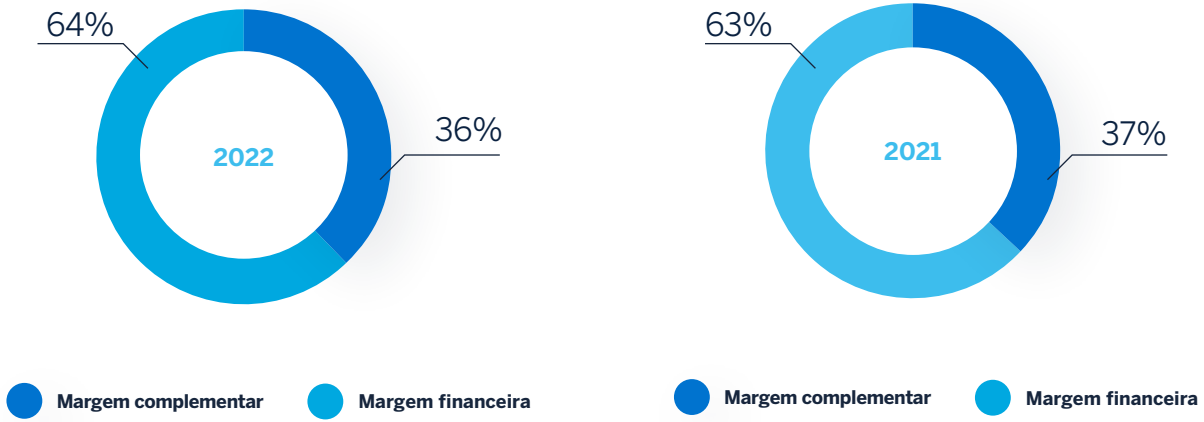
A atenuar os efeitos positivos anteriormente descritos, verificou-se o aumento dos custos de estrutura, nomeadamente custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros em 23% e 17%, respectivamente. Este aumento é explicado pela revisão da estrutura salarial dos seus quadros, para que estivessem mais alinhados com a inflação muito elevada que se faz sentir em Angola nos últimos anos (2020 e 2021: 25%), permitindo a manutenção do poder de compra dos seus Colaboradores bem como a sua satisfação em pertencer ao SBA. Da mesma forma, houve a necessidade de actualizar os custos de alguns fornecedores com base na evolução da inflação, por forma a garantir a implementação dos processos de melhoria interna e das aplicações informativas definidos como prioritários pelo Banco, com o objectivo de melhor servir os seus Clientes.

Por fim, e em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal prudente, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação. Neste contexto, determinou um imposto sobre o seu resultado de cerca de 9 817 milhões de kwanzas, o qual é justificado pelos resultados antes de impostos de cerca 75 474 milhões de kwanzas verificados em Dezembro de 2022 e, consequentemente pelo fim dos prejuízos fiscais reportáveis.

O SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 35% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus Accionistas e a constante adopção das melhores práticas de Gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.

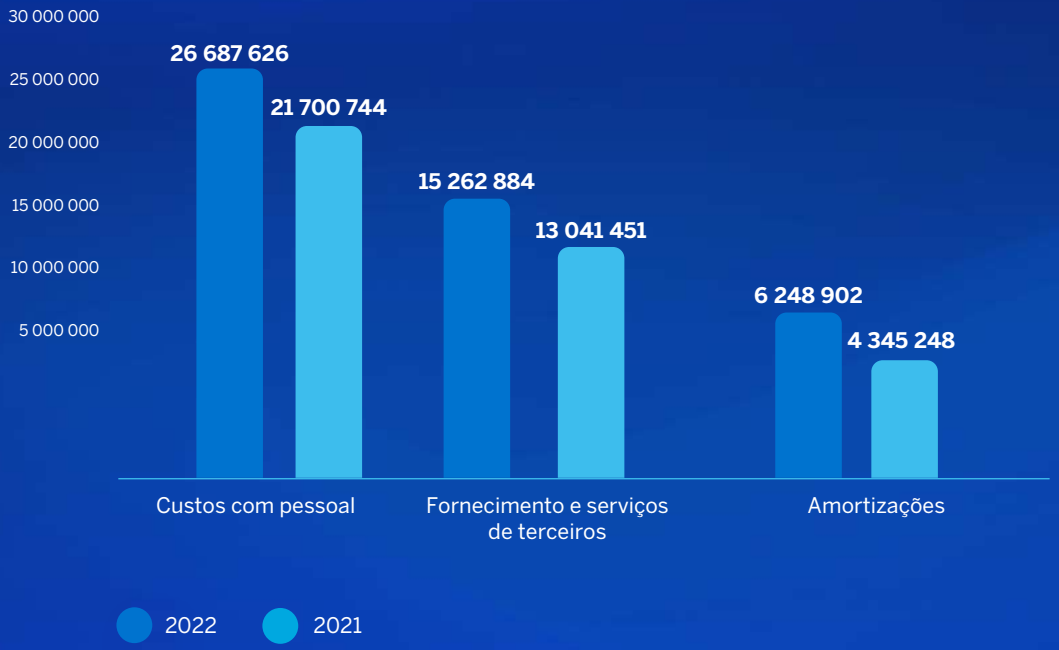


RÁCIO ENTRE A MARGEM COMPLEMENTAR E O MARGEM FINANCEIRA



CUSTOS DE ESTRUTURA

	Milhares de Kwanzas			Milhares USD		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Custos com pessoal	26 687 626	21 700 744	23%	52 984	39 102	36%
Fornecimento e serviços terceiros	15 262 884	13 041 451	17%	30 302	23 499	29%
Amortizações	6 248 902	4 345 248	44%	12 406	7 830	58%
Custos de estrutura	**48 199 412**	**39 087 443**	**23%**	**95 692**	**70 430**	**36%**
Cost-to-income	**38%**	**32%**	**-4%**	**38%**	**32%**	**-4%**



Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 71.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º, ambos da Lei das Sociedades Comerciais (aprovada pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, com alterações posteriores), e nos termos do artigo 30.º dos Estatutos, que aos resultados líquidos do exercício de 2022, no montante de 65 656 956 360 kwanzas, seja dada a seguinte aplicação:

a) 42 677 021 634 kwanzas para distribuição aos senhores Accionistas, na proporção das respectivas participações Accionistas, a titulo de dividendo;

b) O remanescente para resultados transitados. Relativamente ao proposto em a) e considerando os processos judiciais em curso, nomeadamente o processo n.º 12-A/2020/ SENRA, que afectam o beneficiário último da AAA Activos, Lda., e, em consequência, da participação social por esta detida no capital do Banco, entretanto objecto de apreensão pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos em 8 de Setembro de 2021, e confiada ao IGAPE – Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, enquanto fiel depositário, nos termos da Lei n.º 2/2014, de 10 de Fevereiro, o Conselho de Administração propõe que os dividendos relativos à referida participação da AAA Activos, Lda., fiquem retidos no Banco até que os processos judiciais terminem e seja clarificado quem tem legitimidade para os receber.

Resultado líquido

65 656 956 360

Distribuição de dividendos

42 677 021 634

Resultados transitados

22 979 934 726


Standard Bank

4.6. Impacto Relevante na Sociedade

O Standard Bank de Angola através do seu programa de responsabilidade social, Heróis de Azul, continua dedicado em prestar apoio às pessoas carenciadas, com vista a promoção do desenvolvimento humano, tendo como premissa as áreas da saúde, ensino e educação e a promoção do empreendedorismo.





Entre as acções realizadas em 2022, o Banco destaca as Oficinas de Artes e Ofícios, uma das formas práticas de partilha de conhecimento e orientação.

A distribuição de donativos diversos e acompanhamento nutricional têm sido frequentes, para dar resposta aos inúmeros desafios pós confinamento, período em que a carência em muitas famílias aumentou, retirando o poder de compra de muitas delas.

Em algumas zonas o SBA esta a motivar a exploração agrícola, numa primeira fase em escala muito pequena, enquanto se aprimora o programa.

Desde 2021 que o Banco coloca os idosos e o empreendedorismo social no centro de sua atenção. Desde então têm sido implementadas iniciativas destinadas ao cuidado, valorização e reactivação dos idosos.

A identificação das melhores soluções, parceiros estratégicos e voluntários empenhados nas missões permite o Banco dar um contributo assertivo e de forma natural a envolver novos intervenientes.

EM SÍNTESE DESTACAMOS:

MAIS DE
450
PARTICIPAÇÕES NOS PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO









MAIS DE
150
IDOSOS APOIADOS REGULARMENTE



CERCA DE
100
JOVENS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DE OFICINAS DE ARTES E OFÍCIOS



PROMOVIDOS
4
WORKSHOPS DE PANIFICAÇÃO





FORMAÇÃO DE ACTIVISTAS DA DÁDIVA DE SANGUE, CREDENCIADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE SANGUE



APOIADAS
5
OFICINAS DE PRODUÇÃO DE SABÃO E DE RECICLAGEM





MAIS DE
1400
CONSULTAS MÉDICAS, REALIZADAS EM 4 MUNICÍPIOS DE LUANDA



Hérois de Azul

Os Heróis de Azul são, sem dúvida, um veículo poderosíssimo de ligação entre os Colaboradores do Banco e a marca SBA dada que é o exemplo claro da materialização do propósito do Banco: "Melhorar a vida das pessoas, sendo mais do que um Banco."

O Banco conta com o apoio diário de toda a organização para fazer acontecer as suas acções. São eles que nos suportam nos diferentes projectos e nos ajudam a promover os mesmos junto de diferentes parceiros para que seja possível cada vez mais aumentar o espectro de actuação dos voluntários Heróis de Azul.

Os voluntários dedicam horas de trabalho, contribuindo com donativos, apadrinhando causas ou ajudando de diferentes formas a ultrapassar desafios que é encontrado nos diferentes projectos que o Banco apoia.

É um projecto que traz muito orgulho ao Banco, é credível e reconhecido tanto pela comunidade que o Banco apoia como pelos organismos públicos e privados que contam com o apoio para poder desenvolver também o seu propósito.





REALIZAÇÃO DO 5º FÓRUM DO VOLUNTARIADO E CIDADANIA JOVEM – CHA DO VOLUNTÁRIO

Designado CHA do Voluntário, a 5ª edição do Fórum do Voluntariado e Cidadania Jovem, promovidos Heróis de Azul em parceria com o VIS e o Portal do Voluntariado, juntou na LAASP, Ex-Liga Africana, centenas de intervenientes do terceiro sector, movidos pelo espírito dos intercâmbios conhecimento, experiência e incentivo contínuo da prática do voluntariado e interajuda entre os povos e que debateram vários temas para a promoção do desenvolvimento.



PATROCÍNIO BRONZE NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE HEMOTERAPIA

"Hemoterapia em Angola: sangue seguro para todos" foi o tema escolhido em 2022 para o II Fórum Nacional de Hemoterapia, patrocinado pelo Standard Bank, no âmbito da parceria com o Instituto Nacional de Sangue (INS), dentro do seu programa responsabilidade social em Angola, "Heróis de Azul".

Durante dois dias profissionais dos serviços de Hemoterapia de todo o país, activistas pela dádiva voluntária do sangue e parceiros do Instituto Nacional de Sangue juntaram-se com o objectivo de reflectir sobre um modelo de excelência, da dádiva à produção dos componentes da triagem clínica e laboratorial, permitindo assim estabelecer requisitos de boas práticas nos serviços de hemoterapia do país.

Actualmente uma equipa integra o grupo de activistas do Instituto Nacional de Sangue, com objectivo de maximizar o movimento de doação voluntária de sangue, para assegurar o stock dos centros de hemoterapia.



APOIO A ESCOLA DE ARTES CAMUNGA.

No âmbito do apoio à Escola de Artes Camunga, os Heróis de Azul procederam a doação de carteiras escolares, pintura de sala de aulas e promoção de concerto musical.



CELEBRAÇÃO DO DIA DE NELSON MANDELA | APOIO AO CENTRO DE ACOLHIMENTO LAR DE NAZARÉ, COM DONATIVOS DIVERSOS.

Desde a instituição Standard Bank de Angola que todos os anos, a convite da embaixada da Africa do Sul,o Banco se juntou à outras organizações para promover uma acção de beneficência, em saudação ao dia de Nelson Mandela.

Apoio ao Centro Ongundi Y'Omwenho, de acolhimento de Idosos na província do Huambo.



APOIO AO PROJECTO MINHA ÁGUA MINHA VIDA

A convite da Embaixada de França e da ONG Química Verde *Lab,* no dia 5 de Maio, os Heróis de Azul participaram do lançamento do Projecto "Minha Água Minha Vida" na Comunidade de Paranhos, em Caxito, na Província do Bengo. Na ocasião, foi realizada uma oficina de produção artesanal de sabão e um workshop sobre higiene e saneamento básico.

O Standard Bank de Angola, orgulha-se em continuar a levar ajuda aos vários pontos do país, com vista a melhoria da vida das populações.



APOIO AO HOSPITAL DO SOYO

No âmbito do programa Saúde nas Comunidades os Heróis de Azul deslocaram-se até ao município do Soyo, na província do Zaire, para levar apoio ao Hospital Municipal do Soyo.



APOIO À ESCOLA APRENDIZES DO BEM

Os Heróis de Azul estiveram na Escola Aprendizes do Bem, Município do Cazenga, em mais uma missão de apoio social. A escola comunitária Aprendizes do Bem é um projecto criado e gerido por dois jovens provenientes de um centro de acolhimento de menores e acolhe cerca de 300 crianças.



A CASA DO RÁDIO

Atendendo a convite do programa **A Casa do Rádio**, da Rádio Nacional de Angola, juntamo-nos à emissão especial, que decorreu na Escola Ngola Kanine em Luanda, para assinalar **o Dia das Bibliotecas Escolares.**

A equipa Standard Bank de Angola contribuiu com livros diversos e o lanche do dia.



APOIO À DADIVA DE SANGUE

No âmbito da campanha Junho Vermelho, promovida pelo Instituto Nacional de Sangue, os Heróis de Azul realizaram uma acção de doação de sangue na Maternidade Lucrécia Paím, em Luanda.





APOIO AOS PROGRAMAS E INICIATIVAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CANCRO DA MAMA

- Realização de palestras
- Sessão de ginástica
- Alertas de sinais e sintomas
- Promoção da empatia com o paciente e zero discriminação

MÊS DA CRIANÇA



LABORATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS

Apoio ao projecto Kandengues Cientistas na Semana Mundial do Espaço:

- Realização de *workshop* com o tema – Como o sector Espacial influência nos 17 ODS em Angola.
- Oficinas de criações de Educação Espacial
- Educação Ambiental (lixo espacial)
- Exposição de projectos.

Na sequência das celebrações do mês da criança, no dia 2 de Julho, o programa Oficina de Artes e Ofícios do Projecto Heróis de Azul, proporcionou aos pequenos da Escola de Artes Camunga um dia de campo, com actividades de horticultura. Foi um momento muito proveitoso.

As oficinas de Artes e Ofícios têm merecido uma atenção especial, particularmente em horticultura, panificação, corte e costura, croché e outros trabalhos manuais que promovam a sustentabilidade e desenvolvimento das comunidades.





Os Heróis de Azul promoveram no dia 25 de Junho de 2022, uma manhã recreativa para crianças da comunidade do Bita Cacati. Foram distribuídas refeições, brinquedos e cestas básicas, em apoio a centenas de famílias.

A actividade decorreu no Centro de Saúde do Bita Cacati e contou com o apoio do Standard Bank de Angola, do projecto DAT-Dentista Aqui Tem, Valliosus Comunicação e da Chana Rent-a-Car.





SAÚDE NAS COMUNIDADES

Os Heróis de Azul estiveram **na comunidade do Wakongo em Abril e Maio a oferecer consultas médicas, orientação para a saúde e análises clínicas à comunidade local**. A acção contou com o apoio do Cura Ferida Care, Viana Sol Padaria, Valliosus e da Neomedic Angola.

Os Heróis de Azul marcaram presença na FILDA. No dia 19 de Julho ofereceram Avaliação Nutricional e Odonto Conversa. Foi igualmente uma óptima oportunidade para partilhar as experiências e atrair novos voluntários e parceiros.

No âmbito do programa saúde nas comunidades, os Heróis de Azul trabalharam no Bairro 4 de Fevereiro, em Cabinda. A jornada que contou com a participação activa de voluntários locais, **levou apoios ao Centro Infantil 4 de Fevereiro e ao Centro Vunda Moyo, de apoio às pessoas portadoras de deficiência.**















PROMOÇÃO DA CULTURA DO VOLUNTARIADO

Os Heróis de Azul reconhecem a contribuição do voluntário, os seus valores e sentido de comunidade alinhados aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No âmbito das Jornadas do Voluntário, de 1 a 10 de Dezembro, os **Heróis de Azul promoveram e participaram de várias acções em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade, comunidades carenciadas, protecção do meio ambiente**





No âmbito da Jornada do Voluntário 2022, **os Heróis de Azul ofereceram à comunidade do Wakongo uma manhã de festa**. A iniciativa designada Um Natal à Maneira envolveu diversos Colaboradores do Standard Bank que dedicaram tempo de qualidade para celebrar a quadra festiva num ambiente rec-heado de sabores, brincadeiras e boa música à moda Angolana.





Os Heróis de Azul levaram alegria ao Lar do Ancião, o centro de acolhimento para idosos situado no mu-nicípio de Viana. **O Especial de Natal, realizado no dia 18 de Dezembro, foi marcado também pela entrega de donativos como produtos de higiene pessoal, de limpeza e muito mais**, para ajudar nas necessidades que o lar apresenta.
O dia foi preenchido de actividades dinâmicas que contribuíram para a diversão de todos presentes.



Prémios Heróis de Azul

Impacto Social, na III Edição dos prémios Globos de Ouro Angola 2022

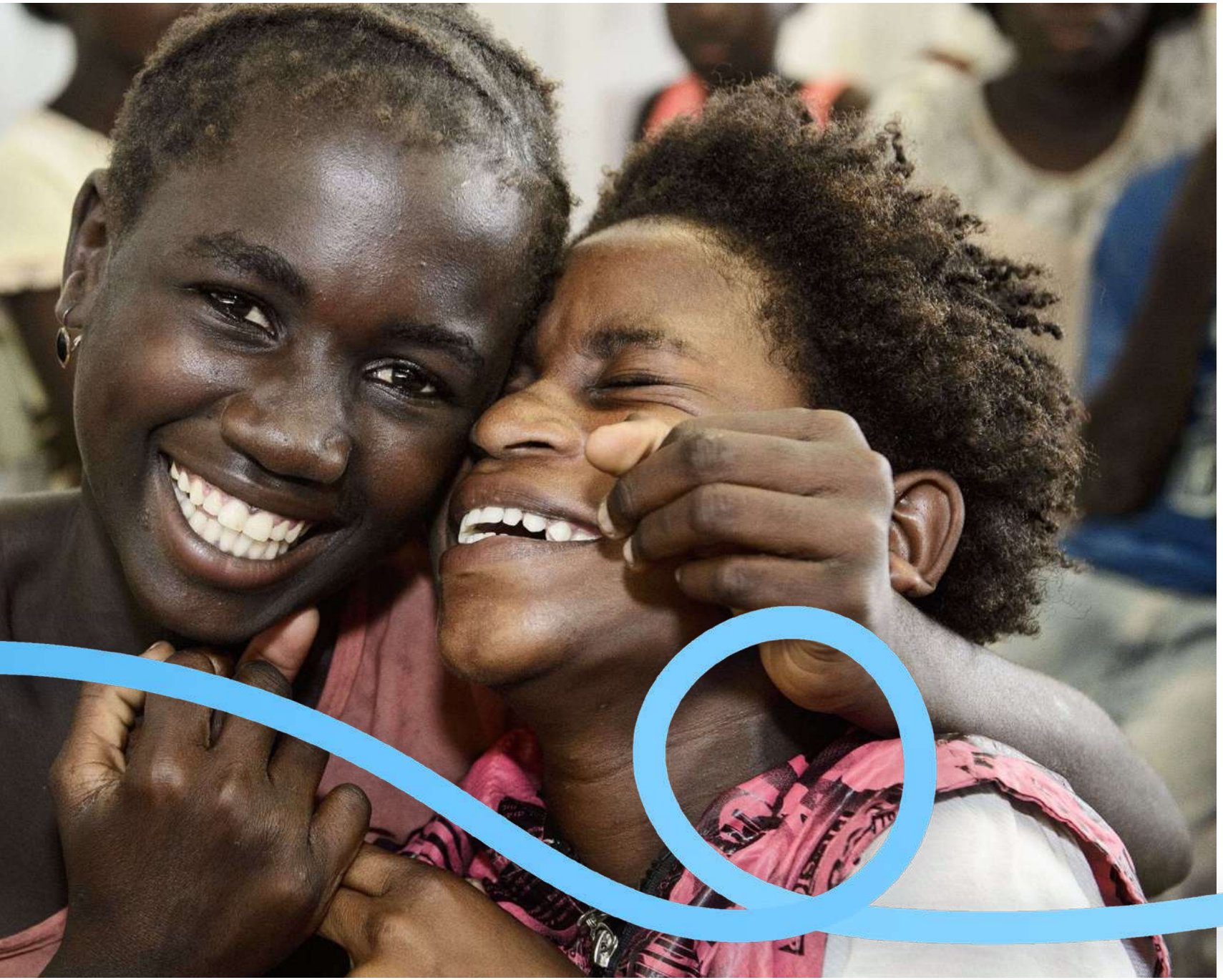
Em Maio, os Heróis de Azul foram reconhecidos na III Edição dos prémios Globos de Ouro Angola 2022, na categoria Impacto Social pelo contributo relevante para o país, na promoção das boas práticas e apoio aos mais vulneráveis. Esta premiação baseou-se na apreciação das acções realizadas por várias instituições, empresas ou projectos durante o ano 2020 e 2021.

"Causa Social do Ano", na II edição do FestiPub

Em Outubro, os Heróis de Azul foram distinguidos com o prémio platina "Causa Social do Ano", na II edição do FestiPub, evento de premiação do mercado publicitário nacional.

O Banco agradece a todos os voluntários e parceiros por toda a colaboração e apoio.





Prémios ganhos pelo SB Angola em 2022



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO
em Angola 2022



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO
em Angola 2022



MELHOR BANCO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS
em Angola 2022



MELHOR BANCO DE TESOURARIA E GESTÃO DE CAIXA
em Angola 2022

emeafinance
Europe • Middle East • Africa



MELHOR BANCO
em Angola 2022

emeafinance
Europe • Middle East • Africa



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO
em Angola 2022

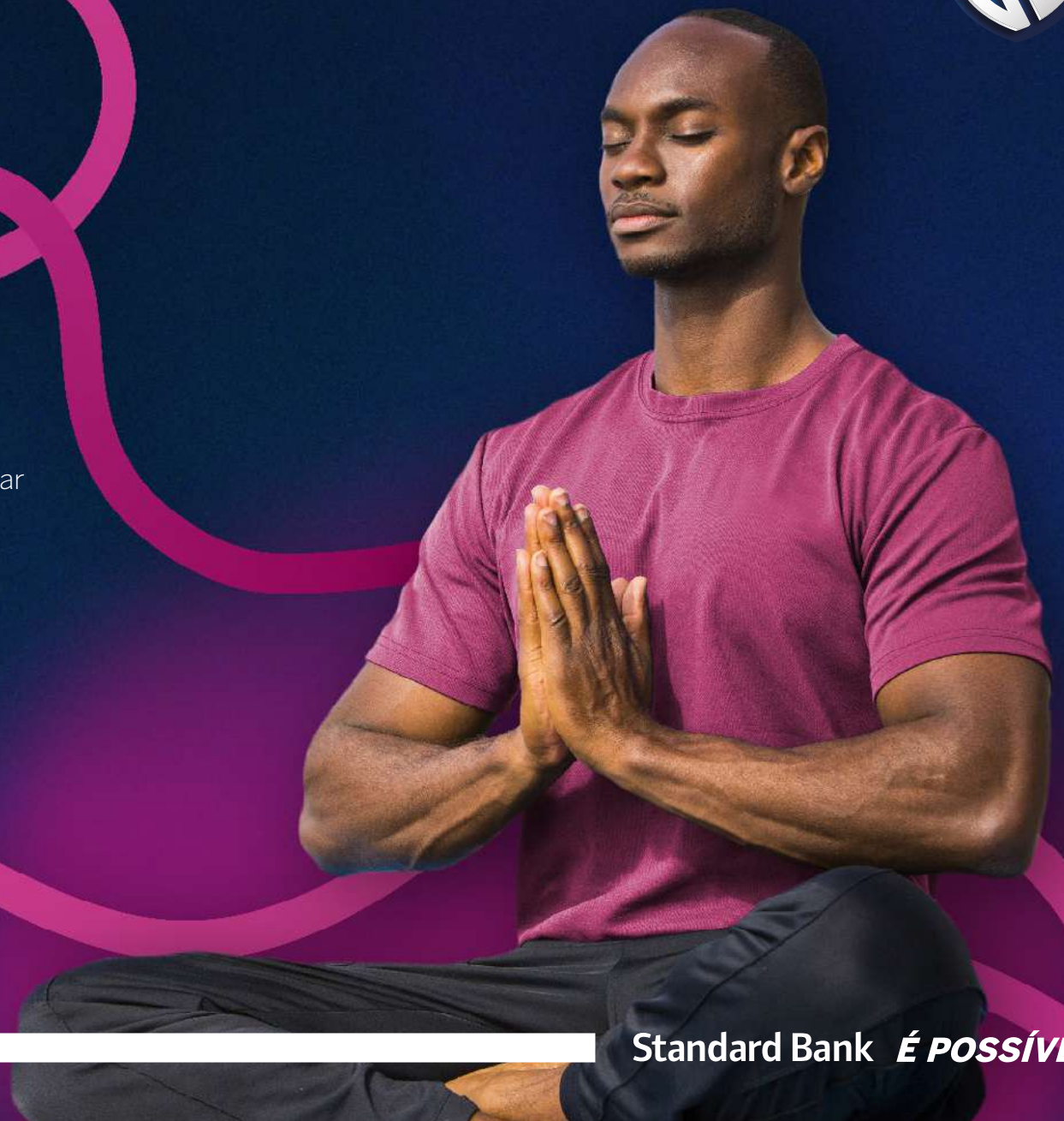
Finance
Derivative



APLICAÇÃO BANCÁRIA MAIS INOVADORA
em Angola 2022

A valorização do bem-estar

Escolher o que faz bem e promover o bem-estar e o equilíbrio necessário.



05 Governação Corporativa

Em um mundo de constantes mudanças, a Governança Corporativa é um pilar fundamental que sustenta a operação do Banco, facilitando a decisão estratégica e a reconciliação do interesse de todos os *Stakeholders*.

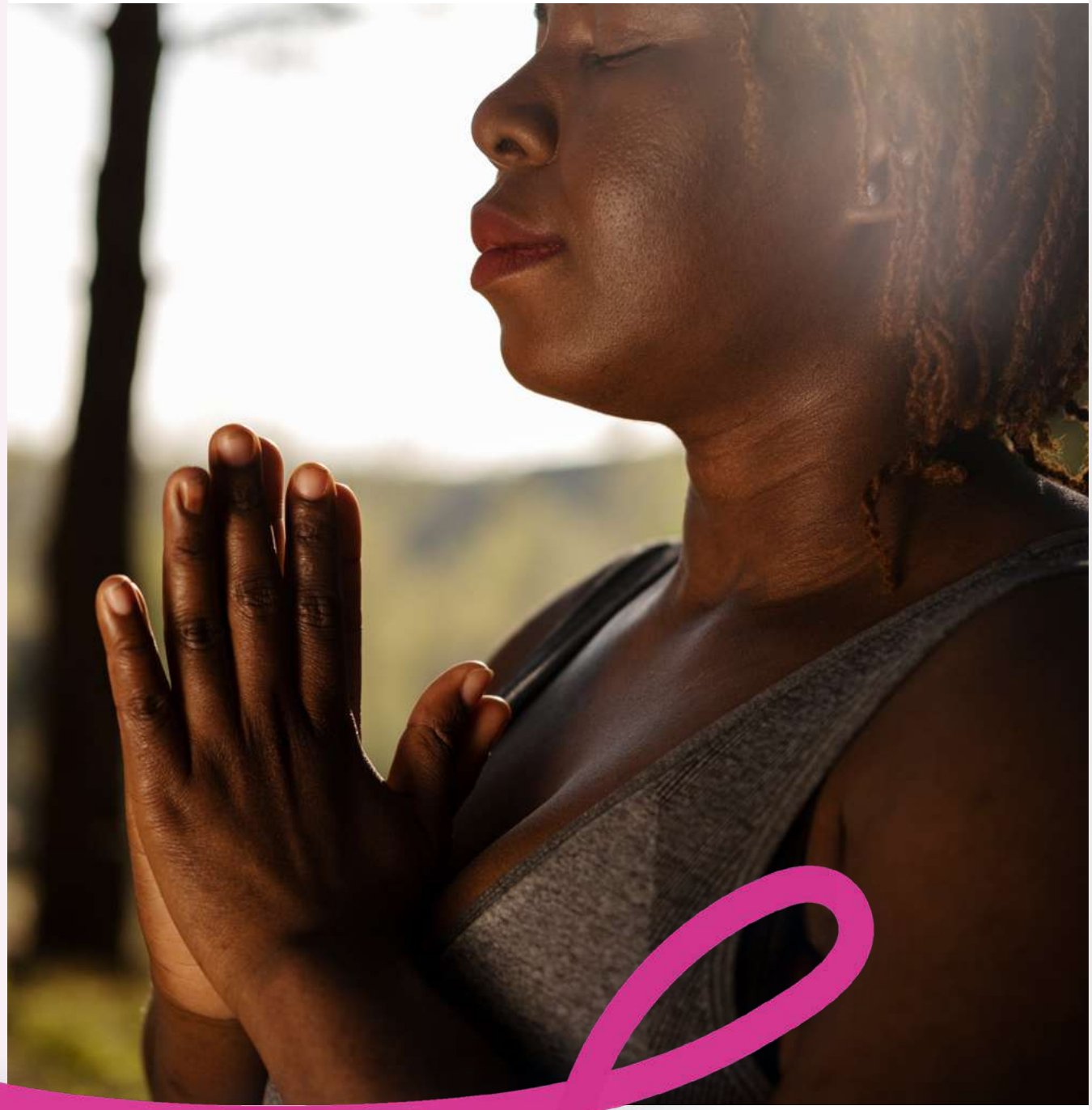
5.1. Modelo de Governação 233

5.1 O Modelo de Governação

A estrutura interna do SBA tem em consideração as características inerentes à sua actividade.

No modelo de governação definido, o Banco favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, em que o Conselho de Administração tem um papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O mesmo prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia final de todas as decisões. A sua cultura reconhece que a forma **"como faz"** é tão importante como **"o que faz"**.



Princípios orientadores

O Banco adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos processos organizativos, Gestão corrente e riscos inerentes à sua actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de Gestão de risco que permite a correcta implementação e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de Gestão de Risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do SBA prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.

Os princípios orientadores da política de governação corporativa do SBA cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e da Autoridade Geral Tributária (AGT), estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, visando garantir a manutenção das melhores práticas, nomeadamente:

01 **Promover transparência, responsabilidade e empatia na Gestão dos relacionamentos com os *Stakeholders***, de forma a garantir que os Clientes sejam tratados de forma justa e consistente;

02 **Gerar um impacto positivo na sociedade**, na economia e no meio ambiente por meio da sua actividade;

03 **Cumprir com os elevados padrões regulatórios** e de governação, incluindo os do Grupo Standard Bank;

04 **Incutir uma cultura ética** e de consciência do risco.

Com o Aviso n.º 1/2022 de 28 de Janeiro de 2022, o BNA veio estabelecer os pilares fundamentais de Governação Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de Gestão de risco, de remuneração e do conflito de interesses.

O modelo de Governação Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- **Políticas que regulam a participação dos Accionistas do Banco,** sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;
- **Políticas do Conselho de Administração,** dos seus Comités e da Comissão Executiva;
- **Procedimentos internos que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação**, contidas no código de conduta;
- **Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos.** A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;
- **Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos Accionistas** (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e atempada, incluindo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e com o Auditor Externo.

O *framework* de Governação Corporativa encontra-se alinhado com os princípios definidos para Angola e com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara e ágil. Alguns exemplos das melhores práticas implementadas são:

- Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma Gestão sã e prudente;
- Promover um ambiente de controlo interno eficaz, de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;
- Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios, minimizando os riscos reputacionais.

Organograma

LUÍS MIGUEL FIALHO TELES
PRESIDENTE

DIRECÇÃO DA BANCA DE INVESTIMENTO E DE GRANDES EMPRESAS

- Banca de Investimento
- Banca de Relacionamento
- Banca Transacional
- Sala de Mercados

DIRECÇÃO DE CLIENTES COMERCIAIS E DE NEGÓCIOS

- Banca Comercial
- *Enterprise Direct*
- Comércio Digital
- Agronegócio
- África-China
- Sector Público
- Ecossistemas

DIRECÇÃO DE CLIENTES DE CONSUMO & ELEVADO PATRIMÓNIO

- *Affluent*
- *Main Market*
- Personalização
- Canais de Distribuição
- Digital e *e Commerce*

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

DIRECÇÃO DE CAPITAL HUMANO

- Apoio às Áreas de Negócio e de Suporte
- Serviços Partilhados
- Relações Laborais
- Formação e Desenvolvimento
- Recrutamento
- Bem Estar

DIRECÇÃO DE *MARKETING* E MARCA

EDUARDO CLEMENTE
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

DIRECÇÃO FINANCEIRA

- Contabilidade, Controlo financeiro e Reporte Regulatório
- Controlo de Gestão, Controlo de Produtos
- Impostos
- Compras
- Gestão de Tesouraria e Capital

DIRECÇÃO DE ENGENHARIA

- Dados
- Segurança de Informação
- Tecnologia e Operações
- Património

DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO

- Ecossistemas & Parcerias
- Aceleração

DIRECÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CLIENTES

- Produtos Bancários
- Produtos de Seguros
- Parcerias
- Experiência do Cliente

YONNE DE CASTRO
ADMINISTRADORA EXECUTIVA

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

- Crédito
- Risco Operacional
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez e Capital
- Recuperação de Crédito

DIRECÇÃO DE *COMPLIANCE*

- Regulatório
- Monitorização
- Combate Branqueamento de Capitais
- Risco de Fraude

DIRECÇÃO DE CONTROLO CAMBIAL

DIRECÇÃO JURIDICA

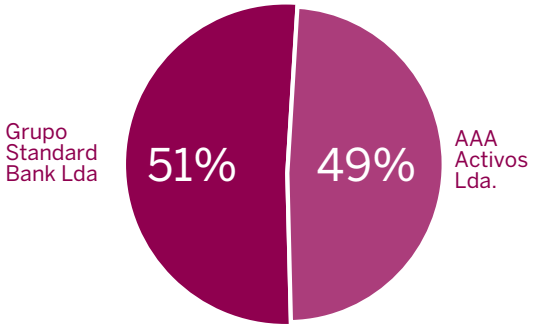
Governação Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO FISCAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMISSÃO EXECUTIVA
		Comité de Auditoria	Comité de Activos e Passivos
		Comité de Risco	Comité de Gestão de Risco
		Comité de Governação de Crédito	Comité de Risco de Crédito
		Comité de Gestão de Capital Humano	Comité de Capital Humano
		Comité de Engenharia	Comité de *Pricing*
		Comité de Nomeações e Remunerações	Comité de Novos Produtos
			Comité de Projectos
			Comité de Compras
			Comité de Análise de Clientes de Alto Risco
			Comité de Controlo Interno Financeiro
			Comité de Experiência do Cliente
			Comité de Governação de Dados e Informação
			Comité de Risco de Conduta



O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de Kz 9 530 006 500,00 (nove mil milhões, quinhentos e trinta milhões, seis mil e quinhentos kwanzas), está dividido em 1 000 000 acções, encontrando-se repartido por três Accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois Accionistas maioritários, nomeadamente:



De salientar que as acções pertencentes ao Accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola, tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Órgão Sociais

De modo prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta, do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os Accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. **A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:**

- **Presidente da mesa da Assembleia Geral**
  Sofia Vale
- **Secretário da mesa da Assembleia Geral**
  Vanessa Pinto Rodrigues

A Assembleia Geral tem como competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do Relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos Accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 11 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de Gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

- **Presidente**
  Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo
- **Administrador não executivo**
  António Caroto Coutinho
- **Administrador não executivo**
  Manuel Costa Duarte dos Passos
- **Administradora não executiva Independente**
  Ana Josina de Assis Sima Fortunato
- **Administradora não executiva Independente**
  Raquel Celeste da Conceição Kulivela Sole
- **Administradora não executiva Independente**
  Djamila Sousa Pinto de Andrade
- **Administrador executivo**
  Luís Miguel Fialho Teles
- **Administrador executivo**
  Eduardo Miguel Massena Clemente
- **Administradora executiva**
  Yonne Lizett de Queiróz de Castro
- **Administrador executivo**
  Ricardo Matias Ferreira Petinga
- **Administrador executivo**
  Aronildo Bartolomeu Delgado Neto

O Conselho de Administração tem como competências:

- Responsável pelo Controlo e Gestão corrente da actividade do SBA, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a Gestão diária da Sociedade delegada na Comissão Executiva;
- Órgão decisório máximo do Banco, com responsabilidade última em matéria de governação.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da Sociedade, através da delegação dos poderes de Gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por quatro Administradores Executivos. A Comissão Executiva reúne semanalmente, com os seguintes membros:

- **Presidente da Comissão Executiva**
  Luís Miguel Fialho Teles
- **Administrador Executivo**
  Eduardo Miguel Massena Clemente
- **Administradora Executiva**
  Yonne Lizett de Queiróz de Castro
- **Administrador Executivo**
  Ricardo Matias Ferreira Petinga
- **Administrador Executivo**
  Aronildo Bartolomeu Delgado Neto

A Comissão Executiva tem poderes de Gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade Bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a Gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por cinco membros, um Presidente, dois Vogais e dois suplementes, em mandatos de 4 anos. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos.

- **Presidente**
  Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
- **Vogal**
  Fernando Jorge Teixeira Hermes
- **Vogal**
  Donald Carmo Calunda Lisboa
- **Suplente**
  Eduardo Quental Avelino Bango
- **Suplente**
  Pereira Carlos Mendonça

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria KMPG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.


Transparência,
responsabilidade
e empatia com todos
os *Stakeholders.*

Comités

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Comité de Gestão de Capital Humano	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Dois Administradores Não-executivos	Trimestral	• Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores. • Gerir a componente de recursos humanos, tal como a definição de políticas e procedimentos; a nomeação de directores; o acompanhamento da componente de avaliação. • Definição das políticas de recrutamento e contratação.
Comité de Auditoria	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Membro do Conselho Fiscal e Administrador Não-Executivo	Trimestral	• Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade são adequadamente geridos e monitorizados. • Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, de risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de Gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades Reguladoras.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da Gestão de risco, gerir e controlar o risco nas seguintes vertentes: – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco. – Supervisionar a implementação da estratégia de risco . – Supervisionar a função de Gestão de risco.
Comité de Governação de Crédito	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada Gestão da carteira de crédito. • Monitorizar os créditos concedidos. • Controlar do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Engenharia	• **Presidente:** Administrador Não Executivo • **Membros:** Administrador Executivo e Administrador Não Executivo Independente	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação e Gestão do risco tecnológico, com especial enfâse para a estratégia do SBA.
Comité de Nomeações e Remunerações	• **Presidente:** Administrador Não Executivo Independente • **Membros:** Dois Administradores Não-Executivos	Anual	• Identificar, avaliar, incluindo antecedentes, verificação de referências e conflitos de interesse, e recomendar candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. • Recomendar aos Accionistas, para aprovação, a remuneração dos administradores não executivos, bem como dos membros do Conselho Fiscal.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
Comité de Activos e Passivos	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administrador Executivo, Director Financeiro, Directora Executiva do segmento Particulares, Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa e de Risco	Mensal	• Visa o estabelecimento das linhas orientadoras da Gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.
Comité de Gestão de Risco	• **Presidente:** Administradora Executiva • **Membros:** PCE, Administrador Executivo, Director de Risco, Directora de *Compliance*, Director de Controlo Cambial, Director de Auditoria Interna, Director de Engenharia, Directora de Pessoas e Cultura, Directora Financeira, Directora de Serviços Jurídicos, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*)	Mensal	• Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de Gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração, obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes. • Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada Gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) o quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz, em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Crédito	• **Presidente:** Director de Risco • **Membros:** PCE, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Directora Jurídica, Director de Recuperação de Crédito.	Mensal	• Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, Gestão e comunicação do risco de crédito. • Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.
Comité de *Pricing*	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Administrador Executivo do Pelouro Financeiro, Administrador Executivo do Pelouro *Compliance*, Directora do segmento Particulares , Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - , Director de *Client Solutions*, Director dos Sistemas de Informação, Director de *Compliance*, Director de Risco, Director de Banca Transaccional (Grandes Empresas), Director de Mercado de Capitais (Grandes Empresas), Director de Banca de Investimento (Grandes Empresas) e Director de *Marketing*	Trimestral	• Definir rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta: – Os produtos e segmentos em que se pretende posicionar; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Novos Produtos	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de *Engineering*, Director de Risco, Director de *Compliance*, Director pelo Departamento Jurídico, Director de *Client Solutions*, Responsável da Unidade de Negócios que propõe o novo produto, Director de *Marketing* e Director de Auditoria Interna	Trimestral	• Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.
Comité de Projectos	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Directora Financeira, Director de Pessoas e Cultura, Director da Gestão da Transformação (TMO)	Mensal	• Garantir o alinhamento do investimento considerado *Change the Bank*, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. O Comité deve ainda garantir que os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Compras *(Procurement)*	• **Presidente:** CFO • **Membros:** Director de Procurement, Director de *Engineering*, Director do Jurídico, Directora Executiva do segmento Particulares - (C*onsumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (Corporate and *Investment Bank*), Director de *Client Solutions*, e Director de Risco	Mensal	• Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do SBA a curto, médio e longo prazo. • Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. • Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	• **Presidente:** Administradora Executiva • **Membros:** Administradores Executivos, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*) Director de Risco, Director do Jurídico e Director do *Compliance*	Semanal	• Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.
Comité de Controlo Interno Financeiro	• **Presidente:** CFO • **Membros:** CFO, Director de Engineering, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Client solutions*	Mensal	• Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité Executivo de Capital Humano	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa e de Directora de Pessoas e Cultura	Mensal	• Aprovar a política de remuneração de Colaboradores do SBA, bem como a nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores. Acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Capital Humano.
Comité de Experiência do Cliente	• **Presidente:** Administrador Executivo • **Membros:** Administradora Executiva, Director de *Client Solutions*, Director de *Experience*, Director de *Engineering*, Director de Pessoas e Cultura, Director de *Marketing*, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*)	Mensal	• Ter uma visão global de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, por forma a melhorar a cultura organizacional e melhorar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Governação de Dados e Informação	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de Compliance, Director de Risco, Director de Jurídico, Director do *Data Office*	Mensal	• Visa estabelecer a estratégia de Gestão de dados e informação, bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.
Comité de Risco de Conduta	• **Presidente:** PCE • **Membros:** Administradores Executivos, Director de *Engineering*, Directora Executiva do segmento Particulares - (*Consumer & High Networth Clients*), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (*Business & Commercial Clients*), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (*Corporate and Investment Bank*), Director de *Compliance*, Director de Risco, Director de Jurídico, Director de Soluções para Clientes, Director de Pessoas e Cultura, Director de Marketing, Directora Executiva Financeira, Director de Inovação e Director de Auditoria Interna	Mensal	• Visa efectuar uma revisão das estratégias, políticas e estruturas relevantes do Banco necessárias para monitorar, compreender, influenciar e responder aos factores que impulsionam a Cultura, Conduta e Ética no mercado de actuação do Banco..



Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES

O Banco coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o modo de actuação.

A política de conflito de interesses que implementou rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse que protejam o Banco enquanto Organização, os seus Colaboradores e Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De modo a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão, valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização, e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, Gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

A política de remunerações e benefícios do Banco é fundamental na contractação e retenção dos quadros, garantindo, desta forma, a motivação dos Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

01 Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada

02 Abordagem de remuneração com o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência;

03 Valor do trabalho, que o SBA define com base nas capacidades, nomeadamente:
- competência,
- capacidade técnica,
- experiência e desempenho e
- posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;

04 Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;

05 Capacidade financeira da Instituição;

06 Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No SBA, a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa, complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

- Desempenho individual de cada Administrador, referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.
- Desempenho geral do Banco.
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade que desenvolvemos, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

- Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.
- Os Administradors não executivos independentes recebem uma remuneração fixa definida directamente pelos Accionistas.
- A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos Accionistas através de deliberação da Assembleia Geral. A remuneração dos Órgãos Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco, directamente. A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração varável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração					
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total	Conselho Fiscal	Mesa da Assembleia Geral	Total
31 de Dezembro de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	920 819	209 801	1 130 620	18 655	-	1 149 275
Remunerações variáveis	40 932	35 474	76 406	9 848	1 069	87 323
Sub total	**961 751**	**245 275**	**1 207 026**	**28 503**	**1 069**	**1 236 598**
Benefícios e outros encargos sociais	132 231	-	132 231	-	-	132 231
Total	**1 093 982**	**245 275**	**1 339 257**	**28 503**	**1 069**	**1 368 829**
31 de Dezembro de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	943 984	101 023	1 045 007	16 174	-	1 061 181
Remunerações variáveis	56 063	13 610	69 673	8 979	3 351	82 003
Sub total	**1 000 047**	**114 633**	**1 114 680**	**25 153**	**3 351**	**1 143 184**
Benefícios e outros encargos sociais	151 656	-	151 656	-	-	151 656
Total	**1 151 703**	**114 633**	**1 266 336**	**25 153**	**3 351**	**1 294 840**

A apreciação dos detalhes

A valorização do que nos rodeia é essencial para alcançar uma vida realizada.



06 Demonstrações financeiras e notas

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.

6.1. Demonstrações Financeiras 257

6.2. Notas às Demonstrações Financeiras 264

6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal 385

6.1 Demonstrações financeiras





Balanço em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(Milhares de Kwanzas)

BALANÇO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	261 119 428	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	40 771 077	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	132 120 422	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	6 394 206	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	168 436 476	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	9	93 348 877	91 706 497
Crédito a clientes	10	297 184 635	234 174 153
Outros activos tangíveis	11	41 149 969	43 199 753
Activos intangíveis	12	9 460 092	8 674 748
Activos por impostos correntes	13	1 512 463	892 277
Activos por impostos diferidos	13	8 777 497	5 588 505
Outros activos	14	20 544 059	21 876 848
Total de Activo		**1 080 819 201**	**968 273 900**
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	42 539 372	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	743 387 714	678 257 533
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	10	-
Provisões	17	4 148 379	3 287 749
Passivos por impostos correntes	13	1 734 317	17 518 310
Passivos por impostos diferidos	13	9 723 558	524 756
Passivos subordinados	18	15 386 552	16 704 348
Outros passivos	19	65 023 426	55 971 373
Total do Passivo		**881 943 328**	**798 788 238**
Capital próprio			
Capital Social	20	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	21	2 575 958	974 547
Outras reservas e resultados transitados	21	121 112 952	83 244 796
Resultado líquido		65 656 956	75 736 312
Total do Capital Próprio		**198 875 873**	**169 485 662**
Total do Passivo e do Capital Próprio		**1 080 819 201**	**968 273 900**

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Juros e rendimentos similares	23	105 255 411	89 642 125
Juros e encargos similares	23	(25 301 884)	(13 252 708)
Margem financeira		**79 953 527**	**76 389 417**
Rendimentos de serviços e comissões	24	17 284 506	18 216 557
Encargos com serviços e comissões	24	(5 798 285)	(4 276 678)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	25	502 045	(9 239)
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	26	1 090 515	26 186
Resultados cambiais	27	35 944 783	35 860 207
Outros resultados de exploração	28	(3 198 419)	(4 023 230)
Produto da actividade bancária		**125 778 672**	**122 183 220**
Custos com pessoal	29	(26 687 626)	(21 700 744)
Fornecimentos e serviços de terceiros	30	(15 262 884)	(13 041 451)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(6 248 902)	(4 345 248)
Provisões líquidas de anulações	17	(115 160)	(529 162)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(2 103 792)	(2 291 016)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 22	113 477	11 348 723
Resultado antes de impostos		**75 473 785**	**91 624 322**
Impostos sobre os resultados	13	(9 816 829)	(15 888 010)
Resultado líquido		**65 656 956**	**75 736 312**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	31	65,657	75,736
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	31	65,657	75,736

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido do exercício		**65 656 956**	**75 736 312**
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 21		
Variações no justo valor		2 782 845	2 337 924
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício		(319 135)	261 253
Impostos diferidos das alterações de justo valor		(862 299)	(524 755)
Total do outro rendimento integral do exercício		**1 601 411**	**2 074 422**
Total do rendimento integral do exercício		**67 258 367**	**77 810 734**

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2022	31.12.2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		116 430 646	102 701 087
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(26 642 855)	(15 806 681)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(41 950 510)	(34 742 195)
Outros resultados		32 746 364	31 836 977
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		**77 583 645**	**83 989 188**
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		54 744 442	(43 368 059)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(5 376 876)	944 494
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		1 822 457	(72 181 904)
Investimentos ao custo amortizado		(4 184 913)	155 447 819
Crédito a clientes		(63 024 647)	(92 289 396)
Outros activos		(2 471 389)	(16 351 363)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		**(18 495 926)**	**(67 798 409)**
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		15 765 741	25 630 057
Recursos de clientes e outros empréstimos		62 604 533	(18 025 392)
Outros passivos		14 878 485	14 441 281
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		**93 248 759**	**22 045 946**
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		152 336 478	38 236 725
Impostos sobre o rendimento pagos		(20 211 198)	(1 288 222)
Caixa líquida das actividades operacionais		**132 125 280**	**36 948 503**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(1 409 309)	(5 230 280)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(3 163 357)	(2 204 506)
Caixa líquida das actividades de investimento		**(4 572 666)**	**(7 434 787)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos		(37 868 156)	(25 307 439)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras		-	(4 702 189)
Caixa líquida das actividades de financiamento		**(37 868 156)**	**(30 009 628)**
Variação de caixa e seus equivalentes		89 684 458	(495 912)
Caixa e seus equivalentes no início do período		212 206 046	212 701 958
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**301 890 504**	**212 206 046**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	13 259 745	13 353 605
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	100 208 811	42 722 754
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	147 650 871	63 552 125
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	40 771 077	92 577 562
Total		**301 890 504**	**212 206 046**

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social (Nota 21)	Reservas de reavaliação (Nota 22)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 22)				Resultado líquido	Total do capital próprio
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**9 530 007**	**(1 099 873)**	**9 530 007**	**62 889 933**	**1 209**	**72 421 149**	**36 131 088**	**116 982 371**
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	2 337 924	-	-	-	-	-	2 337 924
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	261 253	-	-	-	-	-	261 253
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(524 757)	-	-	-	-	-	(524 757)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	75 736 312	75 736 312
Total de rendimento integral no exercício	**-**	**2 074 420**	**-**	**-**	**-**	**-**	**75 736 312**	**77 810 732**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	36 131 088	-	36 131 088	(36 131 088)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)
Outros movimentos	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**9 530 007**	**974 547**	**9 530 007**	**73 713 580**	**1 209**	**83 244 796**	**75 736 312**	**169 485 662**
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	2 782 845	-	-	-	-	-	2 782 845
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	(319 135)	-	-	-	-	-	(319 135)
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(862 299)	-	-	-	-	-	(862 299)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	65 656 956	65 656 956
Total de rendimento integral no exercício	**-**	**1 601 411**	**-**	**-**	**-**	**-**	**65 656 956**	**67 258 367**
Constituição de reservas	-	-	-	75 736 312	-	75 736 312	(75 736 312)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**9 530 007**	**2 575 958**	**9 530 007**	**111 581 736**	**1 209**	**121 112 952**	**65 656 956**	**198 875 873**

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

6.2 Notas às demonstrações financeiras





Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por "Banco" ou "SBA"), é um Banco de capitais privados com sede no Inara Business Park & Gardens, Torre 1, 8ºandar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura Accionista e conforme detalhado na Nota 20 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 32 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com Accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2022 e Dezembro de 2021, o Banco terminou o ano com 19 agências abertas.

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de Kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência ao lado:

	2022	2021
USD	509.322	554.981
EUR	543.268	628.738

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Março de 2023.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1 COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou *Other comprehensive income*).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por "prova objectiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afecta directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.2.1.1 *Expected Credit Loss* (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os inputs chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes CIB. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A perda dado o incumprimento (LGD) corresponde à percentagem de dívida que não será recuperada em caso de default do Cliente. O cálculo da LGD é realizado com base em informação interna histórica, considerando os fluxos de caixa associados aos contratos desde o momento de default até à sua regularização ou até ao momento em que não existam expectativas de recuperação relevantes, tendo em consideração um cálculo ponderado das recuperações provenientes de exposições colaterizadas e não colaterizadas. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém a

EAD da exposição actual às contrapartes e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto detido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo *Credit Conversion Factor* (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 50%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0% e para as restantes exposições são aplicados CCF's com base no modelo fornecido pelo SB Group ou alternativamente tendo por base a metodologia definida internamente com base em informação histórica.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (*Business & Commercial Client* ou BCC e *Consumer & High Net Worth Client* ou CHNW) e por produto (empréstimos à habitação, *leasing*, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento (segmento *Wholesale*), o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de *rating* para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (*Significant increase in credit risk* ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição. No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento, a degradação do *rating* (três notas ou uma nota, dependendo do *rating* inicial) atribuído ao Cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás e a modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de Cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do Cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento

significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na *watchlist*. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (*lifetime*).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um *input* primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de *performance* e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e Cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados *portfolios*, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de *benchmark* e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias-primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de default

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:

i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou

ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (*default*), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou *covenants* contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em default, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de *default* são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um "cenário base" de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento

estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de *stress* periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os *drivers* chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada *portfolio* de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes *drivers* chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos *portfolios* de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de *rating* de cada Cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os *triggers* que levaram contratos ao estado de *default* (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em *default* durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito e estiver curado.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do Cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de Clientes em dificuldades financeiras (referido como "actividades de reestruturação") para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a *performance* de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos

termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o Cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo mínimo de 2 anos para que se verifique a sua desmarcação de reestruturado por dificuldades financeiras e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

i) "Carteira de crédito Normal": empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados/modificados devido a dificuldades financeiras do Cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;

ii) "Carteira de crédito Curado (Cliente curado)": empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o *status* de desempenho;

iii) "Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)": empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados/reestruturados do contrato.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, consequentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram Relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do Cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de kwanzas; ou

ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou

iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de

cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

iv) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de Gestão de colaterais.

v) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

vi) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 19), por contrapartida da responsabilidade do Cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na Gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (*Fair value through other comprehensive income* ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (*Fair value through profit and loss* ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a Gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efetua a Gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de *portfolios*, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste "*solely payments of principal and interest*" ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o *portfolio* e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da Gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a *performance* do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de Gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a *performance* do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob Gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de Gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI):

Nesta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por

exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas *standard* variáveis ("SVRs") estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um *spread* discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares", de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados cambiais". Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de "Juros e rendimentos similares", incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que

não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Activos financeiros detidos para negociação", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação".

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica "Resultados cambiais" da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registadas em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

– o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou

– a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em " de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a Gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não tranferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de Gestão.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de "Juros e rendimentos similares"). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, e reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso do instrumento coberto se ter extinguido.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de Transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos

teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (Cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - *right of use*) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	**Modelo de Custo:** Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos.

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um *spread* de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação.
  - A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a

alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e

- um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
  - registo em "Margem financeira" do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
  - registo em "Outros gastos administrativos" dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
  - registo em "Amortizações" do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.
- No balanço:
  - registo em "Outros activos tangíveis", pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
  - registo em "Outros passivos" pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.
- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais - Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 *Software*

Os custos incorridos com a aquisição e *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSACÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra

é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornosprovenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de Gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020 e a alienação dos mesmos tendo em conta o exposto na Directiva N.º01/DSB/DRO/2020 de 14 de Fevereiro de 2020.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento

em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 31 de Dezembro de 2021, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos da Lei 19/14, que aprova o Código do Imposto Industrial em vigor a 1 de Janeiro de 2015, o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC"), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Com a entrada em vigor da Lei n.º26/20, o Banco deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas nos casos em que tenham apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a IAC são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18ºdo Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47ºdo Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º7/19 que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado entrou em vigor em 1 de Outubro de 2019, com uma taxa de 14%, que revoga o Regulamento do Imposto de Consumo, republicado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º3-A/14, de 21 de Outubro, e ainda revoga o Imposto de Selo sobre as operações aduaneiras previsto na Verba n.º15 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º3/14, de 21 de Outubro, que aprova Revisão e Republicação do Código do Imposto de Selo.

A Lei que aprova o Código do IVA também introduziu algumas relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo, passando o Banco esta isento de Imposto de Selo previsto na verba n.º23.3 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º3/14 e sobre as operações de financiamento, locação financeira, reporte, seguros e resseguros que sejam sujeitas e não isentas de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas na Lei 17/19, de 13 de Agosto, que altera a Lei que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, nas alíneas a) a f) do n.º5 do artigo 21.º.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas operações de locação financeira mas na componente do capital amortizado e juros de mora cobrados aos Clientes, com excepção das operações isentas, nos termos da alínea i) do número do artigo 12.ºdo Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Não obstante o acima exposto, o Banco adoptou o método de afectação real para deduzir a totalidade do IVA suportado na aquisição de bens das operações de leasing ou VAF que conferem o direito à dedução, porém exclui a possibilidade dedução do imposto suportado nas operações que não conferem esse direito, nos termos dos artigos 22.ºe 24.ºdo Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

2.10.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 20).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador (Nota 20).

2.11 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 24), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 24) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no *stage* 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 23). Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco não tem estas operações.

2.13 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 24) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 23).

2.14 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 25) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

Garantias financeiras (Nota 22) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 22) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 13) e Outros passivos (Nota 19).

2.17 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos (Nota 32) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 34.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO OU AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito comuns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação

e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de formas a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

Em Junho de 2021, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse concedida uma moratória não superior a 6 meses, podendo esse período ser prolongado pelo Banco Nacional de Angola, caso as circunstâncias assim o determinem, aos Clientes que assim solicitassem e apresentassem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia. No entanto, não foram solicitadas moratórias pelos Clientes ao abrigo desta iniciativa.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 13.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	**13 259 745**	**13 353 605**
Disponibilidades em bancos centrais	**247 859 683**	**106 274 879**
Banco Nacional de Angola	247 859 683	106 274 879
Imparidade acumulada	-	-
	261 119 428	**119 628 484**

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 147 650 871 milhares de kwanzas (2021: 63 552 125 milhares de kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº02/2021 do Banco Nacional de Angola, de 10 de Fevereiro de 2021, e de acordo com a Directiva nº11/DME/2022 do Banco Nacional de Angola, de 13 de Dezembro de 2022, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 31 de Dezembro de 2022, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	**Apuramento Diário**	17%	100%
Outros Sectores	**Apuramento Semanal**	17%	22%

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2022, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 136 511 352 milhares de kwanzas (2021: 167 011 701 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	5 322 631	72 372
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	35 448 446	92 505 190
Valor aplicado	35 448 512	92 507 376
Imparidade acumulada	(66)	(2 186)
	40 771 077	**92 577 562**

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 66 milhares de kwanzas (2021: 2 186 milhares de kwanzas). Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	85 581 018	119 006 349
Juros corridos	1 270 484	1 389 521
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	45 268 920	66 588 184
Valor aplicado	45 268 920	66 598 316
Juros corridos	-	153
Imparidade acumulada	-	(10 285)
	132 120 422	**186 984 054**

Em 31 de Dezembro de 2022, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 8.851% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 4.089%.

Em 31 de Dezembro de 2021, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 12.547% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.055%.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 7 – Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	-	5 895 598	5 963 080	336 811	(3 170)	(93 433)	**6 203 288**
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a	182 580	182 580	-	-	-	**182 580**
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a	7 147	7 147	-	-	-	**7 147**
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	1 191	**1 191**
Passivos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(10)	**(10)**
				6 085 325	**6 152 807**	**336 811**	**(3 170)**	**(92 242)**	**6 394 196**

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	-	-	-	-	-	-	**-**
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a	182 580	182 580	-	-	-	**182 580**
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a	7 147	7 147	-	-	-	**7 147**
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(8 071)	**(8 071)**
				189 727	**189 727**	**-**	**-**	**-**	**181 656**

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 34), com exceção da participação da EMIS (nível 3).

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, pode ser analisado como segue:

(Milhares de Kwanzas)

Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
	31.12.2022	**31.12.2021**
Saldo inicial da carteira	**189 727**	**71 544**
Aquisições	-	118 183
Saldo final da carteira	**189 727**	**189 727**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
- Obrigações do Tesouro	3 760	234 449	5 965 079	-	6 203 288
- Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**3 760**	**234 449**	**5 965 079**	**189 727**	**6 393 015**
- Obrigações do Tesouro	-	-	-	-	-
- Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**189 727**	**189 727**

DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as rúbricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	1 191	-
- FX Option	-	(8 071)
	1 191	**(8 071)**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	(10)	-
- FX Option	-	-
	(10)	**-**
Saldo final da Carteira	**1 181**	**(8 071)**

Em 31 de Dezembro de 2022, os instrumentos financeiros derivados correspondem a *Forwards* Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidade em Janeiro de 2023.

Em 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Opções Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidade em Janeiro de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	1 191	-	-	-	1 191
	1 191	**-**	**-**	**-**	**1 191**
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	(10)	-	-	-	(10)
	(10)	**-**	**-**	**-**	**(10)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**1 181**	**-**	**-**	**-**	**1 181**

(Milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Option	(8 071)	-	-	-	(8 071)
	(8 071)	**-**	**-**	**-**	**(8 071)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**(8 071)**	**-**	**-**	**-**	**(8 071)**

Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	16 500 000	15 131 745	-	718 875	(30 889)	15 819 731
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	17,08%	145 612 800	136 420 839	6 239 510	6 095 724	3 860 672	152 616 745
				162 112 800	**151 552 584**	**6 239 510**	**6 814 599**	**3 829 783**	**168 436 476**

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	5 871 835	5 019 519	-	536 795	(6 059)	5 550 255
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15,88%	162 218 800	142 418 397	6 138 259	7 629 453	1 052 999	157 239 108
				168 090 635	**147 437 916**	**6 138 259**	**8 166 248**	**1 046 940**	**162 789 363**

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	7 195 055	8 624 676	-	15 819 731
- Obrigações do Tesouro	38 321 480	18 183 131	96 112 134	152 616 745
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**45 516 535**	**26 807 807**	**96 112 134**	**168 436 476**
- Bilhetes do Tesouro	2 789 109	2 761 146	-	5 550 255
- Obrigações do Tesouro	27 583 211	56 256 803	73 399 094	157 239 108
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**30 372 320**	**59 017 949**	**73 399 094**	**162 789 363**

Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	17,19%	89 224 600	85 028 995	4 060 402	2 547 626	(1 112 847)	90 524 176
- EUROBOND	USD	n.a.	9,50%	2 829 998	2 829 998	36 584	-	(41 881)	2 824 701
				92 054 598	**87 858 993**	**4 096 986**	**2 547 626**	**(1 154 728)**	**93 348 877**

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5,00%	35 102 548	35 102 548	102 383	-	(481 906)	34 723 025
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	16,01%	59 394 700	51 916 723	2 339 651	3 299 421	(572 323)	56 983 472
				94 497 248	**87 019 271**	**2 442 034**	**3 299 421**	**(1 054 229)**	**91 706 497**

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2021, tendo em consideração a Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma reversão de imparidade pela redução da PD em conformidade com a notação de *rating* de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 31 de Dezembro de 2022 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

(Milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
- Obrigações do Tesouro	90 524 176	-	-	90 524 176
- EUROBOND	2 824 701	-	-	2 824 701
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**93 348 877**	**-**	**-**	**93 348 877**
- Obrigações do Tesouro	56 983 472	34 723 025	-	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**56 983 472**	**34 723 025**	**-**	**91 706 497**

As perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 para as obrigações e bilhetes do tesouro foram apuradas com base nos parâmetros de risco de crédito fornecidos pela agência de *rating* internacional Moody's.

Na avaliação da existência de aumento significativo de risco de crédito em 31 de Dezembro de 2021 para a carteira de instrumentos ao custo amortizado, a qual deve ser efectuada desde a data de aquisição dos activos financeiros, o Banco considerou que as Obrigações e Bilhetes do Tesouro com risco Estado Angolano adquiridas após Abril de 2016 reuniam as condições para se manterem no Estágio 1, na medida em que aquando da sua aquisição o risco soberano Angolano já era de B1 - *highly speculative*, pelo que o risco implícito já existia, não tendo sofrido alterações significativas até 31 de Dezembro de 2021 (apenas registou dois *downgrades* de *rating*). Da mesma forma, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro adquiridas antes de Abril de 2016, na medida em que a 31 de Dezembro de 2021 já sofreram mais de 2 *downgrades* no *rating* desde a data de aquisição, cumprem com os critérios para serem consideradas em Estágio 2 (aumento significativo de risco de crédito).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Obrigações do Tesouro	9 826 468	19 009 783	61 687 925	90 524 176
- EUROBOND	-	-	2 824 701	2 824 701
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**9 826 468**	**19 009 783**	**64 512 626**	**93 348 877**
- Obrigações do Tesouro	22 281 010	42 634 542	26 790 945	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**22 281 010**	**42 634 542**	**26 790 945**	**91 706 497**

Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Crédito interno		
A empresas	283 673 013	223 039 039
Empréstimos	256 911 323	196 483 744
Descobertos	19 953 260	17 545 404
Leasing	569 055	325 121
Cartas de crédito	6 239 375	8 684 770
A particulares	19 149 496	15 128 579
Habitação	1 908 757	1 573 688
Consumo e outros	17 240 739	13 554 891
	302 822 509	**238 167 618**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	624 669	-
De 3 meses a 1 ano	376 545	316 166
De 1 a 3 anos	117 609	475 088
	1 118 823	**791 254**
	303 941 332	**238 958 872**
Perdas por imparidade	**(6 756 697)**	**(4 784 719)**
	297 184 635	**234 174 153**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de Crédito a Clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 19), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 2 140 795 milhares de kwanzas e 1 340 470 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 151 956 240 milhares de kwanzas e 154 950 627 milhares de kwanzas relativos aos créditos concedidos ao abrigo do Aviso 10 de 7 de Abril de 2022.

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento residual, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	20 359 468	37 289 008
De 3 meses a um ano	43 545 681	16 107 800
De um a cinco anos	212 831 037	149 591 732
Mais de cinco anos	26 641 873	35 150 145
Duração indeterminada	563 273	820 187
	303 941 332	**238 958 872**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	4 784 719	2 765 665
Dotações	2 187 164	4 089 013
Utilizações (Nota 22)	(327 117)	(491 184)
Reversões	(416 816)	(1 561 403)
Diferenças de câmbio e outras	528 747	(17 371)
Saldo final	**6 756 697**	**4 784 719**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as Utilizações (Nota 23) correspondem aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 327 117 milhares de kwanzas referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo e 6 189 milhares de kwanzas de juros curados.

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa fixa	184 029 888	93 625 987
Taxa variável	119 911 444	145 332 885
	303 941 332	**238 958 872**

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. Por segmento

(Milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2022									Imparidade 31.12.2022			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	211 897 132	185 907 841	2 276 089	-	23 438 749	11 190 845	-	2 550 542	2 550 542	(3 973 360)	(1 635 978)	(726 452)	(1 610 930)
Pequenas e Médias Empresas	72 400 551	69 054 811	-	-	2 721 071	-	-	624 669	609 828	(1 294 000)	(54 416)	(614 915)	(624 669)
Particulares	19 643 649	18 020 306	38 598	-	1 098 477	50 867	-	524 866	32 172	(1 489 337)	(162 144)	(802 327)	(524 866)
Total	**303 941 332**	**272 982 958**	**2 314 687**	**-**	**27 258 297**	**11 241 712**	**-**	**3 700 077**	**3 192 542**	**(6 756 697)**	**(1 852 538)**	**(2 143 694)**	**(2 760 465)**

(Milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2021									Imparidade 31.12.2021			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	179 911 208	146 710 686	-	4 019 938	33 200 522	-	18 247 809	-	-	(2 779 629)	(1 148 324)	(1 631 305)	-
Pequenas e Médias Empresas	43 517 959	42 088 336	-	-	1 032 382	-	-	397 241	-	(781 304)	(35 844)	(348 219)	(397 241)
Particulares	15 529 705	13 996 370	22 070	-	1 015 513	18 677	-	517 822	10 240	(1 223 786)	(130 826)	(575 138)	(517 822)
Total	**238 958 872**	**202 795 392**	**22 070**	**4 019 938**	**35 248 417**	**18 677**	**18 247 809**	**915 063**	**10 240**	**(4 784 719)**	**(1 314 994)**	**(2 554 662)**	**(915 063)**

2. Por intervalo de dia de atraso

(Milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2022									Imparidade 31.12.2022								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	185 907 841	-	-	23 438 749	-	-	2 550 542	-	-	(1 635 978)	-	-	(726 452)	-	-	(1 610 930)	-	-
Pequenas e Médias Empresas	69 054 811	-	-	2 721 071	-	-	-	-	624 669	(54 416)	-	-	(614 915)	-	-	-	-	(624 669)
Particulares	18 020 306	-	-	909 006	189 471	-	30 712	-	494 154	(162 144)	-	-	(674 130)	(128 197)	-	(22 871)	-	(501 995)
Total	**272 982 958**	**-**	**-**	**27 068 826**	**189 471**	**-**	**2 581 254**	**-**	**1 118 823**	**(1 852 538)**	**-**	**-**	**(2 015 497)**	**(128 197)**	**-**	**(1 633 801)**	**-**	**(1 126 664)**

(Milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2022									Imparidade 31.12.2022								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	146 710 686	-	-	33 200 522	-	-	-	-	-	(1 148 324)	-	-	(1 631 305)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	42 088 336	-	-	1 039 704	3	-	-	-	389 916	(35 844)	-	-	(348 218)	(1)	-	-	-	(397 241)
Particulares	13 982 718	-	13 652	894 897	113 291	-	137 461	-	387 686	(130 793)	-	(33)	(491 327)	(83 811)	-	(123 748)	-	(394 074)
Total	**202 781 740**	**-**	**13 652**	**35 135 123**	**113 294**	**-**	**137 461**	**-**	**777 602**	**(1 314 961)**	**-**	**(33)**	**(2 470 850)**	**(83 812)**	**-**	**(123 748)**	**-**	**(791 315)**

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2017 e anteriores	7	10 152 209	(153 213)	9	7 457 529	(96 781)	3 527	743 195	(86 792)
2018	-	-	-	-	-	-	335	140 290	(3 753)
2019	3	3 339 472	(37 731)	10	2 231 497	(3 943)	973	721 975	(76 509)
2020	5	25 457 371	(534 330)	18	7 769 493	(12 671)	999	2 199 421	(272 121)
2021	14	115 483 024	(2 816 696)	26	14 221 750	(432 943)	1 512	5 241 472	(601 171)
2022	37	57 465 056	(431 390)	87	40 720 282	(747 662)	1 995	10 597 296	(448 991)
Total	**66**	**211 897 132**	**(3 973 360)**	**150**	**72 400 551**	**(1 294 000)**	**9 341**	**19 643 649**	**(1 489 337)**

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2021									
Ano de concessão	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016 e	7	6 621 089	(48 802)	7	6 537 602	(84 613)	2 463	648 087	(41 164)
2017	-	-	-	3	79 353	(81 495)	1 263	146 056	(7 761)
2018	2	314 708	(1 636)	14	834 318	(328 462)	563	480 396	(142 163)
2019	11	10 590 855	(80 687)	26	1 793 394	(17 239)	1 354	2 066 454	(191 264)
2020	8	29 694 608	(951 498)	23	10 854 507	(249 625)	1 270	4 349 676	(400 756)
2021	64	132 689 948	(1 697 006)	72	23 418 785	(19 870)	1 788	7 839 036	(440 678)
Total	**92**	**179 911 208**	**(2 779 629)**	**145**	**43 517 959**	**(781 304)**	**8 701**	**15 529 705**	**(1 223 786)**

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

1. Por segmento

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	211 897 132	(3 973 360)	624 669	(624 669)	524 866	(524 866)	213 046 667	(5 122 895)
Imparidade colectiva	-	-	71 775 882	(669 331)	19 118 783	(964 471)	90 894 665	(1 633 802)
Total	**211 897 132**	**(3 973 360)**	**72 400 551**	**(1 294 000)**	**19 643 649**	**(1 489 337)**	**303 941 332**	**(6 756 697)**

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	179 911 208	(2 779 629)	389 916	(397 241)	517 822	(517 822)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	43 128 043	(384 063)	15 011 883	(705 964)	58 139 926	(1 090 027)
Total	**179 911 208**	**(2 779 629)**	**43 517 959**	**(781 304)**	**15 529 705**	**(1 223 786)**	**238 958 872**	**(4 784 719)**

2. Por sector de actividade

(Milhares de Kwanzas)

31.12.2022	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	53 410 628	(780 025)	48 137 892	(412 972)	-	-	44 117 340	(220 235)	524 866	(524 866)	66 855 941	(3 184 797)	213 046 667	(5 122 895)
Imparidade colectiva	-	-	37 935 541	(103 236)	939 565	(29 581)	11 542 438	(497 403)	19 118 783	(964 471)	21 358 338	(39 111)	90 894 665	(1 633 802)
Total	**53 410 628**	**(780 025)**	**86 073 433**	**(516 208)**	**939 565**	**(29 581)**	**55 659 778**	**(717 638)**	**19 643 649**	**(1 489 337)**	**88 214 279**	**(3 223 908)**	**303 941 332**	**(6 756 697)**

(Milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	46 678 506	(694 909)	54 204 279	(438 960)	3	(3)	36 837 208	(163 255)	517 882	(517 822)	42 581 128	(1 879 743)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	34 543 358	(370 491)	28 170	(21)	7 575 994	(6 663)	15 011 883	(705 964)	980 521	(6 888)	58 139 926	(1 090 027)
Total	**46 678 506**	**(694 909)**	**88 747 637**	**(809 451)**	**28 173**	**(24)**	**44 413 202**	**(169 918)**	**15 529 765**	**(1 223 786)**	**43 561 649**	**(1 886 631)**	**238 958 872**	**(4 784 719)**

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a composição do crédito a Clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. Por estágio

(Milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2022 Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	180 105 802	23 349 073	2 559 470	206 014 345
Crédito e juros vencidos	15 004	1	1 128 576	1 143 581
Imparidade	(1 635 978)	(726 452)	(2 760 465)	(5 122 895)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	85 428 820	3 857 281	-	89 286 101
Crédito e juros vencidos	1 657 219	-	-	1 657 219
Imparidade	(216 560)	(1 417 242)	-	(1 633 802)
Acréscimos e diferimentos	5 776 113	51 942	12 031	5 840 086
Total	**271 130 420**	**25 114 603**	**939 612**	**297 184 635**

(Milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2021 Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	140 818 836	33 464 308	137 342	174 420 486
Crédito e juros vencidos	9 182 478	-	774 900	9 957 378
Imparidade	(1 148 324)	(1 631 305)	(915 063)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	55 033 496	1 454 569	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	949 141	586 857	-	1 535 998
Imparidade	(166 670)	(923 357)	-	(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 188 559)	(257 317)	2 821	(3 443 055)
Total	**201 480 398**	**32 693 755**	**-**	**234 174 153**

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a Clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 apresenta-se como segue:

1. Por classe de incumprimento

(Milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2022					
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento				Total
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	**206 014 345**	-	-	-	-	206 014 345
Crédito e juros vencidos	-	6 675	629 940	386 939	120 027	1 143 581
Imparidade	(3 989 552)	(6 679)	(624 669)	(382 833)	(119 162)	(5 122 895)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	89 286 101	-	-	-	-	89 286 101
Crédito e juros vencidos	-	1 480 559	176 660	-	-	1 657 219
Imparidade	(1 040 479)	(593 323)	-	-	-	(1 633 802)
Acréscimos e diferimentos	5 874 742	(29 386)	(299)	(4 106)	(865)	5 840 086
Total	**296 145 157**	**857 846**	**181 632**	-	-	**297 184 635**

(Milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2022					
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento				Total
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	**174 420 486**	-	-	-	-	174 420 486
Crédito e juros vencidos	-	9 183 802	-	318 217	455 359	9 957 378
Imparidade	(2 811 008)	(92 369)	-	(321 483)	(469 832)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	56 488 065	-	-	-	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	-	1 410 752	111 586	-	13 660	1 535 998
Imparidade	(708 201)	(297 982)	(83 812)	-	(32)	(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 407 252)	(41 532)	1 618	3 266	845	(3 443 055)
Total	**223 982 090**	**10 162 671**	**29 392**	-	-	**234 174 153**

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2022											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	3	32 172	(32 277)	3	32 172	(32 277)
Conversão de produtos	-	-	-	-	-	-	2	3 160 370	(2 220 758)	2	3 160 370	(2 220 758)
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**	**3 192 542**	**(2 253 035)**	**5**	**3 192 542**	**(2 253 035)**

(Milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2021											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	4	10 240	(10 361)	4	10 240	(10 361)
Conversão de produtos	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)
Redução da Taxa de Juro (Aviso 10/2020)	2	4 019 938	(7 551)	2	10 055 828	(24 805)	-	-	-	4	14 075 766	(32 356)
Total	**2**	**4 019 938**	**(7 551)**	**4**	**18 247 809**	**(644 335)**	**4**	**10 240**	**(10 361)**	**10**	**22 277 987**	**(662 247)**

A tabela abaixo apresenta com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

(Milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2022			
	Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Empresas	3 160 370	-	3 160 370	(2 220 758)
Particulares	22 766	9 406	32 172	(32 277)
Consumo	22 766	9 406	32 172	(32 277)
Total	**3 183 136**	**9 406**	**3 192 542**	**(2 253 035)**

(Milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2021			
	Vincendo	Crédito Vencido	Total	Imparidade
Crédito sem imparidade	-	-	-	-
Empresas	22 267 746		22 267 746	(651 886)
Particulares	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Consumo	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Total	**22 271 314**	**6 673**	**22 277 987**	**(662 247)**

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	**22 277 987**	**7 732 809**
Créditos reestruturados no período	632 594	22 270 748
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	17 691	134 178
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(64 537)	(7 851 292)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(19 671 193)	(10 750)
Outros	-	2 294
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	**3 192 542**	**22 277 987**

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	31	152 575	24	114 172	-	-	-	-	24	126 402	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	4	333 610	1	57 530	-	-	-	-	12	886 886	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	10	2 845 846	3	1 081 804	1	206 500	-	-	14	2 846 821	8	1 444 168
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	16	13 655 197	3	2 095 120	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAO	13	17 796 005	2	2 314 112	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAO	11	39 554 069	9	24 858 109	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	11	136 521 781	6	67 161 306	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**96**	**210 859 083**	**48**	**97 682 153**	**1**	**206 500**	**-**	**-**	**50**	**3 860 109**	**8**	**1 444 168**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
Justo valor	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	1	30 000	1	45 299	-	-	-	-	4	171 735	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	-	1	54 292	-	-	9	615 892	1	66 452
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	3	709 198	-	-	-	-	13	2 869 303	6	1 243 152
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	1	626 827	2	1 443 295	-	-	-	-	1	685 402	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAO	5	6 235 413	1	1 244 771	-	-	1	1 683 500	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAO	3	11 217 429	6	20 005 443	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	6	91 476 768	5	61 539 482	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**16**	**109 586 437**	**18**	**84 987 488**	**1**	**54 292**	**1**	**1 683 500**	**27**	**4 342 332**	**7**	**1 309 604**

As avaliações dos imóveis de todos os segmentos, é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2022											
	Método de avaliação								Total			
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	-	-	30	(42 144 510)	1	(30 000)			31	(42 174 510)	41%	25%
ALTYS Rral Estate	-	-	2	(271 368)	-	-			2	(271 368)	3%	0%
Colliers International	1	(25 674 421)	4	(8 083 370)	-	-			5	(33 757 791)	7%	20%
CPU Consultores	-	-	5	(575 580)	-	-			5	(575 580)	7%	0%
Prime Yield	-	-	16	(40 800 406)	1	(54 031)			17	(40 854 437)	23%	25%
Property Investment	1	(24 601 250)	1	(3 525 750)	-	-			2	(28 127 000)	3%	17%
PROPRIME	-	-	6	(809 557)	4	(996 457)			10	(1 806 014)	13%	1%
UON Consulting	-	-	2	(15 578 000)	-	-			2	(15 578 000)	3%	9%
Zenki Real Estate	-	-	1	(2 902 500)	-	-			1	(2 902 500)	1%	2%
Total	**2**	**(50 275 671)**	**67**	**(114 691 041)**	**6**	**(1 080 488)**	**-**	**-**	**75**	**(166 047 200)**	**100%**	**100%**

(Milhares de Kwanzas)

Entidade Avaliadora	31.12.2021											
	Método de avaliação								Total			
	Rendimento		Comparativo		Custo		Residual					
	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	Nº de Imóveis	Montante do Imóvel	% do Nº de Imóveis	% Montante do Imóvel
Abacus Angola	-	-	21	(6 790 549)	3	(1 159 430)	-	-	24	(7 949 979)	36%	7%
Colliers International	-	-	4	(7 854 308)	1	(10 013 555)	-	-	5	(17 867 863)	8%	16%
CPU Consultores	-	-	8	(1 381 482)	-	-	-	-	8	(1 381 482)	12%	1%
Prime Yield	-	-	18	(11 173 378)	5	(1 117 052)	-	-	23	(12 290 430)	35%	11%
Property Investment	-	-	2	(7 051 500)	1	(24 601 250)	-	-	3	(31 652 750)	5%	28%
UON Consulting	-	-	2	(40 096 784)	-	-	-	-	2	(40 096 784)	3%	35%
Zenki Real Estate	-	-	1	(2 902 500)	-	-	-	-	1	(2 902 500)	2%	3%
Total	**-**	**-**	**56**	**(77 250 501)**	**10**	**(36 891 287)**	**-**	**-**	**66**	**(114 141 788)**	**100%**	**100%**

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias	31.12.2022 Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	79 798 610	8 676 618	14 841	(993 196)
< 50%	25	21	7 410 114	1 408 496	-	(434 413)
>= 75% e <100%	14	2	8 470 789	658 038	-	(65 653)
>= 100%	57	25	159 283 138	15 240 412	3 160 370	(3 744 988)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
>= 100%	1	-	-	97 254	-	(7 930)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	21	-	752 932	-	-	(667)
>= 100%	29	8	1 046 304	109 521	-	(88 663)
Total	**147**	**56**	**256 761 887**	**26 190 339**	**3 175 211**	**(5 335 510)**

(Milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias	31.12.2021 Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	96 363 795	16 659 707	43	(976 539)
< 50%	-	-	26 045 650	1 876 558	262 728	(592 683)
>= 75% e <100%	-	4	6 249 358	-	-	(85 829)
>= 100%	16	14	60 112 049	14 237 493	127 143	(1 902 041)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	3	(3)
>= 100%	1	1	28 170	1 466 472	-	(3 839)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	-	-	770 292	-	-	(803)
>= 100%	27	7	617 520	65 754	120 122	(128 224)
Total	**44**	**26**	**190 186 834**	**34 305 984**	**510 039**	**(3 689 961)**

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
Segmento	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	16 867 627	-	19 376 519	168 402 243	4 700 201	2 550 542
Pequenas e Médias Empresas	-	-	71 612 056	25 635	160 243	-	602 617
Particulares	-	-	18 123 487	115 013	167 642	87 314	1 150 193
Total	**-**	**16 867 627**	**89 735 543**	**19 517 167**	**168 730 128**	**4 787 515**	**4 303 352**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
Segmento	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	47 424	7 248 191	172 615 593	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	-	43 128 043	-	7	-	389 909
Particulares	-	-	14 586 917	39 538	226 294	79 827	597 129
Total	**47 424**	**7 248 191**	**230 330 553**	**39 538**	**226 301**	**79 827**	**987 038**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	**Imparidade 31.12.2022**				**Imparidade 31.12.2021**			
	Probabilidade de incumprimento (%)			**Perda dado o incumprimento (%)**	**Probabilidade de incumprimento (%)**			**Perda dado o incumprimento (%)**
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**		**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	
Grandes Empresas e Banca de								
Empresas	1,00%	12,00%	62,00%	54,00%	1,03%	14,62%	N/A	35,80%
Estado	3,00%	N/A	N/A	35,00%	2,47%	N/A	N/A	60,00%
Instituições Financeiras	0,00%	N/A	N/A	20,00%	0,95%	N/A	N/A	22,60%
Pequenas e Médias Empresas	3,62%	10,10%	100,00%	24,75%	0,36%	12,49%	100,00%	24,37%
Particulares	6,46%	12,50%	100,00%	67,72%	1,32%	23,33%	100,00%	67,61%

Durante o período de 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio que revêm o negócio, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2022, sendo que as mesmas não consideram o efeito do conflito da Ucrânia/Rússia:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	3,30%	2,10%	3,10%	2,90%	2,40%
	Cenário favorável	3,90%	3,70%	4,20%	4,60%	4,30%
	Cenário adverso	3,10%	0,90%	1,10%	0,70%	1,20%
Taxa de Inflação	Cenário Base	16,80%	16,20%	14,70%	14,40%	13,40%
	Cenário favorável	14,90%	14,80%	13,20%	12,80%	12,50%
	Cenário adverso	18,20%	19,40%	17,50%	17,10%	15,30%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	505	569	633	697	758
	Cenário favorável	475	499	536	569	611
	Cenário adverso	524	620	715	805	886
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	85,90				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	12,58%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2022	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	1,21%	58,7%	1 891 482
Cenário favorável	0,65%	41,1%	515 859
Cenário adverso	1,09%	62,0%	1 031 717

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2021, sendo que as mesmas não consideram o efeito do conflito da Ucrânia/Rússia:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	0,20%	2,60%	1,40%	1,50%	1,90%
	Cenário favorável	0,90%	3,40%	3,60%	3,10%	2,90%
	Cenário adverso	-0,50%	1,80%	-1,30%	-1,40%	-0,90%
Taxa de Inflação	Cenário Base	26,70%	18,80%	12,20%	18,10%	14,70%
	Cenário favorável	26,00%	15,30%	10,40%	14,00%	11,40%
	Cenário adverso	27,90%	22,20%	14,90%	19,50%	16,10%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	595	601	654	736	810
	Cenário favorável	573	562	611	688	757
	Cenário adverso	607	667	726	818	900
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	77,35				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	20,89%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2021	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	4,89%	36%	1 010 089
Cenário favorável	3,07%	36%	634 506
Cenário adverso	7,14%	36%	1 473 997

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2020	614 336 964	74 697 635	939 737	689 974 336
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	-	-	65 182 188
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	122 792 996	19 488 285	-	142 281 281
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	200 788 870	47 790 095	-	248 578 965
Crédito a clientes (Nota 10)	134 715 706	7 419 255	939 737	143 074 698
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	66 085 774			66 085 774
Outras alterações	(38 688 214)			(38 688 214)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	170 344 757	16 649 582		186 994 339
Outras alterações	(122 792 996)	(19 488 285)		(142 281 281)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Outras alterações	(1 643 021)			(1 643 021)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	106 943 727			106 943 727
Outras alterações	(33 186 890)			(33 186 890)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	22 698 834	-		22 698 834
Outras alterações	(165 931 908)	(12 585 163)		(178 517 071)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		14 341 118	(19 045)	14 322 073
Transferência para estágio 2	(14 341 118)		364 506	(13 976 612)
Transferência para estágio 3	19 045	(364 506)		(345 461)
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	145 035 473	18 802 493	39 098	163 877 064
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 560 591)	(311 884)	(13 307)	(2 885 782)
Créditos abatidos ao activo			(218 050)	(218 050)
Outras alterações	(60 073 123)	(4 638 060)	(177 876)	(64 889 059)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2021	686 246 713	87 102 930	915 063	774 264 706
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	-	-	92 579 748
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	170 344 757	16 649 582	-	186 994 339
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
Crédito a clientes (Nota 10)	202 795 392	35 248 416	915 063	238 958 872
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	7 370 149			7 370 149
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(8 757 205)			(8 757 205)
Outras alterações	(50 421 548)			(50 421 548)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	106 235 207	-		106 235 207
Outras alterações	(144 459 542)	(16 649 582)		(161 109 124)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	6 385 669			6 385 669
Outras alterações	(173 119)			(173 119)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	96 954 647			96 954 647
Outras alterações	(91 307 534)			(91 307 534)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	65 606 765	-		65 606 765
Outras alterações	(28 658 956)	(35 204 931)		(63 863 887)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(149 985)	2 976 495	2 826 510
Transferência para estágio 2	149 985		(54 778)	95 207
Transferência para estágio 3	(2 976 495)	54 778		(2 921 717)
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	109 703 049	777 461	696 365	111 176 875
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 141 979)	(529 267)	(14 119)	(2 685 365)
Créditos abatidos ao activo	-	-	(286 803)	(286 803)
Outras alterações	(34 546 994)	(8 143 106)	(532 146)	(43 222 246)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2022	715 208 812	27 258 298	3 700 077	746 167 186
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	40 771 144	-	-	40 771 144
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	6 394 206	-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	168 436 476	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	94 503 605	1	-	94 503 606
Crédito a clientes (Nota 10)	272 982 958	27 258 297	3 700 077	303 941 332

A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2020	(8 414 234)	(6 346 955)	(755 164)	(15 516 353)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(660)	-	-	(660)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(2 615)	(12 144)	-	(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(7 302 304)	(5 432 965)	-	(12 735 269)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)	(2 765 665)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(1 071)			(1 071)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(455)			(455)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(1 162)	(9 123)		(10 285)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	2 615	12 144		14 759
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(313 999)	-		(313 999)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	7 043 981	4 951 056		11 995 037
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(231 001)	(12 281)	(243 282)
Transferência para estágio 2	231 001		4 820	235 821
Transferência para estágio 3	12 281	(4 820)		7 461
Aumentos devido a alterações no risco de crédito		(916 388)	(554 520)	(1 470 908)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	1 323 715			1 323 715
Créditos abatidos ao activo			491 184	491 184
Alterações devido a modificaçõoes que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(1 781 909)	(747 093)	(89 103)	(2 618 105)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	-	237 688	-	237 688
Alterações nos modelos/parâmetros de risco				-
Taxa de câmbio e outros movimentos	17 195	175		17 370

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2021	(1 882 040)	(3 054 317)	(915 063)	(5 851 420)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(2 185)	-	-	(2 185)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(1 162)	(9 123)	-	(10 285)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(572 322)	(481 909)	-	(1 054 231)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 306 371)	(2 563 285)	(915 063)	(4 784 719)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(32)			(32)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	2 174			2 174
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(22)			(22)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	-	-		-
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	1 162	9 123		10 285
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financieros adquiridos ou originados	(903 925)	-	-	(903 925)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	321 522	481 906		803 428
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(48 329)	(2 464)	(50 793)
Transferência para estágio 2	48 329		(452 263)	(403 934)
Transferência para estágio 3	2 464	452 263		454 727
Aumentos devido a alterações no risco de crédito	(733 488)		(1 197 794)	(1 931 282)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	507 213	45 951	-	553 164
Créditos abatidos ao activo			504 864	504 864
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(748 622)	(80 223)	(697 745)	(1 526 590)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	382 098	34 718		416 816
Taxa de câmbio e outros movimentos	(4 162)	15 211		11 049

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2022	(3 088 491)	(2 152 820)	(2 760 465)	(7 921 776)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(66)	-	-	(66)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 154 725)	(3)	-	(1 154 728)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 852 538)	(2 143 694)	(2 760 465)	(6 756 697)

Nota 11 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2022
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	31 878 775	27 557	(33 514)	766 348	32 639 166
Obras em imóveis arrendados	1 665 386	253	(139 726)	-	1 525 913
	33 544 161	**27 810**	**(173 240)**	**766 348**	**34 165 079**
Equipamento					
Equipamento informático	5 504 151	205 395	(447 284)	502 780	5 765 042
Mobiliário e material	2 230 960	263 952	(36 782)	41 973	2 500 103
Máquinas e ferramentas	3 707 898	769 626	(24 819)	162 922	4 615 627
Material de transporte	1 154 373	117 107	(85 427)	-	1 186 053
Outros	391 137	1 370	-	(281 188)	111 319
	12 988 519	**1 357 450**	**(594 312)**	**426 487**	**14 178 144**
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	258 244	29 737	-	(255 922)	32 059
Equipamento	212 495	12 428	-	(208 371)	16 552
Outros	773 152	-	-	(728 542)	44 610
	1 243 891	**42 165**	**-**	**(1 192 835)**	**93 221**
Direito de Uso					
Imóveis	3 877 204	448 817	-	**-**	4 326 021
	3 877 204	**448 817**	**-**	**-**	**4 326 021**
	51 653 775	**1 876 242**	**(767 552)**	**-**	**52 762 465**
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(517 781)	(608 642)	-	-	(1 126 423)
Obras em imóveis arrendados	(1 090 060)	(117 166)	130 870	-	(1 076 356)
	(1 607 841)	**(725 808)**	**130 870**	**-**	**(2 202 779)**
Equipamento					
Equipamento informático	(2 264 208)	(1 161 889)	447 283	-	(2 978 814)
Mobiliário e material	(517 335)	(298 409)	35 051	-	(780 693)
Máquinas e ferramentas	(905 057)	(750 531)	23 903	-	(1 631 685)
Material de transporte	(581 651)	(227 748)	75 310	-	(734 089)
Outros	(1 976)	(472)	-	-	(2 448)
	(4 270 227)	**(2 439 049)**	**581 547**	**-**	**(6 127 729)**
Direito de Uso					
Imóveis	(2 575 954)	(706 034)	-	-	(3 281 988)
	(2 575 954)	**(706 034)**	**-**	**-**	**(3 281 988)**
	(8 454 022)	**(3 870 891)**	**712 417**	**-**	**(11 612 496)**
	43 199 753	**(1 994 649)**	**(55 135)**	**-**	**41 149 969**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	1 278 188	2 215 448	-	28 385 139	31 878 775
Obras em imóveis arrendados	1 507 529	134 953	(254 058)	276 962	1 665 386
	2 785 717	**2 350 401**	**(254 058)**	**28 662 101**	**33 544 161**
Equipamento					
Equipamento informático	1 807 726	645 621	(6 919)	3 057 723	5 504 151
Mobiliário e material	616 367	435 920	(340 073)	1 518 746	2 230 960
Máquinas e ferramentas	1 084 011	1 447 974	(17 364)	1 193 277	3 707 898
Material de transporte	671 272	150 769	(22 709)	355 041	1 154 373
Outros	1 054 494	16 025	56	(679 438)	391 137
	5 233 870	**2 696 309**	**(387 009)**	**5 445 349**	**12 988 519**
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	32 271 799	(16 851)	-	(31 996 704)	258 244
Equipamento	2 331 137	10 311	(15 413)	(2 113 540)	212 495
Outros	13 645	756 713	-	2 794	773 152
	34 616 581	**750 173**	**(15 413)**	**(34 107 450)**	**1 243 891**
Direito de Uso					
Imóveis	3 339 739	628 448	(90 983)	-	3 877 204
	3 339 739	**628 448**	**(90 983)**	**-**	**3 877 204**
	45 975 907	**6 425 331**	**(747 463)**	**-**	**51 653 775**
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(109 051)	(408 730)	-	-	(517 781)
Obras em imóveis arrendados	(1 283 847)	(56 007)	249 794	-	(1 090 060)
	(1 392 898)	**(464 737)**	**249 794**	**-**	**(1 607 841)**
Equipamento					
Equipamento informático	(1 473 667)	(797 444)	6 903	-	(2 264 208)
Mobiliário e material	(467 166)	(223 762)	173 593	-	(517 335)
Máquinas e ferramentas	(421 711)	(497 654)	14 308	-	(905 057)
Material de transporte	(387 924)	(216 433)	22 706	-	(581 651)
Outros	(1 512)	(408)	(56)	-	(1 976)
	(2 751 980)	**(1 735 701)**	**217 454**	**-**	**(4 270 227)**
Direito de Uso					
Imóveis	(1 918 874)	(657 080)		-	(2 575 954)
	(1 918 874)	**(657 080)**	**-**	**-**	**(2 575 954)**
	(6 063 752)				
		(2 857 518)	**467 248**	**-**	**(8 454 022)**
	39 912 155	**3 567 813**	**(280 215)**	**-**	**43 199 753**

Em 31 de Dezembro de 2022, 74% dos activos tangíveis são constituídos pela sede do Standard Bank de Angola, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2022 o imobilizado em curso inclui 82 052 milhares de kwanzas relacionados aos ATM's por serem instalados durante o ano de 2023.

Em 31 de Dezembro de 2022 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 744 433 milhares de kwanzas relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A e 513 804 milhares de kwanzas relacionados à aquisição de Geradores para as instalações.

Nota 12 – Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2022
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	9 349 856	2 142 808	-	1 436 360	12 929 024
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Imóveis	192 280	-	-	(192 280)	-
Activos intangíveis em curso	1 501 510	1 020 549	-	(1 244 080)	1 277 979
	11 123 729	**3 163 357**	**-**	**-**	**14 287 086**
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 448 981)	(2 378 013)	-	-	(4 826 994)
	(986 762)	**(2 378 013)**	**-**	**-**	**(4 826 994)**
	8 674 748	**785 344**	**-**	**-**	**9 460 092**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 702 466	2 491 604	(66 680)	5 222 466	9 349 856
Certificados escolares	120 945	-	(40 862)	-	80 083
Imóveis	-	192 280	-	-	192 280
Activos intangíveis em curso	5 548 855	1 175 121	-	(5 222 466)	1 501 510
	7 372 266	**3 859 005**	**(107 542)**	**-**	**11 123 729**
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(986 762)	(1 487 725)	25 506	-	(2 448 981)
	(986 762)	**(1 487 725)**	**25 506**	**-**	**(2 448 981)**
	6 385 504	**2 371 280**	**(82 036)**	**-**	**8 674 748**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2022 destaca-se a actualização do SB24 para os Clientes empresa tendo como principal objectivo melhorar a experiência dos nossos Clientes.

Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 a tributação dos seus rendimentos foi efectuada à taxa de 35%.

Entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2017, o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30%/ 50%[1]

[1] Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede dsto

Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º26/20, de 20 de Julho, lei que altera o Código do Imposto Industrial, a partir dessa data somente os custos incorridos com despesas confidenciais são sujeitos a tributação autónoma.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. O novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº292/18 de 3 de Dezembro, que revogou a

anterior Lei n.º149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

A 1 de Outubro de 2019, entrou em vigor o Código do Imposto de Valor Acrescentado, que no caso do sector bancário aplica-se uma taxa de 14%, estando sujeitas todas as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados e as locações financeiras, na componente de capital amortizado, estando isentas operações de intermediação financeira, com exceção das referidas anteriormente.

O saldo da rubrica Activos por impostos correntes e Activos por impostos diferidos correspondem às liquidações provisórias e retenções de imposto industrial sofridas em exercícios anteriores, bem como impostos diferidos constituídos sobre as provisões, imparidades de crédito com garantias cobertas e prejuízos fiscais, respectivamente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Activos por impostos correntes	1 512 463	892 277
Activos por impostos diferidos	8 777 497	5 588 505
Total	**10 289 960**	**6 480 782**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Passivos por impostos correntes	**1 734 317**	**17 518 310**
Imposto Aplicação de Capitais	1 498 203	1 628 255
Imposto Industrial a pagar	-	15 653 941
Contingência fiscal (IFRIC23)	236 114	236 114
Passivos por impostos diferidos	**9 723 558**	**524 756**
Outros Passivos (Nota 20)	**419 855**	**505 821**
IVA	419 855	505 821
Total	**11 877 730**	**18 548 887**

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais (236 114 milhares de kwanzas) relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC e Imposto Industrial), bem como o IAC sobre os rendimentos de títulos no valor de 1 498 203 milhares de kwanzas.

Na rubrica de passivos por impostos diferidos, encontra-se registado o montante de 8 336 503 milhares de kwanzas, relativo às variações cambiais potenciais favoráveis em conformidade com a Lei n.º26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial – e 1 387 055 milhares de kwanzas sobre as reservas de justo valor.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 podem ser analisados como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Activo		Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízos fiscais reportáveis	7 818 544	1 665 644	-	-
Variações cambiais favoráveis potenciais	-	3 220 221	8 336 503	-
Provisões de despesas aceites fiscalmente	541 695	222 112	-	-
Imparidades de crédito com colateral	417 258	480 528	-	-
Outros	-	-	1 387 055	524 756
Activo/(passivo) por imposto diferido	**8 777 497**	**5 588 505**	**9 723 558**	**524 756**

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	5 063 749	1 150 917
Reconhecido em resultados	(3 481 868)	5 588 505
Reconhecido em reservas de justo valor	(862 299)	(524 756)
Utilização	(1 665 643)	(1 150 917)
Saldo no final (Activo/(Passivo))	**(946 061)**	**5 063 749**

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 teve as seguintes origens:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022		31.12.2021	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	0,00	7 818 544	0,00	1 665 644
Variações cambiais favoráveis potenciais	0,00	(11 556 725)	0,00	3 220 221
Provisões de despesas aceites fiscalmente	0,00	319 583	0,00	222 112
Imparidades de crédito com colateral	0,00	(63 270)	0,00	480 528
Reservas do justo valor	(862 299)	-	(524 756)	0,00
Impostos Diferidos	**(862 299)**	**(3 481 868)**	**(524 756)**	**5 588 505**
Impostos Correntes	**0,00**	**(6 334 961)**	**0,00**	**(21 476 516)**
Imposto Industrial	0,00	749 500	0,00	(15 653 941)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	0,00	(7 084 461)	0,00	(5 822 575)
Total de imposto reconhecido	**(862 299)**	**(9 816 829)**	**(524 756)**	**(15 888 010)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022		31.12.2021	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**75 473 785**		**91 624 322**
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35,0%	26 415 825	35,0%	32 068 513
Proveitos sujeitos a IAC (dedutíveis em II)	-32,2%	(24 324 341)	-23,8%	(21 783 626)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	2,3%	1 709 967	6,0%	5 490 487
Constituição de Imposto diferido activo/passivo	15,0%	11 300 412	-6,1%	(5 588 505)
Imposto de Aplicação de Capitais	9,4%	7 084 461	6,4%	5 822 575
Outros	-16,4%	(12 369 494)	-0,1%	-121 434
Imposto do exercício	**13,0%**	**9 816 829**	**17,3%**	**15 888 010**

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º1 do artigo 9ºdo Decreto Legislativo Presidencial n.º2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.ºdo Código do Imposto Industrial (Lei n.º19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 18ºdo Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2017 a 2021), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Liquidações provisórias	1 491 410	871 224
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	**1 512 463**	**892 277**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.2).

Em 31 de Dezembro de 2022, na rubrica de impostos sobre os resultados no montante de 7 084 461 milhares de kwanzas diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira e do passivo contingente.

Em 31 de Dezembro de 2022, o banco encontra-se em situação de prejuízo fiscal de 22 338 696 milhares de kwanzas. Neste sentido, o banco não pagará imposto industrial e poderá deduzir o valor do prejuízo fiscal na matéria colectável dos 5 (cinco) exercícios posteriores de acordo com o n.º1 do artigo 48ºda Lei n.º26/20 de 20 de Julho que altera a Lei que aprova o Código do Imposto Industrial.

Nota 14 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	10 150 357	15 947 012
Outros activos	7 199 429	1 935 758
Outros devedores	1 594 650	979 253
Despesas com custo diferido	1 479 856	2 744 285
Proveitos a receber	1 107 890	689 867
Outras operações a regularizar	31 970	544 242
Investimento em filiais	5 000	-
	21 569 152	**22 840 417**
Perdas por imparidade	**(1 025 093)**	**(963 569)**
	20 544 059	**21 876 848**

Em 31 de Dezembro de 2022, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 10 159 549 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 19), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 2 140 795 milhares de kwanzas e 1 340 470 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Outros devedores inclui 230 765 milhares de kwanzas relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2021: 367 799 milhares de kwanzas) e 883 590 milhares de kwanzas referentes ao montante a receber dos dividendos pagos em excesso ao Standard Bank South Africa e 146 611 milhares de kwanzas refentes ao imposto sobre os juros da dívida subordinada por recuperar do Standard Bank South Africa.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2022, 602 985 milhares de kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2021: 897 673 milhares de kwanzas).

A rubrica Proveitos a receber inclui, a 31 de Dezembro de 2022, o montante de 134 024 milhares de kwanzas referentes à comissões de seguros e 870 281 mlhares de kwanzas referentes ao imposto de comissões interbancárias por recuperar.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Janeiro de 2023 e Janeiro de 2022, respectivamente.

Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2022, estava em constituição a Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM) e, consequentemente, foi feito o pagamento do equivalente a 5% do Capital Social da mesma.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2022
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	**963 569**	198 451	(123 950)	(12 945)	(32)	**1 025 093**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2021
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	**166 550**	798 356	(387)	**(951)**	-	**963 569**

Em 31 de Dezembro de 2022, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 190 900 milhares de kwanzas (2021: 180 900 milhares de kwanzas).

Nota 15 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	510 781	570 796
Outras operações pendentes de liquidação	41 878 770	25 519 494
Outros recursos	149 821	433 879
	42 539 372	**26 524 169**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

Nota 16 – Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	524 897 132	506 917 663
Depósitos a prazo	210 528 711	152 977 388
Depósitos recebidos como colateral	7 403 049	17 282 655
Outros depósitos	558 822	1 079 827
	743 387 714	**678 257 533**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

O escalonamento dos Recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Exigível à vista	**553 820 571**	**525 280 145**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	127 088 926	135 874 337
De 3 meses a um ano	62 478 217	17 103 051
	189 567 143	**152 977 388**
	743 387 714	**678 257 533**

Em 31 de Dezembro de 2022, os depósitos a prazo em Kwanza e USD são remunerados a uma taxa média de 10.93% e 2,09%, respectivamente (2021: 13.07% e 0.25%, respectivamente).

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Outras Movimentaçõ	31.12.2022
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	**3 068 345**	1 926 153	(1 836 532)	(89 136)	(2 832)	836 600	**3 902 598**
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	**219 404**	486 831	(461 292)	-	838	-	**245 781**
	3 287 749	**2 412 984**	**(2 297 824)**	**(89 136)**	**(1 994)**	**836 600**	**4 148 379**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2021
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	**2 293 681**	1 355 804	(545 011)	(188 511)	(431)	152 813	**3 068 345**
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	**502 662**	197 625	(479 256)	-	(1 627)	-	**219 404**
	2 796 343	**1 553 429**	**(1 024 267)**	**(188 511)**	**(2 058)**	**152 813**	**3 287 749**

Nota 17 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2022, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 1 418 680 milhares de kwanzas (2021: 1 187 656 milhares de kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº2/2000 e com os artigos 218ºe 262ºda Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos Colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2022, as Outras provisões para riscos e encargos incluiem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 521 938 milhares de kwanzas (2021: 381 053 milhares de kwanzas) e 320 050 milhares de kwanzas (2021: 318 858 milhares de kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 1 038 709 milhares de kwanzas (2021: 781 984 milhares de kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2022, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 245 781 milhares de kwanzas (2021: 219 404 milhares de kwanzas).

Nota 18 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de kwanzas)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	Maturidade
					31.12.2022	31.12.2021		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	**15 386 552**	**16 704 348**	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

Nota 19 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a pagar	30 956 376	12 400 828
Compra e venda de moedas estrangeiras	10 159 549	16 050 264
Saldos com entidades relacionadas	6 625 054	4 850 151
Cartas de crédito (Nota 10)	6 257 227	9 310 401
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	4 381 838	3 873 378
Custos administrativos e de comercialização a pagar	3 123 077	3 570 421
Locações	1 250 142	1 580 534
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	960 748	1 812 094
Fornecedores	475 318	584 280
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	419 855	505 821
Contribuição para a Segurança Social	310 973	115 820
Outros	103 121	1 344 696
Outras operações a regularizar	148	3 870
Outras comissões a diferir	-	(31 185)
	65 023 426	**55 971 373**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a Clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de *franchising* a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco.

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus Accionistas (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos Colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2022, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 10 159 549 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 19), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16 (2021: 15 947 011 milhares de kwanzas).

Nota 20 – Capital Social

ACÇÕES ORDINÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o capital social do Banco, no valor de 9 530 007 milhares de kwanzas, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes Accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			31.12.2022	31.12.2021
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	50,9996%	50,9996%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49,0000%	49,0000%
Outros accionistas	4	39	0,0004%	0,0004%
	1 000 000	**9 530 007**	**100%**	**100%**

De salientar que o Accionista maioritario é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao Accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Nota 21 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**(1 099 873)**	**9 530 007**	**62 889 933**	**1 209**	**72 421 149**
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	2 337 924	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	261 253	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(524 757)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	**2 074 420**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reservas	-	-	36 131 088	-	36 131 088
Distribuição de dividendos	-	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)
Outros movimentos	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**974 547**	**9 530 007**	**73 713 582**	**1 209**	**83 244 796**
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	2 782 845	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	(319 135)	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(862 299)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	**1 601 411**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reservas	-	-	75 736 312	-	75 736 312
Distribuição de dividendos	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**2 575 958**	**9 530 007**	**111 581 736**	**1 209**	**121 112 952**

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 37 868 156 milhares de kwanzas, dos quais 30 956 376 milhares encontram-se a aguardar liquidação (Nota 19) (2021: 12 400 828 milhares encontram-se a aguardar liquidação).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de kwanzas.

Nota 22 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	**400 706 743**	**296 571 880**
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	32 762 676	21 474 004
Cartas de crédito	8 224 263	5 437 928
Limites de crédito não utilizados	40 511 588	48 495 977
	81 498 527	**75 407 909**
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	**296 865 194**	**276 070 763**
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	306 548 464	241 224 972
Créditos abatidos (Nota 10)	3 694 029	3 519 676
	310 242 493	**244 744 648**

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 245 781 milhares de kwanzas e 219 404 milhares de kwanzas, respectivamente (Nota 17).

Nota 23 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	34 671 256	-	34 671 256	26 109 323	-	26 109 323
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	533 592	533 592	-	210 084	210 084
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 519 831	-	1 519 831	517 443	-	517 443
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendir	34 613 426	-	34 613 426	27 121 664	-	27 121 664
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 270 345	-	16 270 345	27 906 628	-	27 906 628
Outros juros e proveitos similares	17 646 961	-	17 646 961	7 776 983	-	7 776 983
	-			-		
	104 721 819	**533 592**	**105 255 411**	**89 432 041**	**210 084**	**89 642 125**
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	429 996	-	429 996	285 596	-	285 596
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	753 030	-	753 030
Juros de recursos de clientes	23 809 453	-	23 809 453	11 230 142	-	11 230 142
Juros de passivos subordinados	842 145	-	842 145	775 209	-	775 209
Juros de locações	220 290	-	220 290	208 731	-	208 731
	25 301 884	**-**	**25 301 884**	**13 252 708**	**-**	**13 252 708**
Margem Financeira	**79 419 935**	**533 592**	**79 953 527**	**76 179 333**	**210 084**	**76 389 417**

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 526 756 milhares de kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2021: 191 185 millhares de kwanzas).

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 519 831	-	1 519 831	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	533 605	(13)	533 592	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	34 613 426	-	34 613 426
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 270 345	-	16 270 345	-	-	-
Juros de crédito a clientes	34 697 402	(26 146)	34 671 256	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	17 646 961	-	17 646 961	-	-	-
	70 668 144	**(26 159)**	**70 641 985**	**34 613 426**	**-**	**34 613 426**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(23 809 453)	(23 809 453)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(429 996)	(429 996)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(842 145)	(842 145)	-	-	-
Juros de locações	-	(220 290)	(220 290)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
	-	**(25 301 884)**	**(25 301 884)**	**-**	**-**	**-**
Margem Financeira	**70 668 144**	**(25 328 043)**	**45 340 101**	**34 613 426**	**-**	**34 613 426**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.20					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	517 443	-	517 443	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	233 279	(23 195)	210 084	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	27 121 664	-	27 121 664
Juros de investimentos ao custo amortizado	27 906 628	-	27 906 628	-	-	-
Juros de crédito a clientes	26 109 323	-	26 109 323	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	7 776 983	-	7 776 983	-	-	-
	62 543 656	**(23 195)**	**62 520 461**	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	337 333	(11 567 475)	(11 230 142)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(285 596)	(285 596)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(775 209)	(775 209)	-	-	-
Juros de locações	-	(208 731)	(208 731)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(753 030)	(753 030)	-	-	-
	337 333	**(13 590 041)**	**(13 252 708)**	**-**	**-**	**-**
Margem Financeira	**62 880 989**	**(13 613 236)**	**49 267 753**	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 519 831	-	1 519 831	517 443	-	517 443
Juros de investimentos ao custo amortizado	16 270 345	-	16 270 345	27 906 628	-	27 906 628
Juros de crédito a clientes	34 697 401	(26 146)	34 671 255	26 109 323	-	26 109 323
Outros juros e proveitos similares	17 646 961	-	17 646 961	7 776 983	-	7 776 983
	70 134 538	**(26 146)**	**70 108 392**	**62 310 377**	**-**	**62 310 377**
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(23 809 453)	(23 809 453)	337 333	(11 567 475)	(11 230 142)
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(429 996)	(429 996)	-	(285 596)	(285 596)
Juros de passivos subordinados	-	(842 145)	(842 145)	-	(775 209)	(775 209)
Juros de locações	-	(220 290)	(220 290)	-	(208 731)	(208 731)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	(753 030)	(753 030)
	-	**(25 301 884)**	**(25 301 884)**	**337 333**	**(13 590 041)**	**(13 252 708)**
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	**70 134 538**	**(25 328 030)**	**44 806 508**	**62 647 710**	**(13 590 041)**	**49 057 669**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	34 613 426	-	34 613 426	27 121 664	-	27 121 664
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	**34 613 426**	**-**	**34 613 426**	**27 121 664**	**-**	**27 121 664**

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	533 606	(13)	533 593	233 280	(23 196)	210 084
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	**533 606**	**(13)**	**533 593**	**233 280**	**(23 196)**	**210 084**

Nota 24 – Rendimentos e encargos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	6 239 491	6 151 429
Por operações de crédito	2 980 425	3 220 084
Por compensação electrónica	2 421 464	1 904 254
Outros rendimentos	2 003 958	2 411 558
Por levantamentos	822 090	924 671
Por mediação	644 941	561 185
Por créditos documentários	578 214	818 995
Por manutenção de conta	568 791	465 739
Por garantias prestadas	434 922	299 383
Por consultoria financeira	411 883	706 124
Por outros serviços bancários prestados	119 824	665 698
Por transporte de valores recebidos	55 259	86 461
Por emissão de cheques	3 244	976
	17 284 506	**18 216 557**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	4 526 202	3 402 480
Por transporte de valores	1 272 083	874 198
	5 798 285	**4 276 678**
	11 486 221	**13 939 879**

Com referência a 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 1 222 244 milhares de Kwanzas referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº14/2020 de 04 de Agosto.

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	2 980 425	-	2 980 425	3 220 084	-	3 220 084
Por transporte de valores recebidos	55 259	-	55 259	86 461	-	86 461
Por mediação	644 941	-	644 941	561 185	-	561 185
Por consultoria financeira	84 396	-	84 396	233 750	-	233 750
Outros rendimentos	2 003 958	-	2 003 958	2 411 558	-	2 411 558
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(1 222 244)	(1 222 244)	-	(754 795)	(754 795)
	5 768 979	**(1 222 244)**	**4 546 735**	**6 513 038**	**(754 795)**	**5 758 243**
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	(14 653)	-	(14 653)	502 496	-	502 496
Por transferências	6 239 491	-	6 239 491	6 151 430	-	6 151 430
Por manutenção de conta	568 791	-	568 791	465 739	-	465 739
Por emissão de cheques	3 244	-	3 244	975	-	975
Por levantamentos	822 090	-	822 090	924 671	-	924 671
Por transporte de valores	-	(1 272 083)	(1 272 083)	-	(874 198)	(874 198)
Por compensação electrónica	2 421 464	-	2 421 464	1 904 254	-	1 904 254
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(3 303 958)	(3 303 958)	-	(2 647 685)	(2 647 685)
	10 040 427	**(4 576 041)**	**5 464 386**	**9 949 565**	**(3 521 883)**	**6 427 682**
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	578 214	-	578 214	818 995	-	818 995
Por garantias prestadas	434 922	-	434 922	299 383	-	299 383
Por outros serviços bancários prestados	134 477	-	134 477	163 202	-	163 202
Por consultoria financeira	327 487	-	327 487	472 374	-	472 374
	1 475 100	**-**	**1 475 100**	**1 753 954**	**-**	**1 753 954**
	17 284 506	**(5 798 285)**	**11 486 221**	**18 216 557**	**(4 276 678)**	**13 939 879**

Nota 25 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	663 695	(178 180)	485 515	46 333	(7 571)	38 762
Instrumentos Financeiros Derivados	23 415	(3 674)	19 741	70 691	(113 322)	(42 631)
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	(3 211)	(3 211)	-	(5 370)	(5 370)
	687 110	**(185 065)**	**502 045**	**117 024**	**(126 263)**	**(9 239)**

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	1 090 515	-	1 090 515	26 186	-	26 186
	1 090 515	**-**	**1 090 515**	**26 186**	**-**	**26 186**

Nota 27 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Resultados de operações de compra e venda de moeda	36 064 497	34 707 490
Resultados da reavaliação de activos e passivos	(119 714)	1 152 717
	35 944 783	**35 860 207**

Nota 28 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(2 509 624)	(2 723 317)
Quotizações e donativos	(337 354)	(624 920)
Perdas operacionais	(383 870)	(284 187)
Outros proveitos de exploração	(4 589)	(297 944)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	37 018	(92 862)
	(3 198 419)	**(4 023 230)**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 2 509 624 milhares de kwanzas e 2 712 887 milhares de kwanzas, respectivamente, de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 29 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Custos directos		
Salários e subsídios	19 986 908	15 821 657
Bónus de performance	3 452 816	2 877 140
Encargos sociais obrigatórios	1 383 465	1 057 273
Outros	547 046	579 836
	25 370 235	20 335 906
Custos indirectos	1 317 391	1 364 838
	26 687 626	**21 700 744**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos Colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1 468 751 milhares de kwanzas e 1 296 859 milhares de kwanzas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 679 e 652, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os Colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	31.12.2022	31.12.2021
Administradores executivos	3	3
Director	35	37
Coordenador	241	318
Técnico	389	284
Orgãos Sociais	0	0
Administrativo	11	10
	679	**652**

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração					
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total	Conselho Fiscal	Mesa da Assembleia Geral	Total
31 de Dezembro de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	920 819	209 801	1 130 620	18 655	-	1 149 275
Remunerações variáveis	40 932	35 474	76 406	9 848	1 069	87 323
Sub total	**961 751**	**245 275**	**1 207 026**	**28 503**	**1 069**	**1 236 598**
Benefícios e outros encargos sociais	132 231	-	132 231	-	-	132 231
Total	**1 093 982**	**245 275**	**1 339 257**	**28 503**	**1 069**	**1 368 829**
31 de Dezembro de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	943 984	101 023	1 045 007	16 174	-	1 061 181
Remunerações variáveis	56 063	13 610	69 673	8 979	3 351	82 003
Sub total	**1 000 047**	**114 633**	**1 114 680**	**25 153**	**3 351**	**1 143 184**
Benefícios e outros encargos sociais	151 656	-	151 656	-	-	151 656
Total	**1 151 703**	**114 633**	**1 266 336**	**25 153**	**3 351**	**1 294 840**

Nota 30 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Kwanzas)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	6 405 310	4 660 434
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	2 366 369	2 785 965
Segurança, Conservação e Reparação	988 999	971 409
Transporte, Deslocações e Alojamentos	480 327	89 579
Comunicações	859 018	874 642
Publicações, Publicidade e Propaganda	707 777	409 561
Outros Fornecimentos de Terceiros	2 187 690	1 162 607
Seguros	797 597	818 156
Materiais diversos	361 031	294 337
Água e Energia	108 766	134 741
	15 262 884	**12 201 431**

Nota 31 – Resultados por Acção

RESULTADOS POR ACÇÃO BÁSICOS

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado Líquido	65 656 956	75 736 312
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
	65 657	**75 736**

RESULTADOS POR ACÇÃO DILUÍDOS

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 32 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	31.12.2022			31.12.2021		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	18 601 552	-	-	78 874 108	-
Standard Bank Mauricias	-	304	-	-	331	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	3 626	-	-	4 302	-
Standard Bank Namibia	-	-	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	45 268 919	-	-	49 948 887	-
Crédito a clientes						
Crédito a habitação	66 668	-	-	11 221	-	-
Cartões de crédito	405	-	318	827	-	109
Crédito ao Investimento	-	435	-	-	-	-
Outros activos						
Standard Bank South Africa	-	2 867	-	-	39 701	-
Total	**67 073**	**63 877 703**	**318**	**12 048**	**128 867 329**	**109**
Passivo						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	1 268 235	-	-	1 273 017	-	-
AAA Seguros, SA	-	1	-	-	2	-
Outros	128 709	5 232 128	166 238	195 252	4 110 564	202 650
Passivos subordinados						
Standard Bank South Africa	-	14 356 351	-	-	16 599 711	-
Outros passivos						
Standard Bank South Africa	-	9 198 748	-	-	5 146 388	-
AAA Activos, Lda	30 956 078	-	-		-	
Standard Bank London	-	27 564	-	-	8 564 817	-
Outros	298	-	-	-	-	-
Total	**32 353 320**	**28 814 792**	**166 238**	**1 468 269**	**34 456 613**	**202 650**

RESULTADOS	31.12.2022			31.12.2021		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Standard Bank South Africa	-	675 845	-	-	88 130	-
Juros e encargos similares						
Standard Bank South Africa	-	(794 918)	-	-	(775 209)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
Standard Bank South Africa	-	-	-	-	-	-
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Resultados cambiais						
Standard Bank South Africa	-	(46)	-	-	55	-
Custos com o pessoal						
Standard Bank South Africa	-	(117 318)	-	-	(111 768)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
Standard Bank South Africa	-	(5 532 564)	-	-	(5 559 970)	-
Total	**-**	**(5 769 001)**	**-**	**-**	**(6 358 762)**	**-**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 33 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
31 de Dezembro de 2022						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	261 119 428	-	-	-	261 119 428	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40 771 077	-	-	-	40 771 077	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	132 120 422	-	-	-	132 120 422	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	6 204 479	189 727	6 394 206	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	168 436 476	-	168 436 476	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	93 348 877	-	-	-	93 348 877	93 347 393
Crédito a clientes	297 184 635	-	-	-	297 184 635	298 781 286
Activos financeiros	**824 544 439**	**-**	**174 640 955**	**189 727**	**999 375 121**	**1000 970 288**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	42 539 372	-	-	-	42 539 372	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	743 387 714	-	-	-	743 387 714	744 444 108
Passivos subordinados	15 386 552	-	-	-	15 386 552	15 386 552
Passivos financeiros	**801 313 638**	**-**	**-**	**-**	**801 313 638**	**802 370 032**

(Milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
30 de Junho de 2021						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	119 628 484	-	-	-	119 628 484	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 577 562	-	-	-	92 577 562	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	186 984 054	-	-	-	186 984 054	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	181 656	181 656	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	162 789 363	-	162 789 363	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	91 706 497	-	-	-	91 706 497	91 554 837
Crédito a clientes	234 174 153	-	-	-	234 174 153	234 824 158
Activos financeiros	**725 070 750**	**-**	**162 789 363**	**181 656**	**888 041 769**	**888 540 114**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	26 524 169	-	-	-	26 524 169	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	678 257 533	-	-	-	678 257 533	678 371 644
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-	-
Passivos subordinados	16 704 348	-	-	-	16 704 348	16 704 348
Passivos financeiros	**721 486 050**	**-**	**-**	**-**	**721 486 050**	**721 600 161**

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(Milhares de Kwanzas)

	31-12-2022				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	261 119 428	-	-	261 119 428
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	40 771 143	-	(66)	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 394 206		-	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	168 436 476		-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado	-	94 503 605	-	(1 154 728)	93 348 877
Crédito a clientes	-	303 941 332	-	(6 756 697)	297 184 635
Activos financeiros	**174 830 682**	**832 455 931**	**-**	**(7 911 492)**	**999 375 121**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	42 539 372	-	-	42 539 372
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	743 387 714	-	-	743 387 714
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	15 386 552	-	-	15 386 552
Passivos financeiros	**-**	**801 313 638**	**-**	**-**	**801 313 638**
Total	**174 830 682**	**31 142 293**	**-**	**(7 911 492)**	**198 061 483**

(Milhares de Kwanzas)

	31-12-2021				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	92 579 746	-	(2 184)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	186 994 339	-	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	181 656		-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 789 363		-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	-	92 760 727	-	(1 054 230)	91 706 497
Crédito a clientes	-	238 958 872	-	(4 784 719)	234 174 153
Activos financeiros	**162 971 019**	**730 922 168**	**-**	**(5 851 418)**	**888 041 769**
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	26 524 169	-	-	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	678 257 533	-	-	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	16 704 348	-	-	16 704 348
Passivos financeiros	**-**	**721 486 050**	**-**	**-**	**721 486 050**
Total	**162 971 019**	**9 436 118**	**-**	**(5 851 418)**	**166 555 719**

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.
- Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:
- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 o activo financeiro ao justo valor classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 diz respeito à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado: O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes: O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito: O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos

são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos: O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos: O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 34 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Orgãos de Gestão do Banco:

- Particulares;
- Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(Milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2022 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	14 925 913	60 934 502	191 619 173	267 479 588
Descobertos	3 664	9 546 632	10 153 804	19 704 100
Leasing	698 824	536 837	-	1 235 661
Cartas de crédito	-	88 580	6 150 795	6 239 375
Cartões de crédito	706 484	-	-	706 484
Habitação	1 819 427	-	-	1 819 427
Total de activos afectos	18 154 312	71 106 551	207 923 772	297 184 635
Activos não afectos				783 634 566
Total de Activo				**1080 819 201**
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	89 374 675	95 977 933	558 035 106	743 387 714
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Total de passivos afectos	89 374 675	95 977 933	558 035 106	743 387 714
Passivos não afectos				138 555 614
Total do Passivo				**881 943 328**

(Milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2021 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	11 513 819	33 807 002	159 679 953	205 000 774
Descobertos	12 115	8 620 854	8 773 552	17 406 522
Leasing	764 276	308 799	-	1 073 075
Cartas de crédito	-	-	8 678 074	8 678 074
Cartões de crédito	571 047	-	-	571 047
Habitação	1 444 661	-	-	1 444 661
Total de activos afectos	14 305 918	42 736 656	177 131 579	234 174 153
Activos não afectos				734 099 747
Total de Activo				**968 273 900**
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Total de passivos afectos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Passivos não afectos				120 530 705
Total do Passivo				**798 788 238**

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2022 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	8 928 223	14 122 048	82 205 140	105 255 411
Juros e encargos similares	(1 489 501)	(1 106 128)	(22 706 255)	(25 301 884)
Margem financeira	**7 438 722**	**13 015 920**	**59 498 885**	**79 953 527**
Rendimentos de serviços e comissões	7 718 224	5 076 651	4 489 631	17 284 506
Encargos com serviços e comissões	(1 849 646)	(1 417 356)	(2 531 283)	(5 798 285)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	502 045	502 045
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	-	-	1 090 515	1 090 515
Resultados cambiais	9 304 911	9 418 418	17 221 454	35 944 783
Outros resultados de exploração	(638 613)	(489 237)	(2 070 569)	(3 198 419)
Produto da actividade bancária	**21 973 598**	**25 604 396**	**78 200 678**	**125 778 672**
Custos com pessoal	(9 535 847)	(8 135 661)	(9 016 118)	(26 687 626)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(4 303 853)	(4 040 627)	(6 918 404)	(15 262 884)
Depreciações e amortizações do exercício	(2 447 270)	(1 972 101)	(1 829 531)	(6 248 902)
Provisões líquidas de anulações	(116 389)	(99 310)	100 539	(115 160)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(447 698)	(502 116)	(1 153 978)	(2 103 792)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(42 414)	2 714	153 177	113 477
Resultado antes de impostos	**5 080 127**	**10 857 295**	**59 536 363**	**75 473 785**
Impostos sobre os resultados	(756 338)	(942 163)	(8 118 328)	(9 816 829)
Resultado líquido	**4 323 789**	**9 915 132**	**51 418 035**	**65 656 956**

(Milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2021 Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	3 713 093	5 116 388	80 812 644	89 642 125
Juros e encargos similares	(1 440 970)	(891 026)	(10 920 712)	(13 252 708)
Margem financeira	**2 272 123**	**4 225 362**	**69 891 932**	**76 389 417**
Rendimentos de serviços e comissões	7 266 312	5 042 622	5 907 623	18 216 557
Encargos com serviços e comissões	(909 135)	(1 337 616)	(2 029 927)	(4 276 678)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(9 239)	(9 239)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	26 186	26 186
Resultados cambiais	8 544 260	8 691 777	18 624 170	35 860 207
Outros resultados de exploração	(473 159)	(384 071)	(3 166 000)	(4 023 230)
Produto da actividade bancária	**16 700 401**	**16 238 074**	**89 244 745**	**122 183 220**
Custos com pessoal	(6 942 207)	(5 137 495)	(9 621 042)	(21 700 744)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(3 287 466)	(2 327 292)	(7 426 693)	(13 041 451)
Depreciações e amortizações do exercício	(1 452 175)	(1 173 683)	(1 719 390)	(4 345 248)
Provisões líquidas de anulações	(22 595)	(19 028)	(487 539)	(529 162)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(560 952)	(156 766)	(1 573 298)	(2 291 016)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(7 820)	(3 600)	11 360 143	11 348 723
Resultado antes de impostos	**4 427 186**	**7 420 210**	**79 776 926**	**91 624 322**
Impostos sobre os resultados	-	-	(15 888 010)	(15 888 010)
Resultado líquido	**4 427 186**	**7 420 210**	**63 888 916**	**75 736 312**

Nota 35 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A Gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de Gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito: O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado: O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez: O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional: Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank de Angola encara a Gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de Gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A Gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de Gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a Gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da Gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de Gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a Gestão do Risco é também uma forma de optimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos Accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de Gestão do Risco obedece ao princípio das "Três Linhas de Defesa", tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na Gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela Gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

   O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

   As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a Gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

   As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

   Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de Relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de Clientes Particulares e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	261 119 428	-	261 119 428
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	40 771 143	(66)	40 771 077
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	132 120 422	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	6 394 206	-	6 394 206
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	168 436 476	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	94 503 605	(1 154 728)	93 348 877
Crédito a clientes (Nota 10)	303 941 332	(6 756 697)	297 184 635
	1 007 286 612	**(7 911 491)**	**999 375 121**
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 22)	32 762 676	(94 107)	32 668 569
Cartas de crédito (Nota 22)	8 224 263	(7 217)	8 217 046
Limites não utilizados (Nota 22)	40 511 588	(144 455)	40 367 133
	81 498 527	**(245 780)**	**81 252 747**
Total	**1 088 785 139**	**(8 157 271)**	**1 080 627 868**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	119 628 484	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	(2 186)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	186 994 339	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	92 760 728	(1 054 231)	91 706 497
Crédito a clientes (Nota 10)	238 958 872	(4 784 719)	234 174 153
	893 893 190	**(5 851 421)**	**888 041 769**
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	21 474 004	(31 780)	21 442 224
Cartas de crédito (Nota 23)	5 437 928	(1 816)	5 436 112
Limites não utilizados (Nota 23)	48 495 977	(185 809)	48 310 168
	75 407 909	**(219 404)**	**75 188 505**
Total	**969 301 099**	**(6 070 825)**	**963 230 274**

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2022		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	541 154 693	(1 934 753)	539 219 940
	Rating interno	AAA a AA-	16 869 416	(4 090)	16 865 326
		A+ a A-	22 348 243	(66)	22 348 177
		BBB+ a BBB-	17 814 134	(40 034)	17 774 100
		BB+ a BB-	106 750 300	(5 360)	106 744 940
		B+ a B-	203 082 007	(1 444 638)	201 637 369
		< B-	4 700 201	(88 467)	4 611 734
		Caa-C	2 550 542	(1 610 930)	939 612
		Baixo	87 047 997	(216 428)	86 831 569
		Médio	3 827 490	(1 417 190)	2 410 300
		Elevado	1 141 589	(1 149 535)	(7 946)
Total			**1 007 286 612**	**(7 911 491)**	**999 375 121**

(Milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	31.12.2021		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	208 871 584	(1 053 509)	207 818 075
	Rating interno	AAA a AA-	20 527 510	(8 146)	20 519 364
		A+ a A-	19 550 136	(2 314)	19 547 822
		BBB+ a BBB-	343 507 869	(32 412)	343 475 457
		BB+ a BB-	147 093 038	(268 541)	146 824 497
		B+ a B-	92 696 593	(2 018 825)	90 677 768
		< B-	2 598 795	(462 584)	2 136 211
		Baixo	56 084 706	(166 670)	55 918 036
		Médio	2 061 668	(923 357)	1 138 311
		Elevado	901 291	(915 063)	(13 772)
Total			**893 893 190**	**(5 851 421)**	**888 041 769**

As tabelas abaixo apresentam com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

(Milhares de Kwanzas)

		31.12.2022			
Classe de activo financeiro	**Rating**	**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	*B+ a B-*	261 119 428	-	-	261 119 428
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	*AAA a AA-*	1 788	-	-	1 788
	A+ a A-	22 158 515	-	-	22 158 515
	BBB+ a BBB-	304	-	-	304
	BB+ a BB-	18 610 535			18 610 535
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	*B+ a B-*	132 120 422	-	-	132 120 422
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	*A+ a A-*	189 728			189 728
	B+ a B-	6 204 479	-	-	6 204 479
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	*B+ a B-*	168 436 476	-	-	168 436 476
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	*B+ a B-*	94 503 605	-	-	94 503 605
Crédito a clientes (Nota 10)	*AAA a AA-*	10 837 727	6 029 901	-	16 867 628
	A+ a A-	-	-	-	-
	BBB+ a BBB-	17 813 830	-	-	17 813 830
	BB+ a BB-	85 605 675	2 534 090	-	88 139 765
	B+ a B-	71 677 735	10 174 556	-	81 852 291
	< B-	-	4 700 201	-	4 700 201
	Caa-C	-	-	2 550 542	2 550 542
	Baixo	87 047 997	-	-	87 047 997
	Médio	-	3 827 490	-	3 827 490
	Elevado	-	-	1 141 589	1 141 589
Total do Valor Contabilístico Bruto		**976 328 243**	**27 266 238**	**3 692 131**	**1007 286 612**
Provisão para perdas		(3 007 332)	(2 143 694)	(2 760 465)	**(7 911 491)**
Valor Contabilístico Líquido		**973 320 911**	**25 122 544**	**931 666**	**999 375 121**

(Milhares de Kwanzas)

		31.12.2021			
Classe de activo financeiro	**Rating**	**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	*BBB+ a BBB-*	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	*AAA a AA-*	49 029	-	-	49 029
	A+ a A-	13 741 281	-	-	13 741 281
	BBB+ a BBB-	66 084 928	-	-	66 084 928
	BB+ a BB-	12 704 510			12 704 510
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	*BB+ a BB-*	49 948 887	-	-	49 948 887
	BBB+ a BBB-	120 395 870	16 649 583	-	137 045 453
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	*BB+ a BB-*	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	*B+ a B-*	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	*B+ a B-*	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
Crédito a clientes (Nota 10)	*AAA a AA-*	11 393 052	9 085 428	-	20 478 480
	A+ a A-	5 808 855	-	-	5 808 855
	BBB+ a BBB-	20 749 004	-	-	20 749 004
	BB+ a BB-	82 597 042	1 660 944	-	84 257 986
	B+ a B-	26 162 733	19 855 354	-	46 018 087
	< B-	-	2 598 795	-	2 598 795
	Caa-C	-	-	-	-
	Baixo	56 084 706	-	-	56 084 706
	Médio	-	2 047 896	-	2 061 668
	Elevado	-	-	915 063	901 291
Total do Valor Contabilístico Bruto		**805 875 196**	**87 102 931**	**915 063**	**893 893 190**
Provisão para perdas		(1 882 041)	(3 054 317)	(915 063)	**(5 851 421)**
Valor Contabilístico Líquido		**803 993 155**	**84 048 615**	**-**	**888 041 769**

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, encontra-se apresentada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	622 438 121	-	-	622 438 121	57%	1 154 794	0%
Actividade Financeira	134 317 787	-	10 790 219	145 108 006	13%	780 255	-1%
Comércio por grosso e a retalho	67 404 643	-	15 183 139	82 587 782	8%	525 681	-1%
Educação	32 111 461	609 828	4 077 419	36 798 708	3%	2 856 334	-8%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	22 756 825	-	11 110 728	33 867 553	3%	97 389	0%
Construção	763 309	-	14 792 178	15 555 487	1%	73 893	0%
Indústria transformadora	50 262 306	14 841	3 051 980	53 329 127	5%	823 730	-2%
Indústrias extractivas	-	-	74 361	74 361	0%	7 276	-10%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	38 087 439	-	17 499 793	55 587 232	5%	252 211	0%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	8 954 545	-	2 702 955	11 657 500	1%	33 103	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	9 921 856	-	271 633	10 193 489	1%	63 269	-1%
Particulares							
Consumo	16 504 543	490 161	1 944 122	18 938 826	2%	1 358 641	-7%
Habitação	1 908 757	-	-	1 908 757	0%	89 330	-5%
Outros fins	736 197	3 993	-	740 190	0%	41 365	-6%
Total	**1 006 167 789**	**1 118 823**	**81 498 527**	**1 088 785 139**	**100%**	**8 157 271**	**-1%**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	654 934 318	-	-	654 934 318	68%	1 066 702	0%
Actividade Financeira	-	-	12 926 809	12 926 809	1%	5 400	0%
Comércio por grosso e a retalho	61 188 743	5	10 122 257	71 311 005	7%	1 411 421	-2%
Educação	-	389 871	120 912	510 783	0%	397 196	-78%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	49 337 983	5	3 846 113	53 184 100	5%	1 184 249	-2%
Alojamento e restauração	-	31	-	31	0%	31	-100%
Construção	1 466 472	3	7 065 969	8 532 443	1%	29 942	0%
Indústria transformadora	44 298 355	-	28 768 993	73 067 348	8%	338 365	0%
Indústrias extractivas	7 615 990	-	3 181 799	10 797 789	1%	78 753	-1%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	36 591 369	-	4 348 742	40 940 111	4%	292 322	-1%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	15 887 322	2	1 515 333	17 402 658	2%	13 498	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3 141 303	-	623 810	3 765 113	0%	26 209	-1%
Saúde e Acção Social	3 511 714	-	500 392	4 012 106	0%	2 816	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	400 000	400 000	0%	135	0%
Particulares							
Consumo	12 757 443	387 686	1 986 780	15 131 909	2%	1 047 937	-7%
Habitação	1 573 688	-	-	1 573 688	0%	129 026	-8%
Outros fins	797 234	13 653	-	810 887	0%	46 823	-6%
Total	**893 101 935**	**791 255**	**75 407 909**	**969 301 099**	**100%**	**6 070 825**	**-1%**

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (*rating*). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é apresentada como segue:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(694 624)	(347 312)	(173 656)	173 656	347 312	694 624
Euros	1 278 252	639 126	319 563	(319 563)	(639 126)	(1 278 252)
Outras moedas	160 650	80 325	40 163	(40 163)	(80 325)	(160 650)
Total	**744 279**	**372 140**	**186 070**	**(186 070)**	**(372 140)**	**(744 279)**

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2021					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	636 744	318 372	159 186	(159 186)	(318 372)	(636 744)
Euros	1 540 845	770 423	385 211	(385 211)	(770 423)	(1 540 845)
Outras moedas	35 780	17 890	8 945	(8 945)	(17 890)	(35 780)
Total	**2 213 369**	**1 106 684**	**553 342**	**(553 342)**	**(1 106 684)**	**(2 213 369)**

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rúbricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro 2022 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

Moeda Nacional:

(Milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	5 384 442	27 903 429			(22 518 987)	0%	(18 015)
1 - 3 meses	216 251 007	16 609 718			199 641 289	0%	638 852
3 - 6 meses	38 875 955	15 786 993			23 088 962	1%	166 241
6 - 12 meses	37 683 316	18 409 918			19 273 398	1%	275 610
1 - 2 anos	89 931 879	-			89 931 879	3%	2 491 113
2 - 3 anos	1 440 418	-			1 440 418	4%	64 675
3 - 4 anos	44 423 568	-			44 423 568	6%	2 727 607
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	9 338 748	-			9 338 748	10%	947 883
7 - 10 anos	21 262 621	-			21 262 621	13%	2 819 423
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**10 113 389**
	298 194 720	78 710 059			385 881 896		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**10 113 389**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**194 399 338**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**5,20%**

(Milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	45 711 030	59 046 456			(13 335 426)	0%	(10 668)
1 - 3 meses	128 699 554	64 741 427			63 958 127	0%	236 666
3 - 6 meses	34 549 937	12 466 523			22 083 414	1%	159 001
6 - 12 meses	63 455 108	1 216 408			62 238 700	1%	890 013
1 - 2 anos	71 478 721	-			71 478 721	3%	1 979 961
2 - 3 anos	29 604 053	-			29 604 053	4%	1 329 222
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**4 584 195**
	282 415 629	137 470 814			246 027 589		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**4 584 195**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**189 364 224**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**2,42%**

Moeda Estrangeira (USD):

(Milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Liquida						
Moeda Estrangeira (USD)						
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	-	66 473			(66 473)	0%	(53)
1 - 3 meses	30 726 135	15 923 614			14 802 521	0%	47 368
3 - 6 meses	-	1 076 448			(1 076 448)	1%	(7 750)
6 - 12 meses	43 776 058	1 015 757			42 760 301	1%	611 472
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	2 866 113	-			2 866 113	4%	128 688
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**779 725**
	77 368 306	18 082 292			59 286 014		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**779 725**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**194 399 338**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**0,40%**

(Milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margen de Juros							
			Moeda Estrangeira (USD)				
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	83 852 204	19 494 318			64 357 885	0%	51 486
1 - 3 meses	-	17 153 498			(17 153 498)	0%	(54 891)
3 - 6 meses	-	2 636 545			(2 636 545)	1%	(18 983)
6 - 12 meses	35 204 932	783 575			34 421 357	1%	492 225
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	**469 837**
	119 057 136	40 067 936			78 989 199		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensiveis à taxa de juros :	**469 837**
						Fundos Próprios Regulamentares :	**189 364 224**
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	**0,25%**

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2022	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	318 299 379	46 412 841	83 229 118	52 711 276	109 280 043	88 681 309	55 675 313	326 529 922	1 080 819 201
Passivos e Fundos Próprios									
	113 269 092	116 390 517	86 545 225	6 819 413	-	-	257 616	757 537 338	1 080 819 201
Exposição líquida	**205 030 287**	**(69 977 676)**	**(3 316 107)**	**45 891 863**	**109 280 043**	**88 681 309**	**55 417 697**	**(431 007 416)**	**-**

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos									
	651 001 195	25 113 894	43 735 599	25 062 726	11 984 191	-	-	211 376 294	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios									
	319 601 094	35 751 252	7 747 499	4 971	28 472	-	-	605 140 612	968 273 900
Exposição líquida	**331 400 100**	**(10 637 358)**	**35 988 101**	**25 057 755**	**11 955 719**	**-**	**-**	**(393 764 317)**	**-**

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(Milhares de Kwanzas)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	265 679 394	34 671 256	13,05%	178 361 539	26 109 323	14,64%
Disponibilidades	257 048 276	675 845	0,26%	250 901 058	88 130	0,04%
Carteira de Títulos	261 428 538	52 234 413	19,98%	226 023 912	55 280 044	24,46%
Aplicações interbancárias	159 552 238	17 673 897	11,08%	113 605 531	8 164 628	7,19%
Total Aplicações	**943 708 446**	**105 255 411**		**768 892 040**	**89 642 125**	
Recursos						
Depósitos de clientes	710 822 624	23 719 455	3,34%	602 278 957	11 219 681	1,86%
Outros recursos	16 045 450	1 582 429	9,86%	19 444 594	2 033 027	10,46%
Total Recursos	**726 868 074**	**25 301 884**		**621 723 551**	**13 252 708**	
Margem Financeira		**79 953 527**			**76 389 417**	

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, por moeda, é analisado como segue:

	31.12.2022					31.12.2021				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	120 331 727	139 849 326	849 013	89 362	261 119 428	40 748 618	78 396 421	405 551	77 894	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	23 218 076	14 390 134	3 162 867	40 771 077	72 373	66 398 165	22 137 626	3 969 398	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	86 851 502	44 067 766	-	1 201 154	132 120 422	120 395 870	66 588 184	-	-	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 380 717	13 489	-	-	6 394 206	181 656	-	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	168 436 476	-	-	-	168 436 476	162 789 363	-	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	90 524 787	2 824 090	-	-	93 348 877	56 983 473	34 723 024	-	-	91 706 497
Crédito a clientes	260 602 246	32 563 734	4 018 655	-	297 184 635	208 421 022	17 129 222	8 605 576	18 333	234 174 153
Outros activos tangíveis	41 149 969	-	-	-	41 149 969	43 199 753	-	-	-	43 199 753
Activos intangíveis	9 460 092	-	-	-	9 460 092	8 674 748	-	-	-	8 674 748
Activos por impostos correntes	1 512 463	-	-	-	1 512 463	892 277	-	-	-	892 277
Activos por impostos diferidos	8 777 497	-	-	-	8 777 497	5 588 505	-	-	-	5 588 505
Outros activos	9 409 261	9 272 651	1 503 139	359 008	20 544 059	21 501 812	2 899 181	(2 550 699)	26 554	21 876 848
Total de activo	**803 436 737**	**251 809 132**	**20 760 941**	**4 812 391**	**1 080 819 201**	**669 449 470**	**266 134 197**	**28 598 054**	**4 092 179**	**968 273 900**

	31.12.2022					31.12.2021				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(42 539 072)	-	-	(300)	(42 539 372)	(1 262 083)	(21 196 604)	(4 048 717)	(16 765)	(26 524 169)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(499 988 859)	(222 357 605)	(20 596 810)	(444 440)	(743 387 714)	(433 808 094)	(221 967 501)	(21 834 851)	(647 087)	(678 257 533)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(10)	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-
Provisões	(4 088 490)	(52 783)	(7 106)	-	(4 148 379)	(3 273 212)	(13 125)	(1 408)	(4)	(3 287 749)
Passivos por impostos correntes	(1 700 760)	(33 557)	-	-	(1 734 317)	(17 474 432)	(43 878)	-	-	(17 518 310)
Passivos por impostos diferidos	(9 723 558)	-	-	-	(9 723 558)	(524 756)	-	-	-	(524 756)
Passivos subordinados	-	(15 386 552)	-	-	(15 386 552)	-	(16 704 348)	-	-	(16 704 348)
Outros passivos	(42 798 720)	(10 505 517)	(6 548 287)	(5 170 902)	(65 023 426)	(32 554 387)	(9 392 460)	(10 417 303)	(3 607 223)	(55 971 373)
Total do passivo	**(600 839 469)**	**(248 336 014)**	**(27 152 203)**	**(5 615 642)**	**(881 943 328)**	**(488 896 964)**	**(269 317 916)**	**(36 302 279)**	**(4 271 079)**	**(798 788 238)**
Activo/(Passivo) líquido	**202 597 268**	**3 473 118**	**(6 391 262)**	**(803 251)**	**198 875 873**	**180 552 506**	**(3 183 719)**	**(7 704 225)**	**(178 900)**	**169 485 662**

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo Nº14/2021 publicado em 27 de Setembro de 2021. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o passivo denominado nesta moeda exceder 5% do total do passivo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter os rácios de liquidez e de observação em todas as moedas e em moeda nacional não inferiores a 110% e, rácio de liquidez e observação em moeda estrangeira significativa não inferiores a 160%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente àquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 31 de Dezembro 2022 ao Banco Nacional de Angola como segue:

Todas as moedas

Dezembro 2022

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**301 677 235**	
Valores em tesouraria	13 243 259	
Disponibilidades em bancos centrais	247 859 680	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	5 125 784	
Disponibilidades em instituições financeiras	35 448 512	
Total saída de fluxo de caixa	**211 791 134**	**47 947 907**
Depósitos à ordem	184 424 735	-
Depósitos a prazo	13 046 926	46 477 214
Outros depósitos	6 897 567	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	778 254	1 470 693
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	6 643 652	-
Total entrada de fluxo de caixa	**44 193 332**	**46 326 700**
Créditos	4 491 442	9 736 439
Títulos e valores mobiliários	-	20 328 702
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	39 701 890	16 261 559
Desfasamento	**134 079 433**	**132 458 226**
Desfasamento acumulado	**134 079 433**	**132 458 226**
Rácio de liquidez	**180%**	
Rácios de observação		**376%**

Moeda Nacional

Dezembro 2022

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**125 457 511**	
Valores em tesouraria	9 527 929	
Disponibilidades em bancos centrais	110 803 798	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	5 125 784	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Total saída de fluxo de caixa	**132 956 954**	**37 103 569**
Depósitos à ordem	113 771 475	-
Depósitos a prazo	6 053 819	35 670 634
Outros depósitos	5 709 754	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	778 254	1 432 935
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bar	6 643 652	-
Total entrada de fluxo de caixa	**44 193 332**	**45 371 043**
Créditos	4 491 442	8 780 782
Títulos e valores mobiliários	-	20 328 702
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	39 701 890	16 261 559
Desfasamento	**36 693 889**	**44 961 362**
Desfasamento acumulado	**36 693 889**	**44 961 362**
Rácio de liquidez	**141%**	
Rácios de observação		**221%**

Moeda Estrangeira (USD)

Dezembro 2022

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**157 741 391**	
Valores em tesouraria	2 785 801	
Disponibilidades em bancos centrais	137 055 882	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	17 899 708	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	**70 879 331**	**10 835 596**
Depósitos à ordem	62 772 769	-
Depósitos a prazo	6 993 107	10 806 580
Outros depósitos	1 113 455	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	29 016
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras ban	-	
Total entrada de fluxo de caixa	-	**955 657**
Créditos	-	955 657
Títulos e valores mobiliários	-	-
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	**86 862 060**	**76 982 122**
Desfasamento acumulado	**86 862 060**	**76 982 122**
Rácio de liquidez	**223%**	
Rácios de observação		**810%**

Moeda Nacional

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**150 819 600**	
Valores em tesouraria	9 305 158	
Disponibilidades em bancos centrais	32 404 511	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	4 240 931	
Total saída de fluxo de caixa	**135 180 131**	**24 040 485**
Depósitos à ordem	99 707 161	-
Depósitos a prazo	19 826 267	22 672 657
Outros depósitos	15 259 490	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 367 828
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	**19 295 806**	**96 686 974**
Créditos	4 933 537	10 622 340
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634
Desfasamento	**34 935 274**	**107 581 763**
Desfasamento acumulado	**34 935 274**	**107 581 763**
Rácio de liquidez	**130%**	
Rácios de observação		**548%**

Moeda Estrangeira (USD)

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**144 622 873**	
Valores em tesouraria	3 551 729	
Disponibilidades em bancos centrais	74 836 368	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	66 234 776	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	**73 356 055**	**121 946**
Depósitos à ordem	63 620 147	-
Depósitos a prazo	7 635 971	44 915
Outros depósitos	2 099 936	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	77 031
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras banc	-	
Total entrada de fluxo de caixa	**156 941**	**466 410**
Créditos	156 941	466 410
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	**71 423 759**	**71 768 222**
Desfasamento acumulado	**71 423 759**	**71 768 222**
Rácio de liquidez	**198%**	
Rácios de observação		**58952%**

Todas as moedas

Dezembro 2021

Rácio de Liquidez e Observação (BNA)		
	31 Days	***1-3 months***
Total activos líquidos	**322 194 108**	
Valores em tesouraria	13 335 802	
Disponibilidades em bancos centrais	107 241 000	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	92 507 375	
Títulos e valores mobiliários	4 240 931	
Total saída de fluxo de caixa	**217 094 520**	**24 162 432**
Depósitos à ordem	171 793 783	-
Depósitos a prazo	27 462 238	22 717 572
Outros depósitos	17 451 285	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 444 860
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	**19 295 807**	**97 153 384**
Créditos	4 933 537	11 088 750
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634
Desfasamento	**124 395 395**	**197 386 347**
Desfasamento acumulado	**124 395 395**	**197 386 347**
Rácio de liquidez	**163%**	
Rácios de observação		**917%**

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 40 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (100%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos Relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O Relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2022	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	214 009 709	61 032 852	18 318 634	24 246 894	704 393 717	58 817 395	1 080 819 201
Passivos e Fundos Próprios							
	539 296 252	104 316 940	66 512 677	59 826 038	94 565 273	216 302 021	1 080 819 201
Gap de liquidez	**(325 286 543)**	**(43 284 088)**	**(48 194 043)**	**(35 579 144)**	**609 828 444**	**(157 484 626)**	
Gap acumulado de liquidez	(325 286 543)	(368 570 631)	(416 764 674)	(452 343 818)	157 484 626		

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	174 798 771	104 693 688	52 672 563	79 228 292	480 472 578	76 408 008	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios							
	556 940 514	53 118 824	3 465 669	132 333 855	31 922 712	190 492 326	968 273 900
Gap de liquidez	**(382 141 743)**	**51 574 864**	**49 206 894**	**(53 105 564)**	**448 549 866**	**(114 084 318)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	(382 141 743)	(330 566 879)	(281 359 985)	(334 465 548)	114 084 318	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 31 de Dezembro 2022 e 31 de Dezembro de 2021 apresentavam a seguinte estrutura:

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2022						
	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	399 512 865	97 387 684	45 949 374	30 466 234	448 685 649	58 817 395	**1 080 819 201**
Passivos e Fundos Próprios							
	27 019 579	173 747 596	98 636 239	87 272 075	477 841 691	216 302 021	**1 080 819 201**
Gap de liquidez	**372 493 286**	**(76 359 912)**	**(52 686 865)**	**(56 805 841)**	**(29 156 042)**	**(157 484 626)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**372 493 286**	**296 133 374**	**243 446 509**	**186 640 668**	**157 484 626**	**-**	**-**

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021						
	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos							
	262 700 192	131 094 863	61 391 146	123 093 815	320 342 084	69 651 800	**968 273 900**
Passivos e Fundos Próprios							
	47 499 481	122 823 262	39 753 204	160 041 714	390 410 379	207 745 860	**968 273 900**
Gap de liquidez	**215 200 711**	**8 271 602**	**21 637 941**	**(36 947 898)**	**(70 068 295)**	**(138 094 060)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**215 200 711**	**223 472 312**	**245 110 254**	**208 162 356**	**138 094 060**	**-**	**-**

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

(Milhares de Kwanzas)

Dezembro 2022

	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			261 119 428		**261 119 428**
Disponibilidades em Intituições Financeiras	86 851 527	45 268 769	40 771 203		**172 891 499**
Crédito a clientes	150 039 595	147 145 040			**297 184 635**
Títulos	268 179 559				**268 179 559**
Outros Activos	-	-	81 444 080		**81 444 080**
Total	505 070 681	192 413 809	383 334 711	-	**1 080 819 201**
Passivos					
Depósitos a Ordem			(532 859 003)		**(532 859 003)**
Depósitos a Prazo		(210 528 711)			**(210 528 711)**
Dívida Subordinada		(15 386 552)			**(15 386 552)**
Outors Passivos			(123 169 062)		**(123 169 062)**
Fundos Próprios	-	-	(198 875 873)		**(198 875 873)**
Total	-	(225 915 263)	(854 903 938)	-	**(1 080 819 201)**

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021				
	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			119 628 484		**119 628 484**
Disponibilidades em Intituições Financeiras	94 957 570	90 647 247	93 956 799		**279 561 616**
Crédito a clientes		234 174 153			**234 174 153**
Títulos	254 677 516				**254 677 516**
Outros Activos	-	-	80 232 131		**80 232 131**
Total	349 635 086	324 821 400	293 817 414	-	**968 273 900**
Passivos					
Depósitos a Ordem			(551 804 314)		**(551 804 314)**
Depósitos a Prazo		(152 977 388)			**(152 977 388)**
Dívida Subordinada		(16 704 348)			**(16 704 348)**
Responsabilidade representada por títulos	-				**-**
Outors Passivos			(72 868 411)		**(72 868 411)**
Fundos Próprios	-	-	(173 919 439)		**(173 919 439)**
Total	-	(169 681 736)	(798 592 164)	-	**(968 273 900)**

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2022									
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**209 597 093**	**60 962 650**	**42 516 566**	**85 462 839**	**124 193 225**	**324 076 426**	**103 653 241**	**72 791 109**	**57 566 052**	**1 080 819 201**
Disponibilidades em Bancos Centrais	113 468 319	-	-	-	-	147 651 109	-	-	-	261 119 428
Disponibilidades em Intituições Financeiras	35 448 419	41 922 683	12 945 436	31 914 047	50 660 914	-	-	-	-	172 891 499
Crédito a Clientes	60 480 893	13 866 121	10 227 475	17 076 863	34 375 626	81 614 634	58 371 873	27 242 092	(6 070 942)	297 184 635
Títulos	189 727	5 150 421	19 343 655	36 471 929	39 156 685	94 810 683	45 281 368	30 381 588	(2 606 497)	268 179 559
Outros Activos	9 735	23 425	-	-	-	-	-	15 167 429	66 243 491	81 444 080
Passivos e Fundos Próprios	**(540 699 083)**	**(104 196 828)**	**(126 193 314)**	**(34 430 276)**	**(53 101 633)**	**(16 751 704)**	**(1 802 659)**	**11 886 975**	**(215 530 679)**	**(1 080 819 201)**
										-
Depósitos a Ordem	(532 859 003)	-	-	-	-	-	-	-	-	(532 859 003)
Depósitos a Prazo	(292 337)	(3 553 428)	(31 307 286)	(65 905 124)	(56 721 062)	(32 208 262)	(20 541 212)	-	-	(210 528 711)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(15 386 552)	-	(15 386 552)
Outros Passivos	(7 547 743)	(100 643 400)	(94 886 028)	31 474 848	3 619 429	15 456 558	18 738 553	27 273 527	(16 654 806)	(123 169 062)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(198 875 873)	(198 875 873)
Gap de liquidez	**(331 101 990)**	**(43 234 178)**	**(83 676 748)**	**51 032 563**	**71 091 592**	**307 324 722**	**101 850 582**	**84 678 084**	**(157 964 627)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**(331 101 990)**	**(374 336 168)**	**(458 012 916)**	**(406 980 353)**	**(335 888 761)**	**(28 564 039)**	**73 286 543**	**157 964 627**	**-**	

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021 Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**174 798 770**	**104 693 688**	**131 900 853**	**69 877 725**	**85 484 540**	**277 362 524**	**35 215 323**	**12 532 466**	**76 408 011**	**968 273 900**
Disponibilidades em Bancos Centrais	56 076 359	-	-	-	-	63 552 125	-	-	-	119 628 484
Disponibilidades em Intituições Financeiras	93 956 799	90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	279 561 616
Crédito a Clientes	24 229 442	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274		234 174 153
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Outros Activos	536 170	-	-	-	-	-	3 889 758	(601 808)	76 408 011	80 232 131
Passivos e Fundos Próprios	**(556 940 514)**	**(53 118 824)**	**(135 799 523)**	**(5 724 608)**	**(6 085 987)**	**(3 398 610)**	**(2 169)**	**(16 711 338)**	**(190 492 327)**	**(968 273 900)**
Depósitos a Ordem	(551 804 314)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 804 314)
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outors Passivos	(5 058 604)	(28 348 052)	(9 057 863)	(4 337 248)	(6 085 987)	(3 398 610)	(2 169)	(6 990)	(16 572 888)	(72 868 411)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(173 919 439)	(173 919 439)
Gap de liquidez	**(382 141 744)**	**51 574 864**	**(3 898 670)**	**64 153 117**	**79 398 553**	**273 963 914**	**35 213 154**	**(4 178 872)**	**(114 084 316)**	**-**
Gap acumulado de liquidez	**(382 141 744)**	**(330 566 880)**	**(334 465 550)**	**(270 312 433)**	**(190 913 880)**	**83 050 034**	**118 263 188**	**114 084 316**	**-**	

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2022									
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**96 119 039**	**60 939 225**	**42 516 566**	**85 462 839**	**124 193 225**	**176 425 317**	**103 653 241**	**57 623 680**	**(8 677 439)**	**738 255 693**
Crédito a Bancos	35 448 419	41 922 683	12 945 436	31 914 047	50 660 914	-	-	-	-	172 891 499
Crédito a Clientes	60 480 893	13 866 121	10 227 475	17 076 863	34 375 626	81 614 634	58 371 873	27 242 092	(6 070 942)	297 184 635
Títulos	189 727	5 150 421	19 343 655	36 471 929	39 156 685	94 810 683	45 281 368	30 381 588	(2 606 497)	268 179 559
Passivos	**(292 337)**	**(3 553 428)**	**(31 307 286)**	**(65 905 124)**	**(56 721 062)**	**(32 208 262)**	**(20 541 212)**	**(15 386 552)**	**-**	**(225 915 263)**
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(292 337)	(3 553 428)	(31 307 286)	(65 905 124)	(56 721 062)	(32 208 262)	(20 541 212)	-	-	(210 528 711)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(15 386 552)	-	(15 386 552)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Liquida	**95 826 702**	**57 385 797**	**11 209 280**	**19 557 715**	**67 472 163**	**144 217 055**	**83 112 029**	**42 237 128**	**(8 677 439)**	**512 340 430**

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2021									
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos	**24 299 442**	**104 693 688**	**131 900 853**	**69 877 725**	**85 484 540**	**213 810 399**	**31 325 565**	**13 134 274**	**(5 754 016)**	**668 772 470**
Crédito a Bancos		90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	185 604 817
Crédito a Clientes	24 299 442	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274	(5 754 016)	228 490 137
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Passivos	**(77 596)**	**(24 770 772)**	**(126 741 660)**	**(1 387 360)**	**-**	**-**	**-**	**(16 704 348)**	**-**	**(169 681 736)**
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Liquida	**24 221 846**	**79 922 916**	**5 159 193**	**68 490 365**	**85 484 540**	**213 810 399**	**31 325 565**	**(3 570 074)**	**(5 754 016)**	**499 090 734**

GESTÃO DE CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O ano de 2022 foi marcado pela entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre Requisitos Prudenciais, definidos pelo Aviso Nº8/2021, de 18 de Junho, alterando a metodologia de cálculo do Rácio de Fundos Próprios. As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o rácio de fundos próprios regulamentares mínimo de 8%, o rácio de fundos próprios de nível 1 (Tier 1) mínimo de 6% e o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) mínimo de 4,5%.

Os Fundos Próprios Regulamentares, conforme o Instrutivo nº19/2021, incluem:

1. Fundos Próprios Principais de Nível 1 – compreendem dentre outros (i) o Capital Social realizado; (ii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iii) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (iv) resultado líquido do exercício em curso (v) Imobilizações incorpóreas líquidas das amortizações; (vi) Activos por impostos diferidos que dependam de rendibilidade futura.

2. Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 – Compreendem (i) Acções preferenciais ; (ii) Instrumentos híbridos e/ou convertíveis; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 aprovados pelo BNA.

3. Fundos Próprios de Nível 2 – Compreendem dentre outros: (i) Acções preferenciais remíveis ; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios de Nível 2 cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola, Reservas provenientes da reavaliação dos imóveis de uso próprio.

Para o apuramento dos Requisitos de Fundos Próprios, em primeira instância, é evidenciado o Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte (Instrutivo n.º03/2021); a posterior o Risco de Mercado (Instrutivo n.º16/21); o Risco Operacional (Instrutivo n.º13/21); Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito (Instrutivo n.º18/21); e por último o Risco de Liquidação e Transacções Incompletas (Instrutivo n.º17/21). Os Activos Ponderados pelo Risco (RWAs), consubstanciam-se na ponderação dos resultados de cada requisito por 12.5. Apurados os componentes do Rácio, depreende-se que por cada 12.5 unidades de RWAs o Banco aloca no mínimo uma unidade Capital.

Caso haja excesso nos Limites Prudenciais aos Grandes Riscos (Instrutivo nº19/2021), serão acrescidos aos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios.

O Rácio de Alavancagem (Instrutivo Nº20/2021), fornece uma interpretação alternativa aos Fundos Próprios, por sua vez relacionando os Fundos Próprios de nível 1 e a Exposição total.

Um sumário do rácio de solvabiliade do Banco para 31 de Dezembro de 2022, 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 apresenta-se como segue:

(Milhares de Kwanzas)

		31.12.2022	30.06.2022	31.12.2021*
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	**A**	**30 596 162**	**27 512 109**	**31 674 442**
Risco mercado e risco de crédito de contraparte	**B**	**788 738**	**10 817**	**445 132**
Risco operacional	**C**	**13 704 348**	**13 704 348**	**10 252 746**
Risco de Liquidação/Entrega	**D**	**-**	**-**	**-**
Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito	**E**	**-**	**-**	**-**
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	**F**	**-**	**-**	**-**
Total Requisitos de Fundos Próprios	**G = A + B + C + D + E + F**	**45 089 248**	**41 227 274**	**42 372 319**
Fundos Próprios				
Fundos Próprios Principais de Nível 1	**H**	**179 012 786**	**147 360 350**	**173 623 947**
Fundos Próprios Adicionais de Nível 1	**I**	**-**	**-**	**-**
Fundos Próprios de Nível 2	**J**	**15 386 552**	**12 901 519**	**15 740 276**
Total Fundos Próprios Regulamentares	**K = H + I + J**	**194 399 338**	**160 261 869**	**189 364 223**
Exposição Total	**L**	**1 100 393 989**	**1 072 824 844**	**N/A**
Requisitos Mínimos de Fundos Próprios				
FPR	**M = K/ (G*12.5)**	**34,5%**	**31,1%**	**44,7%**
Tier 1	**N = (H + I) / (G*12.5)**	**31,8%**	**28,6%**	**41,0%**
CET 1	**O = H / (G*12.5)**	**31,8%**	**28,6%**	**41,0%**
Rácio de Alavancagem	**P = (H + I)/ L**	**16,3%**	**13,7%**	**N/A**

Nota 36 – Reforma dos índices de referência das taxas de juro

As autoridades reguladoras financeiras a nível mundial têm vindo a promover durante os últimos anos o abandono da utilização dos indexantes IBOR e a sua substituição por indexantes sem risco, o que originou a necessidade de uma transição dos indexantes LIBOR para os novos indexantes recomendados pelos grupos de trabalho criados nas diferentes jurisdições.

Esta transição acelerou-se com a comunicação da cessação dos indexantes LIBOR a partir do início de 2022, o que implica que os participantes de mercado passem a utilizar novos indexantes sem risco e alterarem os contratos afetados pela cessação da publicação dos indexantes LIBOR.

O Banco tem adoptado uma postura activa, de forma a identificar e colmatar os riscos inerentes e assegurar uma transição adequada, nomeadamente no que diz respeito a riscos legais e de litigância, decorrentes dos contratos com referência a indexantes que serão descontinuados e à necessidade de alteração de redação, riscos operacionais decorrentes da necessidade de adaptações tecnológicas, de processos e controlo, riscos financeiros e contabilísticos pela utilização e alteração de indexantes, assim como risco reputacional.

O Banco considera a sua exposição a LIBOR como não material, dado o reduzido volume de activos e passivos relacionados com estes indexantes. A LIBOR do USD é o único indexante em termos de exposição.

Para o caso em concreto do Banco, a taxa LIBOR será substituída pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate), que tem como base o mercado de recompra dos EUA, no qual o dinheiro é temporariamente trocado por títulos do tesouro americano. A partir de 01 de Janeiro de 2022, todos os novos créditos concedidos em moeda estrangeira (ME) serão contratados com os novos indexantes.

O detalhe dos instrumentos financeiros que ainda não fizeram a transição para uma taxa de juro alternativa sem risco, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, apresenta-se como segue:

(Milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	31.12.2022							
	Exposição Bruta				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	30 575 631	-	-	30 575 631	30 575 631	-	-	30 575 631
Divídia Subordinada (Nota 18)	-	(15 279 651)	-	(15 279 651)	-	(15 279 651)	-	(15 279 651)
Total	**30 575 631**	**(15 279 651)**	**-**	**15 295 980**	**30 575 631**	**(15 279 651)**	**-**	**15 295 980**

(milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	31.12.2021							
	Exposição Bruta				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	17 062 456	-	-	17 062 456	17 062 456	-	-	17 062 456
Dividia Subordinada (Nota 18)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)
Total	**17 062 456**	**(16 649 430)**	**-**	**413 026**	**17 062 456**	**(16 649 430)**	**-**	**413 026**

Nota 37 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. IMPACTO DA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES ÀS NORMAS QUE SE TORNARAM EFETIVAS PARA OS PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIARAM EM 1 DE JANEIRO DE 2022:

a) IAS 16 (alteração)

'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos.

b) IAS 37 (alteração)

'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

c) IFRS 3 (alteração)

'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

d) IFRS 17 (nova)

'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição.

e) IFRS 17 (alteração)

'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

f) Melhorias às normas 2018 – 2020

(a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

d) IFRS 1, 'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

e) IFRS 9, 'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e

honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

f) IFRS 16, 'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

g) IAS 41, 'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – 'Justo valor'.

O Banco não verificou qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

2. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) PUBLICADAS, CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023, E QUE A UNIÃO EUROPEIA JÁ ENDOSSOU

a) IAS 1 (alteração)

'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

b) IAS 1 (alteração)

'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. *O IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

c) IAS 8 (alteração)

'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

d) IAS 12 (alteração)

'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

e) IFRS 17 (alteração)

'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo

financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

O Banco não antecipa qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

3. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) PUBLICADAS, CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2023, E QUE A UNIÃO EUROPEIA AINDA NÃO ENDOSSOU:

a) IAS 1 (alteração)

'Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente - Apresentação das Demonstrações Financeiras' (em vigor para períodos anuais com incício após 1 de Janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de Relatório. As alterações visam: a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de Relatório e tem de ser substantivo; b) esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores a compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço.; e c) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).

b) IFRS 16 (alterações)

'Passivo de locação numa transação de venda e relocação – Locações' (em vigor para períodos anuais com incício em ou após 1 de Janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. As alterações confirmam que: a) No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação; b) Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. O locatário pode adoptar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente. De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um locatário terá de aplicar as alterações rectrospetivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

Nota 38 – Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 31 de Dezembro de 2022 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

6.3 Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal





KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige – Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda – Angola
+244 227 28 01 01 – www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Standard Bank de Angola, S.A.** ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 que evidencia um total de 1 080 819 201 milhares de kwanzas e um capital próprio de 198 875 873 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 65 656 956 milhares de kwanzas, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A., sociedade anónima angolana e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG Angola– Audit, Tax, Advisory, S.A.
Capital Social: 1.350.000 USD / 135.000.000 AKZ
Pessoa Colectiva Nº 5401178077

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Standard Bank de Angola, S.A.** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Outras matérias

7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro Perito Contabilista, que sobre elas emitiu um Relatório do Auditor Independente sem reservas e sem ênfases, datado de 30 Março de 2022. Fomos contratados para efectuar a auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Luanda, 28 de Março de 2023

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Representada por
Maria Inês Rebelo Filipe
(Perito Contabilista com cédula n.º 20140081)

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

O Conselho Fiscal reuniu, sempre que necessário, com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

O Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas a 2022, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normais legais, assim como com as políticas e práticas contabilísticas aplicáveis.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG Angola o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022, sejam aprovados;

2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de 65.656.956.380 de AOA é a seguinte:

   Reserva Legal:
   Distribuição de Dividendos 42.677.021.634 de AOA
   Resultados Transitados: 22.979.934.746 de AOA

3. O Conselho Fiscal reconhece que independentemente desta distribuição de dividendos o SBA reúne todas as condições financeiras para o efeito.

Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 30 de Março de 2023

Sérgio Serrão
Presidente do Conselho Fiscal

Fernando Hermes
Vogal do Conselho Fiscal

Donald Lisboa
Vogal do Conselho Fiscal

Standard Bank

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração declara que, na medida do seu conhecimento, a informação prestada nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Standard Bank de Angola, S.A, e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2022 expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho do Standard Bank de Angola, S.A e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam

Luanda, aos 28 de Março de 2023

Octávio Castelo Paulo
Administrador Não Executivo e
Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Administrador Executivo e
Presidente da Comissão Executiva

Yonne de Castro
Administradora Executiva

Eduardo Clemente
Administrador Executivo

Ricardo Ferreira
Administrador Executivo

Aronildo Neto
Administrador Executivo

Djamila Pinto de Andrade
Administradora Não Executiva Independente

Ana Simas Fortunato
Administradora Não Executiva Independente

Raquel Soré
Administradora Não Executiva Independente

António Coutinho
Administrador Não Executivo

Manuel dos Passos
Administrador não Executivo

Relatório Anual 2022

